

Fernanda Lima Lopes

JORNALISTA POR CANUDO
O diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de doutora.
Orientadora: Profª. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

Fevereiro de 2012

Fernanda Lima Lopes

JORNALISTA POR CANUDO: o diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada em _____ de _____ de _____

Profa. Ana Paula Goulart Ribeiro - Orientadora
(Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ, docente da UFRJ)

Prof. Paulo Roberto Givaldi Vaz
(Doutor em Comunicação pela UFRJ, docente da UFRJ)

Profa. Isabel Travancas
(Doutora em Letras pela UERJ, docente da UFRJ)

Profa. Christa Liselote Berger Ramos Kuschick
(Doutora em Comunicação pela USP, docente da UNISINOS)

Profa. Joëlle Rachel Rouchou
(Doutora em Comunicação da USP, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa)

Rio de Janeiro

2012

Agradecimentos

Sou grata, primeiramente a Deus, por tudo.

Em segundo lugar, agradeço a todos – e foram muitos – os que ofereceram auxílio e contribuições materiais, intelectuais e logísticas para a realização das pesquisas e todo tipo de trabalho necessário para a redação desta tese: à orientadora Ana Paula, minha gratidão pela disponibilidade e toda ajuda; à Capes e ao CNPq pelo fomento financeiro; ao programa de pós-graduação da ECO-UFRJ; aos funcionários da secretaria, pelo atendimento competente e de boa vontade; a todos os professores com quem tive aulas durante o curso; aos colegas da ECO e de outras universidades que me ajudaram com dicas, empréstimos de livros, comentários, indicações de leitura, conversas estimulantes; aos pesquisadores com quem partilhei conhecimentos em congressos; ao Instituto Universitário de Lisboa e, especialmente, ao professor José Rebelo; aos prestativos e simpáticos funcionários da biblioteca da ABI; a todos os locais em que realizei pesquisa empírica.

Também fico grata às pessoas muito queridas do meu ciclo pessoal, que estiveram ao meu lado, sempre dando apoio e torcendo pelo meu sucesso. Ao Erick, aos meus pais, meus irmãos, amigos e amigas.

Resumo

LOPES, Fernanda Lima. **Jornalista por canudo**: o diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

A lei brasileira exigia que o exercício da profissão de jornalista fosse exclusivo dos detentores de diploma específico nessa área, até que, em 2009, após quase uma década de trâmites judiciais, o Supremo Tribunal Federal julgou que não havia mais necessidade de tal obrigatoriedade. No mesmo ano, paralelamente a essa decisão, foram apresentadas ao Ministério da Educação as primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil (as existentes previamente referiam-se ao curso de comunicação social e davam orientações a várias de suas habilitações, entre as quais, o jornalismo). Tais fatos são emblematicamente relevantes no contexto deste trabalho, cujo objetivo foi o de investigar a identidade do jornalista brasileiro na contemporaneidade, porque encampam discussões que não se atêm somente aos temas do ensino superior e dos saberes necessários à formação profissional, mas que também abarcam questões sobre os fazeres, os valores, os poderes do jornalismo. A análise retórica de diferentes vozes inseridas em tais debates levou a perceber mecanismos de produção de autoridade, de negociação de sentidos, de reprodução de crenças, enfim, mapeou movimentações discursivas em tornos de imagens e do capital simbólico adquirido pelo grupo dos jornalistas ao longo do tempo. A compreensão dos interesses e das estratégias dos atores sociais participantes daquelas situações argumentativas - assim como o entendimento do próprio formato que as discussões acabaram por tomar - foi fundamentada pelo exercício de um olhar histórico acerca do eixo da formação do jornalista. Propositamente organizada de modo cronológico, esta tese perscruta contextos (sociais, políticos, econômicos, culturais, educacionais) mais amplos, chegando a remeter a discussões sobre as primeiras escolas de jornalismo no início do século XX. A pesquisa, que inclui análise bibliográfica e reflexão sobre fontes históricas recolhidas especialmente por tratarem de fragmentos relativos ao diploma ou à formação superior, se desenrola pelos períodos seguintes, dentre os quais: as décadas da chamada profissionalização do jornalismo (1950 e 1960), os anos da ditadura militar no Brasil e, posteriormente, o momento da redemocratização no país. Por fim, aproxima-se da contemporaneidade, com suas múltiplas “crises”, suas inovações tecnológicas, sua nova ordem mundial, seu acelerado ritmo de mudanças em diversos níveis (economia global, convergência, comunicação em rede etc). Sob o vasto espectro de transformações ainda em curso, o contexto educacional brasileiro nos anos 1990 e 2000 continua a ser analisado, sobretudo no que diz respeito às consequências da explosão de cursos superiores no Brasil, gerando pressões em um mercado de trabalho também impactado pelas mudanças contemporâneas. Com ou sem canudo, o fato é que a ausência de consenso, ou melhor: a dificuldade em fincar ancoragens seguras na esfera do ensino do jornalismo não consiste em um problema para a identidade dos jornalistas. Instabilidades, conflitos, tensões – particularmente as que tocam aos saberes jornalísticos – fazem parte do complexo processo de construção identitária, continuamente marcado por reorganizações de sentido, alargamento de fronteiras ou levantamento de barreiras em relação a outros campos. As reflexões e conclusões desta pesquisa ajudam a esclarecer tais fenômenos identitários, além de contribuir para os desenvolvimentos profissionais e educacionais do jornalista no Brasil.

Abstract

Brazilian law required a university degree in Journalism from all the professionals in the field. However, in 2009, after almost a decade of judicial litigation, the Supreme Court decided that this requirement was no longer valid. In the same year, a committee of specialists delivered to the Ministry of Education the first guidelines for the curriculum of journalism courses (before that, only general guidelines for the communication courses were available). These facts represent landmarks for this research, insofar as it deals with the issue of Journalistic identity in contemporary Brazil. By analyzing the debates regarding both issues, it was possible to investigate not only the educational and cognitive fields, but also questions related to journalistic work, values, and professional power. A rhetorical analysis of the different voices within the debates has revealed some strategies of building public images and accumulating symbolic capital. The theory of rhetoric helped to show how authority is constructed, how meanings are negotiated and how some beliefs are reproduced by those who took part in the discussions. Thanks to a previous review in the history of journalistic education in Brazil, the interests of these social actors, their rhetorical strategies, as well as the shape taken by those situations of argumentative dispute could be better explained. This work is intentionally organized in chronological order, in an effort to better investigate social, political, economical, cultural and educational contexts since the first experiences of journalism schools in the beginning of the 20th century. The research on the history of journalistic education and identity is based on references and historical sources, the record of facts and opinions concerning the diploma and the university courses. The timeframes included in this research were: the decades of the professionalization of journalism (1950, 1960), the years of dictatorial regime in Brazil, the return of democracy and, finally, the present times, with its technological mutations, its “crisis”, its new global order and fast pace of changes in many instances (convergence, global economy, network communications etc). The analysis of the educational context in the 1990s and 2000s in Brazil explores some special aspects, such as the unbridled expansion of higher education courses in journalism and its consequences to employment in this career, which is also under the influence of contemporary transformations. With or without the diploma, the fact to matter is that the lack of consensus does not constitute a problem for the identity of the journalists. Instabilities, conflicts and tensions – particularly those pertaining the field of journalism – are an intrinsic part of the complex process of identity construction. This process is always shot through with the reorganization of meanings, the enlargement of borders or the establishment of isolating measures in relation to other fields. The present work shall clarify all these phenomena and thus contribute to the study of the professional and educational development of Journalism in Brazil.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela 1 - Grade curricular do curso da Cásper Líbero em 1947	p.57
Tabela 2 - Ano de surgimento dos cursos superiores de jornalismo até 1969	p.88
Tabela 3 - Evolução da quantidade de universidades brasileiras oferecendo pós-graduação <i>stricto sensu</i> em comunicação.....	p.128
Tabela 4 - Cursos de doutorado em comunicação no Brasil	p.128
Tabela 5 - Lista de entidades relacionadas ao meio acadêmico de comunicação.....	p.133
Tabela 6 - Total de cursos de jornalismo no Brasil em 2008.....	p. 136
Tabela 7 - Evolução do Número de Cursos Superiores no Brasil entre 1984 e 2008	p.140
Tabela 8 - Crescimento dos cursos de jornalismo por região ao longo das décadas.....	p.140
Tabela 9 - Crescimento dos cursos de jornalismo públicos e privados ao longo das décadas	p.141
Tabela 10 - Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na área de comunicação criados entre 2007 e 2011.....	p.159 e 160
Tabela 11 - Distribuição dos jornalistas com registro profissional no MTE por região do país	p.163
Tabela 12 - Registros profissionais de jornalistas concedidos por décadas.....	p.165
Tabela 13 - Registros profissionais de jornalista conseguidos com liminar judicial por década.....	p.166
Tabela 14 – Fontes gerais de pesquisa.....	p.195
Tabela 15 - Cursos de jornalismo na cidade do Rio de Janeiro	p.196
Tabela 16 - Cronologia das ações na justiça pedindo o fim da obrigatoriedade do diploma (2001-2009)	p.208
Tabela 17 - Expectativas/desejos dos estudantes de jornalismo em relação à futura carreira.....	p.218

Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da quantidade de universidades brasileiras oferecendo pós-graduação <i>stricto sensu</i> em comunicação.....	p.127
Gráfico 2 - Cursos de jornalismo nas regiões do Brasil em 2008.....	p.136
Gráfico 3 - Evolução do Número de Cursos Superiores no Brasil entre 1984 e 2008.....	p.138
Gráfico 4 - Número de cursos de jornalismo criados no Brasil em cada década.....	p.140
Gráfico 5 - Crescimento dos cursos de jornalismo públicos e privados ao longo das décadas.....	p.142
Gráfico 6 - Percentual de registros profissionais de jornalistas por região do Brasil.....	p.165
Gráfico 7 - Número de registros profissionais de jornalistas concedidos em cada década.....	p.165
Gráfico 8 - Registros profissionais de jornalista conseguidos com liminar judicial por década.....	p.167

LISTA DE ABREVIATURAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
 Abecom – Associação Brasileira de Escolas de Comunicação Social
 Abepec – Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais
 AI-5 – Ato Institucional n. 5
 ANJ – Associação Nacional dos Jornais
 ABI – Associação Brasileira de Imprensa
 API – Associação Paulista de Imprensa
 CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 CFE – Conselho Federal de Educação
 Ciespal – Centro de Estudos de Periodismo da América Latina
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 COMPOS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação
 DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda,
 Emdecom – Movimento em Defesa do Curso de Comunicação
 ECA/USP – Escola de Comunicação e Artes de Universidade de São Paulo
 FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas
 FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
 FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
 FNPJ – Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo
 FNJP – Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais
 JS – Jornal dos Sports
 LDB – Lei de Diretrizes e Base
 MEC – Ministério da Educação e Cultura
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NTICs – Novas tecnologias de informação e comunicação
 OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
 RE – Recurso extraordinário
 PL – Projeto de Lei
 PUC – Pontifícia Universidade Católica
 SBPJOR – Sociedade Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo
 SERTESP – Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo
 SIP – Sociedad Interamericana de Imprensa (Sociedad Interamericana de Prensa)
 SJPS – Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo
 STF – Supremo Tribunal Federal
 TRF – Tribunal Regional Federal
 UDF – Universidade do Distrito Federal
 UNB – Universidade Federal de Brasília
 Uniceub – Centro Universitário de Brasília
 UFPA – Universidade Federal do Pará
 UFAM – Universidade Federal do Amazonas
 UFBA – Universidade Federal da Bahia
 UFG – Universidade Federal de Goiás
 UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
 UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
 UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
 UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco
 UNIUBE – Centro Universitário de UberabaMG

Sumário

Introdução.....	10
PARTE I	
JORNALISTAS NO BRASIL: uma visão cronológica sobre ensino e profissão.....	35
1. Primórdios do ensino de jornalismo no Brasil.....	38
1.1 1908-1947: primeiras ideias, discussões e iniciativas.....	38
1.2 1947-1962: Momento de profissionalização do jornalismo.....	58
2. Jornalista formado: obrigatoriedade do diploma e formação universitária nas décadas de 60 a 80	77
2.1 O diploma se torna obrigatório.....	78
2.2 O curso de comunicação e o jornalismo como habilitação.....	88
2.3 Fazeres, saberes e valores do jornalismo da ditadura à redemocratização.....	97
2.4 Discussão sobre o diploma na década de 1980: polarização.....	116
2.5 O desenvolvimento do universo acadêmico.....	127
3. Jornalismo: ensino superior e cenário profissional na transição do século XX para o XXI.....	135
3.1 Panorama histórico-quantitativo do cenário nacional.....	135
3.2 Posições e opiniões sobre a formação do jornalista	146
3.3 Profissão e mercado de trabalho para o jornalista no Brasil.....	162
3.4 Identidade jornalística no mundo das tecnologias digitais.....	178
PARTE II	
O JORNALISTA CONTEMPORÂNEO EM PAUTA: análise dos debates do início do século XXI sobre diploma e formação universitária no Brasil	192
4. Diploma e formação nos debates do início do século XXI.....	205
4.1 Etapas da disputa judicial sobre o diploma de jornalismo.....	205
4.2 Estratégias retóricas na disputa judicial sobre o diploma	209
5. As primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil.....	234
Considerações finais.....	257
Referências.....	264
Anexos.....	274

Introdução

No final do século XX e neste início de XXI, tornou-se quase lugar comum propor estudos sobre as identidades. A questão ganha importância num quadro que Alain Touraine (1994, p.168 apud CASTELLS, 2001, p. 39) pinta acerca de um deslocamento da valoração de um conjunto de conceitos preponderantes no cenário do pensamento na área de ciências humanas. Ele aponta a substituição – eu diria enfraquecimento – dos ideais de luta de classes frente à defesa da personalidade e da cultura do sujeito. O contexto não é composto apenas de ideias e outras abstrações. No plano dos fatos históricos, os países acompanham a queda do muro de Berlim, evento visível e palpavelmente físico, mas com uma carga altamente simbólica no que se refere à decadência da ordem bipolar e das correntes teóricas que sustentaram essa organização binária.

O mundo que se processa a seguir vai sendo marcado pelas evoluções tecnológicas nos meios de transporte e de comunicação, aceleração de muitas relações comerciais, formação de blocos econômicos e uma longa série de outros traços que caracterizam a tão exaustivamente descrita globalização. Concomitantemente, nas ciências humanas e sociais, aparecem numerosas tentativas de, por algum método, apontar, descrever, nomear, entender, criticar, problematizar os fenômenos relativos ao que está acontecendo. Nesse meio estão os trabalhos sobre identidade.

Nunca se falou tanto em identidade como no mundo atual. Já o havia notado Zygmunt Bauman (2005), classificando a temática como “papo do momento” para os estudos de sociologia. Evidentemente – pondera o autor – o tema é velho, mas reveste-se de interesse novo (2005, p.31), uma vez que autodefinições não se constituíam como uma problemática central até meados do século XX, mas vão experimentando uma série de destabilizações no período que acompanha o desfalecimento da ordem bipolar, entre outras importantes transformações mundiais. É também por esse o caminho que passam algumas reflexões de Stuart Hall (2002), ao apontar que a concepção de identidade era atravessada por uma série de ancoragens estáveis, como o estado nacional e outras organizações típicas da modernidade (as quais davam sensação de segurança, unidade e permanência ao sujeito) que vão se reconfigurando mediante a globalização, a emergência de novas tecnologias de comunicação e informação, com a aceleração dos processos de trocas materiais e simbólicas, com a ampliação do mercado em níveis mundiais, a exacerbação da informação como mercadoria,

enfim, mediante tantos outros fenômenos do contexto que passou a ser chamado “pós-modernidade” e que neste trabalho está sendo referido como a contemporaneidade.

Nas mais diferentes áreas das ciências humanas e sociais – sociologia, psicologia social, estudos culturais, geografia, economia política, antropologia - os pensadores passaram a se preocupar com questões como a aceleração das transformações tecnológicas nos meios de transportes e nas comunicações, gerando o “encurtamento” das distâncias, o aumento da velocidade das trocas (materiais ou simbólicas), o acirramento dos fluxos informacionais, a proliferação de redes... Os trabalhos podem até divergir em relação ao enfoque ou à vinculação filosófica, mas ao abordarem esse conjunto de transformações, deixam clara a pertinência de tais temas para a academia atualmente.

Nesse cenário, as transformações da realidade concreta, as reorganizações de tempo e espaço, bem como o questionamento e até a derrubada de linhas filosóficas e correntes científicas permitem que a identidade saliente-se como um problema a ser pensado; a questão ganha valor e novas considerações passam a ser tecidas sobre ela.

No momento contemporâneo, ouvem-se os anúncios das chamadas crises da pós-modernidade: crise da verdade, fim da história, morte do sujeito, crise da representação e do fundamento etc. Nesse contexto, a ideia de identidade está abissalmente distante das discussões de origem que remontam à filosofia grega, baseada sobre a crença na univocidade e perenidade do ser, bem como das concepções cartesianas de um sujeito racional consciente de si mesmo. “A fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas. O segredo foi revelado. Mas esse é um fato novo, muito recente.” (BAUMAN, 2005, p.22).

Que contribuições epistemológicas, então, pode oferecer um trabalho localizado no campo da comunicação que tem como tema a identidade do jornalista brasileiro no início do século XXI, para além de confirmar a compreensão já difundida – embora ainda em sedimentação - de identidade como algo cambiante e em constante construção? Esse realmente é um desafio da presente pesquisa, mas ao mesmo tempo, acredita-se que estabelecer assonância com tal prerrogativa torna mais sagaz a observação dos fenômenos e objetos empíricos relativos às discussões acerca da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista e aos processos de elaboração de diretrizes curriculares para o curso superior de jornalismo. Dessa maneira será possível observar a complexidade dos comportamentos e discursos dos atores sociais que contribuíram e continuam a contribuir para a construção da referida identidade.

Adotar a concepção contemporânea de identidade a que Bauman se refere conduz a uma postura teórica e analítica cautelosa, de modo que não se promova o atrelamento a nenhum ator ou posição política específicos, desconfiando, inclusive, daqueles que possuem uma visão aristotélica ou cartesiana para a definição identitária, como, por exemplo, aqueles que, porventura, se mostrem movidos pela crença na existência de elementos intrínsecos e essenciais que servem como critérios imperativos para estabelecer quem está dentro ou fora das fronteiras do grupo dos jornalistas.

A metáfora da fronteira, de cunho geográfico, mostra-se perfeitamente cabível para se tratar de identidade, porque esse é um conceito que remete ao estabelecimento de limites entre eu e aquilo/aquele que não sou eu. É exatamente esta nuance destacada no trabalho do antropólogo Frederick Barth (2000) que estudou grupos étnicos vizinhos no território do Afeganistão. Embora seu objeto de estudo empiricamente esteja marcado por fronteiras de ordem física, o autor ultrapassa concepções puramente territoriais e inclui uma perspectiva simbólica para o entendimento das fronteiras que separam os grupos. Ele examina as fronteiras em sua dimensão contrastiva, demonstrando o quanto a identificação de um indivíduo ou grupo pressupõe a percepção de diferenças e o desenho de uma certa singularidade, o que não se dá sem operações de diferenciação, oposição, contraste. Ela é enfatizada como algo que põe em evidência o limite entre o fora e o dentro, entre o outro e mim, mas também é analisada em sua dimensão móvel. Barth chama atenção para o fato de que a fronteira não pode ser tomada como barreira estanque, e sim como uma demarcação passível de deslocamento. Ele explica que a mobilidade dessas bordas de maneira alguma significa rompimento de fronteira ou destruição do grupo, mas sim, operações de adequação, seja por concessão a outros grupos seja por investidas contra eles, tudo isso numa dinâmica relacional, às vezes de interpenetração, às vezes de bloqueio e permanentemente ligada aos modos de convivência.

O conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu (1998) também serve de direcionamento para um olhar sobre a identidade de um ator social como o jornalista. Para o autor, o *habitus* é uma espécie de *modus operandi*, funcionando como uma matriz na qual os agentes baseiam suas percepções, apreciações e ações. Mas é bom deixar claro que tal matriz não corresponde a um modelo estaque, estruturalmente fechado. Ela é um princípio gerador que tanto reproduz as condições objetivas e regulares quanto permite inovações e ajustes. Nesse sentido, o conceito de *habitus* ajuda a enxergar o agente - no presente caso, o jornalista - de modo equilibrado: ele nem é só mero reflexo das estruturas que organizam a sociedade nem é

totalmente sujeito da consciência e autônomo no agir. Assim, por exemplo, quando um jornalista produz um texto, ele imprime algumas marcas pessoais ao mesmo tempo em que reproduz modelos já estruturados pela coletividade.

Bourdieu (1998) afirma que os agentes deslocam-se, dinamicamente, entre as estruturas e as práticas: as pessoas tanto interiorizam a exterioridade quanto exteriorizam a interioridade. E nesse movimento, o *habitus* faz um elo entre as estruturas externas com as práticas internas, de modo que, nesse arranjo, é possível perceber a configuração de um esquema durável e concomitantemente flexível.

A identidade tem grande aproximação teórica com esse conceito bourdiesiano que demonstra a durabilidade/flexibilidade da forma de organização de um grupo. Também ela (identidade) é vista como um arranjo mais ou menos estável, mas que permite constantes reorganizações. Outro ponto de interseção com o *habitus* é que, quando se fala de identidade, não se está se referindo a uma estrutura pronta ou acabada. Tampouco se está entendendo-a como resultado de uma representação que o sujeito faz consciente e autonomamente de si mesmo. Identidade é, sobretudo, um processo de construção de sentidos que são negociados e constantemente revistos no espaço social.

Este trabalho pode parecer, a princípio, um mero estudo sobre a identidade de uma categoria profissional, que poderia contar com teorias provenientes exclusivamente da sociologia das profissões. Mas é mais do que isso. A abordagem da comunicação, agregada a outros campos de conhecimento deve dar o tom desta pesquisa. Ao olhar para um grupo que ocupa um lugar privilegiado no ambiente midiático e, ao partir do pressuposto de que a mídia exerce um papel central de organização e significação social no mundo contemporâneo, esta pesquisa procura refletir que não obstante uma crise do jornalismo – e do jornalista – esteja anunciada no contexto deste início de século XXI, a identidade desse agente se dá menos pela manutenção e permanência de critérios até então tidos como decisivos para o reconhecimento da profissão e mais pelo incessante devir de processos pelos quais essa identidade vai sendo construída nas diferentes e complexas esferas – materiais e simbólicas – da organização social. É olhando para esses processos que esta investigação vai procurar entender, nos planos dos atos, dos fatos e dos discursos, como o jornalista brasileiro vem se constituindo.

Nunca é demais enfatizar a importância da mídia, em todas as suas manifestações tecnológicas, para a sociedade contemporânea. No Brasil e no mundo, já não se pode dissociar a vida das cidades e grande parte das formas de relacionamento humano dos meios de comunicação (tradicionais e novos). É o quarto bios, organização da sociedade em que as

relações estão configuradas a partir de tecnointerações e sob a força propulsora e dominadora do mercado (SODRÉ, 2002).

O campo da comunicação volta-se para o estudo da mídia, esse ente quase onipresente e de incontestável poder. Os estudos são inúmeros: sobre os formatos, sobre os produtos, sobre a linguagem, sobre a influência exercida sobre o público. E também sobre os agentes que integram esse universo midiático.

Este projeto se vincula ao campo da comunicação na medida em que propõe uma pesquisa cujo foco reside sobre um agente específico do mundo da mídia: o jornalista. Sabemos que o jornalista possui um poder de fala que, de algum modo, lhe foi outorgado. O discurso que ele faz circular nos meios de comunicação e na sociedade está autorizado a ocupar o lugar que tem; e, mais do que isso: é esperado dos jornalistas que eles produzam esse mesmo discurso. Assim, quando me proponho a investigar a identidade desse agente, tenho a convicção de que a relevância desse tema repousa sobre o fato de que entender quem são os jornalistas também ajuda a compreender o que eles fazem, como eles fazem e que significado esse fazer possui para a sociedade em que vivemos.

Questões sobre o jornalista brasileiro

Quem pode ser identificado como jornalista no Brasil, hoje? Certamente aquele homem na televisão, trajado com terno e gravata, com expressão de seriedade, sentado atrás de uma bancada, falando sobre o atentado terrorista no outro lado do mundo. E também aquele outro, igualmente engravatado, direcionando o microfone e fazendo perguntas ao deputado acusado de corrupção. E ainda aquele amontoado de pessoas - umas carregando gravadores, outras câmeras de filmar, outras máquinas fotográficas super poderosas - no estádio de futebol, em volta de um técnico que acaba de perder a copa do mundo. De fato, é fácil listá-los entre os que trabalham com jornalismo no rádio, na televisão, nos jornais impressos, nas revistas, nos sites e portais de informação na internet. São os repórteres, editores, redatores, fotógrafos, cinegrafistas, colunistas, chefes de redação, diretores de redação, âncoras, produtores...

Essas são respostas mais ou menos satisfatórias, afinal, existe uma convicção hegemonicamente difundida e socialmente partilhada acerca da imagem sustentada por esses indivíduos agrupados sob o rótulo de jornalistas. E quem mais pode ser chamado jornalista? Assessor de imprensa é jornalista? Em Portugal, por exemplo, a resposta seria não. No Brasil, no entender das entidades de classe como os sindicatos de jornalistas profissionais e a

Federação Nacional de Jornalistas sim, conforme se pode depreender do próprio Código de Ética dessas organizações, que faz algumas prescrições a essa ocupação¹.

A lista de profissionais acima, descritos segundo funções ligadas às diversas atividades que o senso comum não teria dificuldade em definir como jornalismo, não passa de uma mera reunião de exemplos de jornalistas e não responde à pergunta “quem é jornalista no Brasil hoje?”.

Uma resposta fácil e imediata torna-se ainda mais difícil de encontrar – mesmo para o crivo do senso comum - mediante alguns cenários: em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu ganho de causa a uma ação cujo pleito era o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Isso imediatamente significou que, virtualmente, qualquer pessoa pudesse obter esse registro profissional. Como se verá mais à frente, o advento da nova norma (ou melhor: a queda da norma em vigor) não alterou a posição de alguns atores sociais que, ao longo do processo judicial, defenderam que o diploma era critério essencial para a definição de quem pode ou não pode ser jornalista no Brasil.

Ora, se a obrigatoriedade de formação superior em jornalismo constituía uma cerca – ainda que bamba e extremamente vazada desde seu aparecimento, como também se verá a seguir – para as fronteiras do grupo, a decisão do STF a fez desmoronar. Em vez de ser encarado como limite², o diploma – embora ainda conferidor de algum grau de distinção – migrou para a categoria de elemento acessório e opcional. Surgiu, então, a seguinte indagação: se o diploma não é mais obrigatório, que outros critérios terão de ser levados em conta para se definir quem é ou não jornalista? Essa pergunta parece soar como um bom ponto de partida para a investigação da identidade jornalística, mas sua validade epistemológica é apenas aparente, ou melhor: superficial. A busca implacável pela descoberta de tais critérios é bem intencionada, principalmente por seu pragmatismo, afinal, o próprio Ministério do Trabalho precisou saber isso na hora de conceder registros profissionais de jornalistas a não diplomados. Contudo, em termos de investigação científica sobre a

¹ Segundo o Código de Ética dos Jornalistas da Fenaj, artigo 7º, o jornalista não pode “VI - realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não-governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas”; ou o artigo 12, o jornalista deve: “I - ressalvadas as especificidades da assessoria de imprensa, ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas”.

² Tal limite não diz respeito ao poder do diploma em si, mas à força da determinação legal que o transformou em requisito para a obtenção do registro profissional no Ministério do Trabalho. Na prática, inúmeras pessoas atuaram no jornalismo sem formação superior específica, o que revela a ausência de aceitação consensual acerca de tal delimitação.

identidade do jornalista contemporâneo, a pergunta tende a induzir a busca de um rol de classificações estáticas, um caminho que direciona para uma noção de identidade como espelho de um núcleo duro de condições prévias ou de categorias *a priori*.

É claro que é válido indagar sobre parâmetros de definição identitárias a fim de se encontrarem traços e características relevantes para o reconhecimento de um indivíduo ou grupo. Porém, mais importante é entender de onde vieram esses balizadores e porque alguns deles são, em determinados contextos, mais hegemônicos que outros. E para isso é preciso observar o grupo no tempo, posicionando-o em relação a atores sociais, dinâmicas de poder, circunstâncias não programadas (acaso) e ideologias. Nesse sentido, considerar o processo histórico em que se dá a construção identitária dá conta de atender a ambos objetivos: “descobrir” critérios de definição identitária para o jornalista no Brasil e, principalmente, compreender melhor a gênese desses parâmetros, com possíveis justificativas para o valor simbólico adquirido por estes. Em outras palavras: ao buscar enxergar transformações e permanências nas características do grupo no decorrer de seu desenvolvimento, esta reflexão se dirige menos a enumerar especificidades do jornalismo brasileiro no decorrer do século XX – embora isso necessariamente vá acontecer, pois também é de suma importância – e mais a perceber a relação dos atores sociais com os processos culturais e históricos que dialeticamente refletem e integram conjunturas sociais mais amplas, as quais contribuem para uma dada configuração (sempre múltipla e heterogênea, vale lembrar) do jornalista no país.

A presente investigação foi inicialmente estimulada pela percepção de uma série de discussões e ações que envolvia o diploma e o curso superior em jornalismo no Brasil na primeira década do século XXI. Dois itens específicos serão tomados como objeto de análise: a disputa judicial pleiteando a extinção do decreto-lei 972/69, que exigia a posse do diploma para o exercício do jornalismo (em 2009, a justiça determinou o fim da obrigatoriedade) e o processo de elaboração, por determinação do Ministério da Educação e Cultura, de diretrizes curriculares nacionais para o curso superior de jornalismo, ocorrido no ano de 2009.

Diploma e curso superior não figuraram apenas como tema ou via metodológica para se chegar ao objetivo desta investigação sobre a identidade jornalística. Eles mesmos foram, logo de início, fontes de questões bastante peculiares a partir das quais também puderam ser elaboradas algumas hipóteses. O que primeiro chamou a atenção em relação ao jornalismo é que esses dois elementos são constantemente postos em xeque no Brasil, e isso se dá sob diversos aspectos. Situações de questionamento, reformas educacionais e curriculares, investidas políticas e jurídicas em torno deles refletem oscilações no poder simbólico dos

mesmos na construção da identidade jornalística ao longo da história da imprensa no país. Ao contrário de algumas profissões tradicionais como as de médico, advogado, engenheiro, por exemplo, as prerrogativas profissionais do bacharel em jornalismo estão constantemente sob tensão, sendo insistentemente problematizadas.

Tal observação levou, então, às seguintes reflexões: por que a formação acadêmica do jornalista é tão questionada? Ora, de modo geral, em qualquer área de saber ou atividade profissional um diplomado é mais bem visto e tem mais credibilidade que um técnico. Aquele que cola grau recebe, após a conclusão da graduação, um título, um documento proveniente de uma instituição a qual reconhece e atesta que ele passou por uma formação capaz de lhe dar competência para atuar na profissão escolhida. O diploma e o curso superior têm, portanto, uma reconhecida autoridade. Entretanto, no caso do jornalismo o questionamento sobre a necessidade (ou não) da posse de um diploma para exercer a profissão, bem como o teor da formação para esse profissional são assuntos extremamente controversos. É intrigante pensar que o mesmo tipo de polêmica não ocorre em outros campos profissionais, para os quais a formação superior é tida como essencial. Mas, afinal, por que isso ocorre? Qual o sentido dessa discussão? Quais são os fatores e motivos que fazem com que o debate tenha se configurado de uma dada maneira e não de outra?

Em países como França, Inglaterra, Portugal e Estados Unidos, não obstante se embasem em modelos diferentes de jornalismo, o diploma para o exercício profissional não é exigido, embora as universidades possuam cursos de jornalismo e abriguem discussões sobre essa formação acadêmica. Quais são, então, as diferenças do Brasil para estes países? O que torna a questão do diploma e do curso superior tão pronunciada no cenário nacional? O que, em cada época, contribuiu para que o ensino específico do jornalismo tenha suscitado tantos debates e discussões? E ainda: quais foram as formas assumidas pelo debate no país desde o início do século XX até o começo do XXI? Em suma: por que e como a questão do diploma e do curso superior de jornalismo constitui um problema no Brasil?

Antes de formular a hipótese para tentar responder a essa(s) pergunta(s), é interessante relembrar que o objetivo principal deste trabalho é investigar a identidade jornalística, além disso, viu-se que as reflexões sobre a problemática do diploma e curso superior ajudam a clarear questões. Contudo, vale lembrar também que “jornalistas atuam no jornalismo”. A frase de tamanha obviedade, do professor e pesquisador peruano Juan Gargurevich (2008)³,

³ Palestra de abertura “VI Congresso nacional de História da Mídia, Niteroi (RJ), 2008.

foi usada de propósito para enfatizar que não convém falar de identidade jornalística sem incluir nessa discussão questionamentos sobre o que é o jornalismo. O trecho acima porta a compreensão de que jornalistas só o são, isto é, só se identificam como tal, porque estão associados à ideia de jornalismo.

Assim, para esboçar, ainda que brevemente, minha compreensão acerca do jornalismo, desejo, primeiramente, expressar minha constante preocupação com relação a possíveis posturas reducionistas e fragmentadoras às quais uma pesquisa pode se render, porque entendo que toda definição corre riscos de totalitarismos e isolacionismo. Obviamente é intrínseco ao ato de conceituar promover separação e delimitações, mas isso não precisa necessariamente enclausurar o paradigma como se ele fosse a verdade una, eterna e imutável, e, com isso, sacrificar a pluralidade de desenvolvimentos teóricos que possam advir de novas contribuições.

Um caminho menos estreito para se chegar a alguma compreensão sobre o jornalismo é evitar a trilha escorregadia do dizer o que ele é e afirmar o que ele não é, enveredando, assim, pela via da diferenciação em relação a outros ramos de conhecimento ou outras atividades da comunicação humana na esfera pública (e aqui já se fornece a primeira pista: sua localização no âmbito público e não privado). Com essa estratégia, ainda que não se aponte o que lhe é próprio, é possível chegar a conclusões de que jornalismo não é literatura, publicidade, ciência, arte ou história, embora o jornalista ou o produto jornalístico possam ter características que se assemelham ou que são partilhadas com aquelas. Esse rol tão grande e móvel de semelhanças e diferenças não será abordado neste momento. No desenvolver da pesquisa, as caracterizações do jornalismo ao longo do século XX e XXI darão conta de apontar tais proximidades e afastamentos em relação a outras esferas da vida social, ajudando não apenas a entender uma dada configuração do jornalismo no Brasil, mas também delineando os modos e justificativas para a construção de certos traços identitários – e não outros – desse ator social no país.

Ao dar especial destaque à frase “jornalistas atuam no jornalismo”, também quero salientar que os jornalistas não podem ser enxergados como grupo isolado, ou seja, não devem ser tratados como clã fechado em si mesmo. Da mesma forma, o estudo sobre jornalismo não pode ficar circunscrito às práticas e técnicas normativas internas do fazer jornalístico; seria pouco consistente tratá-lo simplesmente como “a atividade”, “a profissão” ou “a produção de notícias”. Tal como defende a pesquisadora americana Barbie Zelizer, para levar o jornalismo a sério, a pesquisa acadêmica (que, segundo ela, tem recebido

contribuições teóricas de várias disciplinas e áreas de conhecimento, mas que, setorizadas, falham em promover um entendimento mais global do jornalismo) deve procurar uma “equalização de vozes” (2004, p.6), uma vez que cada um dos campos que investiu no estudo sobre jornalismo foi capaz desenvolver conhecimentos relevantes sobre o tema. Um olhar abrangente e cuidadoso inclui, pois, a consideração de contextos sociais, políticos, históricos, culturais.

A fim de se saber o que é o jornalismo, de modo que a tentativa de conceituação não sofra a acusação de ser essencializante, sugiro que ele, em sua complexidade, possa ser entendido sob três diferentes dimensões: um âmbito gnoseológico, um político-discursivo e, ainda, um formal-funcional. A primeira delas está relacionada a uma noção que define o jornalismo como forma de conhecimento. As reflexões de Eduardo Meditsch (1998) sobre o tema estabelecem um importante ponto de partida para a compreensão de tal concepção uma vez que aponta, logo à saída, a existência de polissemia associada às ideias de conhecimento e de saber, o que contribui para que haja diferentes formas de conceber a conexão – ou falta dela – do jornalismo com o conhecimento/saber. O autor explica que entre as interpretações possíveis estão tanto as que tomam como referencial as noções provenientes do paradigma científico positivista quanto as que levam em conta que espécies válidas de conhecimento derivam das variadas dimensões da vida humana. Meditsch destaca que há inclusive algumas correntes que afirmam que jornalismo não é uma forma de conhecimento e, ainda, as que defendem que ele pode até funcionar como deturpação do saber. Seu ponto de vista, porém, é o de que o jornalismo é uma forma de *reprodução* de conhecimento de outras esferas da vida social.

O ponto fulcral acerca da dimensão gnoseológica do jornalismo, contudo, independe de análises pormenorizadas de cada uma das posições, mas está ligado a uma característica basilar de sua existência: o fato de ele sempre se reportar ao mundo real, ainda que essa realidade venha a se enquadrar, eventual ou corriqueiramente, nas dinâmicas de um mundo cada vez mais virtualizado. O ponto que se defende é mais simples e direto: que o jornalismo não admite ficção. A imaginação, o ilusório, o sonho, o engano, o impossível, o irreal podem até render algum recurso estilístico ao produto jornalístico, porém, esses não são seus propósitos primordiais. Pelo contrário, sua ancoragem está no real, no vivido, no cotidiano; seu compromisso com o público, sua *raison d'être*, sua credibilidade dependem da sua

capacidade de promover uma ligação com a realidade objetiva (ou, como se disse, com a virtualidade que se impõe no mais real da vida cotidiana, institucional, relacional⁴).

Acontece que muitas vezes a questão de o jornalismo produzir - ou não - conhecimento gira em torno da qualidade de tal conexão. Os argumentos que defendem uma ou outra possibilidade versam sobre desde comprometimento ético até grau de correspondência entre o que é relatado e a realidade. Mas o aspecto gnoseológico transcende a competência ou se o trabalho é feito de modo honesto e crível. Ele repousa sobre um modo de fazer - seja ele de alta ou baixa qualidade, indiferentemente dos critérios para essa classificação - que busca suas referências no existente. É a partir do mundo concreto – vale lembrar: o virtual também entendido como uma concretude que se instala na vida humana – que serão recolhidos os dados (de acordo com os critérios que não são de âmbito gnoseológico, mas pertencem à dimensão valorativa e formal do jornalismo) sobre os quais serão produzidos os textos informativos, opinativos, interpretativos; é daí que se construirão as notícias, as notas, as reportagens, as crônicas, os editoriais, os artigos, as colunas sociais.

A ancoragem do jornalismo na realidade forma uma caracterização tão forte sobre ele a ponto de uma vertente teórica – a teoria do espelho - ter sustentado que as notícias funcionam como um reflexo do real. Diversas outras teorias, ainda que se contrapondo ao radicalismo daquela, também afirmam que é na realidade social e concreta que o jornalismo encontra sua matéria, seu meio, seu lugar de atuação, seja através do agendamento, do emolduramento, da construção⁵. Em suma, o aspecto gnoseológico do jornalismo abrange o entendimento de que ele dá a conhecer o mundo. Assim, tendo em vista essa característica, bem como as imagens dela derivadas, é possível compreender, ainda, que também aí se fundamentam as crenças e representações sobre a verdade jornalística e sobre o papel de mediador do jornalista.

A função mediadora desse profissional também é percebida em virtude do que denomino segundo âmbito do jornalismo: o político-discursivo, que é justamente por meio do qual o jornalismo se faz entender como discurso autorizado e desejado entre o público e os

⁴ Ao se pensar nas esferas sociais da vida no século XXI, é inadmissível ignorar que muito do que vivíamos em contato com a realidade objetiva das relações presenciais e dos contatos mediados, passou a ser virtualizado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet e a portabilidade. Questões bancárias, negócios e até instâncias da cidadania – por exemplo, tirar um documento – já não se resolvem sem a lógica do virtual e da cultura das máquinas que impõem novos caminhos para velhas necessidades, além de estimularem novas demandas.

⁵ Para um panorama das teorias do agendamento de Shaw e McCombs e vertentes construcionistas, ver livro de Nelson Traquina (2003) sobre o estudo do jornalismo no século XX. Para reflexões sobre o enquadramento e produção de molduras, conferir Maurice Mouillaud (2002).

fatos. Nessa dimensão, ocorre o reforço de tal imagem e, de maneira mais ampla e geral, o seu modo de falar ampara a legitimidade do(s) seu(s) modo(s) de fazer. Trata-se, pois, de afirmar o caráter retórico do jornalismo. É preciso, porém, esclarecer de que forma o conceito de retórica é entendido nesta reflexão e, para isso, será conduzido um breve passeio por diferentes entendimentos sobre o termo.

Um aspecto fundamental da retórica é seu caráter inerentemente político, evidenciado no próprio surgimento da mesma (enquanto prática pública). Sua origem é comumente ilustrada pelo tribunal de Siracusa, por volta de 485 a.C, quando ocorre uma disputa entre dois tiranos pela posse de terras (BARTHES, 2000). Ali, a habilidade de convencer o auditório pelo discurso definia o vencedor, ou seja: o poder da palavra significava o domínio das terras. O mais poderoso foi aclamado e a vitória foi decidida em virtude da capacidade dos debatedores em conquistarem simpatia e apoio do público por meio de sua eloquência e destreza argumentativa. Palavra tornou-se, daí em diante, poder.

No senso comum, é possível encontrar concepções discrepantes, até contraditórias, para retórica. Seguindo um viés pejorativo, pode aparecer como sinônimo de discurso pomposo, mas vazio; conversa fiada; enganação. Por outro lado, com um sentido positivo e de diferencial intelectual, pode ser associada à competência no falar, boa oratória, conhecimento e erudição. É possível encontrar raízes dessas duas tendências díspares em concepções da Antiguidade. No diálogo Górgias, Platão, por meio do personagem Sócrates, inquire os sofistas, os retores profissionais de seu tempo. Para o filósofo, a retórica não era um conhecimento nem uma arte, mas um movimento de persuasão que trabalhava no nível da crença e não daquilo que produzia saberes sobre o mundo. Resumia-se a adulação, bajulação, podendo, inclusive, ser passível de aplicação a maus usos e à injustiça. No caminho contrário, a Roma antiga abrigava um sentido positivo da retórica, expresso por retores profissionais como Cícero e Quintiliano, para quem a retórica era uma arte.

Ainda lançando olhares sobre a Antiguidade, vale a pena dedicar alguns parágrafos a uma terceira, mas importantíssima noção de retórica, a de Aristóteles, já que aí se percebem constatações muito interessantes para se pensar o caráter retórico do jornalismo. As nuances aristotélicas sobre o tema oferecem um refinamento para que se entenda um tipo de discurso que é voltado de forma muito particular para a realidade concreta. Sabe-se que os antigos filósofos gregos acreditavam na existência de um conhecimento puro, isto é, de uma verdade una e imutável, considerando a filosofia como o caminho para a busca disso. Aristóteles, porém, enfatizava que havia uma separação dual entre aquilo sobre o que não se pode

questionar (a verdade) e aquilo sobre o que os homens precisam deliberar. Nessa linha de pensamento, o filósofo aproxima a retórica da dialética: “ambas se preocupam com coisas do tipo que estão, mais ou menos, dentro do saber geral humano e que não pertencem a nenhuma ciência definida” (ARISTÓTELES, 1952, p.593) ⁶.

De acordo com a visão aristotélica, a retórica não se resume a mera persuasão, constituindo-se como uma arte ou *technè* (Τεχνική), relacionada aos aspectos do cotidiano e sedimentada sobre o trabalho com o senso comum, o consensual, o partilhado, em suma, o verossímil⁷ (aquilo que a opinião corrente considera como possível, mesmo admitindo situação de contrariedade). Ve-se, já aqui, muita similaridade com a lógica de funcionamento do jornalismo.

Ao desenvolver seus postulados acerca da *technè rhétorik*, Aristóteles a apresenta dividida em três partes: o *ethos*, *pathos* e o *logos*, aos quais o estudioso de Análise do Discurso Milton José Pinto (2009) associa às figuras do emissor, do receptor e da mensagem, respectivamente. São nesses âmbitos que a arte retórica se realizaria, e não apenas no seu efeito (*telos*) persuasivo. A arte estaria triplamente focalizada no trabalho do orador com relação a particularidades de cada uma daquelas partes. Em relação ao *logos*, ele operaria com caracteres demonstrativos, quer dizer, lógicos; vinculado aos elementos éticos (do *ethos*), ele se preocuparia com a preparação do lugar (*ethos*) de onde parte a argumentação; direcionado ao *pathos*, trabalharia mecanismos patéticos, isso é, emocionais, das paixões (*pathé*, em grego). Assim, segundo tal concepção, a persuasão seria o resultado do esforço e habilidade em lidar com os recursos retóricos em cada uma dessas partes. Os tipos de situação comunicativa instaurados pelos produtos jornalísticos podem ser ricamente analisados levando-se em conta as competências do orador, bem como seus modos para organizar um discurso dirigido a um público.

Entretanto, a análise do jornalismo a partir dos conceitos aristotélicos de retórica não deve fazer uma apropriação ingênua dos mesmos, perdendo de vista os importantes deslocamentos contextuais ocorridos na história do Ocidente, os quais impactaram tanto nos formatos dos discursos quanto na valorização da retórica enquanto prática e disciplina⁸.

⁶ Além disso, o filósofo opõe retórica e poética, dizendo que a primeira é a arte da comunicação cotidiana, por isso, comprometida com a verossimilhança, enquanto a segunda é a arte da evocação imaginária.

⁷ A dialética, por sua vez, era a arte do provável, que exige o esforço demonstrativo. Já o possível não precisa ser provável, basta que ele seja o mais aceito pela opinião geral.

⁸ Chaïm Perelman (2005), embora não trate do dizer midiático e priorize o estudo da argumentação no campo do Direito, identificar algumas diferenças cruciais entre a retórica da antiguidade clássica e a retórica de sociedades mais complexas. Ao fazer isso, esse autor contribui para o entendimento das novas práticas retóricas, inclusive as

Conforme destaca Barthes (2000), a importância conferida ao poder persuasivo da palavra se enfraqueceu no mundo ocidental moderno; a retórica perdeu sua força diante da evidência, um valor do século XVI, o qual se manifestou sob três principais modos: no protestantismo (evidência de nível pessoal); no cartesianismo (evidência conferida pela razão) e no empirismo (evidência sensível). Os séculos seguintes estiveram sedimentados sobre o discurso científico, amparado pela prova científica e apoiado na crença de que “contra fatos não há argumentos”, o que pôs de lado o império do discurso persuasivo. O paradigma fundamentado na certeza matemática, no racionalismo e no cientificismo lógico tomava a evidência como o elo para a verdade enquanto relegava a retórica à condição de não-conhecimento. Em face da força desse caminho, então, como ressalta Barthes (2000), o triunfo da retórica ficou restrito ao campo do ensino, sobretudo com ênfase nas figuras de linguagem.

Por um bom tempo, tais paradigmas reinaram no Ocidente e reproduziram modelos de verdade subordinados aos preceitos do conhecimento racional. Posteriormente, o discurso científico com pretensão de Verdade foi estremecido pelas críticas ao racionalismo, pelo estudo do inconsciente e pela emergência de novos modelos filosóficos. Contudo, ainda durante muito tempo, o pensamento do Ocidente e mesmo as práticas do cotidiano vão, com frequência, continuar a exibir os reflexos desse posicionamento e da força ideológica da realidade demonstrada pela evidência. De qualquer forma, mais contemporaneamente, sobretudo na era da mídia, o mundo se faz permeado de discursividade, cenário em que Barthes (2000) faz questão de apontar que a retórica, embora muitas vezes sufocada ou vista com desprezo, tornou-se “mais viva do que nunca”.

Um relevante aspecto a se considerar a respeito da retórica na era da mídia é que (alguns) discursos e mensagens (*logos*) puderam ser amplificados, ocupando os espaços de maior visibilidade e audibilidade da esfera pública. Além disso, é possível observar a ocorrência de uma hipertrofia do *ethos* e um silenciamento do *pathos*, numa analogia ao que Muniz Sodré (1984) chamou de monopólio da fala, considerando sobretudo a televisão. As instâncias institucionalizadas da mídia acabaram por promover um agigantamento e fortalecimento do lugar do orador/emissor, enquanto o *pathos*/receptor se constituía

mediadas por aparatos. Ele esclarece que mesmo que o auditório (ou *pathos*) já não esteja fisicamente presente diante de quem profere a mensagem, como ocorria na ágora grega, ele (auditório) continua a existir, ainda que virtualizado pelo orador (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Tal percepção mostra-se fundamental para se pensar na situação retórica propiciada pelos meios de comunicação.

principalmente como audiência e mercado a serem conquistados. No século XXI, porém, é necessário refletir acerca de outras situações retóricas tendo-se em conta as novas possibilidades de produção e emissão discursiva, tema que será discutido em momento oportuno.

Como se sabe, segundo a concepção de verdade do racionalismo exacerbado, não há espaço para a ação de convencimento pela verossimilhança. Nem persuasiva (como a retórica), nem imaginativa (como a poética), a lógica cientificista é da ordem da apresentação de provas, as quais, de tal modo sistematizadas, não permitem de questionamento sobre seu conteúdo; isto é, são auto-evidentes.

Tendo isso em mente, é possível refletir um pouco mais sobre o aspecto gnoseológico do jornalismo, do qual se tratou primeiro - isto é, a fundamentação que esse discurso procura na realidade – associando-o à sua dimensão político-discursiva, que nada mais é que levar em conta seu caráter retórico. Para galgar poder e construir autoridade, a retórica jornalística lança mão de variados recursos. Ela explora a verossimilhança ao mesmo tempo em que age discursivamente buscando para si um lugar de distinção e estatuto de verdade. Isso se dá mediante a adoção e a consolidação de um importante valor para o jornalismo, o qual funciona como uma espécie de elemento turvador do caráter retórico - a norma da objetividade. Esse ideal nem sempre existiu na atividade de imprensa, mas foi sendo incorporado à prática, à deontologia, aos saberes jornalísticos. Esse processo será mais aprofundado nos capítulos seguintes, porém, o que é válido destacar neste momento é que a retórica da objetividade consiste em uma reunião de elementos (técnicos e axiológicos), os quais enveredam por um caminho de esfumaçamento do esforço retórico, ao buscar revestir o discurso jornalístico de aparência de verdade inquestionável. Por meio da forma objetiva de expor seu conteúdo, com dados, fontes, números, ele procura, para convencer o público, reunir provas e demonstrações que tenham aparência evidente e lógica. Assim, o jornalismo obscurece a sinceridade do verossímil, que é exatamente aquilo com que os jornalistas trabalham, ou seja, aquela matéria da opinião geral e comum que está na ordem do que é possível muito mais do que aquilo que é efetivamente demonstrado em caráter lógico e definitivo.

A percepção de jornalismo como verdade absoluta é não mais que uma produção ilusória ou imagem mítica construída pelo discurso. A própria verdade científica, mesmo amparada em evidências, já sofreu seus abalos. Assim, no interior de sua própria argumentação, baseada na autorreferência e na adoção de técnicas da objetividade, o

jornalismo se legitima e faz sua autopromoção. Dentro de uma narrativa que pode até apontar para fora de si mesma existe também um ímã persuasivo cujo objetivo é convencer o público que vai consumi-lo de que não está participando de uma situação retórica, mas sim que está tendo acesso à verdade do mundo (LOPES, 2009). Isso equivale ao que Barthes (2000) chama de forma diegética da narrativa, a qual encontra sua força não em uma referencialidade com elementos externos ao discurso, mas que se explica e mantém-se presa dentro da realidade da própria narrativa (BARTHES, 2000).

Nesse sentido, é preciso perceber o jornalismo (com seus mais variados formatos e signos linguísticos, visuais, auditivos...) a partir do contínuo esforço de sua retórica autorreferencial. Se por um lado ele aponta para o mundo e, eventualmente, produz e reproduz algum grau de conhecimento (recortado, construído, mas também impregnado por ele) sobre a realidade, por outro lado, ele insistentemente indica a si mesmo. Frequentemente menciona seus próprios produtos, refere a sua própria ética, proclama sua própria função, faz inúmeros apontamentos para seu próprio dever cívico, sua própria competência, seus próprios sofrimentos, suas próprias vitórias, os ataques de outros grupos contra ele etc. Tudo isso acaba relegando ao segundo plano a representação propriamente da realidade e caminhando para uma ordem representacional autorreferente, profundamente marcada pela virtualização máxima (LOPES, 2009).

A terceira e última dimensão que considero no exercício de explicitar que concepção de jornalismo adoto, é a que trata da sua forma de funcionamento, que inclui reflexões sobre a atualidade e a periodicidade. Esses dois conceitos foram trabalhados por um pensador alemão considerado pioneiro nos estudos sobre jornalismo: Otto Groth. Embora sua proposta de sistematizar elementos para uma ciência do jornalismo seja considerada por alguns pensadores como uma meta duvidosa⁹, o autor inaugura reflexões importantíssimas a respeito do modo de o jornalismo ser no mundo. Duas dessas relevantes peculiaridades fazem as seguintes afirmações: o jornalismo é atual e é periódico.

Ambas apresentam um grau de caracterização tão poderoso e estável para o jornalismo, de modo que podem ser verificadas desde os primórdios da atividade de imprensa até o momento contemporâneo. Na fase do jornalismo artesanal é possível perceber a criação e desenvolvimento de veículos periódicos destinados a tratar das “novidades”, antes mesmo

⁹ A crítica de vem de pensadores como Adelmo Genro Filho (1987, p. 7), que acredita que a sectorização do jornalismo em uma teoria exclusiva vai de encontro ao um cenário em que as ciências sociais tendem à confluência de disciplinas e perspectivas.

de a objetividade figurar como valor ou ideal para a atividade, e ainda quando os jornalistas não tinham uma identidade muito bem definida enquanto grupo profissional. Alzira Alves de Abreu (2002), por exemplo, prefere nem mesmo chamar de jornalistas os que trabalhavam nos primeiros periódicos do Brasil, mas simplesmente “homens de imprensa”. Vale lembrar, ainda, que grande parte do conteúdo daquelas folhas – em alguns momentos históricos, muitas são clandestinas, mas lutam pela regularidade – remetia a fatos contemporâneos a elas: decisões da Côrte, novidades da metrópole, a chegada de navios, a ocorrência de crimes. E também discussões sobre os assuntos em voga, como por exemplo, o fim da monarquia, a independência do país, a abolição da escravatura, enfim, os debates atuais daquele tempo.

Atualidade e periodicidade também representam a realidade do jornalismo do século XXI, mesmo em face de uma série de transformações nos formatos, suportes e linguagens tradicionais dos meios de comunicação possibilitadas pelas novas tecnologias. É bem verdade que, com a internet, a proliferação de informação, de canais informativos e de agentes informadores chegou a estremecer fronteiras da atuação do jornalismo e do grupo dos jornalistas, configurando o que autores como Ciro Marcondes Filho (2000) e Joaquim Fidalgo (2009) consideram uma “crise”. Porém, a periodicidade continua sendo requisito importante para caracterizar o produto jornalístico, criar vínculo e cultivar a fidelidade com o internauta. Ainda que fora dos moldes tradicionais, como o jornal diário, a revista semanal, o programa de rádio da manhã, o telejornal da noite, os quais funcionam como marcações temporais sistemáticas capazes de estabelecer um ritmo à produção, ao consumo e à circulação das mensagens, o jornalismo na internet também exige algum grau de periodicidade. Seja ele informativo ou opinativo (muito comum em blogs, por exemplo), o dizer jornalístico demanda, no mínimo, um compromisso periódico. Ainda que não seja a repetição rítmica, são necessárias a regularidade, a constância, a presença, de modo que estas se configurem como comprometimento profissional com o público que o acessa.

A questão da atualidade, por sua vez, também é compartilhada pelo jornalismo dos meios de comunicação de massa e os formatos emergentes no contexto das novas tecnologias de comunicação e informação. Embora muito se fale sobre a exacerbação da produção jornalística em experiências como jornalismo minuto a minuto, ou último segundo, a preocupação com a questão da instantaneidade já está presente desde quando os jornais impressos imprimiam várias edições em um mesmo dia, em situações que apresentassem fatos extraordinários. Vale lembrar, também, que o rádio já nasce com essa potencialidade.

Tendo exposto que a investigação da identidade jornalística também passa pelo entendimento de situações e conjunturas que dêem conta de abordar os aspectos que foram denominados gnoseológicos, político-discursivos e formal-funcionais do jornalismo, é hora de retomar as questões em torno do diploma e da formação superior de jornalismo. Como visto, esta pesquisa primeiramente detectou a existência de polêmica em torno dessas duas instâncias, percebendo, ainda, que isso era reflexo, também, de debates sobre a profissão de jornalista dever ser aberta ou restrita. Mas, afinal, quais os fatores que contribuem para que esse conflito seja tão intenso e insistente?

A história da construção de identidades profissionais no Brasil é, possivelmente, o caminho mais seguro para que se busquem respostas para esta última questão. Conforme Renato Boschi (1991), Wanderley Guilherme dos Santos (1994) e Ângela Gomes de Castro (1991), o corporativismo - profundamente marcado pela trajetória da intervenção do Estado nas relações sociais de trabalho - aparece como elemento crucial de produção de sentidos para as relações trabalhistas e para os próprios trabalhadores. Como se verá nos capítulos que se seguem, as entidades de classe dos jornalistas estão, desde seu início, imersas nas discussões sobre formação. Além disso, os vínculos associativos contribuíram para que, em alguns momentos, determinadas posturas e discursos diante das questões do diploma e do ensino estivessem atreladas a outros processos - mais ou menos enfáticos - de construção identitária. Nesse sentido, a noção de corporativismo, ainda que não seja tratada diretamente, vai permanecer subjacente ao presente esforço em observar atores, discursos e contextos que ajudem a explicar porque o jornalista brasileiro acabou se forjando de determinado modo e não de outro.

Para buscar hipóteses mais específicas a respeito do diploma e a formação, estes serão momentaneamente tomados de forma isolada, embora sempre sejam vistos como instâncias correlacionadas. Porém, a estratégia se justifica visto que eles apresentam discussões mais particulares quando observadas de perto, as quais podem fornecer pistas importantes para o entendimento dos processos identitários desse profissional no país.

Em relação ao diploma, durante os 40 anos compreendidos entre 1969 e 2009, a lei brasileira definiu que apenas os graduados em jornalismo poderiam exercer a profissão de jornalista. O mecanismo legal investiu, pois, o diploma de significativo peso na definição de quem podia ou não ser reconhecido como membro daquele grupo. Contudo, à parte a força da lei, muitos continuaram a considerar que diploma não era decisivo para a identificação dos jornalistas, ou seja, o decreto 972/69 foi capaz de firmar momentaneamente uma das estacas

na borda da fronteira, mas não apagou nem conteve a polêmica. Assim, uma dúvida relevante para esta pesquisa é: por que a necessidade do diploma traz tanta controvérsia quando se trata dos jornalistas enquanto isso não se passa com a maioria das outras categorias profissionais?

Acredita-se que isso acontece porque, em primeiro lugar, a medicina e as engenharias, profissões das áreas de biológicas e exatas respectivamente, estão amplamente ancoradas em uma tradição cientificista que prima pela valorização dos cálculos, dos números, das estatísticas, dos experimentos comprovados em laboratório. Já o jornalismo, palavra sobre o cotidiano do mundo e vivenciada no cotidiano do público, não apresenta essa aura científica. Para um grande número de pessoas é difícil enxergar algo como uma ciência jornalística, porque ele, ainda que trate de temas científicos ou de fatos distantes, está próximo das pessoas e promove um jeito aparentemente simples de aproximação com a realidade.

Não obstante essa característica que faz o jornalismo soar como não científico, existe um grupo de pesquisadores empenhado em demonstrar que existe especificidade científica do conhecimento jornalístico. Tal posição não encontra consenso na comunidade acadêmica nem no senso comum. Os que acreditam nisso fazem um esforço ferrenho para defender sua posição. Um dos maiores desafios para se sustentar a ideia da cientificidade do jornalismo repousa sobre o fato de que a comunicação, duplamente ferramenta e produto do trabalho do jornalista, é inerente ao humano. A princípio, ninguém precisa fazer um curso para ser capaz de se comunicar ou de fazer um relato sobre o que viu ou ouviu. É com essa linha de raciocínio que se desenvolve o argumento dos que dizem que não é preciso diploma para se exercer o jornalismo. Estes acreditam que uma pessoa bem informada, culta, que lê muito e que tem habilidade com a escrita tem qualidades suficientes para exercer a profissão.

A discussão sobre os argumentos favoráveis ou contrários ao diploma é longa, cheia de pesos e contrapesos. Ela perpassa toda a história da formação universitária do jornalista, tendo apresentado, ao longo do tempo, uma vasta gama de argumentos, posicionamentos, interesses, envolvimento de atores sociais, movimentações estratégicas, deslocamentos de opiniões. Como se verá ao longo da pesquisa, desde o início do século XX, no alvorecer das ideias de se criar escolas de jornalismo, existe uma disputa entre os favoráveis à formação superior específica e aqueles que crêem que o jornalista não se faz nos bancos da escola, mas sim no ofício diário. Tudo isso será desenvolvido aos poucos e a apresentação sistemática das disputas será retomada em outra oportunidade, porque o que se pretende mostrar aqui é que, em face de atividades profissionais como a medicina e a engenharia, a crença na cientificidade

ou no monopólio de saberes associado à posse do diploma é, para o jornalismo, uma questão problemática e controversa.

Já frente ao direito, uma carreira que também se insere nas "humanidades" e um curso superior que depende, basicamente, de "cuspe e giz", o questionamento sobre a necessidade do diploma não tem a dimensão da polêmica alcançada no jornalismo. A rigor, é possível questionar o diploma de direito usando o mesmo argumento de que é suficiente que a pessoa seja bem informada, culta, leia muito e tenha decorado os códigos, normas e procedimentos (para isso basta a leitura e memorização). Diante dessa possibilidade, mostra-se pertinente, então, indagar novamente: por que o diploma de direito não é posto em xeque, enquanto o de jornalismo é? Talvez seja porque a formação de bachareis da advocacia tenha uma sedimentação universitária muito mais sólida que os cursos de jornalismo. No Brasil ainda colônia, muitos filhos da elite foram estudar direito na Europa, então, esse é um curso muito mais antigo, de tradição acadêmica muito mais forte e com traço de distinção ligado às condições econômicas.

Além desse, outro aspecto pode ser pensado na comparação do jornalismo com outras carreiras mais próximas à filosofia, ciências humanas e sociais. Em muitos países - Estados Unidos, por exemplo - é comum que um jornalista que trabalha na mídia tenha passado por um processo de formação em economia, sociologia, ou outro, e depois tenha feito um curso rápido de jornalismo, como algo complementar. Sob essa perspectiva, transparece e reforça-se a imagem de que o jornalismo não reúne um conjunto de saberes próprios, mas constitui-se apenas de uma espécie de técnica para relatar e transmitir outros saberes. Essas situações e posturas de outros países que não adotaram a obrigatoriedade do diploma certamente têm impactos sobre a discussão acerca da necessidade da graduação em jornalismo no Brasil.

As implicações com o diploma de jornalista podem ser entendidas em face dessas tensões de ordem gnoseológica, mas há ainda outras justificativas, vinculadas a dimensões políticas, para se compreender a problemática do diploma. Acredita-se que mais um motivo para a existência dessa controvérsia esteja ligado ao lugar de fala desses agentes no espaço social, aspecto já enfatizado em parágrafos anteriores. Sendo o diploma um mecanismo de autoridade que confere às universidades e à comunidade acadêmica o poder de definir perfis ao formar os jornalistas, entram em tensão outros grupos - do mercado de trabalho, do mundo das organizações de classe, do poder público, dos empresários da mídia, enfim, outros atores sociais - que também querem ter algum poder e acesso à construção de um profissional com um capital simbólico tão importante na sociedade.

As reflexões sobre o diploma de jornalista até aqui arroladas compõem algumas hipóteses que a presente pesquisa vai procurar delinear. Uma outra hipótese envolve a segunda parte do problema: a formação superior, afinal, não se pode falar de diploma sem também refletir sobre isso. É o que vem a seguir.

Desde a instalação dos primeiros cursos – e mesmo antes, nas discussões dos jornalistas sobre o assunto – é possível vislumbrar diferentes pontos de vista relativos ao tipo de currículo a ser adotado. É bastante interessante observar, nos primórdios do ensino jornalístico, a organização da grade de disciplinas, o posicionamento do curso frente a outras carreiras de “humanidades”, a escolha de certas cadeiras em detrimento de outras, os autores adotados. Fazer comparações com modelos posteriores também é extremamente rico, pois aponta para deslocamentos e permanência de valores e de forças e poderes em jogo nessas definições. É bom lembrar que novas questões, valores e posicionamentos vão aparecendo e/ou se complexificando à medida que aumenta o número de cursos pelo país, ou que são feitas reformas do ensino no âmbito governamental (por exemplo, a criação de currículos mínimos), ou que se acompanham transformações dos e nos meios de comunicação e, num plano mais amplo, mudanças da sociedade e da cultura.

O olhar deste trabalho privilegia a longa duração e não se restringe à discussão contemporânea sobre diploma e curso superior. Ele ultrapassa a fundação das primeiras escolas e vai buscar, no início do século XX, as incipientes discussões sobre o assunto. Tal opção tem o objetivo de fundamentar as comparações e análises, trazendo à tona possíveis valores, representações, imagens, embates, tensões, posicionamentos que não são exclusivos do período abrangido pelo material empírico da contemporaneidade.

Tendo feito isso, não é arbitrário dizer que existe um vigoroso e perene ânimo para se dar a palavra final sobre o que seria bom para a formação do jornalista. Assim, a hipótese para as questões do curso superior a ser investigada neste trabalho é a de que a tensão entre teoria e prática – e eventualmente o acirramento de um antagonismo que não deveria existir – é o ponto nevralgico que perpassa toda a história do ensino de jornalismo no Brasil. De maneira geral, embora haja diversas nuances e complexidades, os conflitos revelam uma tensão entre as correntes que tendem a valorizar uma formação mais humanística, filosófica e abrangente versus os que dão mais ênfase aos fazeres jornalísticos, privilegiando o ensino das práticas e mesmo teorizando sobre essas práticas.

Vale salientar que esses diferentes posicionamentos acerca das questões do diploma e do curso superior não tornam esses objetos de estudo menos nobres quando se tem em vista

uma pesquisa sobre a identidade do jornalista brasileiro. Pelo contrário: tal como mostra Georg Simmel (1964), a dimensão do conflito deve ser tomada positivamente pelo pesquisador cujas preocupações se voltam para os modos como um grupo constitui suas fronteiras. Assim, considera-se que são extremamente frutuosas as situações em que os sentidos que permeiam a identidade desse profissional estão em disputa.

Como se verá desenvolvido nos capítulos, há momentos em que a constante tensão dá lugar a embates mais acirrados, seja por força de fatos históricos ou de atores sociais. Nesses momentos, ficam mais evidentes os valores, representações, memórias e outros elementos de construção identitária, o que é oportuno para a pesquisa e análise. Assim, aprofundar a discussão sobre o diploma e o curso superior tendo em vista a investigação da identidade jornalística não se trata de enveredar pela argumentação que defenda ou ataque pontos de vista, mas mostrar como, por que, por quem, com que propósitos, sob que condições são construídas as diferentes e variadas opiniões sobre a formação do jornalista no Brasil.

Sem esquecer que muitos critérios concorrem para o reconhecimento da atividade de jornalismo - e, conseqüentemente, dos jornalistas - no país, este trabalho privilegia o olhar sobre dois momentos que se apresentaram como ricos campos de análise das tensões e movimentos relativos não só ao diploma e à formação superior, mas a variados sentidos que acercam a identidade do jornalista brasileiro. Tal como já mencionado, o primeiro deles é um processo judicial que tramitou entre 2001 e 2009, com vistas a extinguir a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional, e o segundo é o processo de elaboração de diretrizes curriculares para a graduação em jornalismo, proposta pelo Ministério da Educação e Cultura em 2008 e concluída em 2009.

O eixo central da presente pesquisa é o âmbito da educação ou, numa expressão um tanto quanto redutora, o “reino dos saberes”. Mas é bom destacar que outros âmbitos estão invariavelmente envolvidos na construção de saberes e conhecimentos em jornalismo, bem como, alguns deles, estritamente vinculados aos dois momentos já mencionados. Assim, mesmo que a coluna vertebral deste trabalho seja o ensino, vale deixar claro que tal opção metodológica não exclui, de modo algum, o âmbito dos fazeres, que pode se relacionar à empresa jornalística tradicional (televisão, rádio, jornal, revistas etc.) ou a qualquer espaço, inclusive virtual, em que aparece algum tipo de atuação jornalística. Também considera o âmbito em que os jornalistas se organizam, por exemplo, suas associações de classes, incluindo, para efeito de análise, sindicatos tanto patronais como trabalhistas. Abarca, ainda, uma esfera mais ampla, que é a própria sociedade, ou nos termos habermasianos, a esfera

pública. É imprescindível que se considerem alguns atores desse espaço onde os produtos jornalísticos circulam e, ao mesmo tempo, onde o jornalista se relaciona com suas fontes e com outros atores sociais com quem estabelecem relações de poder.

Até aqui já foi feita uma breve introdução sobre: o assunto geral da pesquisa, os objetivos pretendidos em relação ao tema, a forma como o conceito de identidade é encarado, os problemas e questões envolvendo diploma e curso superior, as possíveis respostas a serem investigadas. Foram propostas, também, algumas reflexões teóricas acerca do jornalismo, acrescentando, ainda, que a preocupação histórica serve de guia e calço para um trabalho profundo e bem fundamentado. É hora, então, de apresentar, com mais cuidado, a maneira como tudo isso será estruturado.

A tese está dividida em duas partes: uma primeira, com motivações históricas, organizada segundo uma ordem cronológica de processos envolvendo o ensino de jornalismo no Brasil. Nela, estão os três capítulos iniciais, que abordam aspectos institucionais, corporativos, culturais, sociais, econômicos, legais, políticos envolvidos na paulatina configuração de um campo acadêmico no qual se desenvolveu o ensino e a pesquisa de jornalismo no Brasil. Na medida do possível, serão feitas algumas comparações com processos de construção da identidade jornalística em outros países e no mundo, genericamente.

A segunda parte vai tratar de dois momentos específicos para o jornalismo brasileiro no contexto contemporâneo: as discussões sobre o diploma vinculadas ao processo judicial que transcorreu entre os anos de 2001 e 2009, finalizando com a extinção da obrigatoriedade do mesmo, e a elaboração de diretrizes curriculares específicas para jornalismo no ano de 2009 (antes só existiram currículos mínimos, entre 1962 e 1984, ou diretrizes para comunicação social).

É interessante esclarecer que tanto a questão do diploma quanto a das diretrizes curriculares se vinculam ao eixo da formação, estando, portanto, em consonância com o objetivo apresentado desde o início. Outro esclarecimento necessário diz respeito ao método de abordagem desses dois momentos. Ambos são, efetivamente, os motivadores imediatos para a recolha do corpus de análise desta pesquisa, não pelo fato de, em si mesmos, representarem balizadores relevantes para a construção de certa imagem para o jornalista brasileiro de seu tempo – embora o sejam, em alguma medida -, mas sim pelo fato de terem conseguido aglomerar inúmeras discussões acerca dessa identidade. Eles são, pois, muito mais arena do que atores nas lutas em torno dos sentidos para a identidade jornalística.

Nessas arenas foram recolhidos para o corpus: textos das decisões judiciais sobre o diploma, material de campanha da Federação Nacional dos Jornalistas em defesa do diploma, debates em listas de e-mail e textos nos sites do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, lista de discussão on-line da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação), debates e palestras ocorridas com estudantes de uma universidade pública e uma universidade particular da cidade do Rio de Janeiro, questionário com alunos de comunicação e jornalismo, editoriais de veículo de comunicação contrário à obrigatoriedade. Além disso, duas audiências públicas para consulta da sociedade em relação às diretrizes curriculares contaram com a participação presencial da pesquisadora, donde se extrai material empírico proveniente de tal observação.

É bem verdade que a lista acima se mostra bastante extensa, contudo, é necessário que tudo isso passe por análise, a fim de que diferentes vozes possam ser ouvidas e compreendidas no contexto de construção de uma identidade para o jornalista no Brasil do século XXI. As discussões em virtude do processo judicial do diploma e da elaboração das diretrizes mostraram não só a heterogeneidade do interior do grupo dos jornalistas (abordar-se-á mercado de trabalho – chefes, empregados, freelancers, não diplomados -; as entidades de classe patronais ou não; o âmbito do ensino e pesquisa, incluindo alunos e docentes), mas também a significativa importância dos âmbitos externos ao grupo, com os quais os jornalistas estão, de alguma forma, ligados (poder público, sociedade civil).

A proposta de revisão das diretrizes curriculares, em 2008, e a elaboração das mesmas em 2009, bem como o fim da obrigatoriedade do diploma de jornalista, em 2009, são definições concretas para o campo jornalístico e também para os jornalistas. A complexidade da teia em que se emaranham tais fenômenos abrange jogos de poder e interações entre diferentes agentes sociais, os quais estão permeados por imagens, entendimentos, crenças, posturas, aproximações e distanciamentos em relação ao universo jornalístico já objetivados e naturalizados por esses mesmos jogos de poder e interações sociais. Ao mesmo tempo, novos entendimentos, crenças, posturas, sentidos vão sendo produzidos e negociados no momento da interação e nas dinâmicas das relações de poder que estão em jogo.

Os jogos sociais, segundo Bourdieu (1996), abrigam os participantes, e estes, na medida em que estão completamente imersos no jogo, crendo na importância e na validade daquele jogo e seguindo as regras sem contestá-las, estão vivenciando a *illusio*, que nada mais é que essa ausência de questionamento. Numa situação de *illusio* nada soa estranho, tudo parece muito evidente e a coerência das atitudes, das estratégias, reside em funcionar em

consonância com as regras do jogo. Assim, os habitantes da “Jornalistolândia” estão convencidos sobre os papéis que representam, sobre as bandeiras que levantam, sobre as causas que defendem, ainda que se posicionem em pólos contrários no embate de opiniões.

No esforço metodológico de olhar para os discursos dos atores sociais em disputa na questão do diploma de jornalista, a percepção dos gestos e falas movidos por interesses conscientes deve vir acompanhada do cuidado em perceber aquilo que está para além do cálculo racional, ou seja, aquilo que está dissolvido na *illusio*, mas que também funciona como motivador das estratégias dos agentes. E, nesse movimento, certamente a preocupação histórica, que busca conexões contextuais e causais, dá sua contribuição teórica e metodológica para que congruências e permanências, bem como rupturas e transformações graduais sejam compreendidas.

Tal como lembra Bourdieu (1996), o conhecimento sociológico alerta para o fato de que não há gratuidade ou arbitrariedade naquilo que os agentes sociais realizam, isto é, seus atos, suas condutas têm uma razão de ser. Assim, quando um pesquisador se propõe a entender a identidade de um agente social, deve cuidar de investigar razões, interesses e motivações que estão para além daquilo que é tornado explícito nas falas ou nas formas óbvias de apresentação de si. Para isso, deve exercer um esforço analítico que seja capaz de superar a situação de *illusio* presente nos jogos sociais, ou seja, posicionar-se de modo que não caia na tentação de assumir um compromisso com a causa pleiteada pelo indivíduo ou grupo em questão, mas detectar os modos e situações em que ações, interações e dizeres operam na construção das fronteiras identitárias.

PARTE I

Jornalistas no Brasil: uma visão cronológica sobre ensino e profissão

Já se mencionou e já se justificou que o eixo do ensino foi escolhido como coluna vertebral do trabalho. Ele também pode ser chamado de eixo das escolas, eixo pedagógico ou eixo da formação, desde que se mantenha em mente que essa é uma classificação genérica e abrangente, servindo apenas de orientação, pois evidentemente há múltiplas dimensões atreladas ao que se entende por ensino e não é propósito deste trabalho afiliar-se especificamente a alguma delas. Por exemplo, seria possível propor um corte pelo viés das instituições superiores, donde se partiria da fundação do primeiro curso superior exclusivamente de jornalismo no Brasil, que data de 1947 (houve criação de cursos antes, mas vinculados a outras disciplinas e institutos). Todavia, a pesquisa recupera assuntos relativos ao eixo pedagógico desde o início do século XX, por acreditar que entendimentos importantes sobre essas épocas poderão ser daí apreendidos quando comparadas com fenômenos e discursos do contexto contemporâneo.

Um dos primeiros vestígios do passado a apontar para um desejo de se constituírem cursos de jornalismo no país se refere à criação da Associação Brasileira de Imprensa em 1908, bem como à realização do I Congresso Nacional de Jornalistas, em 1918. Esse momento inicial até a efetiva fundação do primeiro curso específico em jornalismo pela Cásper Líbero, em 1947, será chamado de período de latência e ocupará parte do primeiro capítulo. Com o apoio teórico e metodológico da consulta a textos referentes à época, será lançado um olhar analítico acerca de discussões, tentativas pedagógicas incipientes e breves experiências de práticas de ensino. Entre esses textos estão referências bibliográficas que abordem o ensino de jornalismo e/ou outros tópicos que ajudem a entender o contexto da primeira metade do século XX e também fontes primárias: eventuais documentos, boletins de associações, anais de congressos, notícias de revistas e jornais antigos, enfim, textos que possam dar pistas sobre diferentes sentidos partilhados acerca da identidade do jornalista naquele momento.

Ainda no primeiro capítulo, a mesma metodologia de pesquisa bibliográfica unida à documental dará suporte à abordagem de um segundo período, compreendido entre 1947 e

1962, datas que marcam episódios específicos relacionados ao eixo escolar: 1947 é o ano de fundação do primeiro curso de jornalismo no Brasil e 1962 é a data em que o Ministério da Educação elaborou as primeiras orientações curriculares para a graduação nessa área (o chamado currículo mínimo). Mas tal periodização pode ser caracterizada de maneira muito mais pertinente tendo em vista o objetivo desta pesquisa sobre a identidade do jornalista brasileiro. O período em questão será chamado de “momento de profissionalização do jornalismo”, pois se trata, justamente, dos anos que englobam a década de 1950, considerada crucial para a modernização da imprensa brasileira.

As empresas jornalísticas, a prática do jornalismo, as redações de veículos de comunicação e os jornalistas experimentaram diversas mudanças com o brutal crescimento e fortalecimento do valor da objetividade. Jornais pioneiros promoveram mudanças estruturais nas formas de se fazer jornalismo e nos modos práticos de lidar com os trabalhadores, como aconteceu, por exemplo, no *Diário Carioca*, que encampou mudanças editoriais e técnicas, criando, inclusive, um manual chamado “Regras de Redação do *Diário Carioca*”, em 1950 (RIBEIRO, 2000, p.112).

Aspectos que concernem ao cotidiano empresarial e ao mercado de trabalho são imprescindíveis para iluminar o entendimento dos processos de criação e desenvolvimento dos primeiros cursos superiores no país, e há variados motivos para isso. Um deles, de ordem mais prática, é que os próprios professores de disciplinas técnicas em jornalismo eram provenientes da imprensa existente. Vale lembrar, também, que o eixo da formação não se restringe às escolas, mas pode ser observado nas experiências pedagógicas – ou nas discussões sobre isso - que tomaram parte nas empresas e nas entidades de representação de jornalistas naquele momento.

Já o capítulo 2 entabula uma discussão mais focada na formação superior. Prossegue-se temporalmente pela década de 1960, com ênfase para o ano de 1969, cujas duas grandes marcas nesse âmbito são: em primeiro lugar, a promulgação do decreto-lei 972/69, que determinou a obrigatoriedade do diploma em jornalismo para o exercício dessa profissão e, em segundo lugar, uma reforma curricular no âmbito do Ministério da Educação que promoveu a criação do curso de comunicação social, transformando o curso de jornalismo em uma das suas habilitações.

Nos anos que se seguem, é possível vislumbrar, de certo modo, um gradativo fortalecimento e crescimento do curso superior. Mas isso foi vivenciado em meio a um contexto de ditadura militar, que representou mudanças sensíveis para o grupo dos jornalistas,

como por exemplo, a instituição da censura prévia aos veículos de comunicação, a prisão de diversos jornalistas, o desenvolvimento de uma imprensa alternativa. A atenção, ainda que rápida, a esse momento da história do país é de suma importância para o estudo da identidade do jornalista brasileiro contemporâneo, uma vez que grande parte da memória trabalhada na atualidade está impregnada de lembranças/esquecimentos sobre essa época. Essa parte do capítulo 2 serve de embasamento para análises posteriores, que vão procurar dar conta das diferentes maneiras pelas quais algumas representações do contexto contemporâneo constituíram-se com referências a tal período. O período da redemocratização também teve seus impactos sobre a atividade jornalística e sobre as instituições de ensino superior, motivo pelo qual serão destinados alguns parágrafos para tratar do tema ainda no segundo capítulo.

A partir do terceiro capítulo, a tese se volta à investigação do que está sendo chamado momento contemporâneo, que engloba o fim do século XX e início do XXI. Com o apoio de consulta bibliográfica, serão feitas reflexões acerca das novas configurações da comunicação – não só no Brasil, mas no mundo – frente às materialidades, técnicas, valores e experiências da contemporaneidade. Será feito um esforço para se pensar a chamada "crise" do jornalismo e dos jornalistas diante das novas tecnologias, novos formatos, novas dinâmicas, novos cenários trabalhistas.

O capítulo 3 também vai continuar a análise de processos históricos específicos e complexos que se conectam ao desenvolvimento do campo acadêmico e, mais propriamente, ao ensino de jornalismo no país. Ao delinear os traços contextuais, a reflexão abordará a questão da explosão dos cursos superiores no Brasil e o contexto de crise do emprego no mercado de trabalho.

Além de considerar todos esses âmbitos, esta pesquisa sobre o jornalista brasileiro do século XXI leva em conta as importantes transformações na contemporaneidade no campo da comunicação e também da cultura, sempre lançando mão de uma perspectiva histórica. Para não ficar no presentismo ou na mera descrição de características do grupo dos jornalistas, é preciso entender os porquês de certas configurações, representações, imagens, comportamentos, valores e outros aspectos da identidade desses profissionais, porquanto a própria concepção de jornalista como um profissional não é um dado absoluto, mas algo historicamente construído e em constante transformação.

1. Primórdios do ensino de jornalismo no Brasil

1.1 1908-1947: primeiras ideias, discussões e iniciativas

O I Congresso Brasileiro de Jornalistas, em 1918, promovido pela Associação Brasileira de Imprensa, ABI, é considerado o movimento mais emblemático no alvorecer da ideia de se constituir uma escola de jornalismo no Brasil, pois sistematizou discussões iniciais de alguns homens de imprensa do início do século XX. Autores como Dunshee de Abranches (1938), Fernando Segismundo (1988) e Manoel de Lourenço Magalhães (1954) apontam que a criação da ABI em 1908 - portanto, 10 anos antes desse congresso - foi uma iniciativa que refletia a preocupação do fundador Gustavo de Lacerda com a valorização do profissional que escrevia nos periódicos. Além das reivindicações por melhores salários e condições de trabalho mais justas, a Escola de Jornalistas era um dos desejos de Lacerda quando planejava e se articulava para criar a Associação.

Fora do Rio de Janeiro e, mesmo antes do surgimento da ABI, há relatos de que esse mesmo anseio já podia ser vislumbrado em Pernambuco. Maria Luiza de Moraes (2003) afirma que entre os anos de 1904 e 1906, os jornais pernambucanos discutiam a necessidade de se fundar uma escola de jornalismo.

No seio da Associação Brasileira de Imprensa, localizada no Rio de Janeiro, então capital do Brasil e também berço das principais experiências de publicações periódicas no país, as reivindicações no sentido de melhorar a qualificação daqueles aos quais Gustavo de Lacerda chamava “trabalhadores do pensamento” (MAGALHÃES, 1954) iam ganhando consistência e robustez. Gustavo de Lacerda faleceu em 1910 e não chegou a ver a concretização do sonho nem sequer tem participação no desenvolvimento dos seus planejamentos para a Associação que fundara. Mas seu sucessor na presidência da Associação, Dunshee de Abranches, deu prosseguimento ao caminho pretendido pelo fundador, propondo, em 1913, reelaborações nos planos iniciais (SEGISMUNDO, 1988). Em 1917, Raul Pederneiras, membro da Associação, escreveu uma proposta curricular para a Escola de Jornalismo. Esse projeto continha 31 disciplinas, incluindo História Natural, Química, Física, Escrituração Mercantil (SEGISMUNDO, 1988) e apresentava, de acordo com Morel (1985), traços de inspiração dos modelos americanos de formação jornalística. O autor não explica exatamente que modelos são esses.

Conforme Marques de Melo (2004), duas instituições de ensino encampavam as principais linhas mestras da formação de jornalistas nos Estados Unidos: a Universidade de Columbia, que em 1912 estabelece uma pós-graduação destinada a preparar no jornalismo estudantes que já viessem de outras áreas de conhecimento, e a graduação da Universidade de Missouri, em 1908, com perfil de formação mais voltada à prática da reportagem, tendo, inclusive, um jornal laboratório diário.

A primeira experiência escolar para o ensino de jornalismo nos EUA já havia sido tentada desde o ano de 1869, no Washington College, Virgínia (NIXON, 1963 *apud* MELO, 2004), mas não havia, nesses tempos iniciais, consenso acerca da necessidade e importância do curso. Rizzini (1953) mostra, por exemplo, que “os diretores do *New York Evening Post* e do *Missouri Republican* fulminaram a iniciativa por inútil e absurda” (RIZZINI, 1953, p.6) e acrescenta que o diretor do *New York Herald* dizia que a redação de um grande jornal era o único lugar capaz de formar um jornalista. Versam os argumentos desses opositores que a atividade é fruto da formação técnica operada pela prática no mercado de trabalho, acrescida de um possível autodidatismo. Outro posicionamento contrário às escolas ampara-se na comparação do jornalismo como uma espécie de arte ou dom. “Nós jornalistas estamos firmemente convencidos de sermos como os poetas: *Born, not made.*” dizia o escritor John Dillon (*apud* RIZZINI, 1953, p.6).

Por outro lado, um dos grandes defensores da formação acadêmica era Joseph Pulitzer, proprietário e diretor de jornais americanos que foram grande sucesso no fim do século XIX e início do XX. Ao defender o jornalismo como “a mais exata das profissões” (*apud* RIZZINI, 1953, p.5), ele combatia a tese do autodidatismo e a crença no caráter meramente artístico da atividade.

As opiniões de donos de jornais americanos citadas por Rizzini mostram que estão em jogo diferentes modelos educacionais, bem como variadas opiniões sobre a necessidade ou o teor da formação do jornalista nos Estados Unidos. Como é possível perceber, portanto, é a própria identidade desse grupo que está em disputa, já que diferentes modos de reconhecimento vão sendo delineados a partir de imagens ou concepções (profissional, artista, intelectual autodidata) expressas nas vozes daqueles atores sociais. Assim, quando se pensa sobre a repetição ou adoção de modelos americanos no Brasil, é importante atentar para o fato de que aquilo que chega como influência não provém de um molde exato e unânime, mas estende-se e confunde-se numa atmosfera de tensões e disputas. Vale lembrar ainda que todo esse borbulhar de opiniões e parâmetros institucionais se inserem num contexto mais amplo,

que engloba processos históricos do desenvolvimento da imprensa naquele país, o qual é obviamente distinto da realidade no Brasil.

As discussões sobre a implantação dos primeiros cursos nos Estados Unidos se dão em um momento posterior ao qual Michael Schudson (1978, p.17) chama de “revolução comercial da imprensa” (1978, p. 17), ocorrido por volta de 1830, quando as receitas para sustentar os periódicos deixaram de vir prioritariamente da venda de exemplares e passaram a derivar da publicidade. Alguns jornais, a fim de alcançarem alta circulação e dessa forma serem mais vantajosos para os anunciantes, passam a adotar a filosofia de venda a preço baixíssimo, fenômeno que ficou conhecido como *penny press*, porque um exemplar era vendido a um centavo de dólar, isto é, um penny.

Schudson explica que além de quebrarem a barreira do preço alto, os jornais procuraram vencer a barreira da vinculação estrita com a política, no intuito de aumentar o número de anunciantes e leitores. O antigo jornalismo, financiado por partidos ou grupos políticos e recheado de opinião declarada, deu lugar a um modelo mais informativo e voltado para os fatos. Assim, tinham um discurso sobre a igualdade de todo anunciante, bem como buscavam deixar claro aos consumidores que não estavam subservientes a ninguém em particular. Segundo Schudson (1978), essas, entre outras mudanças desde o século XIX, encontram-se na raiz do surgimento do ideal da objetividade, valor que só foi definitivamente incorporado na imprensa brasileira a partir dos anos 1950. Antes disso, e também na época em que Gustavo de Lacerda sonhava com a implantação da Escola de Jornalismo pela Associação Brasileira de Imprensa, um outro modelo de jornalismo vigorava no Brasil.

Uma brevíssima retomada da história da imprensa brasileira no século XIX dá conta de que, nos contextos da independência do Brasil (1822), abolição da escravidão (1888) e proclamação da República (1889), ela (imprensa) se caracterizou, principalmente, por ser combativa, de viés sobretudo político, panfletário, opinativo. Os jornais tendiam a funcionar, prioritariamente, como plataforma para propagação expressamente ideológica (SODRÉ, 1977; ABREU, 2002; RIBEIRO, 2000; BARBOSA, 2007). Embora abrigassem algum conteúdo informativo, era o teor político que fazia com que tais periódicos pudessem ser taxados segundo segmentações (republicanos, monarquistas, abolicionistas...).

Nesse contexto, o envolvimento com a atividade de imprensa era encarado menos como um meio de vida – mesmo porque em termos salariais era praticamente impossível sobreviver desse ofício - e mais como um modo de atuação social e política. A defesa de valores, correntes de pensamento, posições ou partidos políticos configurava-se como

motivação primária para o exercício jornalístico nesse momento. Os periódicos, contudo, não queriam ser tomados como meros porta-vozes de interesses ou grupos particulares, mas reivindicavam para si o papel de promotores do bem comum.

Para o jurista e jornalista Ruy Barbosa (1849-1923), “a imprensa é a vista da nação”.

“Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça” (BARBOSA apud COTTA, 1997, p.12).

Ser jornalista na imprensa com tal configuração baseava-se, pois, no ideal de poder transformar a realidade e agir em benefício público. Eis um dos motivos da evocação de uma imagem de missionários para os jornalistas. Há que se destacar, contudo, que mesmo quando o jornalismo passa a ser mais informativo que opinativo esse sentido de engajamento não é esvaziado. Pelo contrário, ele se mantém, mas se reorganiza, atrelando-se aos novos valores, práticas e representações que mais tarde caracterizarão o jornalismo.

Sem padronização, os textos traziam influência do direito e da literatura, além de estarem carregados do estilo próprio do autor. O formato textual mais importante para os periódicos daquele momento era o artigo de fundo, uma espécie de editorial, isto é, um texto em clara consonância com a visão política do jornal, mas geralmente escrito de forma empolada, rebuscada, usando linguajar complexo e buscando parecer erudito. Seu objetivo não era, nem de longe, narrar fatos de modo claro, objetivo e conciso, metas almejadas pela notícia, gênero que mais tarde vai ocupar lugar central no jornalismo não apenas como prática, mas como lugar simbólico de lutas por diferenciação identitária.

As gazetas e pasquins surgidos em desobediência à censura instituída pela Corte no Brasil ainda colônia (D. Pedro permitiu impressões não oficiais apenas em 1821), ou mesmo depois da independência, bem como os homens de imprensa que faziam dessas folhas um espaço de luta política contra o Império são componentes importantes da imagem de herói, missionário e destemido de que o jornalismo se revestiu. Em Pernambuco, Frei Caneca, que já tinha um histórico de lutas e prisão por participar de revoltas defendendo a independência do Brasil e a abolição da escravidão, lançou um jornal, em 1823, que “ocupava lugar de vanguarda na luta contra o absolutismo” (SODRÉ, 1977, p.108). No relato do historiador da imprensa Nelson Werneck Sodré, Frei Caneca é “um dos grandes jornalistas brasileiros, espírito rebelde e indomável, sagrou-se como herói e como mártir” (1977, p. 106).

Cipriano Barata é outro personagem a evocar o espírito de missão impregnado ao imaginário¹⁰ da atividade jornalística sobre essa época. Deputado em Portugal pela província da Bahia, desagradou os portugueses ao criticar a Coroa e defender mais autonomia e liberdade - inclusive de imprensa - para o Brasil. Por causa de suas ideias foi preso, mas nem por isso deixou de fundar jornais e expor por escrito suas opiniões¹¹.

Além do caráter político, o jornal no século XIX foi um importante lugar para a prática literária. A obra *O Guarani*, de José de Alencar, publicada entre fevereiro e abril de 1857 no *Diário do Rio de Janeiro* é um típico exemplo do que ficou conhecido como romance de folhetim. A mobilidade alcançada pela distribuição dos periódicos era responsável para que mais pessoas, num país ainda semi-analfabeto, pudessem ter contato com a literatura; além disso, "os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível" (SODRÉ, 1977, p.334).

Figuram, por exemplo, entre os que trabalharam na imprensa no fim do século XIX os renomados escritores Euclides da Cunha e Machado de Assis, rememorados e identificados muito mais em torno da imagem de literatos do que de jornalistas. Machado de Assis, que tinha como principal fonte de sustento um emprego público, dedicava-se à literatura e à atividade jornalística típica de então. Ao mesmo tempo em que teve espaço nos jornais do Rio de Janeiro para a publicação de alguns de seus trabalhos ficcionais, também atuou escrevendo crônicas nesses veículos, sobretudo sobre a vida da cidade e os costumes da época.

Euclides da Cunha, militante do ideal republicano, publicava seus textos de teor politicamente engajado nas páginas de *A Província de S. Paulo* (mais tarde denominado *O Estado de S. Paulo*). Para o mesmo jornal, foi repórter correspondente da Guerra de Canudos, enviando relatos sobre os fatos presenciados, mas sem perder seu estilo literário característico. Com base em sua vivência proporcionada pelo trabalho jornalístico, produziu, cinco anos depois, a obra literária *Os Sertões*, publicada em forma de livro no ano de 1902.

¹⁰ O termo não está sendo usado no sentido de mero conjunto de imagens, mas é "uma rede etérea e movediça de valores e sensações partilhadas concretamente ou virtualmente" (SILVA, 2003, p.9), algo coerente com a concepção de Maffesoli, para quem "o imaginário é uma realidade" (entrevista a Juremir Machado da Silva in Revista Famecos. Porto Alegre, Edipucrs, n.15). Concepções mais problematizadoras e revestidas de nuances podem ser encontradas em pensadores como Gilbert Durand, autor de *As estruturas antropológicas do imaginário* (1969), e Bachelard (1978).

¹¹ Primeiramente trabalhou dirigindo, em Recife, a Gazeta Pernambucana, de Manuel Clemente do Rego Cavalcanti. Em abril de 1923, fundou a *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, onde ficou até novembro, data de sua prisão. Deu continuidade ao seu jornal, denominando-o, então de *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, atacada e presa na fortaleza do Brum por ordem da força armada reunida*. Outras edições da *Sentinela da Liberdade* foram editadas com nomes alterados dependendo do nome da guarita para onde seu autor era transferido (SODRÉ, 1977).

João Paulo Alberto Coelho Barreto, também conhecido como Paulo Barreto ou João do Rio, é outro personagem de destaque na história da imprensa nos primeiros anos do século XX, época em que os progressos, avanços e novidades dos tempos modernos começavam a encantar os moradores dos centros urbanos no país (BARBOSA, 2007). Sobre ele, Cremilda Medina (1988) dá uma ênfase especial ao estudar a origem do jornalismo moderno e noticioso no Brasil. A autora considera que ao ir buscar informações na rua, João do Rio consagrou-se como verdadeiro repórter e transformou a crônica em reportagem. Suas inovações para o jornalismo foram significantes nos modos de captação de dados e valorização do conteúdo informativo, porém, não se deram em relação ao estilo da escrita literária (MEDINA, 1988).

Como destaca Cristiane Costa (2005), vínculo, proximidade e coincidências entre jornalismo e literatura, bem como de jornalistas com os homens e mulheres de letras se estendem ainda por diferentes períodos do século XX, adentrado o XXI¹², donde se pode, desde já, considerar que essa relação também é determinante no processo de negociação de fronteiras e construção contínua da identidade jornalística.

Ainda sobre as características da atividade jornalística no século XIX e início do XX, vale lembrar que a presença de outros intelectuais como sacerdotes e algumas classes de servidores públicos também era comum entre aqueles que produziam conteúdo para os jornais. Os bachareis em direito contribuíam para conferir uma linguagem rebuscada, cheia de jargões, por isso, pouco acessível aos textos, algo que só foi efetivamente banido das notícias com as reformas dos anos 1950, principalmente com a adoção dos manuais de redação e estilo pelas empresas jornalísticas. Enfim, o jornal era encarado por uma parte significativa de seus integrantes como um local de trabalho que poderia servir como mero “bico” ou degrau para a vida política (SEGISMUNDO, 2003), mesmo porque, em termos salariais, a atividade não rendia sustentos suficientes para a dedicação exclusiva. Muitos pagamentos eram feitos através de vales e não havia qualquer benefício ao trabalhador. De fato, a legislação trabalhista que regulamentou a profissão de jornalista e definiu o registro no Ministério do Trabalho só vem em 1938, como se discutirá mais à frente.

¹² A autora desenvolve uma pesquisa extensa sobre escritores jornalistas no Brasil entre 1904 e 2004. Para isso, faz a seguinte periodização: primeiro, um momento inicial, que vai de 1808 a 1830; segundo, uma fase de transição entre "o reinado do publicista e a república dos homens de letras" (COSTA, 2005, p.12), de 1840 a 1910; terceiro, 1920 a 1950, período de modernização da imprensa; quarto, 1960 a 1980, quando a autora identifica um crescimento do número de ficção produzida por jornalistas e, quinto, de 1980 a 2004, quando os jornalistas escritores se afastam da produção de notícias e reportagens para dedicarem-se prioritariamente à editoriais de Cultura, valorizando o contato com o mundo intelectual e editorial.

Mas nem só de pessoas com destacado nível de escolaridade e/ou cultura eram compostos os quadros dos trabalhadores em jornais. Contínuos, funcionários administrativos ou aspirantes semi-analfabetos tinham chance de ir galgando posições como repórteres, embora o posto de redatores continuasse a se destinar àqueles que tivessem domínio da língua portuguesa.

A estrutura organizacional do *Jornal do Brasil* do final do século XIX, descrita por Barbosa (2007), oferece uma ideia do modelo de empresa jornalística naquele momento, ajudando a entender a dinâmica do trabalho dos homens de imprensa. Havia, basicamente, três setores: o administrativo, englobando serviços de revisão, expedição, almoxarifado e correio; a oficina, que cuidava da composição, paginação, processo de impressão e encadernação; por fim, a redação, efetivo espaço dos jornalistas. Ali trabalhavam repórteres de diversas seções, redatores, o secretário de redação, os responsáveis por receber, no serviço telegráfico, notícias locais e internacionais, seja de agências, seja de correspondentes.

As características heterogêneas desse conjunto de produtores de conteúdo para os jornais, bem como as condições de trabalho e salário nesses veículos impressos do início do século, sob a ótica do fundador da ABI, Gustavo de Lacerda, eram sintoma de uma profunda falta de profissionalização dos jornalistas. Ele dizia: “o jornalismo entre nós não é uma profissão” e afirmava que os jornalistas eram “os últimos dos proletários” (ABRANCHES, 1938, p. 4). Esta última frase diz respeito a comparações com outras categorias operárias também importantes para o funcionamento do jornal, que eram os linotipistas, maquinistas e todos os operadores das oficinas de impressão. Os chamados gráficos já tinham organizado seu sindicato e, com suas reivindicações, já contavam com o recebimento regular de salário, enquanto aqueles a que Gustavo de Lacerda chamava “trabalhadores do pensamento” continuavam submetidos a atrasos e ao regime de vales (SEGISMUNDO, 1988).

A luta pela profissionalização integrou os ideais de Gustavo de Lacerda e dos oito homens presentes no ato de fundação da ABI, os quais acreditavam que o fortalecimento dos jornalistas enquanto uma categoria e a conquista de melhorias no seu ambiente de trabalho e também em seu processo de formação constituíam muito mais do que a defesa de interesses meramente corporativos, mas representavam uma visão clara e consciente sobre a importância do papel da imprensa para a sociedade. Tal percepção pode ser evidenciada nas palavras de Dunshee de Abranches quando este ocupava o mandato de presidente da entidade (ele sucedeu Gustavo de Lacerda, falecido em 1910):

“... o jornalismo, em nossa pátria hoje, como ontem, como amanhã, há de sempre exercer uma função poderosa e decisiva. Foi ele quem concorreu em máxima parte para a consolidação da nossa independência e hegemonia política no continente, propagou as grandes reformas que ilustraram os fastos do Segundo Reinado, fez a abolição e a República” (ABRANCHES, 1938, p.18)

Tal convicção se unia ao desejo desses fundadores de transformar a realidade heterogênea e pouco profissional da imprensa da época. Pleiteavam a autonomização da atividade num contexto em que as redações de jornais abrigavam desde analfabetos a literatos, juristas e políticos. Para isso, acreditavam que era necessário promover qualificação intelectual aos trabalhadores dos periódicos e, nesse sentido, a própria Associação Brasileira de Imprensa nasce junto com a proposta de criação de um núcleo para formar os profissionais da imprensa.

Em 1918, sob a presidência de João Guedes de Mello, a ABI promoveu o I Congresso Brasileiro de Jornalistas, cujos anais se perderam, não podendo ser diretamente analisados por pesquisadores do presente. De qualquer forma, parte do registro sobre ele está em textos de um periódico da ABI chamado *Boletim Mundial* (MOREL, 1985, p.82) e ainda existem fragmentos sob a forma de relatos, memórias e estudos, os quais podem ser recolhidos, principalmente, na bibliografia produzida acerca da história da entidade (SEGISMUNDO, 1988, MOREL, 1985; MAGALHÃES, 1954; ABRANCHES, 1938; SILVEIRA, 1932; BRANDÃO, s.d.).

Segismundo (1988) registra que as discussões do I Congresso foram organizadas de acordo com as seguintes comissões temáticas: identidade profissional e escola de jornalismo, profissão de jornalista, ação da imprensa, liberdade de imprensa, história do jornalismo, assuntos diversos.

As comissões ficaram encarregadas de promover debates e produzir relatórios com o resultado das deliberações. Segundo Dionysio Silveira (1932), a comissão que discutiu os temas da identidade profissional e da escola de jornalismo defendia a Escola como meio de “aproximar os jornalistas entre si” e registrou as seguintes conclusões:

I – A fundação da Escola de Jornalismo é uma necessidade urgente. Della (sic) advirão, para os futuros profissionais e quiçá para os de hoje, benefícios seguros. Realizada Ella (sic), alguns pontos do programma (sic) do Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas serão oportunamente atendidos, o que se póde prever sem precipitação, consideradas as culturas e experiências necessárias, adquiridas em cinco anos de Escola e de jornal de aplicação. (...) Para elevar o nível

moral da profissão, para manter rigorosa ethica jornalística, para aproximar os jornalistas entre si e para cuidar esclarecidamente dos problemas de imprensa, será bastante os profissionaes que, inteiramente preparados sahirem da Escola depois de seu quinto anno. II – Que, sem prejuízo da Escola de Jornalismo que fôr adoptada, aconselhamos a criação de aulas livres, sob a fiscalização e aquiescência da Associação Brasileira de Imprensa, das matérias que mais de perto dizem respeito com a prática da profissão de jornalista. (SILVEIRA, 1932, p.45-46)

As definições do grupo de trabalho “identidade profissional e escola de jornalismo” refletem uma visível preocupação da época com a formação prática do profissional da imprensa. Isso se percebe pela sugestão de que a experiência e cultura profissionais deveriam ser adquiridas pelo “jornal de aplicação”, isto é, um jornal laboratório.

Outra característica que marca a concepção sobre a formação do jornalista registrada nesse I Congresso é a vinculação do ensino com entidades de representação do jornalista, figurada naquele momento específico pela ABI. Vale destacar que a aproximação do universo do ensino de jornalismo com esse tipo de organizações não foi exclusiva daquele I Congresso, mas também se verificará posteriormente, inclusive de modo bastante enfático à medida que o corporativismo vai sendo incorporado como projeto político na década de 30. Dessa forma, é de suma importância considerar as instâncias dos sindicatos, federações e outras associações de jornalistas como arena e atores de discussões sobre a formação jornalística no Brasil.

Outro dado a se mencionar sobre o Congresso de 1918, é que, já ali, de forma seminal, vislumbram-se os impulsos para a organização de um campo jornalístico, internamente fortalecido e autorreferenciado. Quando os participantes do evento propõem que as Escolas submetam as disciplinas criadas à “fiscalização e aquiescência da ABI” isso manifesta um desejo de autorregulamentação da Escola pelos próprios jornalistas. É um possível reflexo de um anseio pela autonomia em relação a outras possíveis esferas de saberes que conviviam de modo estreito com a atividade jornalística, como o direito e a literatura.

Vale esclarecer, porém, que de maneira alguma se está sugerindo que se considere a existência de um campo jornalístico por volta de 1918. Na verdade, o jornalismo no Brasil só pode ser associado à noção de Bourdieu de campo quando ele deixa de ser uma mera atividade ou ocupação e passa a ser reconhecido como profissão, algo que só pode ser encontrar justificativas suficientes depois dos anos 1950 (a profissionalização será abordada posteriormente). De qualquer forma, não é correto afirmar que não havia uma identidade jornalística antes desse momento. Certamente ela existia, ainda que – metaforicamente

falando – sob forma de sementes ou pequenos brotos. Traços e características - percebidos principalmente pela execução de um trabalho prático de escrita de textos não ficcionais nos periódicos - já eram suficientemente significativos para indicar tal identificação. Mas a árvore de folhas abundantes e produzindo frutos só se verá mais tarde, quando os termos da identidade não se dão apenas pelos fazeres, mas também pelos saberes (a institucionalização desse saber em escolas é um reforço), pelo organizar-se (sindicatos, federação e organizações de jornalista crescem e ganham importância na cena política do país), pelos valores (uma deontologia própria se organiza, um código de ética é elaborado...), enfim, por sedimentações grupais que fazem as fronteiras mais fortes e mais rígidas perante outros atores sociais.

No que diz respeito à institucionalização do saber pelas universidades, não obstante os desejos de criação de uma Escola de Jornalismo pela ABI desde os primórdios da Associação, ela mesma não conseguiu a implantação de qualquer curso. Tomando os anos de 1908 e 1918 (criação da ABI e I Congresso Nacional de Jornalistas) como referências importantes na mobilização do sonho de implantação de uma Escola de Jornalismo, demorou ainda cerca de três décadas para que as experiências de ensino se efetivassem concretamente em uma instituição superior.

A primeira iniciativa nesse sentido – mas que não é, ainda, uma escola especificamente de jornalismo – data de 1935. Ela aparece no Rio de Janeiro, juntamente com a criação da Universidade do Distrito Federal, UDF (depois desativada em 1939, durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas). Sem vínculos com o governo federal, essa universidade de caráter autônomo teve origem em um decreto municipal do então prefeito Pedro Ernesto. É ele quem convida o educador Anísio Teixeira para elaborar seu projeto, dentro do qual constava um curso ou cátedra de jornalismo, o qual ficou a cargo de Costa Rego, editor do *Correio da Manhã*. (NUZZI, 1992, apud MELO, 2000).

Relata Marques de Melo (2000) que Costa Rego era sócio e tinha sido diretor da Associação Brasileira de Imprensa, mas por uma tendência francófila, divergia do modelo americano defendido por João Guedes de Mello (o presidente da ABI que promoveu o I Congresso Nacional de Jornalistas em 1918) e aproximava-se de Anísio Teixeira e da linha culturalista valorizada na UDF. Acrescenta, ainda, que tal curso

não configurava uma escola profissional para formar jornalistas em nível superior, mas um curso universitário destinado a refletir sobre o fenômeno ascendente da cultura de massa, correlacionando duas atividades então imbricadas profissionalmente: o jornalismo e a publicidade. (MELO, 2000, s.p).

Em termos legais, as escolas de jornalismo foram virtualmente criadas no ano de 1938, pelo decreto-lei 910, que também chegou a exigir a posse do diploma para o exercício profissional do jornalismo. Entretanto, como relata Segismundo (1995), os donos de empresas jornalísticas não mostraram contentamento com isso, de modo que tal determinação acabou caducando naquele momento. De qualquer forma, ainda que a obrigatoriedade do diploma só se tornasse uma norma em 1969, o fato de ela ter sido cogitada já demonstra tendências político-sociais importantes no cenário nacional daquele período. Nesse sentido, é importante recuperar o contexto em que essa lei é aprovada, no qual se percebe que o rumo que o governo de Getúlio Vargas procurava dar para a dinâmica educacional e também para o universo das relações de trabalho no Brasil apontava para uma crescente intervenção do público naquilo que antes era considerado da esfera do privado ou compatível ao poder de agentes privados.

Em relação à legislação sobre ensino, 1938 também é um ano significativo: o decreto-lei 421, de 11 de maio, definiu que todo curso superior no país, privado ou público, só poderia iniciar suas atividades com autorização do governo federal e, para continuar a funcionar, deveria obter seu reconhecimento junto ao Ministério da Educação. A autorização e o reconhecimento, portanto, ficavam a cargo dos critérios do MEC, embora a organização curricular fosse prerrogativa da universidade. Apenas anos mais tarde o governo irá estipular currículos mínimos, como se verá no capítulo seguinte.

Sobre o decreto-lei 910 de 1938, além de determinar que o governo criasse escolas de jornalismo¹³, fez definições impactantes para o processo de profissionalização da atividade, instituindo, por exemplo, obrigação de registro no Ministério do Trabalho, jornada de 5h, descanso semanal, benefícios previdenciários etc. Essas questões serão retomadas ainda neste capítulo, durante a reflexão sobre profissionalização, desenvolvida no item 1.2. Por ora, o que se pretende destacar é que a regulamentação da época reverbera um contexto político-social mais amplo, de crescente valorização do corporativismo e de engendramento público de questões antes tidas como privadas.

¹³Texto original de 1938, do decreto-lei 910: Art. 17. O Governo Federal, de acordo com os Governos Estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.

Parágrafo único. Criadas as escolas, de que trata este artigo, a inscrição no Registro da Profissão Jornalística só se fará, para os novos profissionais, em face dos diplomas do curso feito ou exames prestados em tais escolas. (posteriormente revogado).

No que tange à regulação das relações de trabalho no Brasil, a década de 30 marcou o rompimento com uma tradição liberal, instaurando uma postura estatal de teor intervencionista. Conforme Wanderley Guilherme dos Santos (1994), antes desse período, as constituições federais e a maioria das leis, bem como a própria política de governo replicavam a “moda” do *laissez-faire* da organização social, pressupondo a equidade jurídica de todos os indivíduos e permitindo que as relações sociais fossem livremente negociadas entre eles. Pontualmente, no entanto, o governo demonstrava algum grau de interferência e de proteção social a algumas categorias, por exemplo, manifestando, em lei de 1890, preocupação com o trabalho infantil. Com Ângela Gomes (1991), lembramos, também, que a principal forma de trabalho no Brasil até 1888 era a escravidão, de modo que o processo de construção da identidade de uma “classe trabalhadora”- até então não reconhecida enquanto tal - coincide com a história da república, regime instalado a partir de 1889. Nesse sentido, as associações de caráter trabalhista, divididas por categorias profissionais, começam a se formar no início do século XX, embora alguns setores já estivessem mais organizados desde o império, como os ferroviários e portuários (SANTOS, 1994).

Outra forma de organização coletiva preocupada com a questão da cidadania política na década de 1920, abordada nas reflexões de Gomes (1991), era o partido político. Segundo a autora, o Partido Comunista defendia a criação de um partido para a classe trabalhadora, reunindo sindicatos e associações, os quais, contudo, lhe ficariam subordinados ideologicamente. Ela acrescenta, porém, que os ideais da Nova República, a partir de 1930, se encaminham política e estrategicamente para dar mais força ao modelo corporativo que partidário sempre regulamentado pelo Estado. Nesse sentido,

[v]encido o período de reconstitucionalização (1932-1934) e de seus múltiplos ensaios políticos, e, dimensionada a experiência do Ministério do Trabalho (criado em 1930), fechou-se com vigor o espaço para qualquer tentativa de encaminhar o processo de constituição da classe trabalhadora a partir do comando dos próprios trabalhadores” (GOMES, 1991, p. 76).

De fato, a criação do Ministério do Trabalho consta como um dos atos mais simbólicos – e, ao mesmo tempo, extremamente concreto - no sentido de representar e materializar a crescente interferência do Estado nas relações sociais de trabalho, contribuindo para a promoção daquilo que Santos (1994) chamou de cidadania regulada. Segundo esse autor, todo um conjunto de leis e posturas estatais colaborava para que o reconhecimento social fosse associado à categoria profissional do sujeito. A cidadania na década de 1930,

então, definia-se por três parâmetros: profissão regulamentada, carteira profissional, sindicato público (SANTOS, 1994).

Renato Boschi e Eli Diniz (1991) chamam a atenção para o fato de que o modelo corporativo resultado dessa ação deliberada do Estado, com vistas a manejar atores sociais tanto das elites quanto do operariado, acabou se transformando em local fundamental de definição de identidade coletiva de atores estratégicos na sociedade industrial em expansão. É justamente em face desse panorama que também se posicionam os jornalistas, que não são nem operários nem classe dominante, mas que podem ser, de certo modo e sob alguns aspectos, enquadrados sob o rótulo gramsciano de intelectuais orgânicos¹⁴.

Em consonância com o modelo de Estado cada vez mais intervencionista em setores cruciais da organização social, o governo de Vargas dá continuidade às determinações legais do decreto 910 de 1938 e, com um novo decreto 5480 de 1943, institui o curso de jornalismo, definindo o seguinte:

Art. 3º O curso de jornalismo será ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia com a cooperação da Associação Brasileira de Imprensa e dos sindicatos representativos das categorias de empregados e empregadores das empresas jornalísticas.

Certamente a história de engajamento da ABI com a questão desde seu nascimento foi decisiva para que o decreto 5480 de 1943 estipulasse sua participação na criação do curso de jornalismo, mas isso também se deve ao prestígio que ela gozava junto ao presidente e a outras instâncias do poder. A importância da Associação se mantinha em virtude dos contatos políticos estrategicamente cultivados para continuar garantindo seu crescimento¹⁵.

Por sua vez, a inserção de sindicatos de empregados e empregadores como colaboradores do projeto do curso reflete tanto a relação estreita – e de certo modo controladora - de Vargas com o sindicalismo quanto um relativo grau de autonomia organizativa alcançado pelo grupo dos jornalistas.

Quando o decreto de 1943 estabeleceu a fundação da escola de jornalismo, já existia uma variada gama de associações e organismos de classe ligados ao exercício da imprensa. Leuenroth (1987), que faz um levantamento das formas coletivas de organização dos

¹⁴ Para uma reflexão sobre a identidade do jornalista enquanto intelectual conferir Lopes, 2007 (dissertação de mestrado) e Lopes, 2009 (artigo na revista E-compós).

¹⁵ Um dos benefícios mais significativos derivados desse esforço nos diferentes jogos de poder foi a construção da Casa do Jornalista, sua sede, num terreno doado pelo prefeito Pedro Ernesto e com as verbas (quatro mil contos de réis) cedidas pelo presidente Getúlio Vargas. As obras iniciadas em 1935 foram concluídas em 1938. (LEUENROTH, 1987).

jornalistas entre 1908 e 1951, identifica que uma série de agremiações, clubes e associações reuniam os trabalhadores desse *métier* sob diversos pretextos. Havia, por exemplo, divisões por setores (Associação dos Cronistas Parlamentares, Associação dos Cronistas Desportivos do Estado de São Paulo, Centro Paulista de Cronistas Carnavalescos, entre outras); por credos e tendências (Associação dos Jornalistas Católicos) e por regiões (Associação de Imprensa do Interior, Centro Regional de Imprensa de Bebedouro, Agremiação Jornalística em Santos, etc.).

Os sindicatos propriamente ditos, não obstante malograda iniciativa de organização em 1924, na capital federal, (LEUENROTH, 1987) acabaram se materializando a partir da década de 1930, entre eles: Minas Gerais, 1934¹⁶; Rio de Janeiro, 1935; São Paulo, 1937; Bahia, 1939; Alagoas, 1938; Pará, 1939. (SÁ, 1999). Sob a égide do golpe de estado de 1937, a Constituição do Estado Novo definia que a associação profissional e sindical era livre, mas que apenas o sindicato reconhecido pelo governo tinha direito de representação legal. Nesse contexto, foi fundado, em 1937, o Sindicato Nacional dos Proprietários de Periódicos e, mais tarde, em 1939, em uma das salas da ABI, era fundado o Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro. É bastante curioso o fato de que, anos antes (1935), o prédio da ABI tenha também abrigado o nascimento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, também era possível vislumbrar aproximações entre agremiações jornalísticas com a questão do ensino. A Associação Paulista de Imprensa, API, assim como a ABI, de caráter misto por abarcar empregados e empregadores, aparece como referência em discussões da década de 1930 sobre a formação do jornalista. Conforme Leuenroth (1987), o I Congresso da Imprensa do Estado de São Paulo, realizado em 1933:

...considerando que a profissão de jornalista, em todas as partes do mundo, se reveste de grande nobreza, principalmente pela função cultural que ela implica, sendo, por isso, indispensável ao jornalista em geral a posse da maior soma de conhecimento possível, a fim de poder cumprir a sua missão de esclarecedor e orientador da opinião pública, resolveu que a API [Associação Paulista de Imprensa] sugira, apoie e promova iniciativas com o objetivo de serem organizados cursos e escolas jornalísticas (LEUENROTH, 1987, p.162).

Uma sugestão parecida foi suscitada alguns anos mais tarde, em 1942, durante o I Congresso de Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Nos debates sobre

¹⁶ Situado na cidade de Juiz de Fora, era o Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa, incluindo também os gráficos.

aprimoramento do nível cultural da classe, recomendou-se que o Sindicato da categoria naquele estado, o SJSPSP¹⁷, fosse responsável por criar bibliotecas e salas de leituras para jornalistas, manter cursos de aperfeiçoamento e especialização, além de fundar uma Escola de Jornalista (LEUENROTH, 1987).

Num movimento aparentemente paradoxal, esse mesmo sindicato condenou, no ano seguinte, uma iniciativa autônoma para o ensino de jornalismo que recebera apoio da Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo (derivada de uma cisão no seio da API). Na sede da organização, Vitorino Prata Castelo Branco realizou, em 1943, o primeiro *Curso Livre de Jornalismo* do Brasil. Era oferecido por meio de palestras e conferências, e os alunos também recebiam apostilas com o conteúdo das aulas via correio. O objetivo era reunir todo esse material em forma de livro para ser vendido em livrarias (DIAS, 2004)¹⁸. Conforme Osni Dias, tal iniciativa, porém, não agradou ao presidente do SJSPSP, que pediu a cassação o registro da revista editada por Vitorino Castelo Branco. Dias relata, ainda, que tal curso também enfrentou resistências por parte da imprensa paulista. Ele era acusado de não ser jornalista, além de criminoso por manter em funcionamento cursos ilegais, pois a organização do curso caberia apenas ao governo.

O incômodo causado pela efetivação do curso de Vitorino evidencia as contradições na tendência de defesa da formação escolar verificada tanto junto aos trabalhadores da imprensa quando aos proprietários de veículos de comunicação. Suspeita-se que as reações negativas à iniciativa derivem, em parte, de uma indisposição contra a Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo que, segundo Leuenroth (1987), nascera como uma dissidência da Associação Paulista de Imprensa. Outra razão seria a ausência de consenso entre os trabalhadores da imprensa sobre a necessidade da formação superior. Vale lembrar que como ainda não existiam escolas de jornalismo nessa época, a identidade jornalística nesse momento não se vinculava a uma formação específica. Em um relato recuperado por Dias, Vitorino Castelo Branco explicava:

“Um jornalista do extinto *Diário de São Paulo* publicou um violentíssimo artigo contra mim e contra o curso. Dizia que jornalismo é vocação e não se aprende em escola, e que aquele que se propusesse a ensiná-lo estava abusando da credibilidade pública” (DIAS, 2004, s.p).

¹⁷ Em Leuenroth (1987), Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo; hoje denominado Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

¹⁸ Esse material está reunido em uma obra única, somente encontrada, segundo o pesquisador Osni Dias (2004), na Biblioteca Municipal Mario de Andrade, em São Paulo.

De qualquer forma, mesmo com opiniões contrárias, os impulsos para a constituição dos cursos já borbulhavam por todo país, principalmente por força das organizações de classe. Mas o primeiro curso superior de jornalismo no Brasil acabou não sendo iniciativa nem do sindicato nem do governo e, sim, fruto do ideal particular do diretor do vespertino *A Gazeta*, Cásper Líbero, que, em 1943, registrou em seu testamento o desejo de criar uma fundação que, entre outras coisas, seria responsável por manter uma Escola de Jornalismo. Assim, em 1947, mediante convênio entre a PUC-SP e a Fundação Cásper Líbero, nascia o primeiro curso autônomo e de caráter superior para se ensinar jornalismo no país.

Segundo Couto (2007, p.83), o corpo docente do primeiro curso era formado por professores provenientes das áreas de direito, filosofia, ciências e letras, além de contar com consagrados jornalistas de São Paulo. A autora destaca, porém, que a parte técnica era reduzida em relação à formação mais geral dentro da grade curricular do curso, que durava três anos e se organizava da seguinte forma:

Tabela 1
Grade curricular do curso da Cásper Líbero em 1947

1ª série:	2ª série:	3ª série:
1 – Português e Literatura	1 – Português e Literatura	1 – Português e Literatura
2 – Francês e Inglês	2 – Sociologia	2 – Psicologia Social
3 – Geografia Humana	3 – Política	3 – Economia Política
4 – História da Civilização	4 – História do Brasil	4 – Noções de Direito
5 – Ética e Legislação de Imprensa	5 – História da Imprensa	5 – Org. e Adm. de Jornal
6 – Técnica de Jornalismo	6 – Técnica de Jornalismo	6 – Técnica de Jornalismo
7 – Introdução à Filosofia	7 – História Contemporânea	7 – Estatística
8 - História das artes		

Fonte: COUTO, 2007, p.83

Em relação à iniciativa governamental de criar o primeiro curso de jornalismo no país, viu-se que o decreto-lei de 1943 estipulou seu funcionamento no seio da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (depois denominada de Universidade Federal do Rio de Janeiro), mas ele não começou a funcionar automaticamente. Organizado em dezembro de

1946, reorganizado em março de 1948 foi, finalmente, inaugurado em abril de 1948 (RIZZINI, 1953).

O curso tinha duração de três anos, divididos em dois primeiros anos de estudo básico, com dez disciplinas obrigatórias, quatro das quais relativas à técnica jornalística, e mais um ano de especialização, com dez disciplinas, sendo duas de caráter mais técnico. Mas Carlos Rizzini, ao escrever, em 1953, um livro refletindo sobre esses cinco primeiros anos de existência, avalia que havia pouca ênfase ao fazer jornalístico propriamente dito. Para ele, àquela experiência faltavam alguns requisitos "essenciais ao funcionamento útil" de um curso superior: 1) autonomia em relação à sua escola ou faculdade de pertencimento; 2) a divisão em disciplinas profissionais e culturais, sendo essas últimas complementares à formação; 3) existência de laboratórios para aplicação dos conhecimentos intelectuais e técnicos e 4) a publicação direta ou indireta de um jornal pelos alunos.

De qualquer modo, não é correto afirmar que essa escola estava totalmente desconectada com a realidade do cotidiano dos jornais, afinal, figuravam entre os primeiros professores importantes jornalistas da imprensa carioca, tais como Fernando Tude de Souza, Marciel Dias Pequeno, Pompeu de Sousa e Danton Jobim (RIBEIRO, 2000). Esses dois últimos destacam-se por terem sido, com Luís Paulistano, os responsáveis por importantes reformas no jornal *Diário Carioca* nos anos 1950 que marcaram toda a atividade jornalística do país.

Ribeiro (2000) também lembra que Carlos Lacerda, diretor da *Tribuna da Imprensa* e responsável por sistematizar aulas de jornalismo para seus funcionários também esteve na fundação do curso de jornalismo da PUC no Rio de Janeiro, no início da década de 1950.

Mais do que conhecer os fatos e contextos, cabe aqui perscrutar tudo isso para colocar em relevo as representações, valores, saberes, imagens a sustentar as experiências iniciais de ensino do jornalismo. Ao entrarem definitivamente na história do país, as escolas e cursos de jornalismo desbancaram o monopólio dos veículos de comunicação sobre a totalidade dos ritos de iniciação para se enquadrar alguém como membro do grupo. É preciso deixar claro, contudo, que isso não é sinônimo de um antagonismo entre academia e empresas, afinal, o primeiro curso do Brasil foi fundado por um empresário do setor de imprensa.

Essas contradições também se exprimem no discurso do diretor da Escola de Jornalismo da Cásper Líbero, professor Souza Filho da cerimônia inaugural, ocorrida juntamente com a comemoração dos 41 anos de *A Gazeta*:

Como se explica que uma individualidade assim empolgante, jornalista improvisado, autodidata na sua profissão, Cásper Líbero sonhasse em fundar uma escola de jornalismo? Não lhe tinha sido o jornal a melhor das escolas? E não seria mais prático se os jornalistas continuassem a aprender nas redações, percorrendo o caminho que leva o recruta a conquistar todos os galões até o generalato da imprensa? A Gazeta foi uma dessas escolas, tendo Cásper Líbero à frente, como admirável reitor, que soube preparar equipes de redatores, administradores, mestres de oficinas, impressores, fotógrafos, gravadores, capazes de lhe continuarem a obra. Mas os tempos mudaram muito. Os quarenta anos que decorreram parecem quarenta séculos, tão profundas as transformações do mundo em que vivemos! (NUZZI, 2000, p. 32 apud COUTO, 2007, p.80).

Como visto, as associações de classe não patronais tiveram um papel crucial na defesa do curso de jornalismo, a despeito da corrente contrária à implantação dos mesmos por defender que o jornalismo era uma forma de arte ou talento intelectual inato. As marcas da literatura, ainda bastante mescladas com a atividade jornalística na época da implantação dos primeiros cursos, certamente contribuíram para reforçar essas percepções.

Por outro lado, uma crescente valorização das universidades e do conhecimento acadêmico fazia com que a passagem pela formação superior fosse entendida como um acréscimo ao já valorizado poder do jornalista na sociedade, além de um fator de peso para reconhecimento dos mesmos como profissionais. Tais consequências pareciam soar agradáveis tanto aos donos dos meios de comunicação, cujo poder político se vinculava à força e à competência de seu jornal, quanto aos trabalhadores jornalistas, que, mais capacitados e também organizados como categoria, poderiam reivindicar melhores salários, melhores condições de trabalho. Em virtude disso, era possível notar uma adesão à ideia da escola em ambas as partes.

Conforme Marco Roxo da Silva (2007), o editorial do jornal *Folha da Tarde* do dia 29 de novembro de 1937, intitulado "Escola de Jornalismo", repercutiu a sugestão do então presidente do Sindicato de Jornalistas, Brenno Pinheiro, de se criar um curso.

"Lá podemos perceber como o ensino superior era defendido não só pelo Sindicato, mas por parte dos setores patronais da imprensa, ambos compartilhando do mesmo ponto de vista: a formação específica como um fator de purificação e de elevação do nível intelectual e vocacional dos aspirantes a carreira de jornalista" (SILVA, 2007, p. 74)

Porém, tal boa vontade com o curso superior não se dava sem críticas ao teor dessa formação. Os estudos de Couto (2007) sobre o curso de Cásper Líbero e de Rizzini (1953)

sobre o curso da Faculdade Nacional de Filosofia demonstram que as experiências e modelos de ensino que vigoraram num primeiro momento tendiam a uma formação mais cultural do que técnica, o que gerou críticas e insatisfações junto a alguns atores do grupo do jornalista.

A distância entre as aulas da faculdade e a realidade das redações, onde alguns alunos já atuavam, deixava os estudantes contrariados, como relata José Hamilton Ribeiro em depoimento ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo:

Eu faço vestibular de jornalismo para Cásper Líbero, entro e começo a cursar. Quando estava no começo do segundo ano, já comecei a trabalhar como jornalista.¹⁹ A escola tinha três anos, mas eu não cheguei a me formar, pois, no fim do segundo ano, o Centro Acadêmico, do qual eu era vice-presidente, fez uma assembleia e resolveu entrar em greve: *queria simplesmente trocar todos os professores e o diretor e botar jornalista para dar aula*. Pois na época quem dava aula na Cásper Líbero eram professores aposentados de outras áreas. Iam lá dar aula sobre sociologia, sobre história, sobre não sei o quê, mas *um pouco desligado do mundo agitado do jornalismo*. *E a gente queria jornalista ali*. Uma visão exagerada. Fez-se a greve, um sucesso. Parou a escola. Mas quando terminou a greve e a escola voltou a funcionar, a diretoria chamou quatro estudantes lá, que eram: Paulo Patarra, Judith Librish, José Carlos Del Fiori e eu. A diretoria falou “esse movimento absurdo que você fizeram não vai ter repercussão nenhuma. Vocês vão continuar estudando. Só que nós não vamos aceitar a matrícula de vocês ano que vem”. Então, permitiram a gente terminar o segundo ano, mas não fazer o terceiro, que era para formar. Eu não me formei, fui expulso - entre aspas - da Cásper Líbero, quando fui para o terceiro ano. (José Hamilton Ribeiro, depoimento ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, setembro de 2008. Grifos meus)

As recordações de Arruda Callado, que fez o curso da Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, também apontam para uma possível insatisfação dos discentes em relação às expectativas de contato com a prática jornalística:

Hoje eu reflito e acho que o curso foi bom, mas *era uma decepção, porque quase não havia jornalismo*. A gente aprendia Teoria do Estado com Vítor Nunes Leal, um luxo absoluto; História da Civilização com Delgado de Carvalho, um homem formidável, que tinha feito o mapa das relações internacionais. Tínhamos os melhores professores. Tínhamos o Simeão Leal, que era realmente um intelectual completo, dando Técnica de Periódico, *mas ele ficava contando história do Brasil e falando de cultura*. Era um homem de

¹⁹ O depoente não especifica a data, mas anteriormente ele menciona que em 1954 estava cursando o ensino médio. Estima-se que tenha entrado na Cásper Líbero em 1955 ou 1956.

cultura fantástica. E tínhamos o Danton Jobim, que era o jornalista do curso. Ele dava aula de Técnicas de Jornalismo, mas foi péssimo professor - eu tenho que dizer isso. Danton é um inovador do jornalismo brasileiro. Era um homem divertido, inteligentíssimo, muito político, mas, ao mesmo tempo, muito preguiçoso, displicente. Ele trabalhava no gabinete do Juscelino [Kubitschek], quase não dava aula, deixava todo mundo passar para não ter prova de segundo semestre, enfim, daquilo tudo que ele sabia, passou pouco para gente. *O curso não tinha prática de espécie alguma*, nem tinha máquina de escrever, acho que não. Não me ficou na memória uma máquina de escrever nem eu trabalhando lá na escola. Mas talvez fosse o curso mais certo. Quando eu dava aula, muito tempo depois, eu pensava: será que aquele curso não era o certo, será que técnica não se aprende em um semestre? E o que tem que aprender mesmo é história das relações internacionais, economia, história? Hoje valorizo aquele curso (...). (Ana Arruda Callado, depoimento ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, julho de 2008. Grifos meus.)

Ao ilustrar com relatos memoráveis os pontos de vista do passado, é necessário ter em mente que aquilo com que nos deparamos são os pontos de vista do presente sobre o ponto de vista do passado. Como alerta Le Goff (2003), as informações conservadas pela memória necessariamente passaram por organizações e reconstituições. Em suma, os fatos, sentimentos, percepções que se foram já não podem ser recuperados, afinal, como diz Lowenthal (1989), o passado é um país distante, dele não se pode obter senão fragmentos.

Ainda sobre as opiniões contrárias à formação demasiadamente teórica e distanciada da prática cotidiana da imprensa, vale ressaltar que elas não ficaram apenas no plano discursivo, mas se materializaram em uma ação concreta. Em 1954, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro montou um curso para jornalistas cujo objetivo era complementar a formação da universidade.

Além disso, uma outra tensão se expressava. Enquanto o contexto acadêmico era altamente influenciado pela Europa e suas teorias, a prática no mercado de trabalho nesse momento vivia sob a tensa relação entre a tradição de um jornalismo mais jurídico-literário-opinativo e a valorização de modelos americanos. A grande transição pela qual a imprensa passou nos anos 1950 representou consequências para a atividade jornalística, para a identidade do jornalista e para o curso superior de jornalismo. É o que comentarei a seguir, após refletir sobre processos importantes para a profissionalização do jornalismo no Brasil.

1.2 1947-1962: Momento de profissionalização do jornalismo

Antes de falar com naturalidade do jornalismo como uma profissão, é interessante promover uma problematização desse entendimento, já que ele não é unânime, apesar de ser uma imagem comum ao jornalista brasileiro. Primeiramente, é necessário ter em conta que o próprio termo profissão e os fenômenos e critérios para se caracterizar o processo de profissionalização são concebidos de variadas maneiras segundo correntes teóricas diversas. Passando por elas, diferentes autores que tratam de jornalismo – alguns deles serão apresentados a seguir – apresentam divergências na maneira de considerar e classificar a atividade jornalística em relação ao seu caráter profissional.

Essa reflexão agrega conhecimentos para a pesquisa sobre a identidade jornalística ao ajudar a delinear os possíveis modos de se ver o grupo dos jornalistas. Como mencionado, no primeiro século da imprensa no Brasil, as práticas e valores grupais se reuniam muito mais em torno de atividades e representações vinculadas aos sentidos de intelectuais, literatos e políticos do que uma categoria profissional. Ao fazer isso, saliento que o fato de enxergá-los como profissionais não corresponde a uma compreensão essencializada do seu ser, mas demonstra uma forma específica de enquadramento que, conforme se verá a seguir, pode apresentar angulações bem discrepantes umas das outras.

O trabalho do professor português Joaquim Fidalgo (2009) faz uma boa síntese das principais correntes da sociologia das profissões, enfatizando três abordagens. A primeira delas e dominante teoricamente até os anos 1960, é a corrente funcionalista, cujas bases são definições de critérios objetivos para classificar um trabalho como uma profissão. Em virtude da busca por atributos específicos, a profissão aparece como um tipo ideal, enquanto outras atividades são classificadas como não-profissões, quase-profissões, estabelecendo assim uma escala de profissionalismo. Com base na tradição durkheimiana, os funcionalistas enxergam as profissões como um produto da organização social moderna e cujo fundamento se deve à resposta técnica que elas são capazes de oferecer às necessidades sociais. Nessas condições, seriam as principais forças reguladoras de toda organização política e social.

Já a corrente interacionista, explica Fidalgo (2009), influenciada pelo interacionismo simbólico da Escola de Chicago, se preocupa menos em firmar modelos e mais em compreender por que algumas atividades vão se tornando mais profissionais. Com o foco voltado para a análise das interações inter e intragrupais, os estudos vinculados a essa corrente valorizam os modos como os membros do grupo se organizam para protegerem seus território

e autonomia; procura-se também observar a importância da vida profissional nos processos de autoafirmação dos indivíduos, o que contribui para a construção de identidades concomitantemente pessoais e coletivas. Nesse caminho, pesquisas do interacionismo também enfatizam a análise dos processos de iniciação e conversão pelos quais é preciso passar para se tornar um membro de um grupo profissional.

A terceira abordagem de que trata Fidalgo (2009) é o "paradigma do poder", que representou, nas décadas de 70 e 80 do século XX, um movimento crítico em relação ao funcionalismo e ao interacionismo. Sob a influência de Marx e Weber, o estudo do poder das profissões no mundo social incorporou a dimensão econômica e os processos históricos de constituição de classes sociais, dentro dos quais os profissionais são vistos como atores cruciais do mundo econômico. Pensando questões como mobilidade social, criação de segmentos no mercado de trabalho, organização de mecanismos para proteção e preservação do grupo, o movimento crítico conciliou as posições anteriores ao demonstrar que os atributos das profissões não são dados estáticos, mas são, ao mesmo tempo, condição e produto dos processos de desenvolvimento das mesmas.

Ao estudar os jornalistas, o pesquisador francês Denis Ruellan (2004) prefere não chamar o jornalismo de profissão, termo que ele rejeita por considerar que seu sentido acabou impregnado de uma compreensão estritamente funcionalista. Para ele, essa noção de profissionalização “estipula que as profissões valem por si e ignora que elas possam ser construções, enunciativas e organizacionais, resultantes de rivalidades coletivas, reunindo interesses individuais (...)” (2004, p.10). Por essas razões ele prefere usar o termo “grupo profissional” e escapar de representações “ideais-típicas” das profissões que apaguem o sentido histórico e a ideia de construção.

A opção terminológica por “grupo”, que enfatiza sua declarada vinculação com a antropologia, vem acompanhada da preocupação em esclarecer que nenhum grupo é fechado em si mesmo e que nenhuma fronteira é natural. Mesmo as atividades profissionais mais tradicionais como a medicina e a pedagogia de maneira alguma podem ser tomadas como estáticas, constantes e irrevogavelmente perenes. Citando Luc Boltanski, Ruellan (2004) relembra que a construção das separações e diferenciações é um processo dinâmico de movimentos e interações sociais; as lutas por estabelecer estruturas objetivas e rígidas são claramente atos políticos tentando marcar território como se a fluidez não fosse algo inerente a qualquer identidade. Entretanto, tais ideias – sugere o autor – não são absorvidas pela noção de profissão derivada da corrente funcionalista a qual ele se contrapõe. Por isso, ele segue sua

pesquisa abraçando a expressão “grupo profissional”.

Com referência em pesquisas e literatura sobre a profissionalização, o alemão Michael Kunczik (2002) evidencia que a busca pela conceitualização do termo profissão tende ao estabelecimento de critérios comparativos e diferenciadores em relação aos diferentes tipos de trabalho ou atividade. Uma dessas classificações que remete à gradação de inserção e conexão do indivíduo com a prática social que ele exerce propõe uma diferenciação entre emprego, ocupação e profissão. O primeiro define uma atividade “móvel, casual, variável de caso para caso, ao qual a pessoa se dedica principalmente por motivos econômicos” (2002, p.33); o segundo é mais do que um modo de ganhar dinheiro, mas indica uma adesão que é capaz de moldar a personalidade de quem faz dela seu meio de vida. Por fim, o termo profissão é admitido quando:

1. A ocupação requer um conhecimento altamente especializado, adquirido por uma formação profissional prolongada, com base teórica; 2. A introdução à ocupação é controlada e as pessoas que a exercem se comprometem a cumprir certos regulamentos profissionais, e 3. Há uma formação de grêmio formal que representa os interesses da comunidade ocupacional (...) (KUNCZIK, 2002, p. 33)

Essas são algumas entre as muitas fórmulas de classificação e conceituação do profissional. Enquanto elenca ainda outras definições e critérios, Kunczik olha para a situação da Alemanha e menciona que é difícil enquadrar os jornalistas em uma única categoria social, ainda que majoritariamente eles sejam provenientes da classe média. Além disso, destaca que a dificuldade em apresentar fronteiras é perceptível pela ausência de regulamentações sobre isso naquele país: “a descrição profissional do jornalista não tem nenhuma proteção legal na Alemanha” (KUNCZIK, 2002, p.18)²⁰. Com base nessas premissas, sinaliza que não acha adequado considerar o jornalismo uma profissão, mas sim uma ocupação, embora admita que o jornalista ocupa um papel importante e diferenciado na dinâmica dos meios de comunicação e que tem uma postura profissional perante seu público.

Em relação à constituição de um rol de saberes específicos e à reprodução desses saberes por instituições de ensino, Kunczik, sempre tendo a Alemanha como foco, avalia que a academização não é bastante para explicar a profissionalização. Sua dificuldade em concordar com isso é exemplificada sob dois aspectos. Em primeiro lugar, enfatizando

²⁰ Explica o autor que direitos de não revelar fonte ou de portar credenciais de imprensa concedidas por associações naquele país não derivam de mecanismos de estado, mas ligam-se, prioritariamente, ao exercício da atividade em tempo integral.

aspectos político-culturais, ele relata que embora a história alemã tenha acompanhado um fomento ao estudo superior para o jornalista no século XX, leis e governos que sucederam o Terceiro Reich, empenhados em retomar a democracia, a liberdade e a independência dos meios de comunicação, antes controlados pelo estado, procuraram distanciar governo e imprensa. Para o autor, uma das formas desse afastamento é explicitado na própria Constituição alemã, que não permite a regulação do ingresso à profissão – Kunczik usa o termo “ocupação” – de jornalista.

Em relação aos aspectos epistemológicos da atividade jornalística, Kunczik (2002) acredita que a capacitação técnica do jornalista não é suficientemente especial e específica para ser considerada monopólio de uma profissão. Ele nota que tais saberes estão relativamente acessíveis a quem não passou por uma formação acadêmica na área. (Por essa via argumentativa é possível enveredar por uma discussão bem brasileira e bem contemporânea que toma corpo no universo de pesquisas que têm como tema o jornalismo. Esse debate é pertinente e sua existência também possui implicações para a construção da identidade do jornalista brasileiro, entretanto, não é momento para evocá-lo. Por ora, retomase Kunczik a fim de entender alguns motivos para se refutar a ideia de jornalismo como profissão). No quesito “autonomia”, ele mostra que o jornalismo ainda está demasiadamente propenso a influências e pressões, não tendo alcançado ainda a independência típica das profissões tradicionais como a medicina, o direito, as forças armadas ou o clero.

Neste trabalho, antes de tomar posições sobre a questão fato de o jornalismo ser ou não uma profissão, defende-se que para estudar a identidade dos jornalistas, é primordial considerá-los como um grupo. Isso porque, mesmo antes de serem reconhecidos como profissionais - e, de fato, no Brasil, por uma série de fatores que conduziram à profissionalização, isso pode ser dito deles - já é possível perceber processos importantes de definição de fronteiras, de diferenciação em relação a outros grupos, de lutas por espaços de atuação e busca de credibilidade pelo desempenho de sua função social, enfim, configurações coletivas de construção identitária.

Ao defender a profissionalização como um dos aspectos para se entender a atividade jornalística no Brasil, concordo com a posição de Isabel Travancas, que vê os jornalistas como categoria profissional. Numa comparação com outras profissões, a pesquisadora pontua que muitas conquistas precisam ser feitas para que os jornalistas criem uma identidade mais homogênea e sedimentada como a dos médicos ou advogados. Contudo, eles já possuem um espaço e funções relativamente bem definidos (mas que também são historicamente

redefinidos) no mercado de trabalho e na sua atuação social (TRAVANCAS, 1992).

É interessante ressaltar que a abordagem adotada pela pesquisadora para estudar os jornalistas passa pela empresa jornalística. É, principalmente, no ambiente de trabalho que Travancas (1990) procura investigar os elementos envolvidos na definição de fronteiras para a identidade jornalística. Ao enxergar o jornalista como profissional que tem uma carreira a seguir dentro da instituição, a pesquisadora fica atenta aos constrangimentos organizacionais, às pressões empresariais, às relações hierárquicas entre os trabalhadores, às influências recebidas pela empresa e à partilha de um cotidiano de rotinas e valores do grupo que trabalha nessa atividade.

Porém, como alerta Lattman-Weltman (1992), falar de identidade profissional significa abranger muito mais do que a profissão. Não é apenas o sentido utilitarista e objetivo da atividade profissional que é capaz de encadear processos de autodefinição, mas eles também são relacionados às representações, entendidas como “imagens, ideias, ideais e estereótipos” (LATTMAN-WELTMAN, 1992, p.8) os quais o pesquisador pode perceber ao estudar como os atores percebem, vivenciam e valorizam a experiência profissional.

De qualquer forma, é válido sustentar que a consolidação da atividade jornalística como uma profissão e o reconhecimento dos jornalistas no espaço social, bem como a criação e o crescimento do número de escolas de jornalismo no Brasil estão, em grande parte, relacionados aos processos de valorização mercantil da informação, os quais não podem ser vistos sem se prestar atenção à formação e ao crescimento das empresas jornalísticas. Tal consideração não pretende levar a um desvio no eixo do ensino, central neste trabalho, mas busca agregar conhecimentos significativos na investigação da identidade jornalística tendo em vista o peso fulcral das corporações de mídia na construção de sentidos e balizas para o jornalista, principalmente (mas não apenas) no âmbito de suas práticas. A estrada escolhida para estudar a construção da identidade do jornalista é o eixo do ensino, mas o âmbito institucional das empresas funcionará como as placas e sinalizações que ficam à beira do caminho.

Os parágrafos a seguir iniciam trazendo justificativas teóricas e epistemológicas para que se enxergue o âmbito institucional – em particular, as empresas jornalísticas – como instância importantíssima para a construção da identidade do grupo profissional em questão. Em seguida, reflexões que ora focam algumas instituições específicas de trabalho do jornalista devem ajudar compreender de que maneira a vivência nas redações e nos outros espaços institucionalizados afetaram a identidade dos jornalistas brasileiros. Como se verá, serão

postos em relevo alguns momentos-chave do decorrer da história da imprensa no país, buscando-se sempre encarar eventuais particularidades em face das dinâmicas de contato com outros atores do espaço social e também frente a transformações midiáticas, culturais, econômicas, tecnológicas, regulamentais, políticas.

A ênfase deste capítulo sobre a empresa jornalística e sobre alguns momentos históricos específicos de maneira alguma exclui outros espaços e formas, institucionais ou não, para o exercício dessa profissão. Estes últimos crescem em número e importância no momento contemporâneo, quando em virtude da internet e das novas tecnologias, muitos paradigmas do trabalho jornalístico nos tradicionais meios de comunicação são quebrados, ao mesmo tempo em que, paulatinamente, se estabelecem novas práticas, rotinas, condições de acesso à produção, circulação e consumo de conteúdos informativos. Acredita-se que para se falar com autoridade de possíveis mudanças e crises na contemporaneidade seja necessário ter clareza não apenas dos elementos até então cristalizados, mas também dos processos e implicações históricas que contribuíram para tal sedimentação. Olhar com atenção para tais bases ajuda a vislumbrar pontos frágeis e fortes, aquilo que eventualmente se recicla ou o que vai sendo sucateado. E o mais importante: conduz a uma compreensão dos motivos das fragilizações e fortalecimentos, aproveitamentos e descartes. Com isso é possível enxergar no novo o que é realmente novo ou o que está apenas revestido de outras roupagens.

No que diz respeito à atenção voltada para as corporações empresariais de mídia, é uma postura que reverbera algumas compreensões de autores como a socióloga americana Gaye Tuchman e o italiano Giorgio Grossi. Em trabalhos com temas concernentes ao universo jornalístico, eles tanto se dedicaram a investigar a dinâmica de construção das notícias quanto a construção social da realidade operada por elas, tudo isso tendo como importante contributo teórico a sociofenomenologia (ou sociologia fenomenológica) de autores como Alfred Schütz, Peter Berger e Thomas Luckmann.

Tal como aponta Enric Saperas (2000), Giorgio e Tuchman aperfeiçoaram as bases epistemológicas provenientes do campo da sociologia fenomenológica, uma vez que superaram alguns direcionamentos demasiadamente individuais presentes na obra de Schütz, por exemplo, e incorporaram em suas pesquisas a atenção a aspectos mais objetivos ligados às instâncias institucionais envolvidas com a produção jornalística. Eles continuaram a conceber o caráter construtivista da atividade humana, inegavelmente vinculado à subjetividade e intersubjetividade, mas deram um salto ao reconhecer que era imprescindível levar em conta as formas objetivadas implicadas na construção da realidade. Isso, no entender de Saperas,

significou uma verdadeira “renovação teórica” (2000, p. 139).

Em suas pesquisas sobre o processo de construção da notícia, os aspectos objetivos analisados incluíam as instituições implicadas nas práticas de seleção e narração do conteúdo informativo. O esforço é o de demonstrar que as notícias não são um mero reflexo da realidade como um espelho, mas sim produto de relações complexas, as quais incluem os processos institucionalmente sedimentados. Nesse sentido, práticas, rotinas, pressões, relações de poder e hierarquias dentro dos locais de trabalho necessariamente afetam a escolha dos fatos que serão notícia, o modo de narrá-los e outras formas de apresentação estampadas no produto que chega ao consumidor de informação jornalística.

As pesquisas dessa vertente ajudam a compreender que os modos como produtos jornalísticos (nomeadamente: as notícias) constroem a realidade social não são resultado de um automatismo refletivo do discurso ou das escolhas pessoais e subjetivas de quem produz esse discurso, mas estão sujeitos a condições objetivas das instâncias institucionais.

Conforme Saperas:

um dos principais contributos da aproximação sociofenomenológica para o estudo dos efeitos cognitivos da comunicação de massa foi a análise da profissão jornalística como resultado da atividade de um tipo de ator social cuja ação (conducente à construção da realidade social) se encontra institucionalizada e socialmente reconhecida nas suas competências. (SAPERAS, 2000, p. 143)

Essa valorização do âmbito institucional para a compreensão do jornalismo também marca trabalhos brasileiros, como o de Zélia Adghirni (2002), que observa as relações e práticas do jornalista com suas fontes e entre seus colegas de profissão, concorrentes ou não, mas também presta atenção às rotinas e relações sociais e trabalhistas dentro do espaço de trabalho institucional que são as redações. Tudo isso contribui para a análise que a autora faz sobre as notícias que são criadas em meio a essa complexidade de fatores.

Se por um lado os estudos de Tuchman, Grossi e outros autores preocupados com o espectro do chamado *newsmaking* mostram a importância do olhar sobre os bastidores da produção da notícia como forma de compreender o processo de construção da realidade social efetuado pelos produtos jornalísticos informativos, esses mesmos bastidores podem ser investigados para procurarmos pistas sobre as práticas, rotinas, relações de poder, normas, saberes, valores e outros aspectos que contribuem para a constituição de parâmetros e referências que servem à identificação do jornalista.

Assim se passa com os produtos e com os agentes. Jornalistas inseridos em determinadas lógicas de funcionamento das empresas acabam por adquirir, desenvolver, partilhar modos pelos quais eles se apresentam para a sociedade. Ao mesmo tempo, a forma como a sociedade os enxerga também passa por alguns mecanismos de exibição/interdição/liberação do discurso operados pelas instituições, isto é, as lógicas internas das organizações e de seus dispositivos, bem como o capital simbólico a elas atrelado, imprimem uma certa imagem ao jornalista (impressão sempre mesclada com outras tintas, vale lembrar) e a tornam visível ao público. É, portanto, da produção de uma certa imagem que se trata aqui.

Essa imagem também é impressa pelo modo como esse grupo profissional atua sobre as organizações e os meios, com valores, práticas e estilos não necessariamente vinculados à lógica da corporação. Eles trazem bagagem de suas lutas sindicais, da formação universitária- ou da ausência dela -, enfim, são formados por outras referências que não deixam de existir quando o jornalista desempenha suas tarefas no dia-a-dia de seu local de trabalho na empresa jornalística.

Um aspecto marcante para transformações institucionais no jornalismo e para o reconhecimento dessa atividade como uma profissão é a incorporação na imprensa da concepção de notícia como mercadoria. Esse não representa um fato singular, com uma marcação específica; não aparece em um lugar ou tempo exatos, mas pode ser acompanhado na trajetória do desenvolvimento da imprensa e da mídia em diferentes partes do mundo ocidental, incluindo o Brasil. A lógica de mercado não é o que embala e alimenta prioritariamente a imprensa em seu nascedouro, mas vai nitidamente se incorporando a ela na medida de seu crescimento, de modo a se tornar hegemônica, resguardadas as particularidades de cada país.

Jean Chalaby defende que, embora o desenvolvimento da imprensa e a produção de gazetas periódicas tenham ocorrido primeiro na Europa continental, o jornalismo como “*campo de produção discursiva* especializado e cada vez mais autônomo” (CHALABY, 1996, p.304, grifo no original) tem seu nascimento no século XIX, na Inglaterra e Estados Unidos. Sobre a ausência dos processos de profissionalização da atividade jornalística na França desse período, ele comenta que “muitos jovens (...) encaravam o jornalismo como o primeiro passo para uma brilhante carreira literária. O jornalismo não era uma profissão, mas uma ocupação provisória” (CHALABY, 1996, p. 314). Isso porque a imprensa na França do século XIX estava muito mais inclinada a valorizar o oferecimento aos leitores de textos cujos formatos se

aproximavam do cânon literário do que do teor noticioso, informativo e objetivo, o qual gozava de prestígio e confiabilidade para os jornalistas angloamericanos. As práticas discursivas de maior importância e distinção nos jornais franceses eram aquelas que se aproximavam dos gêneros literários, tais como a crônica, o comentário, o artigo de natureza polêmica. Vale a pena lembrar que é o modelo francês que vai influenciar o jornalismo no Brasil primeiro século do surgimento da imprensa no país. As marcas americanas, principalmente o ideal da objetividade, só serão significativamente fortes no Brasil a partir do contexto de transformações do jornalismo na década de 1950.

Ainda por meio de comparações entre as histórias do jornalismo na França e nos EUA e Reino Unido, Chalaby (1996) prossegue elencando razões culturais, linguísticas/internacionais, políticas e econômicas para justificar porque o nascimento do jornalismo deve ser atribuído ao eixo angloamericano. O caráter mercadológico, com ênfase para a importância da publicidade enquanto fonte de renda que permitiu uma autonomização dos veículos de comunicação, aparece entre as explicações do autor. Sobre a França, ele aponta que a relativa falta de autonomia dos jornais não se dava apenas em relação ao campo literário, mas também à política. Grande parte do financiamento das publicações vinha de recursos provenientes de governo ou de partidos, porque “os industriais franceses, operando num contexto cultural e econômico diferente, permaneceram relutantes em gastar dinheiro com a publicidade por um período maior de tempo do que seus correlatos anglossaxões” (CHALABY, 1996, p.320).

Em relação aos Estados Unidos, o pesquisador Michael Schudson (1978) explica que desde os anos 1830, uma série de importantes transformações na imprensa e na sociedade americana foi contribuindo para o crescimento de jornais com características cada vez mais empresariais, distanciando-se do modelo dos *printers*, proprietários de periódicos que usavam a imprensa com objetivos prioritariamente partidários ou com fins políticos. A publicidade, em detrimento da venda avulsa de exemplares ou do financiamento por particulares ou grupos, vai se constituindo como eixo principal para alavancar as finanças dos jornais. Schudson também menciona inovações tecnológicas, como a chegada do telégrafo e a invenção de máquinas de impressão mais velozes, bem como o desenvolvimento econômico urbano, acrescido de melhorias tanto nos transportes como das vias de ligação do país como fatores decisivos que o mercado de informação pudesse crescer.

Como já mencionado, começa a se erguer, nos EUA daquele período, a chamada *penny press*. O preço irrisório cobrado por cada exemplar estimulava as tiragens aos milhares

e o consumo massivo das informações ali veiculadas. Num movimento claramente contrário aos jornais financiados por partidos políticos, de alto custo para o leitor e com tiragens reduzidas, os principais centros urbanos e comerciais nos Estados Unidos experimentam uma explosão do comércio de notícia, acompanhando o nascimento (mas também a morte, pois nem sempre tinham vida longa) de dezenas de jornais baratos.

No Brasil, algumas modernizações já ocorridas na imprensa dos EUA desde o início do século XIX só começam a ser vislumbradas mais sistematicamente no final desse século e início do XX. Do ponto de vista da infra-estrutura tecnológica, muitas décadas separam a imprensa brasileira da americana. O telégrafo, por exemplo, chega aos periódicos mais importantes do Rio de Janeiro por volta de 1874. Data de 1892 a incorporação da linotipia, técnica gráfica de composição dos textos que substituiu o trabalho manual dos tipógrafos nas oficinas de impressão e possibilitou o aumento da tiragem do jornal. Barbosa (2007) relata que na virada do século XIX para o XX, a efervescência do progresso e da modernização alcançava a sociedade brasileira. Para a imprensa, telégrafo e impressoras rotativas eram o signo da velocidade e da chegada do futuro! Esses foram alguns dos fatores para a transição de uma imprensa mais artesanal para um modelo mais industrial e comercial.

De modo parecido ao que se passou nos EUA décadas antes, as verbas da publicidade também tiveram, no Brasil, impactos profundos no processo de transformação dos jornais - antes tomados como principal plataforma para disputas políticas abertamente engajadas- em empresas jornalísticas, organizações voltadas para o lucro que não quer entrar em conflito nem com seu público nem com seus anunciantes. Bastante ilustrativo nesse sentido é o nome da publicação *O Imparcial*, que sobreviveu entre 1912 e 1929, evocando um ideal de isenção e independência que, obviamente, não se realizava na prática.

A informação, em detrimento da opinião, vai ganhando mais importância como aporte e chamariz de leitores e empresas. É claro que a imprensa panfletária e também o jornalismo de cunho mais literário e autoral traziam conteúdo informativo e tratavam de fatos diversos, contudo, a informação configurava-se, basicamente, como suporte para digressões literárias, filosóficas ou manifestação de opinião partidária. Na transição para um jornalismo mais comercial, a informação vai se tornando a mercadoria mais valiosa da imprensa, fenômeno plenamente coerente - como destacaria Habermas (1984) - com a lógica burguesa já estabelecida.

Em comparação com os Estados Unidos, o Brasil do início do século XX, movido à economia rural e inseparável de suas oligarquias, apesar do processo de urbanização e os

anunciados progressos do novo século, estava longe de ser uma sociedade industrializada. Entretanto, a imprensa crescia juntamente com as cidades. E, como vimos, em virtude de fatores como as transformações tecnológicas e o crescimento das verbas vindas da publicidade, a elevação do valor simbólico da notícia e seu tratamento como produto a ser vendido aos milhares²¹ já estavam encaminhados.

Nesse contexto, o "furo", isto é, a novidade exclusiva e em primeira mão, é trunfo para agradar o público e atingir altas vendas (BARBOSA, 2007), além de ser sinônimo de competência e destreza do trabalho na imprensa. Aí a figura do repórter ganha prestígio e passa a abrigar grande parte do imaginário sobre o trabalho jornalístico. O homem (ou mulher) de imprensa não é apenas aquele sujeito culto, de óculos, com ar de intelectual, que fica atrás da máquina de escrever, mas também é aquele que está na rua, próximo aos fatos, "descobrimdo" o que está acontecendo, "revelando" o que está escondido, relatando com agilidade e minúcias o que é inédito e importante no mundo. A vida das cidades - seus teatros e artistas, o esporte, e principalmente os crimes - era retratada na imprensa (também no rádio, que começava a despontar como importante fonte de informação e entretenimento) ao mesmo tempo em que os veículos de comunicação dão vida, visibilidade, voz, mobilidade às pessoas, situações e lugares. E é o jornalista - ilustrado sobretudo pela figura do repórter- que vai fazer a ponte entre o acontecido e o que chega ao conhecimento do público.

O jornalista Fernando Segismundo (2003), em um livro de memórias sobre jornais e jornalistas, deixa transparecer a imagem de investigação que recobria a identidade dos trabalhadores da imprensa de então:

A notícia, a informação, o artigo político tinham importância, mas as reportagens eram indispensáveis, sobretudo as de caráter policial, com assassinos misteriosos só identificados pelos jornalistas, aos quais a polícia recorria. (SEGISMUNDO, 2003, p. 65)

Guiados pela lógica industrial e de mercado e carregados do viés informativo e noticioso, nem por isso os veículos de comunicação deixaram de servir como instrumento de pressão política e defesa de interesses particulares, inclusive durante todo o período da República Velha, quando os governantes do Brasil eram definidos pelo poder das elites rurais, principalmente as oligarquias mineiras e paulistas. Conforme é possível depreender dos

²¹ Barbosa (2007) recupera duas fontes diferentes sobre a tiragem de jornal no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX, cuja população girava em torno de seiscentas mil pessoas: José Veríssimo (Cf. VERISSIMO, J. A instrução e a imprensa. Rio de Janeiro: s. e, s. d.), que aponta 100 mil exemplares, e Olavo Bilac, em *Momento Literário* (2004), que fala em 150 mil.

relatos de Nelson Werneck Sodré (1977), os periódicos se constituíam não apenas como palco, mas também como importantes atores políticos durante as disputas presidenciais. Embora a política no Brasil ainda fosse marcada pelos representantes oligárquicos, os jornais borbulhavam as contradições da sociedade brasileira, que acompanhava o processo de ascensão da burguesia, lugar de onde provinha a parcela mais significativa de seu público (SODRÉ, 1977), bem como dos próprios donos dos veículos de comunicação.

A diversidade de publicações - mais populares, mais literárias e intelectualizadas, mais conservadoras, mais liberais, direcionadas ao público feminino - e a própria amplitude do veículo jornalístico demonstravam a pluralidade e heterogeneidade de um jornalismo feito na e para uma sociedade cada vez mais complexa.

Sob esses aspectos, já não se pode questionar o caráter dos signos jornalísticos como mercadorias. O termo “produto jornalístico” mostra-se adequado não só pelo fato de a notícia ser produto (com o perdão da repetição) de fabricação discursiva de enquadramento e emolduramento²² da informação que resultam numa construção da realidade social, mas porque, justamente, todos esses processos se dão no contexto de uma organização movida e moldada segundo lógicas mercantis de funcionamento. Contudo, é preciso muito mais do que considerar a mercantilização da notícia e a consolidação da lógica capitalista na imprensa -, mesmo porque nem toda imprensa é capitalista e nem toda forma de jornalismo está necessariamente submetida ao capital, conforme alerta Adelmo Genro Filho (1987) - para melhor compreender a relação da instituição jornalística com a identidade do jornalista.

Existem outros fatores que, concomitantemente, contribuíram para que o jornalista fosse tomado como um profissional da empresa jornalística. Isso porque antes da década de 1950, mesmo mediante os grandes conglomerados de mídia do final dos anos 1920 e anos 30, metonimicamente representados pela figura do famoso dono de meios de comunicação Assis Chateaubriand, o jornalismo não era exatamente concebido como profissão; muitas pessoas faziam dele um “trampolim” para a política ou um “bico”. Falta de uma formação superior específica, frouxa representação sindical da categoria, baixos salários, exercício do trabalho jornalístico conjuntamente com outros empregos (inclusive públicos) são alguns fatores que ilustram um fraco senso de profissionalismo e fronteiras nebulosas para uma identidade pouco amalgamada pelo sentido de categoria profissional, embora já pudesse ser, sob outros aspectos e segundo outros critérios, reconhecida como de um grupo.

²² Termos emprestados de Maurice Moillaud (2002), que trata da operação de emolduramento operada pelas notícias no processo de construção da realidade pela seleção e narrativa dos fatos.

Quando esses cenários começam a mudar, cada vez mais a imagem do jornalista se distancia das figuras do literato, boêmio, escritor, político, bacharel em direito para se configurar com a de um funcionário de uma empresa jornalística. Não que essas imagens tenham se descolado totalmente da sua identidade, mas foram convivendo de modo acessório e paralelo, às vezes tenso, com aquilo que emergiu e se consolidou como a imagem do jornalista profissional.

No caso do Brasil, a década de 1950 foi o momento chave para marcar a transformação definitiva de um modelo panfletário e partidário das publicações para o modelo do jornalismo objetivo, congruente com a lógica empresarial de fabricação da notícia. Tal como esclarece Ribeiro (2000), as transformações históricas desse período, bem como as imagens acerca do jornalista não podem ser vistas como aspectos exclusivos daqueles anos, mas compreendidos em termos de rupturas e continuidades dos fatos e representações.

Um desses aspectos que já indicava, desde os anos 30, o fortalecimento identitário do grupo é a já mencionada organização desses trabalhadores em diversas formas associativas, incluindo os sindicatos. Como visto, a história das profissões no Brasil está permeada da experiência corporativista, sendo que o papel político dessas entidades e o relacionamento – bom ou mau – das mesmas com as instâncias estatais de poder foram cruciais para as conquistas de cada categoria. Nesse sentido, um outro dado que não só refletiu o resultado de negociações entre o grupo dos jornalistas e o poder público, mas também representou mudanças no modo de se ver o jornalista materializou-se no decreto 910, de 1938. Através dele, o então presidente Getúlio Vargas regulamentou a profissão, diferenciando-a de outros trabalhadores da imprensa (como os gráficos e os administrativos); estabeleceu um salário mínimo; fixou o horário de trabalho e determinou que o exercício profissional estaria condicionado ao registro no Ministério do Trabalho. A norma foi capaz de criar fronteiras físicas e simbólicas para o grupo, não apenas porque estabeleceu o registro em carteira dado pelo Ministério como fator visível e palpável para diferenciação de outras profissões, mas também porque destinou benefícios aos jornalistas (em relação a salários, carga horária etc.) que fortaleciam e estimulavam a sensação e a vivência da atividade não como um "bico", mas como uma verdadeira escolha profissional, possivelmente até uma carreira. Enfim, o que Ribeiro (2000) quer destacar é que as reformas da imprensa na década de 50 representaram o coroamento de uma série de processos que já vinham acontecendo e que contribuíram para fortalecer a identidade do jornalista enquanto um profissional.

Em relação às representações, várias características e caracterizações do jornalismo e

dos jornalistas continuaram a se fazer presentes após as reformas dos anos 1950, como por exemplo, as ligações do jornalismo com a literatura e o comportamento boêmio. Abreu (1996) e Costa (2005) dão conta de que os suplementos literários produzidos pelos jornais abrigavam a geração de escritores como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Otto Lara Resende, Fernando Sabino, Ferreira Gullar, Paulo Mendes Campos, Oswald de Andrade, Saldanha Coelho e também funcionavam como ponto de encontro (COSTA, 2005, p.121) ou redes de sociabilidade (ABREU, 1996, p. 23) para aqueles intelectuais.

Outro lugar de convivência eram os bares. Os depoimentos de jornalistas para o Centro de Cultura e Memória do Jornalismo estão cheios de memórias nesse sentido. Sérgio Cabral recorda alguns lugares preferidos: Bar Luiz, na Lapa, cabaré Brasil, Novo México, Dancing Avenida e Dancing Brasil, ambos na avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, além do restaurante La Fiorentina. O bar era uma espécie de extensão do jornal, não havia hora para a boemia. Sobre seu primeiro dia de serviço no jornal *Correio da Manhã*, em 1956, Cícero Sandroni lembra que não encontrou na redação os seus conhecidos, com quem tinha tratado de iniciar o trabalho:

Estavam todos no bar do Marialva, que fica ao lado, ali na rua Gomes Freire [Centro do Rio de Janeiro]. É que o pessoal tirava um momento lá das 3 horas para tomar uma cachacinha lá no Marialva. O Guima [José Guimarães] chegou quando eu cheguei lá e eu disse: “vim aqui, porque o senhor pediu para eu vir aqui trabalhar no *Correio da Manhã*”. O Guima olhou para mim e disse: “mas quem é você? eu não me lembro de nada”. Aí o Jorge Leão Teixeira disse: “Não, ele esteve aqui ontem com você, é meu amigo”. “É? Você quer ser jornalista mesmo?” “Claro, quero”. “Então, senta aí na mesa e vamos beber”. (Depoimento de Cícero Sandroni ao CCMJ, em julho de 2008)

Já em relação às rupturas, uma importantíssima marca das transformações na imprensa dos anos 1950 que também contribuiu para reforçar o sentido de profissionalismo do jornalista, bem como para evidenciar marcações fronteiriças em relação a outros grupos e profissões foi a consolidação - dentro das corporações jornalísticas e também, não sem tensões, no grupo dos jornalistas de modo geral - do ideal da objetividade.

A objetividade no Brasil é retratada por Lage (1999) como a adoção de novas práticas que foram enfraquecendo a maneira tradicional de se fazer jornalismo. Ele conta que os jornalistas Danton Jobim e Pompeu de Sousa trouxeram dos Estados Unidos uma série de inovações redacionais, estilísticas, editoriais e gráficas a serem implantadas em reformas do

jornal *Diário Carioca*. As de ordem gráfica incluíam padronização dos títulos, diminuição dos tamanhos dos textos, retirada de elementos "pesados" da página e distribuição mais hierarquizada dos assuntos, dando ao jornal uma nova "cara".

Muitas alterações foram propostas na maneira de se construir um texto para jornal. Um manual de redação e estilo foi elaborado para dar conta de disseminar todas elas. Uma dessas técnicas - a mais simbólica nesse conjunto de reformas - o *lead*, propunha a construção de um primeiro parágrafo sintético, capaz de responder, objetivamente, às perguntas: quem? Fez o que? Quando? Onde? Por quê? E Como? Ele substituiu o "nariz de cera", típico dos jornais antigos, que era uma forma de introduzir a notícia de forma prolixa, sem tratar diretamente do fato, havendo espaço para divagações. Outra técnica - a da pirâmide invertida - consistia em narrar os fatos a partir dos mais importantes para os menos significativos. Assim, até mesmo por uma questão de facilitar a edição, os editores poderiam, se precisassem, cortar o último parágrafo sem mesmo lê-los, sem que isso fosse inteiramente prejudicial à compreensão do texto, uma vez que as informações mais relevantes estariam no início.

A responsabilidade pela padronização dos textos recaiu sobre a figura do copidesque, uma função especialmente criada para organizar e redigir as informações dos repórteres segundo os novos valores em voga. Ribeiro (2000) destaca que o papel desempenhado por esses jornalistas, em geral mais intelectualizados e cultos que a maior parte dos repórteres, também serviu para disciplinar do comportamento nas redações.

A credibilidade e a confiabilidade do jornalista ganharam reforço com a incorporação de algumas normas vinculadas ao ideal da objetividade, as quais significaram, em alguma medida, o aumento da sensação de isenção produzida pelo discurso jornalístico informativo. As técnicas da objetividade procuravam propositalmente se afastar do antigo modelo prolixo, de terminologia rebuscada, com uso de termos da linguagem jurídica ou de estilo literário, mas, principalmente, cheio de juízo de valor explícito. Nesse sentido, a notícia e a reportagem acabaram se tornando os produtos jornalísticos que melhor sistematizavam a imagem do jornalismo pós-reformas dos anos 50. Em grau de importância, tomaram o posto antes ocupado pela crônica e o artigo de fundo. A abstenção do uso dos adjetivos, a presença das aspas e do discurso indireto, a regra de se abranger os dois ou mais lados da questão, entrevistando todos os envolvidos nela e dando igual espaço aos mesmos são alguns exemplos de recursos retóricos capazes de provocar uma aura - ainda que ilusória - de neutralidade.

Ora, se a inclusão de novas funções e novas especificidades para o trabalho impactou o modo de se fazer jornalismo, não é menos verdade que também marcou a maneira de eles

serem reconhecidos. Não que essas transformações redacionais e editoriais tenham transformado o jornalista objetivo em um ser imparcial e neutro, mas ajudaram a compor a mítica de um profissional “isento”, acrescentando ainda mais altruísmo sob a já existente crença de que o jornalista era um trabalhador preocupado com o bem comum e com o interesse público.

Nesse sentido, a obediência às mudanças implantadas pela empresa - e aqui novamente se reflete sobre aspectos institucionais na construção de um modelo de trabalho jornalístico e da própria identidade jornalística - ainda que questionadas e criticadas por diversos jornalistas (como Nelson Rodrigues, por exemplo), não resultaram, ao fim e ao cabo, numa concepção de subserviência dos jornalistas aos patrões. Pelo contrário, a imagem de objetivos foi administrada num sentido mais positivo para a profissão por servir para a exaltação de uma certa autonomia desses profissionais em relação a interesses particulares.

Não há dúvidas de que a busca por uma imagem de distinção é um relevante *front* na luta pelo reconhecimento profissional, tão encampada pelas organizações de classe. Mas também se beneficiam desse sentido os próprios veículos de comunicação, cuja prerrogativa de levar ao conhecimento público o que é interesse público baseia-se amplamente no capital simbólico acumulado frente a outros atores e grupos no espaço social.

Como é possível perceber, os impactos da adoção da norma da objetividade pelos veículos de comunicação não se restringem a transformações da ordem da prática jornalística. A identidade do grupo passou a estar necessariamente vinculada a ela (ideia de objetividade) não apenas pelo que ela significou na dimensão dos fazeres, mas também porque alcançou o âmbito dos valores, bem como o dos saberes. A partir dos anos 50, esse ideal tornou-se pilar fundamental para a construção de toda uma deontologia.

Diante da postura de se tomara objetividade enquanto *savoir faire*, constituíram os primeiros manuais de redação e foram organizados cursos nas redações dos jornais para ensinar as novas técnicas de redação e estilo. Entre as experiências de ensino figuradas por empresas nessa época, Ribeiro (2000) lista, com base no *Indicador dos Profissionais de Imprensa*, os jornais *Última Hora*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*. O curso implementado neste último ficou conhecido pelo nome de "Escolinha do Lacerda" (Carlos Lacerda era o diretor da *Tribuna*).

O ensino formal das universidades também absorveu os princípios da objetividade, funcionando, em alguma medida, como reprodutor dessa ideologia ao mesmo tempo em que também abriu espaço para a reflexão crítica sobre ela. No curso superior de jornalismo da

Universidade do Brasil, iniciado em 1948 no Rio de Janeiro, os próprios "importadores" das técnicas americanas para a imprensa carioca, os jornalistas Danton Jobim e Pompeu de Sousa, eram professores. Carlos Rizzini, responsável pela cadeira de História do Jornalismo, também reforçava os valores do mercado no interior do curso, o qual, no seu entender, deveria ser uma preparação pragmática dos que iriam trabalhar na imprensa. No livro que escreveu para avaliar a situação do ensino em 1953, ele diz o seguinte:

Foi o treino profissional - a grande falha do Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia - que nos moveu a escrever esta série de capítulos. Esquadrinhamos a origem, o andamento e os resultados das escolas norte-americanas, entrando pelo debate de princípios, organização, currículos, laboratórios e graus, em busca de luz bastante à demonstração do absurdo de pretender-se um ensino de jornalismo que não seja, acima de tudo, um ensino profissional. (...)
Sendo o jornalismo uma atividade em que a vocação pode expandir-se pelo tirocínio, com efeitos positivos e brilhantes, e colimando o ensino universitário instruir educar, orientar e ilustrar as vocações, (...) incidiria dito ensino em insanável erro se descursasse o tirocínio, isto é, o treino profissional. (RIZZINI, 1953, p.54)

Luiz Beltrão é um outro personagem que ajudou a difundir a tendência americanófila no ensino brasileiro. Quando era presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco, AIP, ele passou quatro meses do ano de 1954 visitando, a convite do departamento de estado americano, escolas de jornalismo naquele país. Sua experiência rendeu relatórios para o Ministério da Educação, para a Universidade do Recife, para a Comissão Permanente do V Congresso Nacional de Jornalistas e para a AIP, além de estimular a publicação do livro que intitulou de *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*. A obra foi largamente adotada nos cursos do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2000, p.271). Nesse tipo de abordagem encontram-se as raízes para um pensamento que vai se acabar se tornando, posteriormente, um veio polêmico dentro do meio acadêmico: a de que o jornalismo é uma forma de conhecimento que tem status de conhecimento científico.

Segundo Antonio Holfeldt (2003), essa obra de Beltrão pode ser considerada pioneira em termos de referências bibliográficas nacionais para o ensino de jornalismo, já que, até então, uma parcela significativa das obras adotadas tinham proveniência americana. Outros livros sobre jornalismo no Brasil já haviam sido publicados, tais como *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* (1946), de Carlos Rizzini; *A missão da imprensa* (1950), de Carlos Lacerda; *Jornalismo e literatura* (1955), de Antonio Olinto; *O jornalismo como gênero*

literário (1957) e *Pela liberdade de imprensa* (1957), de Afonso Arinos, porém, segundo Holfeldt, eram obras de caráter mais geral e não tão importantes para o ensino propriamente dito.

Nesse momento inicial de implantação dos cursos de jornalismo no Brasil, que coincide com o período de transformações na imprensa da década de 1950, as universidades organizavam seus currículos e os conteúdos a serem ensinados de maneira independente. A partir de 1962, o ensino nessa área passou a obedecer a um currículo mínimo, estabelecido pelo parecer 323/62 do Conselho Federal de Educação ao Ministério da Educação, uma iniciativa trazida pelos ventos da recém criada lei 4024/61, precursora da Lei de Diretrizes e Bases, LDB, (MOURA, 2002).

Até essa data, havia no país 11 cursos superiores de jornalismo aprovados pelo MEC: Fundação Cásper Líbero (1947); UFRJ (1948); UFBA (1950); PUC - Rio (1951); PUC-RS (1952); UFRGS (1952); PUC-PR (1956); UFJF (1958); UNIUBE, Uberaba-MG (1961); UNICAP, Universidade Católica de Pernambuco (1961) e UFMG (1962). Segundo determinação do governo, eles tiveram que uniformizar a duração do curso para três anos e proceder a distribuição dos conteúdos conforme a seguinte lista de disciplinas obrigatórias:

Disciplinas Gerais

- a) Cultura Brasileira
- b) História e Geografia do Brasil
- c) Civilização Contemporânea
- d) Estudos Sociais e Econômicos
- e) História da Cultura artística e literária

Disciplinas especiais

- a) Português e literatura de língua portuguesa
- b) uma língua estrangeira moderna (instrumental)
- c) Ética e Legislação da imprensa
- d) História da imprensa (compreendendo os demais meios de difusão)

Disciplinas técnicas

- a) Técnica e jornal de periódico
 - b) Técnica de rádio de telejornal
 - c) Administração de jornal e publicidade
- (MOURA, 2002, p.299)

A julgar pela quantidade de disciplinas específicas de jornalismo e outras de caráter mais amplo, esse currículo reiterava as críticas de Rizzini sobre uma formação técnica-profissional deficitária, bem como formalizava, na educação, a imagem do jornalista como alguém que é "especialista em generalidades". A inclusão da disciplina de administração e publicidade indica que ainda nessa época, não obstante o processo de profissionalização

encaminhasse a categoria para um certo grau de proletarização, ainda é forte o imaginário sobre uma época em que proprietários de veículos de comunicação eram também grandes jornalistas, gente que colocava a mão na massa. Não demoraria muito para que, em face dos grandes conglomerados de mídia, essas representações se esfacelassem. Mas antes de chegar a esse momento, é hora de avançarmos pela história do ensino de jornalismo no Brasil, continuando a ter em mente a investigação da identidade desse profissional.

2. Jornalista formado: obrigatoriedade do diploma e formação universitária nas décadas de 1960 a 1980

O objetivo deste capítulo é estabelecer conexão com os finais, que tratarão de modo mais substancial dos dois fenômenos do início do século XXI que motivaram a seleção do corpus empírico desta pesquisa: o processo judicial que levou ao fim da obrigatoriedade do diploma de jornalista no Brasil e as diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no país. Acredita-se que os temas da obrigatoriedade do diploma e da criação de parâmetros para o ensino podem ser mais bem compreendidos se observadas suas condições de origem, bem como o desdobramento de várias questões a eles relativas ao longo das décadas subsequentes. Por esse motivo, o presente capítulo aborda o momento de criação do decreto-lei que estabeleceu a exigência, em 1969, e também as primeiras experiências governamentais na elaboração de proposições educacionais para os cursos, que foram os currículos mínimos, precursores das diretrizes curriculares.

A obrigatoriedade do diploma e os primeiros currículos mínimos para o curso de jornalismo foram estabelecidos no período de ditadura militar. Esse contexto obviamente será levado em conta para que se perceba que atores, interesses, valores, representações, crenças, fazeres e saberes estiveram em cena nas decisões e discussões sobre o diploma e proposições para a formação superior. Além disso, esse é um período muito rico para a história da imprensa na medida em que, após o jornalismo ter passado por um importante momento de profissionalização, bem como estar em andamento uma crescente influência dos meios de comunicação não apenas como arena política, mas como ator social na vida de um país cada vez mais urbano e industrializado, uma série de tensões com o jornalismo e a mídia são vigorosamente instauradas com a implantação da ditadura militar no país. É no decorrer desse tempo que se vivencia a censura prévia, jornalistas são presos, a imprensa alternativa se desenvolve, havendo, inclusive, um jornal chamado *O Sol*, que montou um curso para formar jornalistas.

As temáticas do diploma e do currículo se estendem para além do período da ditadura, encontrando continuidades importantes na década de 1980, momento da redemocratização. O capítulo avança por aí, abordando discussões decisivas para a questão do diploma durante o contexto de elaboração da nova Constituição Federal em 1988. Prossegue também analisando os currículos mínimos (o último é de 1984), abrindo, assim, espaço para a reflexão do capítulo

seguinte, que vai tratar do crescimento do curso superior, entre outros aspectos da realidade acadêmica no Brasil.

2.1 O diploma se torna obrigatório

O debate sobre a questão da obrigatoriedade do diploma de jornalista no Brasil tem sido, esporadicamente, contaminado por um tipo de miopia metonímica que insiste em tomar a parte pelo todo ao confundir exigência legal de formação superior específica para o exercício do jornalismo com “regulamentação profissional”, algo de espectro muito mais amplo. É necessário, pois, fazer este esclarecimento incipiente: a norma sobre obrigatoriedade restringe-se a um dos artigos de uma das leis já produzidas acerca do jornalismo no país, por isso, não deve ser confundida com a regulamentação da profissão, na verdade muito mais ampla e distribuída em diferentes mecanismos regulatórios.

A posse de diploma para o exercício do jornalismo foi uma das definições do decreto-lei 972, de 1969, que também dispôs de uma série de outras normatizações para a atividade. Nessa época, já havia se passado cinco anos de ditadura militar no Brasil e o país vivia sob a sombra do Ato Institucional nº5 e de determinações legais que, entre outras coisas, instauraram uma forte censura à imprensa, bem como um rigoroso controle a organizações sindicais e movimentos sociais. Em virtude dessa vasta interdição de veículos e discursos, não foi fácil resgatar indícios da repercussão daquela norma junto a muitos atores sociais internos e externos ao campo jornalístico na época de sua edição. Não obstante a escassez de fontes, os fragmentos disponíveis pesquisados dão conta de mostrar que a lei 972 causou polêmica e insatisfação sob alguns aspectos, mas também atendeu, em alguma medida, a anseios de organizações de classe dos jornalistas. Por este motivo, não pode ser acusada de ser meramente resquício da ditadura, como o fez o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, em 2009, ao julgar o processo que declarou o fim da validade desse decreto:

o Decreto-Lei nº 972, também de 1969, foi editado sob a égide do regime ditatorial instituído pelo Ato Institucional nº 5, de 1968. (...) Está claro que a exigência de diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão tinha uma finalidade de simples entendimento: afastar dos meios de comunicação intelectuais, políticos e artistas que se opunham ao regime militar. (Voto do Ministro do STF Gilmar Mendes em 17 de junho de 2009, no julgamento do RE 511961).

De fato, a promulgação daquela norma ocorreu durante a ditadura militar, mas esse fato puro e simples não consegue demonstrar qualquer tipo de inconsistência nela, nem é justificativa suficiente para desacreditá-la. Se fosse assim, toda e qualquer lei aprovada naquele período estaria automaticamente taxada de inválida, o que não é necessariamente verdadeiro. É cabível, então, entender a afirmação de Gilmar Mendes, em 2009, como estratégia retórica para justificar a opção da Justiça por extinguir a obrigatoriedade do diploma. Na argumentação do ministro, a evocação de um imaginário sobre uma época sombria no Brasil produz um efeito de sentido que tende tanto à desqualificação das normas feitas naquele momento quanto à (auto) legitimação de quem quer aboli-las.

A implantação da obrigatoriedade de diploma, assim como a aprovação de outras normas que a acompanharam, não resultaram unicamente do entendimento e da iniciativa da junta de militares que assinou o decreto-lei 972. Pelo contrário, foram fruto de uma complexa trajetória de discussões e ações envolvendo atores sociais internos e externos ao campo jornalístico. Os parágrafos a seguir tentam explicar isso com base em referências bibliográficas que tratam da história das entidades de classe, além de se ampararem em fontes primárias (jornais, cartas etc.) da época em que a lei foi promulgada.

Antes de analisar esses textos, é interessante destacar que promulgação do decreto-lei 972/69 se dá em uma conjuntura política bastante peculiar: no dia 17 de outubro de 1969, exatamente três dias depois de o Ato Institucional nº16 ter declarado vacância na presidência da República (Arthur da Costa e Silva fora afastado por motivo de saúde) e ter estabelecido a substituição do cargo pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica até o dia 30 de outubro, quando haveria nova escolha presidencial. Foram, portanto, respectivamente, o general Aurélio de Lyra Tavares, o almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e o brigadeiro Márcio de Souza e Mello os responsáveis pela assinatura dessa regulamentação. Mas seria muita ingenuidade supor que a junta militar, em tão pouco tempo, tenha elaborado os 15 artigos, repletos de parágrafos e alíneas, esmiuçando normatizações para o jornalista. A julgar pelas suas extensão e especificidade, não há dúvidas de que esse texto não surgiu em apenas três dias.

De acordo com documentos reunidos pela pesquisadora Adísia Sá (1999), havia um envolvimento dos sindicatos com os apelos por uma legislação para a categoria. É o que se depreende a partir de uma carta de 1968 de Francisco Leocádio de Moraes, então presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, FNJP (denominada Fenaj a partir de

1992). A correspondência, dirigida aos 22 sindicatos que integravam a entidade na época, afirma, por exemplo, que a luta pela regulamentação profissional confundia-se com a própria existência de 15 anos da Federação. Além disso, menciona dois eventos – o XI Congresso Nacional dos Jornalistas (Curitiba), de 1966, e a II Convenção Nacional dos Jornalistas (São Paulo), de 1967 – como momentos importantes de sistematização de propostas que subsidiaram um projeto de lei nesse sentido. A carta dá a entender que havia articulações políticas entre as organizações sindicais e atores da esfera legislativa, ao mencionar as reivindicações em prol da apreciação do Projeto de Lei 424 pela Câmara dos Deputados:

Estivemos mais uma vez em Brasília para tratar do problema da regulamentação profissional e recebemos a palavra de honra do presidente da Comissão Especial que aprecia a matéria, de que no dia 28 de setembro próximo iniciaria o debate do parecer do relator. (Carta aos Sindicatos vinculados à FNJP, 25 de agosto de 1968. Apud SÁ, 1999, p.433).

O referido projeto, de autoria do deputado Marcos Kertzmann, do partido Arena, de São Paulo, havia sido submetido à Câmara desde 1967. Na carta do presidente da FNJP aos sindicatos é possível perceber, também, que a movimentação dos sindicalistas não se dava de modo isolado, mas era acompanhada de jogadas por parte de outros atores sociais:

A matéria não foi discutida antes, em virtude dos empregadores terem solicitado um prazo até o dia 27 de setembro para responderem a um questionário daquela Comissão. (Carta aos Sindicatos vinculados à FNJP, 25 de agosto de 1968. Apud SÁ, 1999, p.433).

Um outro documento (apud SÁ, 1999) daquela época reitera as estratégias de aproximação dos sindicalistas com o poder de Estado para terem seus pleitos atendidos e para servir de contrapeso no jogo de forças com os empresários. Em carta de 14 de setembro de 1968, enviada ao então presidente da república, a FNJP pedia o apoio do Marechal Costa e Silvana aprovação do PL-424 que vinha sendo discutido no Congresso Nacional. Contudo, tal proposta acabou arquivada, em face de fatores políticos de força maior, tais como o recesso do Congresso forçado pelo AI-5 e o afastamento de Costa e Silva pelo AI-16.

Nessa conjuntura, as reivindicações por uma definição legal sobre a profissão de jornalista acabaram recaindo sobre o governo provisório da junta militar, que, como mencionado, assinou o decreto-lei 972 em 17 de outubro de 1969. É interessante lembrar que a relação das entidades de classe jornalísticas com o governo nesse momento era bastante tensa em virtude da censura imposta aos meios de comunicação e das prisões de jornalistas em todo o país. Mas, de acordo com Adísia Sá (1999), a promulgação daquela regulamentação foi

entendida como uma “conquista da classe e o resultado da *luta de todos* ao longo do tempo, inclusive sob a forma de pressão junto ao Governo” (SÁ, 1999, p.158, grifos meus). Acredita-se, contudo, que esse entendimento seja uma construção *a posteriori*, como reflexo de um discurso de auto-afirmação do sindicato sobre a própria trajetória anos mais tarde. Isso porque, tanto a pesquisa direta em fontes da época quanto indicações elencadas pela própria Sá (1999) demonstram que havia uma pluralidade de posições, mesmo dentro dos sindicatos, a respeito do conteúdo da lei.

Indício disso está expresso em um texto de dezembro de 1969, publicado pela revista sem periodicidade fixa *Indicador dos Profissionais da Imprensa*, apoiada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro:

Sem a participação de qualquer das entidades de classe que congregam a categoria profissional dos jornalistas, o Ministério do Trabalho e Previdência Social redigiu e propôs ao poder executivo a aprovação do Decreto-lei n. 972, de 17 de outubro último (...). (grifo meu)

Num contexto permeado de contradições e heterogeneidades, os organismos de classe tanto apresentaram uma postura de lutas pela aprovação de regulamentações para a categoria quanto se mostraram críticos quando o governo as promulgou.

Composto de 15 artigos, o decreto-lei estabeleceu a obrigatoriedade do diploma no seu artigo 4º, mas foi o 12º que tocou no assunto mais delicado para aquele momento²³. Em virtude de a grande maioria dos jornalistas não ter formação superior específica nessa época, obviamente o governo se viu obrigado a criar mecanismos para que esse contingente pudesse obter o registro profissional sem o diploma. Para isso, estabeleceu a figura do “provisionado” e deu um prazo para os que já trabalhassem em empresa de comunicação apresentassem documentação comprobatória disso a fim de regularizarem sua situação junto ao Ministério do Trabalho.

A discussão sobre a obrigatoriedade do diploma propriamente dita, que rendeu tanta

²³Redação original do art. 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que se fará mediante a apresentação de:

I - prova de nacionalidade brasileira;

II - fôlha corrida;

III - carteira profissional;

IV - declaração de cumprimento de estágio em empresa jornalística (revogado pela lei 6.612, de dezembro de 1978);

V - diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por êste credenciada, para as funções relacionadas de “a” a “g” no artigo 6º.

polêmica nos anos 1980 e no início do século XXI - como se verá posteriormente - em 1969, no contexto de aprovação do decreto, pareceu até mesmo suave em face do ponto nevrálgico instituído pelo artigo 12²⁴. Este definiu que os provisionados, isto é, os jornalistas registrados sem diploma, não poderiam ultrapassar o “o limite de um terço das novas admissões a partir da vigência deste decreto-lei”. Isso gerou protestos por parte de representantes sindicais, como expressam as argumentações do boletim do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Pará, na matéria “FNJP pedirá revogação do artigo 12”:

A Federação Nacional dos Jornalistas deverá solicitar ao governo federal, através do Ministério do Trabalho, a revogação do artigo 12 (...). Até 1936, o registro era feito em caráter definitivo. Pergunta-se então: não terão os portadores desses registros direitos adquiridos? A lei (representada pela autoridade competente) não os reconheceu como jornalistas? Se a Constituição Federal respeita o direito adquirido, então nós estaríamos diante de um dispositivo inconstitucional representado pelo artigo 12? (...) (*O Jornalista*, dezembro de 1969, p.8).

Algumas semanas depois da edição do decreto-lei 972, o governo aprovou um outro decreto, o 65.912, de 19 de dezembro de 1969, o qual, longe de contemplar as solicitações das entidades de classe ligadas à FNJP, tornou mais duras as normas para os provisionados, acrescentando, ainda, que estes não poderiam exercer cargos de chefia. O decreto de dezembro também esmiuçou alguns pontos rapidamente previstos no decreto de outubro. Basicamente, foram definidos os prazos (90 dias a partir da publicação da lei), critérios e providências a serem tomadas para a obtenção dos cinco tipos de registro junto às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho: 1) o de funcionário público; 2) o de jornalista profissional, portador de diploma; 3) o de estagiário, sendo que o estágio de 12 meses se tornou obrigatório no último ano do curso; 4) o especial de colaborador; 5) o especial de provisionado.

A exigência do diploma e a especificação dessas cinco categorias de jornalistas podem ser entendidas como tentativas de controle da heterogeneidade do grupo por meio de classificação e uniformização. Contudo, na vivência cotidiana da atividade jornalística, essas

²⁴Redação original do art. 12. A admissão de jornalistas, nas funções relacionadas de “a” a “g” no artigo 6º, e com dispensa da exigência constante do item V do artigo 4º [obrigatoriedade do diploma para o registro profissional], será permitida enquanto o Poder Executivo não dispuser em contrário, até o limite de um terço das novas admissões a partir da vigência deste Decreto-Lei.

Parágrafo único. A fixação, em decreto, de limites diversos do estipulado neste artigo, assim como do prazo da autorização nele contida, será precedida de amplo estudo de sua viabilidade, a cargo do Departamento Nacional de Mão-de-obra.

normas causaram o efeito justamente contrário, isto é, em vez de “apaziguar” a diferença pela nomeação de tipos, acirrou as tensões entre graduados e não-graduados, principalmente em vista da situação delicada e incômoda imposta pela norma que determinou que o provisionado não poderia assumir cargos de chefia nem ocupar mais de um terço dos funcionários jornalistas da empresa. Em suma, o intuito regulamentador que visava à delimitação de fronteiras e à elevação de barreiras frente a atores externos ao mundo jornalístico acabou por intensificar conflitos verificáveis no interior do próprio grupo.

Esse cenário apresentava-se de certo modo ambíguo para as entidades e classe. Como uma espécie de efeito-colateral dos esforços para alcançar “conquistas da categoria” frente ao Estado, o artigo 12 institucionalizou e, dessa maneira, evidenciou a tensão já existente. Diante disso, tomar posição a favor da exigência do diploma para o registro profissional (como fizeram anos mais tarde) seria encarar, naquele contexto, a reação da grande maioria de jornalistas não formada que estava em pleno exercício em redações de jornais, revistas, rádios e televisões por todo o país. Como é possível perceber, o grande desafio para elas era lidar com o quase inequívoco desgosto de inúmeros jornalistas sem formação superior, inclusive sindicalizados. Por outro lado, a defesa da obrigatoriedade pelos sindicatos significava valorizar a formação superior e isso, por sua vez, significava fortalecer a identidade profissional. De fato, uma situação delicada e por meio da qual se vislumbravam posições distintas entre diferentes organizações sindicais.

No Rio de Janeiro, a revista publicada como o apoio do sindicato dos jornalistas daquele município tinha um olhar de forte rejeição à aprovação do decreto-lei 972/69:

O diploma legal, que não atendeu a nenhuma das reivindicações da classe, entre outras, o salário profissional e a aposentadoria móvel²⁵, está eivado de absurdos jurídicos, e em parte inconstitucional – porque não respeita os direitos adquiridos e cria discriminações entre os antigos profissionais e os diplomados em cursos de jornalismo. (*Indicador dos Profissionais da Imprensa*, dezembro de 1969).

Já o sindicato dos jornalistas do Pará, embora crítico às normatizações relativas ao profissional provisionado, ponderava: “Não se discute, no momento, a intenção do governo em querer aprimorar uma profissão cujo valor na sociedade moderna é incomensurável (...)” (Boletim *O Jornalista*, Pará, dezembro de 1969, p.8). Nota-se aí um discurso que exalta da importância social do trabalho do jornalista e que acolhe, em certa medida, algumas normas

²⁵ Aposentadoria móvel é uma complementação dos proventos percebidos pelos aposentados. Ela, tem natureza contratual e não previdenciária.

que já vinham sendo pleiteadas pela categoria.

Outro fator que tornava embaraçoso o dilema em torno da necessidade – ou não – de formação superior para o exercício do jornalismo era o fato de existirem, naquela época, poucas escolas de jornalismo pelo país (e, portanto, relativamente poucos jornalistas formados). Apenas algumas cidades brasileiras contavam com escolas de jornalismo. Havia, em 1969, 18 faculdades autorizadas pelo MEC, sendo que alguns cursos sequer haviam formado turmas, como o da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, ou o da Universidade Federal de Goiás, ambos inaugurados em 1968, ou o da Universidade Federal do Amazonas, aberto em 1969. Além disso, até mesmo alguns professores careciam de formação universitária específica, como era o caso de Alberto Dines, que lecionava na PUC do Rio de Janeiro. É por todos esses motivos que não havia, naquela época, um posicionamento bem definido da Fenaj (então FNJP), ao contrário do que se observará no início do século XXI, quando a entidade criou uma campanha pró-exigência.

Mas não demorou para que a Fenaj abandonasse uma posição ambígua em relação à lei e procurasse anunciar uma postura institucional uniforme para o grupo. Já em 1971, dois anos após a 972/69, na Carta de Goiânia, produzida a partir das discussões da VIII Conferência Nacional de Jornalistas, a organização demonstrou uma opinião clara quanto a aceitação da lei, decidindo “solicitar do Ministério do Trabalho que (...) faça observar o fiel cumprimento dos dispositivos do Decreto-Lei n. 972 pelas empresas”. E em 1973, no Documento Final de Fortaleza (IX Conferência), a obrigatoriedade do diploma foi mencionada diretamente, tendo sido classificada como uma das “reivindicações de uma categoria legitimamente reunida e representada”.

Como visto, o recebimento da legislação no momento de sua aprovação não foi unânime, em virtude de suas nuances mais problemáticas. Mas, está claro que houve um esforço dos sindicatos e da Federação junto ao governo para a criação de normas que beneficiassem aos profissionais, sobretudo em termos salariais. Em vista disso, não é correto alegar, como fizeram os autores do texto anteriormente referido do *Indicador dos Profissionais da Imprensa* (dezembro, 1969), que as entidades de classe tenham sido totalmente alijadas do processo de elaboração do decreto-lei 972. De qualquer forma, ao nos depararmos com uma publicação sindical que se antepôs tão gravemente à norma, isso é indício do espaço heterogêneo e complexo em que as questões identitárias em torno da obrigatoriedade do diploma se abrigavam.

Em relação à Federação Nacional de Jornalistas Profissionais, ainda que não tenha

participado diretamente da redação do texto que foi, afinal, aprovado, ela já vinha se articulando de variadas maneiras para se fazer ouvir por parte do governo a respeito de seus pleitos por uma regulamentação da profissão. Washington Thadeu de Mello (apud SÁ, 1999), que foi presidente da FNNP na década de 1980, afirma que o então Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, que co-assina o decreto lei-972 com a junta militar, já tinha conhecimento das propostas e sugestões enviadas pela FNNP desde o tempo do Presidente Costa e Silva. Além disso, relata que, para a regulamentação sair, as entidades sindicais precisaram argumentar com empresários de comunicação como Chagas Freitas²⁶ e Assis Chateaubriand, que eram contra as normas.

Todavia, tanto sindicalistas quanto empresariado manifestaram insatisfação quando finalmente o governo editou o decreto. As entidades de classe continuaram a pleitear benefícios em relação a questões salariais e os empresários temeram que a obrigatoria elevação do nível cultural dos trabalhadores significasse consequente incremento nos salários dos mesmos. Isso, obviamente, não foi apregoado aos quatro ventos, mas pode ser sutilmente depreendido de textos como o do jornal *O Estado de S. Paulo*, que argumentou que a nova lei traria problemas aos meios de comunicação do interior, onde não só ainda não havia faculdades de jornalismo, mas também:

(...) porque, vivendo em permanentes aperturas, não estão em condições de pagar aos seus repórteres, comentaristas e revisores salários condizentes com o nível universitário que estes terão. (...) Parece ganhar terreno no Brasil (alcançando principalmente o espírito de nossos governantes e legisladores) certa tendência corporativista que os impele a retrocessos medievais nas regulamentações profissionais. (...) (“Inaceitável regulamentação”, *O Estado de S. Paulo*, 23 de dezembro de 1969, p.3)

O fragmento acima revela tendências patronais contrárias à obrigatoriedade do diploma ao indicar preocupações com o pagamento de funcionários, mas também ao denunciar “uma certa tendência corporativista”, algo que soa como um ataque às entidades de classe. O temor do empresariado se verificará, porém, em alguma medida, infundado. As condições salariais para o jornalista parecem não ter sido efetivamente melhoradas a partir da exigência do curso superior, conforme lamenta Fernando Segismundo (2003), em relatos memorialistas sobre jornais e jornalistas:

“Vigentes os cursos preparatórios, o tempo integral está a ser exigido aos empregados da comunicação, com salários incapazes de

²⁶ Em sua atuação na imprensa, foi diretor de *A Notícia* e fundador de *O Dia*. Na época era deputado federal.

proporcionar-lhes vida folgada. Supõe-se que, outrora, na chamada fase boêmia ou romântica do jornalismo, vivesse o profissional da pena em melhores condições que o comunicador hodierno” (SEGISMUNDO, 2003, p. 39).

Ainda sobre o texto “Inaceitável regulamentação”, publicado em 1969 por *O Estado de S. Paulo*, o qual está repleto de representações oriundas dos empresários de comunicação, observam-se manifestações de desconfiança na capacidade do curso superior em preparar adequadamente o jornalista:

Repetimos e repetiremos sempre que não somos contrários à criação de cursos superiores do jornalismo. O contra que protestamos é a teimosia dos que pretendem tornar o jornalismo profissão exclusiva desses bachareis, *como se bastasse a frequência a um curso dessa natureza para que tais bachareis se capacitassem a tratar superiormente da generalidade das preocupações humanas.* (“Inaceitável regulamentação”, *O Estado de S. Paulo*, 23 de dezembro de 1969, p.3, grifos meus)

A voz institucional representada no texto do *Estado de S. Paulo*, apesar de discursos compensatórios, não consegue esconder sua indisposição contra os graduados ou, como eles expressam: “esses bachareis”. Ao analisar o fragmento, é possível observar que o texto aponta para duas situações de tensão. Em primeiro lugar, ao ecoar crenças existentes desde a época do jornalismo artesanal - a saber, o jornalismo como dom ou fruto de talento inato, desenvolvido pelo autodidatismo, competência intelectual e busca pessoal de aprimoramento cultural - o trecho indica que ainda estavam em vigor juízos de valor e percepções identitárias atrelados a modelos do passado, os quais, muitas vezes, conflitam com a imagem de profissionalização do jornalismo posterior aos anos 1950. Em segundo lugar, o texto carrega traços de uma disputa de forças - ainda que escondida e indireta - com a própria universidade, pelo reconhecimento da instância mais capacitada e legítima em ditar parâmetros para a formação do jornalista. Em face do crescimento do ensino universitário no país, de sua ascendente organização e do aumento de seu poder simbólico enquanto espaço preparatório para profissões, as empresas não tiveram outra opção senão admitir a existência do curso.

A afirmação “não somos contrários à criação de cursos...” é uma estratégia discursiva para dissipar, de início, quaisquer interpretações negativas estimuladas pela postura de desqualificar a formação superior, tão importante no regime de valorização social do saber consagrado pelas sociedades ocidentais, modernas, racionais, científicas. No caso do Brasil especificamente, os bachareis contavam com um reforçado senso de distinção. Isso tem razões

quantitativas e ideológicas. Em termos percentuais, tendo-se como universo a população brasileira, a posse de diploma ainda figurava como privilégio de poucos em face de um país que ainda enfrentava altos índices de analfabetismo e baixa escolaridade. (Vale adiantar que essas percepções irão mudar, porque, depois da explosão de cursos nos anos 1990, algumas graduações passaram a ser vistas com desconfiança e descrédito).

Em relação ao valor simbólico do diploma, Muniz Sodré (1984), destaca que desde a época do presidente Juscelino Kubitschek, mas principalmente com o Programa Estratégico de Desenvolvimento, implantado na ditadura militar, a fórmula culturalista se impunha juntamente com a ideologia de que o investimento em formação era capaz de qualificar o indivíduo e dar-lhe melhores oportunidades de vida: “(...) a educação sempre foi um bom suporte para as ilusões do progresso pela capacidade individual (...)” (SODRE, 1984, p.109).

Mas, no caso dos jornalistas, as instâncias corporativas já previam que o meio acadêmico, a medida que fosse crescendo em importância, concorreria com elas na capacidade de fornecer elementos para a construção da identidade jornalística. Elas, porém, queriam continuar sendo a força mais decisiva na definição de critérios para a formação daqueles profissionais. O discurso compensatório, portanto, indica uma forma de negociação de poder: o poder para ditar parâmetros e trabalhar imagens de uma função social com significativo lugar de fala na sociedade.

De certa forma, as organizações empresariais procuravam fazer dos cursos mecanismos reprodutores de suas práticas e ideologias, ou, no mínimo, queriam que as escolas forjassem um profissional adequado às suas necessidades. Todavia, vale esclarecer que essa busca deve ser vista menos como intervenção direta nas universidades, mas, sobretudo como influência ou como situação típica do funcionamento dos campos. As empresas (também integrantes do campo econômico) fazem parte do *habitus* (Bourdieu, 1996) jornalístico constituindo uma de suas estruturas mais estáveis. As práticas e relações que ali se estabelecem contribuem para estabelecer modelos de saber, fazer, se comportar, enxergar a profissão, os quais são estendidos para outras instâncias do campo, como, por exemplo, os agentes interrelacionados com a academia. Ao mesmo tempo, as empresas não são unidades exclusivas de promoção de parâmetros, mas também funcionam como instâncias de reprodução, abrigo, recusa e negociação de formatos que não nasceram a partir delas. Fazeres, saberes e valores originados alhures podem ou não ser incorporados aos delas.

De qualquer forma, tendo em vista a condição sócio-estrutural privilegiada desses atores sociais (os meios de comunicação) dentro do campo jornalístico e frente a outros sub-

campos, não é difícil entender que o universo acadêmico acabou absorvendo a influência do mercado de trabalho e da lógica empresarial e, sob diversos aspectos, se submetendo a elas (um pouco mais sobre isso será abordado no item seguinte). Mas há ainda muitos outros fatores responsáveis pela constituição e sistematização dos saberes, fazeres e valores que direcionaram o percurso do ensino superior de jornalismo no Brasil.

O próprio universo acadêmico, enquanto mais uma esfera – ao lado das entidades sindicais e das empresas de comunicação, por exemplo - oferece uma variedade de possibilidades constitutivas e definidoras da identidade jornalista. A educação superior do jornalismo enquanto categoria abstrata e as universidades enquanto materialização da experiência pedagógica estão eivadas de contradições e lutas em meio dos quais a imagem do próprio jornalismo e os parâmetros para o ensino dessa atividade são negociados.

Investigar os pormenores desses espaços e situações de tensionamento deve ser feito sob o alicerce da contextualização da política educacional no país, a qual, como já apontado por Sodré (1984) e mencionado anteriormente nesta reflexão, reproduzia-se ideologicamente pela retórica da educação e do progresso. É esse o panorama que abrigava o crescimento das faculdades de comunicação e a instituição da obrigatoriedade do diploma de jornalismo, bem como a elaboração de currículos mínimos para os cursos superiores, segundo determinação do próprio governo. Os parágrafos seguintes debatem alguns caminhos trilhados pelo curso superior a partir de 1962, data de elaboração do primeiro currículo, e seguem refletindo sobre os vários atores sociais, discursos, opiniões, correntes de pensamento, interesses, valores, saberes, imagens e representações que aparecem nas discussões acerca das definições educacionais e pedagógicas para o curso de jornalismo.

2.2 O curso de comunicação e o jornalismo como habilitação

O curso superior de jornalismo no Brasil, iniciado em 1947, continuou em expansão pelos anos subsequentes. A tabela 2 apresenta a data de surgimento das escolas até o final da década de 60 do século XX. Em 1969, havia no Brasil 18 instituições superiores oferecendo a graduação de jornalista, sendo onze públicas e sete particulares. Elas se distribuíam geograficamente desta forma: nove no Sudeste, quatro no Nordeste, três no Sul, uma no Centro-oeste e uma no Norte. Com exceção de três, as outras 15 escolas localizavam-se em capitais. No interior, apenas Juiz de Fora (MG), Uberaba (MG) e Campos dos Goytacases

(RJ).

Tabela 2
Ano de surgimento dos cursos superiores de jornalismo até 1969

							1947	1948	1949
							Cásper Libero	UFRJ	-
1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959
UFBA	PUC-Rio	PUC- RS	-	-	-	PUC- PR	-	UFJF	-
1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
-	Unibe (Uberaba)	UFMG	UFRN	UFPR	Uniflu (Campo dos Goytacases)	USP UFC	-	UFG UFF	UFAM

Fonte: dados recolhidos pela autora em 2009 no Sistema Integrado de Informações do Ensino Superior – SiedSup www.inep.gov.br e confirmados nos sites das respectivas universidades.

No exato ano de 1969, o mesmo da aprovação da lei que tornou o diploma obrigatório, por determinação de um dispositivo governamental conhecido como currículo mínimo, o curso de jornalismo deixou de ser autônomo, tornando-se uma habilitação dentro do curso de comunicação, juntamente com publicidade, relações públicas e editoração. Até aquele momento, os outros dois currículos anteriores, de 1962 e 1966 respectivamente, haviam esquadrinhado propostas apenas para o jornalismo.

Como visto, o governo determinara, em lei de 1961, a instituição de currículos mínimos para o ensino superior no Brasil. Conforme já analisado no capítulo 1, a primeira experiência, referendada pelo Parecer 323/62, fixara o curso em três anos, apontando para uma formação mais geral (focalizando história, cultura, estudos sociais, além de línguas e ética) do que técnica (sendo que das três disciplinas mais práticas, uma delas era de administração de jornal e publicidade).

Se o primeiro currículo ficou sujeito a críticas pela escassez de disciplinas aplicadas à prática jornalística propriamente dita, o segundo, de 1966, -ao contrário - ao estender o curso de três para quatro anos e ampliar a carga horária destinada à formação especializada, acabou acusado de apresentar uma “tendência à tecnificação” (SILVA, 1979, p.27). Tal crítica não se refere apenas à quantidade de novas disciplinas oferecidas, mas revela a insatisfação de uma parcela de pensadores da época em relação ao processo de crescente incorporação de valores americanos no ensino profissional superior. A aproximação do pensamento acadêmico com os padrões das escolas dos Estados Unidos e a consequente obliteração dos modelos europeus –

que haviam sido a mais forte referência teórica, principalmente para as ciências humanas, desde nascimento da Universidade no Brasil – eram vistas com desagrado por muitos pesquisadores e docentes. Na avaliação do professor Eduardo Meditsch (1999), que desenvolve sua argumentação a respeito do assunto apoiado em pensadores como Octavio Ianni, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, as propostas do segundo currículo mínimo refletiam um deslocamento epistemológico no contexto universitário da época, marcado pela crescente valorização do funcionalismo americano em detrimento dos estudos jurídicos, filosóficos e literários.

Tais alterações no campo das ideias que gozavam de prestígio no universo acadêmico brasileira ganharam impulso no momento pós-II Guerra Mundial, marcado pelo crescimento dos Estados Unidos enquanto potência, e de sua política que buscava influenciar ideológica e culturalmente o resto do mundo. Nesse contexto, duas instâncias foram consideradas estratégicas: as universidades e o jornalismo (MEDITSCH, 1999). Como se sabe, a América Latina, vizinha aos EUA, recebeu atenção especial como espaço de consolidação do projeto imperialista americano. Com efeito, aí se experimentaram as intervenções diretas ou implícitas em relação ao jornalismo, esfera discursiva politicamente estratégica, e as universidades, espaços legítimos de formação profissional. Na confluência de ambos, Melo et al. (1979), Silva (1979), Meditsch (1999) e Moura (2002) são unânimes em afirmar que muitos parâmetros do ensino de jornalismo na década de 1960 e parte da 1970 se submeteram aos valores e modelos apregoados pelo Centro de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina, o famoso Ciespal.

O órgão era ligado à Unesco, entidade identificada com os interesses americanos no período da Guerra Fria. Instalado em Quito, Equador, desde 1960, foi criado para formar professores de jornalismo oriundos de universidades latino-americanas e para reproduzir indicações político-ideológicas quanto à maneira de sistematizar o curso. Além de realizar cursos para docentes e diretores de escolas ao longo de sua existência, o Centro promoveu quatro seminários em capitais estratégicas da América Latina durante o primeiro semestre de 1965²⁷. Tudo isso procurava estabelecer a hegemonia americana no âmbito da formação universitária do jornalista, de modo que esta não se “contaminasse” com influências marxistas (MEDITSCH, 1999) e que, ao mesmo tempo, abrisse caminho para treinamento de pessoal para lidar com a tecnologia, conteúdos e métodos importados dos Estados Unidos (SILVA,

²⁷ Janeiro, Medellín; fevereiro, México; maio, Buenos Aires; julho, Rio de Janeiro.

1979).

O Ciespal também buscou disseminar uma concepção polivalente do jornalista, perspectiva que impregnou os pareceres 984/65 e 631/69, ambos redigidos por Celso Kelly - a quem Meditsch (1999) classifica de técnico formado pelo Ciespal -, os quais serviram de base para os segundo e terceiro currículos mínimos. Estes foram montados com a justificativa de que, diante de tantas modalidades da atividade jornalística no mundo moderno, a faculdade deveria formar um jornalista que estivesse apto a atuar em vários setores. O curso preparatório do futuro profissional de mídia forneceria uma formação abrangente e ampliada de teorias da comunicação e cultura geral, além de uma eficaz fundamentação técnica, com disciplinas para exercícios e treinamento prático.

Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva (1979), as ideias defendidas pelo Ciespal, já estavam bastante sedimentadas na América Latina naquele momento. É reflexo da consagração dessas ideias o currículo de 1969, que adotou a nomenclatura Comunicação Social e inaugurou a categoria de bacharel “comunicólogo”, que significou a possibilidade de o aluno optar por sair da universidade sem formação específica das habilitações, como, por exemplo, o jornalismo.

O sucesso de implantação de tal projeto foi, no entanto, relativo, pois a ele se confrontaram não só múltiplas críticas como também efetivas condições da universidade brasileira e do universo jornalístico no Brasil que nem sempre facilitavam sua execução ou sua adequação ao mercado de trabalho em comunicação e jornalismo. Segundo relato de José Marques de Melo (1979), as escolas superiores tanto na rede pública quanto particular enfrentaram inúmeras barreiras para promoveras mudanças preconizadas pelo currículo de 1969. Entre elas, ele cita os déficits em corpo docente e em infra-estrutura (laboratórios, bibliotecas, agências experimentais) bem como as dificuldades em virtude da falta de liberdade e autonomia imposta pela ditadura militar. Devido a isso, Melo considerou relativamente frustrado o desejo do Ciespal de “treinamento mais eficiente da mão-de-obra intelectual necessária para justificar e fazer funcionar os equipamentos e estilo de vida importados dos países metropolitanos” (1979, p.36):

Resultado: as novas escolas de comunicação seguiram os mesmos padrões das velhas escolas de jornalismo, tomando estabelecimentos dedicados à transmissão dogmática e verbalista de conhecimentos adquiridos na bibliografia estrangeira, informando os alunos, quando muito, sobre técnicas profissionais que eles não conseguem praticar dentro do âmbito acadêmico. (MELO, 1979, p.37)

As organizações de classe não patronais dos jornalistas, embora buscassem a valorizar o ensino universitário, também consideravam, sob muitos aspectos, a formação profissional oferecida pelas faculdades não condizente com a realidade brasileira do universo de trabalho. Documentos da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais (Fenaj) relativos a congressos e conferências de jornalistas durante a vigência do terceiro currículo (1969 a 1978) (apud SÁ, 1999 e FENAJ, 1983) apontam que a entidade considerava os cursos como muito teóricos: “[propõe-se] reformulação dos currículos dos cursos de Jornalismo e Comunicação Social, dando um caráter mais prático e adequando-os às necessidades do mercado de trabalho (...)” (XV Congresso, Recife, 1974); “apelar para o MEC para estabelecer a formação de repórter-fotográfico a nível superior” (X Conferência, Porto Alegre, 1975); “que os sindicatos entrem em contato com as Universidades promovendo convênios com empresas para complementação prática dos cursos e concessão de bolsa de estudos a professores” (VIII Conferência, Goiânia, 1971).

O modelo de ensino de jornalismo nas universidades no Brasil também era examinado por aqueles que enxergavam uma influência excessiva dos padrões dos Estados Unidos. Para os críticos do chamado funcionalismo americano, o currículo de 1969 estava demasiadamente preocupado com uma teoria que enfatizava técnicas importadas e valorizava o estudo sobre os efeitos do conteúdo midiático sobre o público, quando, ao revés, deveria promover uma reflexão mais adequada à realidade política e cultural nacional.

Na avaliação de Gaudêncio Torquato (1979), o modelo de ensino instaurado pelas recém-criadas escolas de comunicação estava desconectado da complexidade presente na realidade brasileira não apenas porque copiava as teorias dos Estados Unidos, mas também porque tinha como foco prioritário a noção de grande empresa jornalística, principalmente do eixo Rio-São Paulo. Com isso - ele julga - os cursos acabavam negligenciando conhecimentos derivados da multiplicidade de experiências no interior do país e em espaços midiáticos alternativos. A contribuição pedagógica servia, portanto, à reiteração de conceitos, conteúdos, hierarquias, valores e comportamentos da mídia hegemônica.

(...) na parte profissionalizante, [os cursos de jornalismo] tendem a abarcar esta proposta de modelo empresarial jornalístico. As disciplinas tentam realçar o jornalismo das grandes organizações, refletindo padrões do poder econômico, com todas as suas linguagens, sua ideologia. (TORQUATO, 1979, p.164)

As observações do professor Torquato são pertinentes e podem ser complementadas com outros dados que demonstram que o mundo empresarial, sobretudo o localizado no eixo

Rio-São Paulo, apresentou importantes conexões com o curso de jornalismo no Brasil. Em termos numéricos, é possível entender tais aproximações a partir da retomada das informações da tabela 2 (na abertura deste item), que mostra a concentração dos cursos de jornalismo no Sudeste e em capitais, fato que coincide com outra estatística: a de que São Paulo e Rio de Janeiro concentravam 90% dos periódicos do país no final da década de 1960 (BARBOSA, 2007, p.176). Em outras palavras: as cidades que ganhavam uma faculdade de jornalismo quase sempre correspondiam às que tivessem empresas suficientes para absorver seus egressos; as escolas se instalavam nos lugares onde havia maior possibilidade de emprego para o futuro graduado.

De fato, a distribuição geográfica das experiências midiáticas era bastante desproporcional Brasil afora. Diante disso, Torquato (1979) destaca, também, que o padrão empresarial do eixo RJ-SP se sobressaía como modelo a ser seguido pelas universidades mesmo fora do Sudeste. Essa tendência do universo acadêmico, contudo, não significava ausência de diversidade cultural nos diferentes espaços da experiência jornalística nos estados, nas capitais e no interior. Embora se possa considerar algum grau de influência e hegemonia dos modelos comunicativos da imprensa carioca e paulista sobre o jornalismo praticado em cada localidade, é preciso destacar que o jornalismo regional possuía características respectivamente próprias, sobretudo devido à sua proximidade com os grupos políticos e econômicos mais influentes em cada região. É por isso que é sempre perigoso falar de um “jornalismo brasileiro”, como se tal homogeneidade existisse terminantemente. E o fato de os cursos ignorarem tal diversidade em detrimento do modelo Rio-SP era considerado problemático pelo autor.

Tal como mostrado no capítulo anterior, o vínculo entre alguns atores ligados às esferas empresariais do Rio de Janeiro e São Paulo estiveram intimamente conectadas com a gênese do ensino superior de jornalismo no Brasil. Vale lembrar que aquele que é considerado o primeiro curso do Brasil para graduar jornalistas foi uma concretização do ideal de Cásper Líbero, um empresário de mídia dos anos 40 que deixou em seu testamento os parâmetros para a criação de tal escola.

Ainda sobre a conexão do mundo do trabalho e das empresas com as experiências de ensino de jornalismo, é interessante reforçar que os passos dados pelas instituições escolares e acadêmicas não foram os únicos impulsos responsáveis pelo aparecimento e crescimento dos cursos superiores de jornalismo no Brasil. A fundação e o desenvolvimento dos mesmos estão relacionados, entre outros fatores, a demandas e iniciativas de pessoas extremamente

comprometidas com o cotidiano da imprensa. Cásper Líbero, proprietário de um jornal paulista e autointitulado jornalista, acreditava na formação superior como instância de aprimoramento da atividade e deixou registrado em seu testamento o desejo de montar uma escola com esse fim. No Rio de Janeiro, outros atores sociais que também representaram a aproximação entre empresas e escolas foram os professores das disciplinas específicas de jornalismo²⁸, quase sempre provenientes de uma grande empresa de informação. É inevitável, pois, que muito do que os estudantes de jornalismo aprenderam naquela época tenha derivado das pontes estabelecidas direta e indiretamente entre veículos de comunicação e curso de jornalismo.

É interessante tomar cuidado para que o diagnóstico de Torquato (1979) a respeito da submissão do ensino aos padrões empresariais hegemônicos não seja entendido como uma espécie de vitória comemorada pelos meios de comunicação. Pelo contrário, em muitos momentos, a formação universitária era vista com maus olhos pelas empresas jornalísticas. Muitas delas, a exemplo do que já acontecia desde a primeira metade da década de 1950, continuavam organizando seus próprios cursos internos. Essas aulas e treinamentos, tal como apontado por Ribeiro (2000), serviam principalmente para preparar os profissionais dentro das normas e estilo das empresas, funcionando, assim, muito mais como uma instância de reprodução dos valores daquela instituição. E nesse sentido, constituíam-se como legítimos lugares de acolhimento e transmissão daqueles modelos ideológicos e linguísticos. De outra parte, buscavam suprir possíveis carências no conhecimento sobre a prática cotidiana de produção jornalística, resultada das parcas experiências nos jornais e estúdios laboratórios das universidades.

Uma experiência bastante peculiar na década de 1960 de empresa jornalística que abriu espaço para o ensino de jornalismo foi o *Jornal dos Sports*. Os mentores - entre eles o jornalista Reynaldo Jardim - desse jornal-escola chamado *O Sol*²⁹ (que circulava dentro do *JS*) diagnosticavam que os estudantes não poderiam aprender jornalismo diário em meio às deficiências dos laboratórios e das aulas práticas das universidades. Daí, que a vivência “real” em um veículo “de verdade” seria uma privilegiada situação de ensino. A jornalista Arruda Callado, que também fizera parte da equipe que organizou essa espécie de curso intensivo, relata que a iniciativa teve ímpetos muito mais jornalísticos que empresariais, além de

²⁸ Vale citar, relembrando o capítulo 1, Pompeu de Souza, Danton Jobim e Carlos Lacerda.

²⁹ Cf. Ana Arruda Callado no depoimento ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo vinculado ao Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro e o filme *O Sol, caminhando contra o vento* (Tetê Moraes, 2006).

distanciar-se dos espaços de hegemonia, por ser um periódico alternativo, de resistência à ditadura:

Ele [Reynaldo Jardim] deu à direção do JS [*Jornal dos Sports*] a ideia de fazer um jornal escola e, a partir daí, criar uma escola de jornalismo, porque as escolas de jornalismo estavam começando a aparecer. Havia pouca, não era essa loucura que agora em cada esquina tem uma. A ideia era fazer ao contrário: em vez de uma escola que faz jornalzinho, a gente faz um jornal que é escola, e depois institucionaliza a escola. Eles acharam uma ideia interessantíssima, principalmente, o José Guilherme Padilha, genro da dona Célia Rodrigues que era, então, proprietária do jornal. Reynaldo começou, então, a armar o jornal. Me chamou imediatamente, e nós, juntos, começamos a pensar nas pessoas e ele a escrever como devia ser. (...) bolamos isso: o jornal teria dez editorias com dez profissionais e cada profissional teria quatro ou cinco estagiários estudantes, que a gente chamaria de alunos (...) (Ana Arruda Callado, depoimento ao CCMJ, 2008)

Como é possível depreender dos impulsos que motivaram tal experiência alternativa de ensino, bem como das propostas e observações feitas por diferentes atores sociais e instituições sobre o curso superior de jornalismo, havia muita controvérsia a respeito da qualidade e pertinência da educação técnica para a atividade. Isso também fica evidente em uma publicação de 1979, que teve como objetivo discutir o currículo de 1969 e pensar a situação educacional da área de Comunicação no Brasil: um livro organizado por três docentes de cursos de comunicação (José Marques de Melo, Anamaria Fadul e Carlos Eduardo Lins da Silva reunindo textos bastante ecléticos³⁰). Há, porém, manifestações uníssonas, como as críticas à insuficiência na preparação do jornalista – seja pelas condições infraestruturais das universidades seja pela inadequação do conteúdo das disciplinas às particularidades do jornalismo no Brasil. Dentro da diversidade opinativa e estilística abrigada nessa publicação, é possível notar que embora os autores insistentemente considerassem fraca ou falha a formação para o exercício profissional prático, tal crítica revelava o mesmo parâmetro valorativo para classificar a prática. Ao contrário, os textos podem ser agrupados segundo uma tendência dualista entre os chamados “teóricos” e os “práticos”, separados ideologicamente entre os que achavam que o padrão curricular e as experiências nas universidades davam demasiada ênfase à parte técnica, deixando a teoria de lado; ou o

³⁰Entre os textos da coletânea, destaco “A política educacional brasileira e os currículos de comunicação”, de C.E. Lins da Silva; “Formação do Jornalista”, Gaudêncio Torquato; “Sistemas de comunicação no Brasil”, “Leitura crítica: dificuldades e limitações” de A.M. Koshiyama; “Da cultura esquecida à prática política (a formação humanística em comunicação)”, de J.T Coelho Neto.

contrário.

Entretanto, as noções de teoria (ou conhecimento teórico) referenciadas naquela publicação, mas também manifestadas em outras instâncias do campo jornalístico, nem sempre se apresentavam muito bem definidas nos termos do debate, sendo, muitas vezes, até conflitantes. Em algumas falas, a prática ganhava um sentido oposto ao conhecimento teórico, como se houvesse uma necessária exclusão entre ambas e como se os saberes acadêmicos não fossem úteis para embasar qualitativamente os fazeres profissionais. Assim, de um lado alguns “práticos”, presentes, por exemplo, nas entidades sindicais ou mesmo no universo acadêmico, insistiam que a universidade deveria oferecer treinamento mais intensivo e conectado com a realidade do mundo do trabalho em vez de encher os estudantes de teorias que não serviam para escrever uma notícia. Por outro lado, o grupo de “teóricos” lamentava o afastamento da formação humanística, mais filosófica, de raízes européias, enquanto manifestavam o desgosto pelo ensino de técnicas jornalísticas, vendo-as como saber puramente mercadológico.

Há, ainda, outra abordagem da noção de teoria, a qual procura não fazer oposição à prática, afirmando que saber prático/técnico não está necessariamente descolado do teórico. Porém, mesmo entre os que pensavam dessa forma, era possível encontrar uma vasta diversidade de pontos de vista acerca das teorias mais ou menos importante para integrar a formação do jornalista. Diante disso, muito se discorreu sobre teorias “boas” versus “más”, “úteis” versus “dispensáveis” ao trabalho jornalístico.

Essas diferentes noções, em como as disputas em torno delas, continuarão, ao longo das décadas, permeando as discussões sobre aquilo que é necessário à formação do jornalista e que, *ipso facto*, integra a construção de sua identidade. Por isso, quando este trabalho for analisar as tensões acerca do diploma e do curso superior no século XXI, impreterivelmente, o assunto voltará a ser abordado, abrindo-se espaço para futuras comparações. Por ora, é suficiente reter a complexidade de situações e críticas que circundaram e integraram a implantação do curso de Comunicação, a criação da figura do comunicólogo e a transformação do jornalismo em uma entre outras habilitações (publicidade, relações públicas e editoração).

O currículo de 1969 foi substituído pelo currículo de 1977; este, pelo de 1984. A vigência de tais mecanismos de direcionamento do ensino superior - que posteriormente deram lugar às chamadas diretrizes curriculares - se deu durante a ditadura militar e a redemocratização. O período é extremamente rico para a história do jornalismo no país no que

diz respeito ao reforço e à reorganização de valores, fazeres e saberes que foram cultivados em virtude dos contextos de vivência da profissão naquele contexto.

A conjunção de fatores objetivos com reações pessoais e coletivas a fatos concretos e, ainda, ressignificações subjetivas das experiências vividas compõem a variada e maleável substância da qual se nutrem as memórias sobre essa época. Entre os fatos concretos estão: políticas públicas, intervenções do governo em esferas da vida social, atos repressivos, prisões, atos institucionais, leis específicas (como a que tornou o diploma de jornalista obrigatório para o exercício profissional), os próprios currículos mínimos (1966, 1969, 1977, 1984), a censura e controle impostos pelo governo aos meios de comunicação, entre outros. Muitos desses aspectos tornaram-se marcas para o *habitus* e para a memória do grupo dos jornalistas. São frequentes as situações em que jornalistas do final do século XX e início de XXI, foco prioritário desta pesquisa, demonstram uma dada percepção de si e do seu grupo por meio de referências a esse passado, como, por exemplo, nas discussões sobre o diploma motivadas pelo processo judicial de 2001 a 2009, o qual pedia – e acabou conseguindo – o fim da exigência (sobre isso, cf. capítulo 4).

Prestar atenção ao contexto da ditadura e da redemocratização para os processos autorreferenciais de construção identitária (entre estes, também as operações da memória) ajuda a compreender que representações relacionadas àquele cenário são, em geral, mais mobilizadas nos processos de percepção, produção e reprodução de uma dada imagem do jornalista. Quais foram os saberes, valores e fazeres mais desenvolvidos e evidenciados naquelas circunstâncias? Por que eles foram tão significativos para a identidade do jornalista? Que imagens ajudaram a formar? É o que tentarei responder nos próximos parágrafos.

2.3 Saberes, valores e fazeres do jornalismo da ditadura à democratização

Um dos aspectos mais marcantes em relação ao período do governo militar no Brasil foi o autoritarismo do Estado. O cenário de restrições e censura, não obstante tenha colocado diversos entraves ao efetivo exercício do jornalismo e à circulação pública de certos assuntos, ofereceu aos jornalistas a ambientação necessária para que eles atribuíssem a si mesmos os papéis de promotores dos valores democráticos e defensores das garantias individuais e coletivas. Obviamente isso não aconteceu exclusivamente naquela ditadura, quer dizer, de modo geral, os momentos de exceção fornecem ancoragens oportunas para que os veículos de

comunicação acirrem seu já conhecido discurso em defesa de valores como a democracia e as liberdades, principalmente a liberdade de imprensa. Em períodos de exceção como o vivenciado durante a vigência do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, criado pelo governo ditatorial de Vargas na década de 1930, ou a ditadura militar, os órgãos de comunicação sempre procuraram exibir um posicionamento junto a valores tidos como universais e de respeito ao cidadão e à democracia, ainda que, eventualmente, estivessem agindo em colaboração com o regime. Herbert Gans (1980) afirma que os jornalistas julgam, não com valores próprios ou internos do grupo, mas de acordo com valores mais ou menos dominantes no espaço social. Eles trabalham dentro daquilo que é moralmente consensual. Portanto, pretensamente, os jornalistas dão ao público aquilo que a sociedade aclama como os valores universais.

Vale esclarecer que quando trato de veículos de comunicação, não os tomo como sinônimo de jornalismo, pois as atividades destes não se restringem a isso, ainda mais no período posterior à década de 1960, quando produtos culturais de entretenimento do rádio já estavam plenamente consolidados e a televisão já chegara ao Brasil e experimentava sua expansão. De qualquer forma, o jornalismo é um dos mais significativos aportes da credibilidade dessas empresas, uma vez que ele foi se constituindo - junto com elas, em virtude delas e através delas - como porta-voz dos interesses da sociedade. Isso se observa desde Ruy Barbosa (1849-1923), que, como visto, afirmava que “a imprensa é a vista da nação”, e exacerba-se com a incorporação do ideal da objetividade a partir das reformas na imprensa nos anos 1950, adquirindo uma dimensão mitológica relacionada a seus papéis e funções sociais.

O ideia de mito pertinente à presente análise não tem o sentido de crença infundada ou até falaciosa; tampouco intenciona desqualificar ou desacreditar a contribuição do trabalho jornalístico para a efetiva realização ou para suporte de algumas situações democráticas. A compreensão de processos de mistificação através dos quais os jornalistas produzem significado sobre sua própria existência tem por base as reflexões de Roland Barthes (1985), nos anos 1950, a respeito dos mitos da vida cotidiana francesa. Para o autor, os mitos derivam de esquemas ou tipos embalsamados, os quais se cristalizam a partir dos usos de certos termos, da adoção de posturas e da repetição de determinadas formas. Algo que foi mistificado toma ares de natural, como se todo o processo histórico que contribuiu para a construção daquele sentido fosse apagado e que as coisas fossem percebidas como essenciais e permanentes - e não fruto de construção ou resultado do uso dado a elas. Em resumo,

Barthes define que “o objetivo preciso dos mitos é imobilizar o mundo” (1985, p.174).

De modo algum, por mais evidentes que pareçam, são intrínsecas ao ser jornalista as imagens de jornalista promotor e defensor das liberdades e da democracia, além de intelectual que age em favor de outrem, preocupado em denunciar e levar ao conhecimento público os abusos e desvios do poder. Sabendo-se o mecanismo de funcionamento do mito, é possível ter a compreensão de que tais imagens não são naturais, mas sim naturalizadas no decorrer do século XX. Nota-se, ainda, que os momentos de ditadura foram cruciais para o fortalecimento de tais representações. No regime militar instaurado depois do golpe de 1964 e, sobretudo, em relatos memorialistas sobre o período, a figura mítica do jornalista herói é exaltada em face das situações de censura, prisões e perseguições que atingiram o campo jornalístico, ainda que elas tenham sido vividas de modo bem particular, apresentando diferentes graus de intensidade e resultando em reações diversas em relação a diferentes veículos de comunicação e grupos de jornalistas.

Com efeito, ao apontarem a si mesmos como profissionais cujo dever é informar ao público aquilo que é de interesse coletivo, os jornalistas dão a entender que não agem em benefício próprio. Sua atividade é, então, percebida como a de um porta-voz desinteressado, ou melhor, cujos interesses repousam sobre o bem comum. Nesse sentido, toda vez que uma ditadura promove o silenciamento da imprensa e a interdição de conteúdos, isso não adquire o significado de uma agressão apenas a uma categoria profissional ou grupo, mas ganha a dimensão de um ataque direcionado a toda a sociedade. Metonimicamente, quando um jornal ou mesmo um único jornalista é vitimado por algum ato da ditadura - como aconteceu, por exemplo, com o *Última Hora*³¹ ou com Vladimir Herzog³² - é como se aquela ferida atingisse a toda imprensa e, por conseguinte, a todo cidadão beneficiado por ela.

Sob muitos aspectos e por impactos diversos, o grupo dos jornalistas é tomado como um dos mais simbólicos atores sociais da resistência não-armada contra a ditadura, juntamente com os estudantes e a Igreja Católica, na figura de Dom Hélder Câmara, por exemplo. Muito dessa percepção em relação ao jornalismo se deve às experiências da imprensa alternativa,

³¹O diário *Última Hora*, abertamente favorável ao governo de João Goulart, enfrentou um grande baque no dia do golpe militar. Sua sede carioca foi invadida e depredada (SODRÉ, 1977) e seu dono, Samuel Wainer, teve que ir para o exílio. Nos anos seguintes, aos poucos, o jornal fundado em 1951, que havia sido tão expressivo e politicamente atuante na era Vargas foi esmorecendo, enfrentando crises financeiras, boicote publicitário (ROMANCINI e LAGO, 2007) e, paulatinamente, perdendo a importância que tinha no plano nacional. Em São Paulo, sua sucursal foi assumida, em 1965, pelo grupo Folha; em outros estados, suas unidades passaram para outros donos ou simplesmente fecharam (RIBEIRO, 2000).

³²Já no período em que os militares sinalizavam uma abertura, o jornalista e diretor da TV Cultura foi preso pelo DOI-Codi e assassinado em suas dependências.

que, por seu caráter contestador, também encampava a imagem de audácia, irreverência e coragem associada ao mito de herói. Em sua maioria fundadas por jornalistas, essas publicações procuravam fugir dos padrões empresariais, estratégia que editorialmente chegou a alcançar sucesso, mas que financeira e administrativamente condenou muitas delas ao fracasso. Exemplo parcialmente bem sucedido e que conquistou altas tiragens foi *O Pasquim*, que reuniu Sérgio Cabral, Zuenir Ventura, Millôr Fernandes, Tarso de Castro, Ziraldo, Jaguar, todos que já faziam do jornalismo seu principal *metier*. Entretanto, segundo Sérgio Cabral, o jornal era muito mal administrado. Ele conta que houve momentos de abundância, porém, com a censura, havia também dificuldades financeiras, tanto que ele mesmo, depois de passar um tempo exclusivamente como diretor do jornal e ter ali sua única fonte de renda, acabou tendo que buscar outras formas de sobreviver:

1971 foi o pior ano da minha vida. Eu quase me separei da minha mulher, foi um ano terrível, porque eu não tinha dinheiro, *O Pasquim* não tinha dinheiro e eu sobrevivia d' *O Pasquim*. Então, eu pegava dinheiro num banco e, na hora de pagar, eu não tinha dinheiro e pegava em outro para pagar..." (Sérgio Cabral, depoimento de 27 de agosto 2008 ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo)

Já o jornal *Opinião*, fundado em 1972, em São Paulo, foi uma exceção entre os periódicos alternativos em termos de organização administrativa, destoando do caráter artesanal da maioria (KUCINSKI, 1991). Por outro lado, ia na mesma direção de seus pares no que diz respeito ao empenho em oferecer um conteúdo contestador e politicamente engajado contra a ditadura. Fundado por Fernando Gasparian, um "integrante da burguesia 'esclarecida'" (ROMANCINI e LAGO, 2007), mas que também passara pela experiência do jornalismo, *Opinião* sofreu com a censura prévia e com o rompimento com o jornalista Raimundo Pereira, que saiu da função de editor para fundar seu próprio jornal, o *Movimento*.

Mas as representações em torno do caráter contestador, corajoso e criativo do jornalista não se devem apenas à imprensa alternativa. Na chamada grande imprensa também não faltam exemplos lendários de estratégias usadas pelos jornalistas para driblar os censores, como a famosa previsão do tempo publicada pelo *Jornal do Brasil* logo após a promulgação do malfadado AI-5: "Tempo negro, temperatura sufocante. O ar está irrespirável e o país está sendo varrido por fortes ventos". Alberto Dines, que, aliás, comandava a redação do JB nessa ocasião, relembra, em livro posteriormente escrito, alguns outros subterfúgios dos jornalistas para mostrar ao leitor que a ditadura estava interferindo na imprensa:

“A memorável decisão de *O Estado de S. Paulo* em publicar poesias ou receitas culinárias no lugar de matérias proibidas pela censura é a maior demonstração de como esta é intrinsecamente falha, superável e pouco inteligente. Se ao público fica vedado o conhecimento do teor da notícia, fica evidente que naquele espaço, agora ocupado por um inexplicável poema, seria explicado algo que não interessava à sociedade. O curioso é que o público fareja censura instantaneamente, como que num sexto sentido, sem nenhuma explicação.” (DINES, 1986, p. 134)

É preciso, porém ter o cuidado para não tomar como reflexo especular da realidade alguns discursos mais audíveis e insistentes, como este, que diminui a eficácia da censura e promove, ainda que indiretamente, uma exaltação do jornalista. Outras interpretações e percepções pintam o mesmo quadro, ainda que com outras cores. Justamente em relação ao mesmo episódio comentado por Dines sobre *O Estado de S. Paulo*, Oliveiros Ferreira, que foi secretário de redação desse jornal naquele período, apresenta uma visão destoante, capaz de desmistificar um pouco essa visão sobre a censura, o jornalismo e o público. Em primeiro lugar, ele relata que o jornal deixava os espaços das matérias censuradas em branco, mas que quando isso fora também proibido, ele se viu obrigado a encontrar outro escape contra os vetos e que sinalizasse ao leitor algum tipo de problema:

(...) vamos encontrar outro recurso: “vamos publicar poesia”. Aí começamos a publicar alguma coisa. (...) Qual é a reação do público? Cartas dizendo: “muito bem, o *Estado* agora está difundindo a cultura!”. Mas não ligávamos e continuávamos fazendo isso. (Depoimento de Oliveiros Ferreira ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo em setembro de 2008).

Oliveiros Ferreira continua o depoimento mostrando que ele, apesar de, inicialmente, ter acreditado na eficácia de suas estratégias, isso não era compartilhado com todos os seus colegas de redação. Ficou decepcionado depois que percebeu o baixo impacto de alguns recursos textuais (poesias, receitas...) junto ao público, que nem sempre captava a mensagem.

O Júlio Neto [da família proprietária do jornal] me dizia: “Oliveiros, isso não adianta, eles não vão saber” (...) Um dia, estou despachando, chega uma colega e diz assim: “Oliveiros, ninguém sabe que o jornal está sendo censurado”. Fiquei bravo com ela e nisso toca o telefone, é um conhecido meu do Segundo Exército e eu perguntei: “Você sabe que o jornal está sendo censurado?” [ele responde:] “Eu não”. (Depoimento de Oliveiros Ferreira ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo em setembro de 2008).

Tendo considerado que a realidade da concretude histórica, bem como a percepção

posterior sobre ela são múltiplas e heterogêneas, nem sempre correspondentes, fica mais fácil entender toda mistificação e retórica em torno do jornal ou jornalista perseguido, às quais se fazem por meio de contínua e insistente representação do jornalista como atrelado à sua “missão” de informar, denunciar, ser mediador entre os fatos e o público. Nesse contexto, as figuras do herói que busca publicar a verdade a qualquer custo e do profissional comprometido com o bem comum ganham elementos e ancoragens para serem contadas, lembradas e ressignificadas nos processos de autoafirmação.

Contudo, se de um lado a memória resgata e ilumina, por outro lado, ela também é composta de esquecimento (TODOROV, 1995) e silêncios (POLLAK, 1989). Sabendo disso e buscando outros olhares sobre a atuação dos jornalistas na ditadura, a pesquisadora Beatriz Kushinir se embrenha pela investigação de “um território sombrio e desconfortável: a existência de jornalistas que foram censores federais e que também foram policiais enquanto exerciam jornalismo nas redações.” (KUSHINIR, 2004, p.26). A pesquisa da autora dá conta de delinear heterogeneidades profundas nas atitudes dos membros do grupo dos jornalistas, demonstrando comprometimentos com diferentes interesses no jogo de poder protagonizado entre Estado e veículos de comunicação.

Outros autores e estudiosos do jornalismo também relatam que, apesar dos episódios de resistência e combate, nem sempre e nem todos os meios de comunicação e jornalistas adotaram uma posição de enfrentamento com o poder. Os trabalhos de síntese histórica feitos por Marialva Barbosa (2007), Cláudia Lago e Richard Romancini (2007) destacam que antes do golpe, parte significativa da imprensa, com exceção do já citado *Última Hora*, queria a saída de João Goulart da presidência. Eram os ecos de parte da classe média e de grupos sociais mais conservadores, os quais chegaram a acreditar que uma “Revolução” serviria para preparar o terreno destinado a implantar um governo democrático de direita, em substituição à tendência esquerdista que vinha se encaminhando por Jango. Foi nesse cenário que o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou seus famosos editoriais de final de março de 1964, bradando “Basta!” e “Fora!” para o presidente. Em 1º de abril de 1964, dia do golpe, chegou a proclamar “Vitória”. Também integrava o rol de apoiadores da mudança o jornalista e político Carlos Lacerda, fundador da *Tribuna da Imprensa*, e que foi um dos articuladores civis do movimento, almejando uma futura posição política (BARBOSA, 2007; ROMANCINI e LAGO, 2007). Posteriormente, com o endurecimento do regime e os arbítrios dos ditadores, tanto o *Correio* quanto Lacerda se voltaram contra os militares e, por isso, foram perseguidos,

ameaçados, prejudicados política e economicamente³³.

Com efeito, independente da posição política momentaneamente adotada pelo jornal, a praxe é a da evocação do papel da imprensa na defesa da democracia, da liberdade e do bem comum. A credibilidade dos jornais e dos jornalistas é grande devedora da aproximação - e da reiteração discursiva de tal movimento - com esses valores. Assim, mesmo que a história demonstre inúmeras situações de passividade ou colaboracionismo de veículos e profissionais, o grupo dos jornalistas procurou se construir como símbolo de combate e resistência política.

A política, porém, tinha cada vez menos espaço nos veículos de comunicação, assuntos dessa natureza circulavam cada vez menos em virtude do clima de censura e perseguição. Nessa conjuntura, uma das saídas de não-confronto adotada pelas empresas para a continuidade do trabalho jornalístico foi encaminhar o foco antes prioritariamente político - típico da imprensa brasileira - para uma atenção mais difusa a outras instâncias da vida social. Num tropismo que não foi necessariamente deliberado, mas que acabou resultando da confluência de fatores e situações vividas durante a ditadura, os veículos de comunicação, em especial as revistas, passaram a dedicar mais espaço aos assuntos de ordem cultural, tais como música, cinema, moda, costumes e diversidade regional, principalmente no clima de revolução cultural efervescente por volta de 1968.

Outra temática substancialmente favorecida em face do deslocamento de prioridade entre os fazeres da produção jornalística foi a economia, especialmente nos anos conhecidos como “milagre brasileiro”. Os militares procuravam publicizar suas estratégias para o crescimento da economia, o desenvolvimento brasileiro e o projeto de integração nacional. Sobre esse contexto, Alzira Alves de Abreu (2002, 2003) avalia que “o jornalismo econômico passou a ser visto como um conveniente instrumento de divulgação da política econômica do regime militar” (ABREU, 2003, p. 215). Por outro lado, reduzir o enfoque político e tratar de economia sem estampar a opinião consistia em “estratégia de sobrevivência” para alguns veículos de comunicação que vinham sofrendo com a censura. (ABREU, 2003, p.213). Mas, em vez de ser entendido como fuga ao que antes era o principal sustentáculo do jornalismo, o apelo aos assuntos econômicos emergiu até mesmo como alternativa de negócio.

É nesse contexto que eclode a principal e bem sucedida reforma da já existente desde

³³ Carlos Lacerda associa-se com os anteriores rivais Jango e Kubitschek, monta a Frente Ampla, que logo é declarada ilegal. Perde seus direitos políticos e precisa sair do país. O *Correio da Manhã* começa a denunciar a tortura e outros abusos. Com isso perdeu os anúncios do governo e mesmo outros anunciantes, que tinham medo de apoiar um “inimigo” do estado. Acabou falindo em 1974.

1920 *Gazeta Mercantil*, jornal que se ampliou perante o clima de expansão “milagrosa” do governo, e, concomitantemente, com o crescimento dos setores empresariais nacionais. Roberto Müller Filho (2003 in ABREU, 2003), diretor de jornalismo do periódico nesse momento, relata que além de aproveitar tais condições, a *Gazeta* farejou uma demanda reprimida e foi pioneira na cobertura aprimorada de temas como indústria, energia, finanças, meio ambiente - segundo ele - muito mais completa e profunda que as dos jornais da grande imprensa, que naquele momento começavam a criar suas primeiras editorias econômicas.

O jornalismo voltado a assuntos de teor econômico é bastante antigo no Brasil. O Jornal do Commercio foi fundado em 1827. E mesmo antes dos anos 1970, alguns jornais já possuíam seções ou suplementos com conteúdos voltados ao comércio, à indústria e ao agronegócio, como relata Hérica Lene (2004). A autora também nota que até então o grande mote do jornalismo de economia era o colunismo, portanto, mais analítico que informativo. Quintão (1987) refere-se à década de 1970 como momento crucial para o fenômeno de especialização dos jornalistas que passaram a se dedicar à cobertura de economia de forma cada vez mais sistemática e profunda. Segundo ele, a necessidade de um discurso especializado passou a ser tão importante ao ponto de, nos plantões de fim de semana, as redações precisarem designar um jornalista especialmente para escrever sobre o assunto. “Escrever sobre a Bolsa e Mercado de Capitais, por exemplo, não podia mais ser feito pelo tradicional repórter de plantão.” (QUINTÃO, 1987, p.98). Diante das novas exigências, criaram-se também oportunidades, afinal, a especialização em economia representou uma alternativa “ao grande número de profissionais ameaçados pelo desemprego” (p.100). Apesar de as redações e os jornalistas acompanharem um rearranjo da cobertura de economia enquanto um saber especial naquela época, Quintão chama a atenção para o fato de a formação dos jornalistas nessa área de conhecimento estar bastante deficitária.

Tal reorganização no jornalismo de economia ocorreu em consonância com valores e saberes consagrados no grupo dos jornalistas a partir das reformas na imprensa dos anos 1950. As normas de redação e as orientações relacionadas ao ideal da objetividade, bem como as representações e concepções a elas vinculadas foram incorporadas ao trabalho das editorias econômicas e dos jornais especializados nesse assunto. De intuito mais informativo que opinativo e analítico, o jornalismo econômico do período militar teve uma contribuição muito especial para o reforço da imagem do jornalista como imparcial e neutro. Embora o conceito de objetividade não se refira a neutralidade e isenção (condições de ausência completa de opinião e de inserção pessoal do jornalista no texto, situação extremamente questionáveis e de

impossível alcance³⁴), algumas percepções promovem aproximação entre essas ideias, sugerindo que o intuito objetivo corresponde à busca pela imparcialidade. Assim, a perseguição desses ideais acabou adquirindo, no jornalismo brasileiro, um sentido de credibilidade, como aparece no depoimento de Roberto Müller Filho, da *Gazeta Mercantil*:

O que nós fazíamos era um discurso para tentar que jornal escrevesse as coisas de maneira clara e isenta. Eu tinha obstinação pela isenção, pela imparcialidade. (...) Foi a expertise que foi criada em cada editoria, aliada ao dogma da isenção, da neutralidade, da obrigatoriedade de ouvir as partes, que, naquele momento, com aquelas condições dadas, na minha opinião, permitiu que a *Gazeta* tivesse êxito. Ela adquiriu credibilidade pela isenção e pela competência no trato de cada assunto. (Roberto Muller Filho, depoimento ao CPDOC in ABREU et. al, 2003, p. 233).

Alguns discursos do jornalismo econômico ajudaram a reproduzir as concepções apressadas sobre jornalismo que associam as noções de neutralidade, isenção e imparcialidade à de objetividade, muitas vezes tomando-as como sinônimos. Tais sensações são reforçadas pela informação quantificada e quantificável. Diante do universo de números, contas, balanços, planos econômicos, a atmosfera de neutralidade torna-se mais crível, é mais fácil dissolver opiniões e tendências e, com isso, revestir o texto de uma aparência de imparcial. Esse modo de apresentação dos discursos funcionava tanto como alternativa ao confronto combativo à política do regime ditatorial quanto se sedimentava, para os próprios jornalistas e para seu público, uma espécie de baliza para avaliar o que podia ser considerado um jornalismo crível, confiável e legitimamente verdadeiro. Mesmo em face da especialização de uma nova temática e da criação de espaços e fazeres específicos a ela associados, era preciso continuar atento aos valores segundo os quais o jornalista e o seu trabalho pudessem ser julgados competentes e profissionais.

A busca pela “revelação” da verdade – exaltada já no início do século, como é possível perceber pelo livro de Rui Barbosa, *A imprensa e o dever da verdade* – continuava a ser proclamada como um dos valores primordiais ao grupo. Durante a ditadura, como visto, muitos assuntos foram interditados, porém a referência a esse ideal se manteve, para os jornalistas, como elemento de contínua construção sua própria credibilidade social. O fim da censura prévia e a retirada da presença ostensiva dos censores nas redações no contexto do governo Geisel, que apregoava a chamada abertura “lenta, gradual e segura”, proporcionou às

34 Sobre reflexões específicas acerca do tema da objetividade, cf. LAGE, 1999; SPONHOLZ, 2009; TUCHMAN, 1993; SCHUDSON, 1978; RIBEIRO, 2000.

empresas e aos jornalistas a possibilidade de trazer a público assuntos antes ocultados pelas autoridades. Esses anos foram, contudo, marcados por ambiguidades, com disputas de força entre grupos mais radicais e defensores da distensão política. É justamente nesse período que ocorre um dos episódios mais marcantes para o grupo dos jornalistas e que teve ampla repercussão nos meios de comunicação: a morte, em 1975, de Vladimir Herzog, então diretor da TV Cultura, que estava preso pelo DOI-Codi. As reportagens procuram desmentir a versão oficial de que Herzog teria cometido suicídio.

Diante do abrandamento do autoritarismo governamental, a prática da investigação jornalística ganhou novo estímulo:

“os repórteres passaram a ter como principal missão desvelar o oculto para o público e trazer a informação nunca antes revelada, o momento histórico parece favorecer assim a construção de uma nova categoria de jornalista – o investigativo – que trazia para o campo outra característica: era capaz de configurar – e a ele era dada esta outorga – a própria notícia, não apenas reproduzindo o que via, mas assumindo a tarefa de outros para defender os interesses de toda sociedade.” (CASTILHO, 2010, p.148)

Muito do que se entende por jornalismo investigativo tem como âncora a ideia de que o jornalista presta um serviço de vigia à sociedade. Sua missão seria como a de um “cão de guarda” - *watchdog*- farejador dos deslizos dos poderosos e com o dever de denunciá-los à sociedade. O trabalho de investigação carrega a imagem de um profissional com o dever de seguir pistas para desvendar algo encoberto ou averiguar se outros agentes sociais estão agindo corretamente. Aí estão embutidas noções que tanto reforçam a construção identitária que identifica o jornalismo como “o quarto poder” quanto a que outorga ao jornalista o título de mediador desejado entre público e os fatos.

Tais sentidos são reiterados quando os jornalistas divulgam e rememoram situações que ilustram que seu trabalho foi capaz de derrubar poderosos corruptos. Uma dessas ocasiões nos anos 1970, que acabou se tornando um modelo para o resto do mundo, foi o caso Watergate, nos Estados Unidos. Durante meses, os repórteres do *Washington Post* Carl Bernstein e Bob Woodward produziram uma série de reportagens que acabaram culminando, em 1974, na renúncia do então presidente Richard Nixon. Seus esforços investigativos foram capazes de provar esquemas de corrupção dentro do Partido Republicano, inclusive com o envolvimento da Casa Branca na invasão, em 1972, da sede do Partido Democrata, localizada no edifício Watergate.

O sucesso daquelas matérias influenciou jornalistas brasileiros não só naquela época,

mas também posteriormente. Bernardo Kucinski³⁵ admite que o caso Watergate foi uma das fontes de inspiração para seu trabalho como jornalista nos anos 70 e 80, e o jornalista Luiz Nassif comenta que, na década de 90, na época das denúncias envolvendo o ex-presidente Fernando Collor “os ecos de Watergate estavam vivos na cabeça de cada jovem jornalista brasileiro” (NASSIF, 2003. p.17).

Mas a imprensa do Brasil também produziu suas próprias referências de jornalismo investigativo. Naquele período, após o afrouxamento da ditadura e da censura, duas reportagens com esse teor foram contempladas com o Prêmio Esso, que se tornou, desde sua criação, um dos mais importantes espaços de autoavaliação e projeção do grupo dos jornalistas. Uma delas, de autoria de Ricardo Kotscho, foi, na verdade, a série “Assim vivem nossos superfuncionários”, a qual foi dividida em três edições. A outra, de cunho mais policial, tratava do assassinato de Cláudia Lessin Rodrigues, caso que a polícia concluíra ser resultado de overdose, mas que repórteres da *Veja* mostraram se tratar de um crime, denunciando, ainda, a participação do milionário Michel Frank, filho do industrial Egor Frank (CASTILHO, 2010).

Outro esforço jornalístico constantemente rememorado como exemplo de perspicácia em “revelar a verdade” são as matérias do *Jornal do Brasil* que mostraram que os militares – e não as esquerdas - haviam planejado o atentado do Riocentro, em 1981. Há, no entanto, relatos memorialistas que constroem outra versão e reclamam outra autoria para o “furo jornalístico” do episódio do Riocentro. Em depoimento, o jornalista Domingos Meirelles conta que além do esforço e astúcia jornalística, as reportagens do *Estadão* sobre o caso também contaram com a sorte para se desmascarar as explicações falaciosas dos militares em relação ao atentado:

Ao contrário do que muito se diz, quem realmente resolveu, apurou, destrinchou o caso Riocentro foi a equipe do jornal *O Estado de S. Paulo* no Rio de Janeiro. O Maurício Menezes tinha um [carro] Puma e nós tínhamos feito vários desenhos, mostrando que era impossível a tese que os militares sustentavam de que o sargento Manoel do Rosário e o capitão Wilson Machado haviam sido vítimas de um atentado, e que entre o banco do Puma e a porta havia sido colocada uma bomba caseira. Era impossível, pois a porta não fechava se colocasse alguma coisa, mas o exército manteve essa posição. Até que o Exército, num exercício de desfaçatez, apresenta o que seria a porta do Puma para sustentar a versão que ele defendia. O coronel encarregado do IPM [Inquérito Policial Militar] distribui fotos de

³⁵ Em entrevista de 1986 para a revista Brasileira de Comunicação.

pedaços da porta: faltava exatamente a parte de baixo, o que legitimava a versão do Exército, ou seja, a explosão atingira o sargento pelo lado direito – o que não era verdade, a bomba tinha explodido no colo dele, mas o exército manteve essa versão. E chega o Maurício Menezes, que foi cobrir a entrega desse material, me chama num canto e diz assim: “Eu queria te contar uma coisa: a verdadeira porta do Puma está comigo.” Eu disse: “Como?” – “Deixa eu explicar: quando eu chego lá para cobrir o atentado do Riocentro... Eu tenho um Puma...” Eu disse: “Eu sei.” - “Pois é. Quando eu estaciono o meu carro, vejo no chão a porta de um Puma – porque a porta tinha sido lançada à distância – e eu como eu estou com um problema na maçaneta, fui testar a maçaneta do Puma e disse: ‘Pô, legal, vou botar essa maçaneta no meu Puma’.” E ele pega a porta e guarda. Aí eu disse: “Maurício, vamos ter que devolver essa porta.” E ele disse: “Não, vão me matar.” Eu disse: “Calma, vamos encontrar um jeito...” Essa conversa começou na redação e foi terminar no banheiro e depois nós tivemos uma reunião no bar da esquina com o Ruy Portilho, o Cláudio Lacerda, o próprio Maurício Menezes, eu e não me lembro quem mais. Então, combinou-se o seguinte: de que o coronel Dickson Graef – um coronel do Exército reformado e que estava em litígio com o governo militar – iria entregar a porta. Mas também o coronel precisava de uma versão: então, mãos anônimas teriam deixado a verdadeira porta embrulhada no hall do apartamento onde ele morava e ele convoca a imprensa, toda a imprensa, inclusive a imprensa estrangeira, e vai entregar a verdadeira porta do Puma. Protocolou a entrega do Comando Militar lá da região. Foi um escândalo e aí o IPM se esfarinhou. Então, foi um episódio em que a redação do *Estadão* teve uma participação muito grande. (Depoimento de Domingos Meirelles ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo em 28 de agosto de 2008)

Mais relevante que confirmar quem foi, de fato, o primeiro jornalista ou jornal a “revelar a verdade” é entender que essa disputa denota o valor dado ao feito no interior do grupo. Conseguir apurar fatos e trazê-los a público, principalmente quando se vai contra as informações fornecidas seja pela polícia, pelo exército, pelos políticos e todo tipo de fontes oficiais é considerado trabalho de verdadeira investigação jornalística, o qual merece respeito e reconhecimento entre os pares.

É necessário, porém, manter uma postura crítica ao olhar para a construção identitária a partir dos discursos autorreferenciais que exaltam o caráter de investigador desse profissional no período depois do fim da censura e na transição do governo ditatorial para a democracia. De acordo com a análise de Castilho (2010), as reportagens do *Estadão* sobre as mordomias dos superfuncionários, contempladas com o Prêmio Esso, representam uma concordância tácita com o jogo político entre o governo Geisel, que prometia a abertura

“lenta, gradual e segura”, e a imprensa. “Apesar da adoção de um discurso denunciador, as matérias não apenas desvinculam o nome do presidente da República aos privilégios e aos abusos com o dinheiro público como também relatam o esforço pessoal de Geisel para coibir esse tipo de prática” (CASTILHO, 2010, s.p).

Explicam Abreu (2002) e Kushinir (2004), que o fim da censura praticada pela Polícia Federal não significou a ausência de algum tipo de controle sobre o que os veículos de comunicação publicavam. As autoras demonstram que a verificação oficial antecipada do conteúdo a ser publicado pelos jornais deu lugar à autocensura, exercida pelos próprios veículos e profissionais, os quais, muitas vezes, seja por temor, cooperação ou costume, acabavam reproduzindo o silenciamento dos anos anteriores.

Por outro lado, o abrandamento dos mecanismos externos de interdição dos discursos foi um fator aliado no esforço autorreferencial dos jornalistas em sustentar a imagem do profissional que, por vocação, age em benefício daquilo que o cidadão necessita saber. Compromisso com a “revelação da verdade”, atitude de questionamento, impulso para a investigação, senso crítico, coragem são algumas qualidades que os jornalistas procuraram prezar e associar à sua auto-imagem. Os exemplos de discursos nesse sentido são inúmeros, podendo ser pinçados em textos da imprensa alternativa, nas cartas e relatórios de Conferências e Congressos da categoria, nos relatos de debates realizados em faculdades de comunicação, nos julgamentos do Prêmio Esso, enfim, em diversos momentos em que os jornalistas tiveram a oportunidade de se autorreferenciaram, remetendo a saberes, fazeres e valores da sua profissão.

De modo especial, é interessante dar destaque às marcas que o modelo de jornalismo investigativo deixou para a identidade do jornalista, já que a força de tais representações perduraram mesmo depois dos primeiros anos do regime democrático. Referências posteriores às reportagens premiadas no Esso - e outras - estão em lugares de memória importantes para esse grupo profissional, como, por exemplo, o livro *10 Reportagens que Abalaram a Ditadura* (2005). Além disso, experiências concretas como a criação, em 2002, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, Abraji, expressam como permaneceram fortes os sentidos negociados naquele momento.

Os atos de memória tendo como ancoragem o período de transição para a democracia são sobremaneira significativos para o grupo dos jornalistas. Como visto, é estratégia de autolegitimação lançar mão de discursos que construam imagens de promotores dos valores democráticos e defensores das liberdades. Assim, tendo a história demonstrado que a ditadura

foi substituída por um outro regime, os atores sociais do presente, ao lidarem com operações de lembrança/esquecimento, têm chance de reconstruir um relato do passado que possa promovê-los positivamente. Amostra disso é apresentada pela *Folha de S. Paulo*, que constantemente, em peças publicitárias ou editoriais, atribuiu a si mesma as qualidades de veículo pioneiro, mais competente, ousado e assertivo na cobertura jornalística, em 1984, da campanha em favor da realização de eleições diretas. De fato, alguns jornais e emissoras de televisão, como os do grupo Globo, não concederam tanto enfoque às “Diretas Já” num primeiro momento, porém, todos eles, mais cedo ou mais tarde, de um jeito ou de outro, acabaram se posicionando como apoiadores dos clamores nacionais.

No entanto, é bom que não se esqueça que nem sempre o jornalista conseguia sustentar uma imagem positiva. Não obstante todo investimento em discursos que reiteravam a integridade do mediador neutro e isento, cuja missão é ser o porta-voz corajoso e investigativo dos interesses coletivos, também era comum encontrar algumas manifestações de desconfiança em relação ao grupo, como mostra uma edição de abril de 1984 do jornal laboratório *Flor do Campus*, editado pelo curso de Jornalismo da PUC-Rio. A publicação traz uma coleção de notas agrupadas sob o título “Imprensa criticada”. A primeira delas reproduz uma fala do cantor Milton Nascimento: “Jornalista não entende nada. São pessoas que não deram certo em outra profissão”; a segunda menciona um comentário do jornalista Washington Novaes, feito em seu programa “Diálogos”, criticando a cobertura mal feita sobre um desastre em Cubatão; e a terceira destaca uma matéria da revista *Veja* dizendo que a opinião pública não acreditava na imprensa. Por fim, a aluna e colaboradora do jornal Débora Dines, que assina a matéria, escreve:

De uma maneira geral, o conceito sobre os jornalistas anda muito baixo na sociedade. Muitas vezes nos acomodamos, atitude que reflete 20 anos de repressão. Será que não é chegada a hora de mudar esse quadro geral? (Jornal *Flor do Campus*, abril de 1984, p.2)

As perspectivas profissionais para os estudantes de Comunicação do início da década de 1980, que vivenciavam a fase final de um período de exceção, não eram muito estimulantes em termos econômicos. Em edição do primeiro semestre de 1984, o jornal laboratório do curso de Jornalismo da Universidade Federal Fluminense expressava essas frustrações:

Cinco anos depois de ingressarem no curso de Comunicação Social da UFF, os formandos da turma 1/84 são pessoas decepcionadas. Para

eles, o diploma não garante nem a satisfação intelectual de ter terminado um curso de terceiro grau, nem a tão sonhada entrada no mercado de trabalho. (Jornal Escola *Comunicação IACS* ano VI, n. 11, 1º semestre de 1984)

O texto dessa matéria segue trazendo trechos de sete depoimentos de ex-alunos, sendo cinco de jornalistas e dois de publicitários. A maioria deles demonstra a tendência de afastamento entre a graduação de origem e o direcionamento profissional do diplomado: um quer continuar no seu emprego público, outro quer permanecer na universidade cursando nova habilitação, outro está desempregado e sem perspectivas de trabalho... Embora as falas dos entrevistados apontem que o não ingresso imediato na profissão se dava por diferentes razões e motivos pessoais, elas coincidem quanto ao tom de críticas à formação, além de apontarem para um descrédito do diploma de jornalista.

Em paralelo a esse demérito, o início dos anos 1980 apresenta também algumas situações indicativas de lutas por prestígio do curso de comunicação no meio acadêmico. Vestígios desses embates podem ser recuperados a partir de fontes com referência ao Emdecom: Movimento em Defesa dos Cursos de Comunicação, criado em 1981, com a motivação inicial de reagir a uma série de propostas enviadas ao Conselho Federal de Educação, CFE, pelo conselheiro Paulo Nathanael de Souza. A sugestão dele era que o MEC suspendesse a apreciação dos eventuais pedidos de autorização para a abertura de novos cursos de Comunicação Social no país. Além disso, ele queria que os cursos fossem transformados em instâncias de especialização, abertas a pessoas já diplomadas, funcionando como uma espécie de formação complementar para graduados. Tais propostas desagradaram uma parcela de professores universitários ligados à área de comunicação e ao ensino de jornalismo, os quais iniciaram um “Movimento em Defesa dos Cursos de Comunicação”.

O primeiro boletim do Emdecom traz textos de crítica e rejeição às propostas de Paulo Nathanael, além de manifestar uma indisposição contra os “jornais da grande imprensa”, os quais, segundo a publicação, haviam apoiado e elogiado as sugestões do conselheiro para o curso de Comunicação. Segundo o professor José Marques de Melo (1983), que já vinha debatendo com outros colegas acadêmicos a questão do curso superior de Comunicação desde anos anteriores:

[a] década de 80 significa, para os estudos de comunicação no Brasil, o momento de sua legitimação acadêmica. (...) somente agora as agências governamentais de fomento à pesquisa reconhecem a existência de um campo de conhecimento possuidor de contornos próprios (...) Tal foi o desprezo e a insignificância com que o poder

universitário contemplou nosso campo científico que, em 1981, toda comunidade acadêmica e profissional, precisou congrega-se no EMDECOM - Movimento em Defesa dos Cursos de Comunicação – para evitar que, através de uma manobra pouco sutil, o Conselho Federal de Educação viesse, senão a fechar ostensivamente, pelo menos estabilizar os cursos existentes no país, hoje [1983] ao redor da cifra de sessenta. (MELO, 1983, p.7)

Embora dizendo respeito a uma questão de abrangência nacional, o Movimento esteve concentrado prioritariamente em São Paulo. Isso aconteceu, em primeiro lugar, porque a maioria dos atores sociais (professores, alunos, pesquisadores) relacionados com o mundo da formação em Comunicação também se concentrava no Sudeste e, em segundo lugar, porque um grupo de professores de comunicação daquele estado convocou uma reunião a título de “avaliar a situação” da proposta de Nathanael e da reação da imprensa. Esse encontro, realizado em abril de 1981, na sede paulista da Associação Brasileira de Imprensa, foi o pontapé para a constituição do Emdecom:

Compareceram mais de 100 pessoas, representando 18 entidades, que resolveram criar o Movimento em Defesa dos Cursos de Comunicação. O Emdecom surge para lutar pela manutenção do ensino a nível de [sic] graduação, mas também para tentar resolver os reais problemas – que são muitos – destes cursos. Para tanto, o Emdecom está promovendo debates em todas as Escolas de Comunicação de São Paulo, fornecendo subsídios para os 63 cursos existentes no Brasil, para que todos possam discutir seus problemas, realizando estudos e convocando os mais diversos setores da sociedade civil para que defendam a preservação dos cursos. (*Boletim do Emdecom*, ano1, n.1, maio de 1981, p.1)

Nessa época, São Paulo e Rio de Janeiro sediavam o maior número de escolas de comunicação no país. Em relação aos cursos de jornalismo, especificamente, o Sudeste concentrava aproximadamente a metade deles, enquanto no Centro-Oeste havia essa graduação apenas em Goiás (UFG, de 1968) e em Brasília (UNB, de 1961 e Uniceub, de 1963); no Norte, somente Belém (UFPA, de 1976) e Manaus (UFAM, 1969). De qualquer modo, todas as universidades do país estavam sujeitas aos currículos mínimos definidos pelo MEC. Porém, os pareceres técnico-pedagógicos que serviam de parâmetro para os modelos curriculares eram elaborados por conselheiros do MEC, os quais tinham mais proximidade com as escolas mais proeminentes. Vale lembrar, também, que a redação desses pareceres não era um trabalho pacífico. Como visto anteriormente, o processo de construção dos currículos mínimos se dava em um contexto cheio de disputas, ambiguidades e implicações ideológicas,

tais como as influências do Ciespal e as críticas a isso; as vertentes mais teóricas em oposição às mais técnicas; as preferências de modelos europeus ou americanos, a criação de grande área da comunicação e a divisão dos cursos como habilitações. Tudo isso era combustível para discussões intermináveis sobre o melhor formato para se organizar o curso no Brasil.

Em 1984, o quinto e último currículo mínimo para a área entrou em vigor. Foi a derradeira experiência, porque após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, os cursos passaram a ser organizados a partir de diretrizes curriculares. As primeiras diretrizes para Comunicação foram elaboradas em 1999 e referendadas em 2001. Mas antes que se aborde o panorama do ensino de jornalismo a partir dos anos 90, serão feitas algumas outras observações a respeito da formação dos jornalistas na década de 1980.

Primeiramente, é importante reforçar que naquele período de transição da ditadura para a democracia, questões associadas à temática do diploma e do curso superior de jornalismo materializavam-se, sobretudo, em discussões relativas à qualidade do ensino nas universidades e às propostas de reorganização curricular. Como mostrado por meio dos jornais laboratórios, isso apareceu como problemática para os alunos de Comunicação da época. A instituição do Movimento em Defesa do Curso de Comunicação também integrante das tensões e conflitos enfrentados pelo grupo dos jornalistas e aponta para o envolvimento do corpo docente com o assunto. Os embates do Emdecom contra propostas do governo e contra a posição da mídia podem ser vistos, em grande medida, como reflexo dos anseios de reconhecimento por parte de uma comunidade acadêmica ainda não consolidada e relativamente pouco expressiva em oposição a tradicionais áreas de conhecimento científico e do universo acadêmico.

É interessante destacar, ainda, que o meio universitário não era o único envolvido com as discussões relativas ao ensino de jornalismo. Como visto, as associações de classe, desde seu nascedouro, estiveram mergulhadas nesses debates. Assim, a intensidade das disputas sobre a formação superior para a profissão de jornalista – vinculada ao curso de Comunicação desde 1969 – caminhava *pari passu* com as lutas dos sindicatos não patronais e da Federação Nacional dos Jornalistas (o próximo tópico vai abordar os antagonismos entre os sindicatos patronais e trabalhistas, que passaram a apresentar posições opostas em relação à obrigatoriedade do diploma).

Um livro organizado em 1983 pela Fenaj acerca dos debates dos jornalistas brasileiros entre 1970 e 1982 demonstra que os temas do ensino, da formação superior e do diploma estiveram presentes em rigorosamente todos os congressos, conferências e encontros

realizados pela categoria naquele respectivo período. A própria publicação desse livro já é bastante emblemática, no sentido de que ilustra que os jornalistas desses primeiros anos da década de 1980 continuavam a se fazer – como faziam os primeiros congressistas de 1918 – a pergunta pela própria identidade³⁶. É o que demonstra a primeira frase da introdução, escrita pela então professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Maria Helena Hermosilla Saraiva:

Quem é o jornalista brasileiro? Para quem passou os últimos meses lendo e relendo os decretos que regulamentam a profissão, a resposta é quase automática: trata-se daquele indivíduo registrado no órgão regional do Ministério do Trabalho...

Certamente a resposta é mais profunda e imensamente mais complexa do que a letra fria da lei (...). O presente relatório pretende apenas servir como subsídio para revelar a identidade dos jornalistas brasileiros, respondendo a uma só questão: quais os temas debatidos nos Congressos e Conferências Nacionais dos Jornalistas Profissionais nos últimos 12 anos? (SARAIVA in FENAJ, 1983, p. 11).

Ao se deparar com esse material que elenca em tópicos os variados assuntos discutidos nos eventos de entidades jornalísticas, o pesquisador do presente não tem dificuldade para perceber que tais representantes da categoria jornalística têm preocupação constante e insistente com a questão da formação. O livro é, portanto, mais um indício a reiterar a tradição corporativista que aproximou esses atores sociais com o ensino de jornalismo no Brasil. Mas, diferentemente do contexto de 1918, data do Primeiro Congresso Nacional de Jornalistas, os debates nos eventos por volta dos anos 1980 se inserem em uma realidade em que a criação de cursos já deixara de ser a grande reivindicação da categoria, pois estes já se encontravam em pleno funcionamento. As discussões passaram a versar, portanto, sobre a qualidade da formação em conexão com a valorização e do reconhecimento social da própria profissão.

Outra diferença a ser salientada na mudança de cenário de participação das entidades nesse debate em relação ao passado é que mais atores sociais ocuparam o posto de personagens diretamente interessados e envolvidos com a questão da formação do jornalista. Com a criação e desenvolvimento das escolas, os docentes naturalmente se posicionaram no mesmo patamar – ou acima – na escala de interesse e envolvimento com o tema que os sindicatos e as associações de jornalistas. Tal fato obviamente provoca alterações internas no campo jornalístico, alterando inclusive algumas relações de poder ao ocupar aquele lugar de fala. O subgrupo, bastante heterogêneo, evoca novas dinâmicas de discussão do assunto,

³⁶ Cf. capítulo 1, a respeito do grupo temático “identidade profissional e escola de jornalismo” do I Congresso Brasileiro de Jornalistas, de 1918.

altera formas de agrupamento, promove outras questões, estabelece relações com outros atores, enfim, movimentam-se dentro do campo contribuindo para o complexo processo de delimitação de fronteiras para a identidade jornalística ao mesmo tempo em que vão sendo dialeticamente moldados por eles.

Com efeito, o que se conclui parcialmente até aqui é que, no conjunto de atores e vozes sociais interconectadas no *habitus* jornalístico em estruturação entre os anos da ditadura e da redemocratização é que, não obstante as heterogeneidades do campo, existe um clamor para a valorização do capital simbólico do jornalismo. Isso se manifesta de modo diversificado nas variadas lutas realizadas no interior do próprio campo assim como nas projeções das imagens dos jornalistas e do jornalismo para o exterior. As imagens e representações do jornalista – herói defensor da democracia e da liberdade, investigador, desvelador da verdade, intelectual, informador neutro e isento, entre outras – resultam de negociações em torno dos saberes, fazeres e valores do grupo. Os locais de trabalho, as universidades, a própria mídia por meio da autorreferenciação, os eventos promovidos por entidades de classe são espaços de manifestação das vozes e dos pleitos particulares, os quais, embora eventualmente conflitantes e até antagônicos, coincidem em um propósito: sedimentar a relevância social do jornalismo. Isso querem: os sindicatos, ao reivindicarem melhores salários e condições de trabalho para a categoria; os professores “teóricos” ao defenderem um determinado tipo de formação; os professores “práticos” ao exigirem melhorias dos laboratórios e da infra-estrutura dos cursos; os estudantes de comunicação, ao lamentarem a visão negativa e a falta de oportunidades no mercado de trabalho; os editores e chefes de redação, ao apresentarem o veículo de comunicação em que trabalham como uma importante ferramenta na defesa do bem comum.

Não é necessário estender a lista de exemplos. Por ora basta a demonstração de que nem sempre o conflito e a disparidade de opiniões dentro de um grupo representam situações de enfraquecimento da identidade. Muitas vezes, o que ocorre é justamente o contrário. No próximo tópico será abordado um dos momentos de intensificação da tensão em torno da temática do diploma (assunto crucial nesta pesquisa). Ao analisá-lo, buscarei perceber movimentos, estratégias, conflitos, discursos, representações, silenciamentos, entre outras características a impregnar o debate na década de 1980 sobre a questão, sempre mantendo em perspectiva a indagação sobre a identidade jornalística no Brasil do século XXI.

2.4 Discussão sobre o diploma na década de 1980: polarização

Tomando como parâmetro o debate sobre o diploma de jornalista localizado na primeira década do século XXI, ponto de partida para a elaboração do projeto que deu origem a este trabalho de reflexão, estudo e investigação empírica, é possível identificar a existência de dois pólos antagônicos, materializados na estrutura dual do processo judicial que pediu o fim da obrigatoriedade estabelecida pelo decreto lei 972/69. O lado favorável à exigência do diploma foi encabeçado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que reúne sindicatos de jornalistas de todo o Brasil e que foi, junto com a União, ré desse processo. O lado contrário à obrigatoriedade foi o dos que moveram a ação: empresários de comunicação, representados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (Sertesp). Quando me refiro ao debate do século XXI, obviamente não estou negligenciando o contexto mais amplo nem excluindo as inúmeras outras vozes de atores sociais que também se envolveram nas discussões. O que pretendo salientar é que a disputa jurídica institucionalizou um antagonismo entre patrões e empregados a respeito da questão.

Embora essa polarização possa parecer evidente e natural para algumas pessoas, não é adequado tomar o antagonismo de classe como se ele fosse ontologicamente capaz de justificar a totalidade das divergências de posições e opiniões sobre qualquer tópico. Como se discutirá a seguir, a separação “patrões-contradiploma” e “sindicatos-a-favor” tem na década de 1980 seu momento chave de configuração, que se dá, sobretudo, no plano discursivo, altamente marcado pela retórica classista.

Antes dessa época, havia uma variedade de opiniões e posições sobre a obrigatoriedade do diploma entre os diferentes atores do campo jornalístico, conforme aponta Marco Roxo da Silva (2007) depois de analisar depoimentos e fragmentos de textos de jornais do período. Assim, não era possível considerar, num primeiro momento, a presença de pólos bem definidos nas discussões sobre diploma. Verificava-se, por exemplo, tanto presidentes de sindicatos de jornalistas contrários à exigência do diploma quanto jornalistas da direção de veículos de comunicação defendendo a formação universitária obrigatória. Havia também posicionamentos indefinidos, como o da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), uma entidade patronal que chegou a participar ativamente de uma comissão para discutir a qualidade do ensino nos cursos superiores. A multiplicidade de opiniões sobre o diploma aparece nos variados pontos de vista que Silva (2007) recolhe e analisa em meio a discussões provenientes da década de 1970 em torno dos modelos pedagógicos e epistemológicos dos

currículos mínimos e também sobre a questão da obrigatoriedade do estágio. Ali o assunto diploma emerge eventualmente, mas não é foco da argumentação, diferente do que ocorre em debates pontuais, como o de 1969, surgido logo após a promulgação da lei 972; ou como o do século XXI, motivado pela ação da justiça que destituiu, em 2009, a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. Em outros momentos, os temas debatidos pelas entidades de classe, no ambiente acadêmico, nas instâncias de poder do estado, no seio das empresas e do mercado de trabalho alternam-se: eles aparecem, desaparecem, são silenciados, são esquecidos, são lembrados, crescem ou diminuem em importância. Assim, nem sempre a questão do diploma esteve necessariamente em ebulição, o que não significa que os atores sociais estivessem totalmente inertes em relação a ela.

De qualquer forma, as arestas do antagonismo “patrões-contradiploma” versus “sindicatos-a-favor” só foram efetivamente aparadas em um contexto de debate avivado. Cabe, então, perguntar em primeiro lugar: o que terá servido para acender a chama da discussão nos anos 1980? Foram encontradas diferentes respostas para essa pergunta, apontando motivos diversos como possíveis gatilhos para o assunto ter sido novamente disparado. É que se verá a seguir.

O pesquisador Marco Roxo da Silva (2007) argumenta que a situação que reencaminhou a problemática do diploma para a prioridade da cena está relacionada aos movimentos preparatórios para a elaboração de uma nova Constituição para o país, em virtude da redemocratização. Em 1986, a convite de Tancredo Neves (sic³⁷), uma comissão composta por cinquenta personalidades do cenário público brasileiro colaborou na produção de um anteprojeto para a futura Assembleia Constituinte. Entre elas, estava o jornalista Mauro Santayana, o qual, segundo Silva, apresentou uma proposta que serviu de fagulha para reacender a questão:

No fim de fevereiro, Santayana antecipou, em entrevista não publicada à *Folha de S. Paulo*, sua sugestão para a Comissão incluir no rol de artigos importantes para a confecção da Nova Carta Constitucional, um parágrafo excluindo qualquer tipo de exigência para o exercício de profissões ligadas a arte e a cultura, entre elas, o jornalismo³⁸. A notícia da boa receptividade dos integrantes da Comissão em relação a esta proposição deu visibilidade à questão do diploma de jornalista e

³⁷ Embora Tancredo Neves fosse firme apoiador da Constituinte, a convocação foi oficialmente assinada por José Sarney, que tomara posse como presidente em virtude da morte de Tancredo. Por ordem do decreto 91.450 de 18 de julho de 1985, a comissão deveria iniciar seus trabalhos em 20 de agosto daquele ano.

³⁸ A *Folha de S. Paulo* (20 de fevereiro de 1986, p.6), não publicou a entrevista, mas mencionou o teor da mesma, ressaltando a revelação de que Comissão discutia internamente a possibilidade de se rever a exigência de diploma para atividades intelectuais como o jornalismo na Assembleia Constituinte. (SILVA, 2007, p.157)

desencadeou a chamada “guerra” em torno da manutenção ou fim de sua obrigatoriedade (SILVA, 2007, p. 157).

Já Carlos Eduardo Lins da Silva (2005), dá a entender que existiram outras razões mais imediatas para o reavivamento da discussão sobre o diploma. Em seu livro sobre os “mil dias” (entre 1984 e 1987) de implantação do Projeto Folha no jornal *Folha de S. Paulo*, relata que desde a greve de jornalistas de 1979, ocorrida em São Paulo, as relações entre a direção daquele periódico e o Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo foram ficando cada vez mais tensas. A retomada da temática da obrigatoriedade do curso superior emergiu justamente desse ambiente belicoso entre ambos. Isso deveu-se a uma sequência de fatores encadeados, a começar pela greve, fato consonante com as movimentações políticas da época.

Muitas outras greves e pressões sociais marcam o final da década de 1970 no contexto paulista. O sindicalismo crescia em número e em visibilidade, um partido trabalhista começava a nascer, líderes operários ganhavam prestígio e a organização política das classes trabalhadoras daquela região ganhava mais consistência, contribuindo não só para evidenciar a distância ideológica entre patrões e empregados como também para promover ações práticas – como as greves – contra o patronato.

Em relação à *Folha de S. Paulo*, após o período de indisposições relativas a esse período de greve, o jornal passou por um outro momento turbulento também na década de 80: a implantação de reformas editoriais, redacionais e administrativas preconizadas no Projeto Folha, uma iniciativa da direção da empresa. Lins da Silva (2005) conta que 27 jornalistas que não quiseram ou não conseguiram se submeter às mudanças foram demitidos, o que obviamente provocou reações do sindicato. Uma delas foi se unir ao abaixo assinado entregue, em fevereiro de 1985, pelos jornalistas à direção do jornal contra o Projeto (Lins da Silva reconhece que houve resistências significativas à implantação do mesmo, tanto que ocorreram as demissões). Em setembro desse mesmo ano, a *Folha* publicou denúncias de duplo emprego de jornalistas, que trabalhavam em veículos de comunicação e órgãos governamentais, o que, segundo Lins da Silva (2005, p.202), caiu “como uma bomba sobre a categoria”. Em resposta, o sindicato “denunciou à Delegacia Regional do Trabalho o diretor de Redação da *Folha* [Octávio Frias Filho] por exercício ilegal da profissão” (SILVA, 2005, p.203). De fato ele não possuía diploma de jornalista, porém tinha registro de provisionado. Reagindo, Frias proibiu o sindicato de entrar na Redação para dar recados verbais coletivos. Daí em diante, os informes deveriam ficar apenas em quadros de aviso. E, por fim, a esse incidente seguiram uma série de reportagens, adentrando o ano de 1986, sobre o tema da

obrigatoriedade do diploma.

Considera-se que essa sequência de fatos relatados por Lins da Silva (2005) são como batalhas de uma guerra particular que acabou trazendo, naquele momento, a questão do diploma à tona, encaminhando-a, pelo menos em São Paulo, para uma configuração polarizada:

(...) a história do projeto nos seus três primeiros anos está fortemente influenciada no campo das questões profissionais pelos frequentes confrontos entre a direção da Redação do jornal e a direção do sindicato da categoria em São Paulo, os quais acabaram se polarizando ideologicamente em torno da questão do diploma. (SILVA, 2005, p.200)

Um texto de 1986, escrito por Alberto Dines, também dá suas indicações sobre os motivos que configuraram o debate na década de 1980. Ele credita a Mauro Santayana o papel de gatilho da discussão.

Tudo começou quando a douta Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo eminente Afonso Arinos de Mello Franco, através de seu Secretário Executivo, o competente Mauro Santayana, fez saber à *Folha* que entre suas propostas para a futura Carta Magna constava a extinção da obrigatoriedade do diploma de jornalista. Aparentemente tratava-se de um golpe de relações públicas, pois a Comissão desde os seus primórdios fora alvo de azedas críticas do jornal, sua legitimidade sempre questionada. De repente, a Comissão e o próprio Secretário Executivo (que também não estivera nas boas graças do jornal em virtude de seu apoio a Tancredo Neves, sendo, por isso, afastado), passaram a merecer do jornal maior respeito e estímulo. Foi o gatilho que a *Folha* há tempos aguardava para acionar suas juvenis e fogosas baterias contra o diploma, já que o alto comando do jornal, em sua maioria, está em situação irregular sob o ponto de vista trabalhista. (DINES, 1986, p. 121)

Nessa fala, é possível notar que não só Dines não ignorava a existência do tensionamento pormenorizado no relato de Silva (2005) a respeito da *Folha* como também ele próprio encampa o discurso acusatório das entidades de classe contra aquele jornal paulista. O ônus de motivo imediato do retorno da crise do diploma, recai, no entanto, sobre a proposta apresentada na Comissão Constituinte.

Na busca da elucidação do(s) motivo(s) para a emergência das discussões mais sistemáticas sobre a exigência de curso superior específico para o exercício do jornalismo nos anos 80 foram encontradas com maior frequência as abordagens que tratam da Constituinte e do contexto de São Paulo, enfatizando principalmente a posição dos diretores da *Folha*.

Entretanto, uma breve pesquisa junto às edições do *Boletim ABI* publicadas entre os anos de 1984 e 1988³⁹ apontou para outros pontos de partida, além de mostrar outras nuances para o debate no contexto da imprensa do Rio de Janeiro.

A capa da edição de março/abril de 1986 trouxe a manchete “Jornalista: um título ameaçado”, seguida da seguinte chamada:

Com a recente reunião da SIP [Sociedade Interamericana de Imprensa], em Salvador, voltou a ser defendida a ideia de que o exercício do jornalismo deve ser aberto a qualquer pessoa, dispensando-se a formação profissional específica obtida hoje em quatro anos de estudo universitário. Seria assim, o fim de uma profissão. Para Barbosa Lima Sobrinho [presidente da ABI], a tese é uma iniquidade. (*Boletim ABI*, mar/abr 1986, p.1)

Além de enfatizar que o retorno da discussão nesse contexto tivera raízes nessa entidade internacional, o *Boletim ABI* também abriga textos que apontam que a posição da SIP foi adotada por parte dos empresários de comunicação brasileiros. Nilson Lage escreve isso no artigo publicado na página 9 da edição de julho/agosto, comentando, ainda, o papel da *Folha de S. Paulo* como principal motor da campanha contra o diploma no Brasil. Na página 6, o então presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, José Carlos Monteiro, também menciona a SIP, classificando-a como entidade meramente patronal.

A Associação Brasileira de Imprensa, principalmente na figura de seu presidente Barbosa Lima Sobrinho, fez questão de deixar clara sua opinião favorável à obrigatoriedade do diploma, porém, apesar do teor de alguns textos, não assumiu uma posição estritamente acusatória contra o patronato. Pelo contrário: caracterizada por atuações simultâneas e híbridas junto a empresários de comunicação, jornalistas sindicalizados ou não, a ABI procurou ajuntar quem compartilhasse de sua posição em todas as frentes. Exemplo disso foi a notícia “Empresas ajudam a melhorar o ensino de jornalismo” (*Boletim ABI* set/out 1986, p. 6), que informou sobre uma iniciativa da Associação Nacional de Jornais em oferecer um curso de especialização para professores de jornalismo. A matéria não chega a expor a opinião

³⁹ O tema do diploma aparece em nove das 30 edições pesquisadas. Não há nenhuma ocorrência do assunto em 1984 e 1985. O primeiro texto sobre isso vem na edição de mar/abr de 1986. Depois aparece em mai/jun (com grande destaque, ocupando oito páginas, além da capa), jul/ago, set/out. É tratado duas vezes no ano de 1987, nas edições de jul/ago (apenas breve menção, sem muito destaque) e set/out. Em 1988, três ocorrências: edições de mar/abr, mai/jun, nov/dez. Um quadro contendo a enumeração de assuntos principais de cada edição pode ser encontrado nos anexos deste texto.

da ANJ⁴⁰, dos empresários ou das empresas sobre a exigência do diploma (o texto menciona nominalmente os jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *Jornal dos Sports*, *O Fluminense*, *Jornal do Commercio*, além de citar Nascimento Brito, presidente da ANJ e diretor de Redação do *JB*). Contudo, a interpretação que prevalece é a de que o empresariado era a favor do ensino de qualidade, além disso, o título e a omissão de alguns dados orientam o entendimento de que inexistiam objeções à obrigatoriedade do diploma. A sensação se reforça pela hierarquização da informação na página promovida pelas escolhas da diagramação, que posicionou esse texto na parte inferior da página, logo abaixo da notícia “Manifestações em defesa do diploma na data da imprensa”, a qual relata o apoio da ABI, da UNE e de escolas de jornalismo a um ato público em frente à Faculdade Cásper Líbero, em São Paulo, mobilizado por José Marques de Melo, então presidente da Comissão Nacional de Luta pela Melhoria do Ensino de Jornalismo.

Mais importante do que determinar com exatidão a “primeira” fagulha que fez o tema da obrigatoriedade do diploma entrar em ebulição na década de 80, é perceber que a fervura se sustentou, porque havia lenha na fogueira. O combustível veio de diversas fontes e essas se retroalimentavam, em conexão umas com as outras. Não é difícil imaginar que nas redações dos jornais, nas entidades de classe, nos organismos nacionais e internacionais de representação coletiva dos jornalistas, na própria comissão de estudos para a Constituinte circulavam atores sociais pertencentes a vários espaços simbólicos simultaneamente e que levavam, traziam, produziam, reproduziam os discursos e sentidos compartilhados em cada um desses lugares. Com certeza as reportagens da *Folha* repercutiam entre os membros encarregados de preparar o texto da nova Constituinte, assim como os trabalhos dessa Comissão pautavam a cobertura política enquanto seus membros serviam de fonte para diversas matérias jornalística. Nessa dinâmica, atores e discursos funcionavam tanto como catalisadores quanto reprodutores do debates sobre a obrigatoriedade do diploma.

É justamente em meio a esse conjunto de fenômenos que se observa a formação dos pólos dos contrários e dos favoráveis à exigência, ilustrados pelos padrões e pelos trabalhadores, respectivamente. Mas é bom que se reforce que as sementes para a configuração desse debate nesses moldes já estavam lançadas desde o passado e vinham

⁴⁰ Segundo Marco Roxo da Silva (2007), até 1987 não há uma posição pública da ANJ sobre o diploma. Isso é concretizado naquele ano tanto num seminário realizado pela SIP no Chile quanto no 6º Congresso Brasileiro de Jornais do Interior, em Gramado no Rio Grande Sul: “[aí] é que encontramos um posicionamento concreto da entidade em relação ao tema, com José Antônio Nascimento Brito afirmando que ‘a ANJ trabalhará para livrar o jornalismo da obrigatoriedade do diploma’ (...)” (*Jornal ANJ*, nº 12, dezembro de 1987 apud SILVA, 2007, p.177)

sendo cultivadas no crescente movimento de separação entre os jornalistas e os detentores dos meios de comunicação. Em certa medida, é possível considerar a existência de um processo de proletarização paralelamente à profissionalização jornalística. Como visto, as lutas sindicais foram se tornando cada vez mais dinâmicas no final da ditadura e no início do período de redemocratização; as greves de vários setores de trabalhadores do ABC paulista no final dos anos 1970 foram, possivelmente, o mais movimento mais emblemático desse processo.

Como visto, a categoria dos jornalistas também enfrentou uma greve naquela época (1979), enfatizando, basicamente, a reivindicações em torno de salários e condições de trabalho, o que coincidia com a tendência operária e de esquerda de acusação dos patrões como exploradores. Segundo Silva (2007), os empresários ligados aos meios de comunicação ficaram estremecidos com o grau de adesão ao movimento, que contou com a participação de jornalistas que ocupavam postos intermediários na hierarquia das empresas, além de ter seduzido os mais jovens, sobretudo os diplomados, em torno dos pleitos por melhorias profissionais. Por outro lado, parte dos recém-graduados contratados pelas empresas não quis manifestar resistência aos patrões, muitas vezes por receio de perder o emprego ou então pela ambição de fazer carreira nas empresas jornalísticas.

Silva (2007) identifica, ainda, uma parcela de influência ou envolvimento das escolas de comunicação e dos cursos de jornalismo nos movimentos grevistas daquele período. Tidas como espaços de veiculação ideológica com as esquerdas, as universidades, sobretudo os cursos das áreas humanas e sociais, eram alvo de constante vigilância por parte dos militares durante a ditadura. Assim, se a sensação geral era a de que o meio acadêmico apoiava as ações dos sindicalistas, não é de se espantar que *O Estado de S. Paulo* tenha considerado que a greve dos jornalistas de 1979 fora fruto de “conluio entre sindicato e escolas de comunicação” (SILVA, 2007, p.181).

Não há dúvidas, portanto, de que o contexto de fortalecimento sindical do final da década de 70 e início da de 80 encorajou o desenvolvimento de estratégias argumentativas fundadas sobre a questão da diferença de classe para defender ou atacar um ponto de vista. Nos anos posteriores, quando as discussões sobre o diploma emergiram seja por força da SIP, ou da Comissão de elaboração da nova Constituinte, ou dos confrontos entre sindicato de jornalistas e *Folha de S. Paulo*, a retórica classista foi agregada ao debate, promovendo uma consequente associação valorativa que acabou por reduzir a multiplicidade de opiniões a dois principais pólos. Na efervescência de ataques para desqualificar os oponentes, qualquer

pessoa que se manifestasse contrária à exigência do diploma era retoricamente enquadrada como aliada dos patrões e conivente com a “desqualificação profissional”, já que dispensar a formação acadêmica do jornalista passou a ser sinônimo, sob esse ponto de vista, de estratégia para explorar mão-de-obra mais barata. Já quem defendesse a obrigatoriedade era associado ideologicamente aos sindicalistas, estando sujeito a críticas que diziam que a defesa do diploma atendia a interesses meramente corporativistas, egoisticamente voltados para o bem da própria classe e não para a defesa de valores mais amplos para a sociedade, como supostamente deveriam agir os jornalistas.

Com base em pesquisa junto ao jornal sindical *Unidade*, Silva (2007) demonstra que, além de acreditarem que a formação acadêmica podia oferecer uma diferenciação qualitativa em relação àqueles que não passaram pela universidade, os sindicatos não-patronais viam nela um modo de preparar o jornalista para a luta contra os patrões:

O jornalismo e o jornalista brasileiro se tornaram mais respeitados com a obrigatoriedade da escola e isso só não vê quem não quer. Antes se dizia que um sujeito, desde que fosse meio poeta e bebesse um pouco, dava pra ser jornalista. Vi uma estatística de antes da regulamentação em que registrava entre os sócios do Sindicato, 53% de jornalistas que só tinham o curso primário; uma certa porcentagem nem o primário tinha. Eu convivi na *Folha* com um jornalista quase analfabeto que não sabia escrever redação (...) Hoje não há nenhum jornalista que não tenha convivido numa universidade e que não tenha tido um par de anos de inglês, sociologia, história etc. Melhor preparado, tem mais força para reivindicar. (José Hamilton Ribeiro, *Unidade*, setembro de 1985, p. 6 apud SILVA, 2007, p.204)

O discurso das entidades sindicais de jornalistas buscava travar empatia junto aos corpos docente e discente das escolas de jornalismo ao valorizar o curso superior como forma de acesso à profissão em detrimento das imagens do jornalista como um escritor talentoso nato ou cujo dom fora aprimorado na convivência prática da redação e no compartilhar da vida boêmia com os colegas. Além disso, amparada pela história recente de fortalecimento das greves e reivindicações trabalhistas, essa fala dos sindicalistas exhibe uma retórica que aponta a experiência universitária como força complementar para a suposta luta futura dos graduados versus patronato.

Os estudantes de jornalismo, não obstante também se mostrassem - como visto - muitas vezes desiludidos com o próprio curso e com o futuro profissional, apresentavam uma tendência geral de se posicionarem favoravelmente à obrigatoriedade do seu diploma. Na edição de outubro de 1987 do *Phoca*, jornal-laboratório da UFRJ, a primeira página traz o

seguinte texto: “manter o diploma foi uma vitória”, remetendo à rejeição da proposta de Santayana na Comissão Constituinte.

Outrossim, vale lembrar que há diversos fragmentos em jornais laboratórios da época, como o da PUC-Rio e o da UFF, além do Boletim da ABI os quais mencionam o contínuo envolvimento de alunos nas campanhas em prol da qualidade do ensino superior de modo geral. E, de modo particular, esses pleitos acabaram associados à defesa da obrigatoriedade do diploma, congregados pelo argumento da busca pela qualidade da formação para a atuação no mercado de trabalho. Além disso, é possível notar que a incorporação da retórica classista e a oposição direta aos empresários de comunicação também fizeram parte do modo como o corpo discente se conectou com as discussões sobre a obrigatoriedade do diploma em meados da década de 80. O jornal laboratório da Universidade Federal Fluminense publicado em junho de 1986, por exemplo, exhibe o seguinte depoimento em uma matéria:

Xanda Ferreira, estudante da UFF: “a existência de uma categoria forte, que possa abalar as estruturas do poder dos meios de comunicação não interessa aos empresários, principalmente se ela provém de um meio universitário onde os jovens entram em contato com teorias esclarecedoras da realidade, como é o caso da teoria da Comunicação, que nenhuma empresa vai ensinar ao seu profissional. As empresas querem formar seus próprios empregados, que têm que ser bitolados e coniventes com seus interesses.” (*Comunicação*, “O que há por trás disso”, junho de 1986, p.7)

A polifonia se revela pelas expressões típicas do âmbito sindical. Tais formas de expressão e conteúdos semânticos chegavam aos alunos por diversas vias, por exemplo, a ação direta dos sindicatos junto às escolas (esse mesmo jornal laboratório traz depoimento do presidente do sindicato no Rio de Janeiro, afirmando que a associação vai promover debates nas universidades) e, ainda, a influência de professores que tinham ligações mais estreitas com essas entidades. Interações dos estudantes em espaços extra-escolares, como os movimentos políticos também devem ser considerados espaços de reprodução da dita retórica da luta de classe.

Entre os opositores à exigência do diploma, identificados nesse momento com o grupo dos empresários de mídia, vigorava o argumento de que a restrição do acesso à profissão aos graduados constituía uma reivindicação puramente corporativista, como se as entidades de representação dos jornalistas estivessem criando algum tipo de privilégio para os graduados nesse curso. A argumentação do jornalista e professor universitário Nilson Lage (1986) estabelece diálogo com o discurso com esses contornos e faz a seguinte contra-argumentação:

Reserva de mercado quem tem são eles, os donos dos meios de comunicação, que monopolizam a informação pública de maneira absolutamente ilegítima e imoral, beneficiando-se de ditaduras e tiranias, criando um sistema cartorial de concessões por amizades e embolsando subsídios, como aquele que existe para as redes de televisão: o Governo paga 90% dos custos das transmissões das redes, via satélite ou micro-ondas. Privilégio é isso. Não a situação de um jovem que entra na faculdade por concurso, estuda quatro anos e depois disputa uma vaga de repórter no ultra competitivo mercado de trabalho das redações para ganhar menos de quatro mil cruzados⁴¹. (Nilson Lage, *Boletim ABI*, jul/ago 1986, p.6)

Bernardo Kucinski, outro jornalista que se dedicava, na época, ao ensino superior de jornalismo, também transparece seu incômodo em relação ao modo como a questão vinha sido associada ao patronato:

Eu sou da opinião de que essa questão do diploma está sendo colocada de maneira desonesta, com segundas intenções, pelos proprietários dos grandes órgãos de imprensa. (...) Minha tese é de que isso não devia ser discutido por nós. (...) os donos de jornais jogaram essa discussão como jogam um pedaço de carne ao cachorro quando querem assaltar uma casa (entrevista de Bernardo Kucinski à *Revista Brasileira de Comunicação*, 1986, p.20).

É imprescindível esclarecer, contudo, que esse docente constituía uma espécie de desvio. Contrariando a tendência geral verificada no meio acadêmico, não concordava com a exigência do diploma:

Eu estou vendo pelos currículos que as Escolas de Comunicação estão monopolizando a cabeça do aluno durante quatro ou cinco anos sem colocar lá dentro um conteúdo que precisaria para ele ser jornalista. (Kucinski, 1986, p.19)

Físico por formação e jornalista autodidata, Bernardo Kucinski teve, em sua trajetória pessoal, fatores não acadêmicos que o conduziram à profissão, o que certamente contribuiu para que desenvolvesse aquela opinião sobre o ensino de jornalismo. Sua perspectiva, portanto, não o tornava um porta-voz do ponto de vista da *Folha* ou de qualquer outro representante do empresariado, àquela altura vinculadamente contrário à obrigatoriedade. Todavia, a carreira de Kucinski e algumas experiências de vida como as dele serviam de modelos exemplares para que a *Folha* encontrasse neles um dos seus argumentos para atacar a exigência legal do diploma, conforme se vê nas expressões de Carlos Eduardo Lins da Silva:

⁴¹ O salário mínimo na época era Crz 804 (oitocentos e quatro cruzados), correspondentes a aproximadamente cinquenta e oito dólares.

O fato de algumas pessoas com grande pendor para o jornalismo, bom nível intelectual, boa formação acadêmica não poderem ser aproveitadas para preencher lacunas que os formandos em jornalismo se mostravam incapazes de ocupar foi um dos motivos para a tomada de posição editorial contra a obrigatoriedade do diploma. (SILVA, 2005, p.200)

A defesa da contratação de graduados em outras áreas constituiu-se como um argumento muito importante, que, de um lado, representava uma espécie de diálogo tenso com os sindicatos de jornalista (acusados de corporativistas) e que, de outro, enfatizava as eventuais perdas em termos qualitativos para o jornalismo diante da ausência da obrigatoriedade do diploma. Ao manifestar sua posição de descrença em relação ao curso superior específico, a *Folha* de maneira alguma pretendia soar como um espaço aberto a analfabetos e desqualificados, sob pena de macular a sua própria credibilidade.

É interessante perceber o tipo de instabilidade gerada por situações desse tipo. Por mais turbulenta que pareça, não pode ser vista como uma ferida mortal à existência do jornalismo. Mesmo que se observem tensões naquele espaço e entre os atores que ali transitam, não se detectam movimentos de agentes individuais com o intuito de fazer ruir parâmetros cruciais compartilhados de modo abrangente e hegemônico (Gramsci) pela coletividade. Os conflitos observados remetem a objetivos que estão mais voltados a reorganizações hierárquicas e espaciais, enfim, jogos de poder em geral, e não a dissolver aquilo que Bourdieu (1996) chama de *illusio*, que permeia tudo isso. Ora, quando atores de peso dentro de um campo deixam de obedecer a regras do jogo, quando param de se comprometer com as crenças ali partilhadas, quando questionam lógicas intrínsecas de funcionamento e de adesão àquele modo de organização, o que está em xeque é a própria constituição do campo, sua validade funcional e moral. Por conseguinte, admitir ou sequer sugerir que era possível aceitar “qualquer pessoa” no jornalismo significava ir de encontro a todo um arcabouço em que se ancora a relevância social do jornalismo e dos jornalistas.

Por esses motivos é que se nota que tanto nos discursos dos que condenavam a obrigatoriedade quanto dos que a desejavam, transparece a imagem de uma profissão intelectualmente exigente, que demanda cultura e também saberes técnicos. As imagens da boemia e do improvisado estavam, nessa época, turvadas – ou talvez até menosprezadas – perante um modelo de profissionalismo construído sobre as bases do ideal da objetividade e do afirmado compromisso com a verdade e com o leitor. Além disso, o momento político-social da década de 1980, que incluía, num plano geral, os processos para a redemocratização

e, numa perspectiva focada, o crescente desenvolvimento do meio acadêmico de Comunicação, viu-se preenchido por um retomar do debate acerca da obrigatoriedade do diploma, o qual, como visto, passou a ser marcado pela retórica derivada do antagonismo de classes. Nesse sentido, um conflito foi instaurado sem qualquer tentativa de questionamento da *illusio*, isto é, das regras implícitas e do sistema de crenças que, neste caso, confere relevância social à atividade jornalística. Tal disputa abarcou duas principais correntes opinativas (havia outras posições minoritárias e com seus respectivos refinamentos contextuais, vale lembrar, mas foram essas majoritárias que se sobressaíram): uma que enxergava que a formação específica em jornalismo oferecia a capacitação cultural suficiente e necessária para a atuação no jornalismo e outra que não. Mas isso não era tão banal. Pelo contrário, era de uma radicalidade potencial, a qual, associada à força catalisadora da retórica de classe daquele momento, foi capaz de criar pólos opostos nos moldes da discussão.

Como visto, os debates acerca da temática do diploma na década de 1980, engatilhados pelo posicionamento ideológico de uma disputa polarizada, expandiram-se para dentro da universidade, mantendo, em grande medida, aqueles mesmos contornos. As discussões vivenciadas por estudantes, professores e pesquisadores vinculados ao ensino de jornalismo e comunicação, nessa época, estiveram ainda bastante a reboque das lutas entre entidades de classe e empresários de comunicação. Mas é bom lembrar a instância acadêmica envolvida com tais esferas de conhecimento ia se desenvolvendo, com suas movimentações políticas, suas discussões teóricas e com a pesquisa. É disso que se tratará a seguir, visto que os processos inerentes ao meio acadêmico também tiveram – e continuam a ter – impacto sobre a construção da identidade jornalística.

2.5 O desenvolvimento do universo acadêmico

Para entender algumas nuances dos debates do século XXI acerca do diploma e da formação superior de jornalismo, é importante olhar, mesmo de modo breve, para o desenvolvimento do universo acadêmico da área de comunicação no Brasil, levando em conta não apenas os temas que acabaram de ser discutidos no item 2.2, em torno dos cursos de graduação, mas também percebendo os encaminhamentos das pesquisas na área, a construção da pós-graduação e os rumos das discussões teóricas.

Foi e continua sendo bastante recorrente entre os pesquisadores do campo da comunicação o esforço em analisar a constituição desse mesmo campo enquanto instância legítima, competente, específica e autônoma dentro do espaço acadêmico. As reflexões nesse sentido são facilmente identificadas em ensaios e iniciativas individuais, bem como em espaços institucionalizados como os GTs e linhas de pesquisa sobre epistemologia, além de em obras coletivas, como o livro de 1983, *Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas*, organizado pela Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação), ou a coletânea de 2010, *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil*, uma iniciativa da Socicom (Federação Brasileira das Associações Científicas da Comunicação), entre tantas outras. Não é novidade dizer que essa autorreflexividade constitui um mecanismo de construção identitária e luta por reconhecimento.

Alguns movimentos são reiteradamente mencionados como peças-chave na solidificação do campo, entre eles, a abertura dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Os esquemas abaixo fornecem uma visão panorâmica sobre a evolução quantitativa das universidades brasileiras a oferecer esse nível de estudos em um período de 40 anos, desde a década de 1970 até a primeira década deste milênio, levando em conta o ano de abertura do mestrado nessas escolas. A segunda tabela indica as datas de surgimento dos cursos de doutorado.

Gráfico 1
Evolução da quantidade de universidades brasileiras oferecendo pós-graduação *stricto sensu* em comunicação

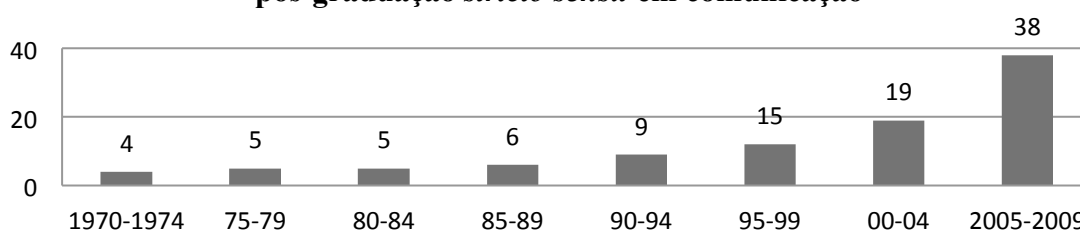


Tabela 3
Evolução da quantidade de universidades brasileiras oferecendo pós-graduação *stricto sensu* em comunicação

Intervalo temporal	1970-1974	1975-1979	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1999	2000-2004	2005-2009
<i>Quantidade de pós-graduações criadas no período</i>	4	1	0	1	3	6	4	19
Total de universidades oferecendo pelo menos um nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	4	5	5	6	9	15	19	38

Tabela 4
Cursos de doutorado em comunicação no Brasil

Década	Quantidade de doutorados iniciados	Ano de abertura do doutorado	Universidades
1970	1	1978	PUC-SP
1980	2	1980	USP
		1983	UFRJ
1990	5	1995	UMESP UFBA
		1998	UNICAMP
		1999	PUC-RS Unisinos
2000	7	2000	UFRGS
		2002	UFF
		2003	UNB
		2004	UFMG
		2007	UNESP (Bauru)
		2009	USP, UTP
Total	15		

Fontes consultadas:

GeoCAPES, site da Compós, Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil (2010, p. 66)

Comentando sobre o cenário que antecedeu a implantação desses cursos de mestrado em comunicação, Gomes et al. (2010, p. 63) destacam que, o sistema de pós-graduações no Brasil foi organizado a partir da década de 1960, pela lei 4.024/61, e regulamentado em dezembro de 1965, com o Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação. Ainda sobre os antecedentes, vale prestar atenção a dois atores políticossociais de relevância para o fomento da pesquisa e da comunidade científica existentes desde o governo de Getúlio Vargas. Ambos de 1951, a Capes⁴² e o CNPq⁴³ foram criados com o objetivo de estimular o desenvolvimento do país, tendo desempenhado, desde então, papel central no financiamento de pesquisas e pesquisadores.

Para muitos dos que trabalhavam ligados aos cursos de comunicação nas universidades, obter reconhecimento por parte de tais agências governamentais significava não apenas ganhar recursos materiais para a realização de estudos, mas, no caso da

⁴² Conectada com o Ministério da Educação e então denominada Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior foi, posteriormente, chamada Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁴³ Conselho Nacional de Pesquisa, um órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia que passou, em 1971, a ser conhecido como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

comunicação, significava acumular capital simbólico para conquistar sua própria autonomia enquanto campo acadêmico, já que o histórico de inserção do jornalismo e de outras disciplinas da comunicação nas universidades era marcado pela subordinação desses cursos a um instituto ou faculdade de outra área de conhecimento, como a sociologia ou a filosofia. Conforme comentado anteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, ocorrem processos que apontam para uma atenção mais focal a essa área, por exemplo, em virtude dos esforços de construção dos currículos mínimos.

Em relação às características da pesquisa de comunicação em seus primórdios, José Marques de Melo (2007)⁴⁴ traça um panorama temporal, explicando que na primeira metade da década de 1960, o Ciespal exerceu uma significativa influência na orientação de estudos voltados para a dinamização dos cursos de jornalismo. Nesses espaços, grande parte dos trabalhos patrocinados por aquela entidade apresentaram teor comparativo, versando sobre morfologia e conteúdo de jornais. Além disso, houve lugar para pesquisas sobre efeitos das mensagens sobre os receptores, uma nítida influência de estudos funcionalistas, encampados por autores como Joseph Kapler e Paul Lazarsfeld. Naquela mesma época, a zona rural também recebia atenção da área de comunicação, expressa em iniciativas às quais Melo chamou de “difusionismo”, isto é, o estímulo à implementação de tecnologias agrícolas, o que veio acompanhado de estudos para mensurar “o impacto de campanhas e para a verificação da eficácia das novas tecnologias agrícolas na alteração dos padrões de comportamento coletivo dos agricultores” (MELO, 2007, p.29).

Ainda de acordo com o autor, os anos posteriores ao golpe militar no Brasil significaram a repressão de algumas temáticas consideradas perigosas para serem tratadas nas universidades, em especial os assuntos de cunho social e político, principalmente as vertentes marxistas. Em contrapartida, o crescimento econômico-tecnológico da década de 1970 política e culturalmente amparado nas políticas do governo militar no Brasil consistiu no pano de fundo sobre o qual se acompanhou o desenvolvimento, multiplicação e aumento da difusão de produtos e modelos da indústria cultural. A análise das variadas facetas de tais fenômenos por parte de muitos pesquisadores brasileiros de comunicação naquele período buscaram referência teórica em trabalhos de Theodor Adorno e Max Horkheimer, da renomada Escola de Frankfurt.

⁴⁴ Texto originalmente produzido em 1984 e republicado em 2007, por ocasião dos 30 anos da Intercom.

Os estudiosos de comunicação nesse momento também se inspiravam em outros autores também de tradição marxista, como Althusser. Seu conceito de aparelho ideológico de Estado foi incorporado a muitos trabalhos realizados pela comunidade docente da comunicação. Outra linha de pensamento que exerceu influência sobre o universo acadêmico da comunicação relacionou-se à vertente estruturalista de origem européia, com destaque para Umberto Eco e Roland Barthes.

A segunda metade da década de 70, segundo Melo (2007), foi um período de legitimação acadêmica para a comunicação. Diante do contexto político de relativa abertura e distensão desde o fim do governo Geisel e durante o mandato de Figueiredo, a área de ciências sociais começa a retomar alguns objetos e temas antes silenciados. Na comunicação, a academia transita entre o tratamento teórico de objetos ligados à comunicação sob a perspectiva de áreas consolidadas, como a sociologia, antropologia, história, linguística e a busca por procedimentos, métodos e teorias que desenhem uma especificidade para a comunicação social.

O último período analisado pelo autor refere-se a um momento que ele considera de politização dos estudos de comunicação, ocorrido nos anos 1980, em meio ao cenário de redemocratização do país. Além da aproximação teórica com referências marxistas e de seus subprodutos e reapropriações no cenário brasileiro (como, por exemplo, a teologia da libertação), ele aponta, ainda, um engajamento efetivo dos pesquisadores de comunicação em torno da consolidação do próprio campo, possibilitado, principalmente, pela atuação institucional via Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, a Intercom, fundada em 1977.

Um livro organizado por essa mesma entidade [Intercom], em 1983, mostra que foram necessários muitos anos de luta para a comunidade acadêmica da comunicação obter um certo grau de autonomia e reconhecimento frente a outros atores sociais do mundo acadêmico brasileiro:

Somente agora [1983] as agências governamentais de fomento à pesquisa reconhecem a existência de um campo de conhecimento possuidor de conhecimentos próprios, voltado para a produção, difusão e consumo de bens simbólicos. Nas próprias universidades, a área de comunicação social começa a romper o isolamento e a subalternidade a que foi submetida, lutando pela ocupação do espaço que lhe cabe não apenas no plano pedagógico e científico, mas sobretudo nas estruturas de poder e nos meandros das engrenagens orçamentárias (MELO, 1983, p.7).

O trecho acima, tirado da introdução da obra, apresenta a coletânea de textos que procuraram delinear, em breves descrições e análises, as principais tendências nas pesquisas realizadas nos anos 1960 e 1970 relativas a diferentes temáticas da comunicação. Derivada de um evento realizado no ano anterior (o V Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Intercom), a publicação deixa transparecer os grandes focos de atenção daqueles anos: jornalismo impresso, relações públicas, rádio, televisão, música popular, imprensa proletária, comunicação popular, folkcomunicação, sociologia da arte, comunicação rural, comunicação religiosa, leitura da palavra impressa, opinião pública, pesquisa de mercado. O livro também indica uma inquietude, por vezes, expressa, por outras, latente, para responder à pergunta “o que é a ciência da comunicação?”, a qual vem acompanhada de discursos que mencionam a diversidade, a interdisciplinaridade, em suma, a busca por identidade.

Em texto escrito em 1999, a pesquisadora Maria Immacolata V. Lopes considera que o evento de 1982 representou o “marco inicial dos esforços de reflexão sistemática sobre a comunicação no Brasil” (2007⁴⁵, p.160). De fato, a coletânea de textos dele derivada representa um riquíssimo material para se compreender parte do desenvolvimento do universo acadêmico até aquele momento. Os estudos, debates relatados nos textos e a própria existência de uma obra desse teor são pistas que sinalizam, portanto, que havia naquele momento um esforço coletivo de atores de diferentes linhas de trabalho no intuito de integração institucional em torno da área de comunicação.

Mas, é importante não esquecer a complexidade do cenário acadêmico e ter a clareza de que os atores ligados ao universo da pesquisa e da pós-graduação eram, também, docentes e estavam, ao mesmo tempo, envolvidos com o ensino e as questões para o(s) curso(s) de graduação. A articulação e consonância muitas vezes observadas nos esforços de consolidação do campo nem sempre eram sinônimo de que havia um tom harmonioso nas discussões sobre o(s) modelo(s) pedagógico(s) a serem adotado(s) para a graduação, sobretudo a partir da instituição do currículo mínimo de 1969. Em diversas situações, pesquisadores participando da mesma associação (naquela época existia a União Cristã Brasileira de Comunicação Social, a UCBC, e a Intercom, basicamente) e dos mesmos eventos (por exemplo, os ciclos de estudos promovidos anualmente pela Intercom desde sua fundação) podiam se posicionar em relação à temática pedagógica em lados opostos da argumentação. Essas ambiguidades fizeram parte do processo de desenvolvimento do

⁴⁵ Texto originalmente produzido para o aniversário de 20 anos da Intercom, em 1997, porém republicado em coletânea de 2007.

universo acadêmico ao qual o jornalismo estava formalmente integrado. De qualquer forma, como nota Silva (2007), a busca pelo reconhecimento, dentro da universidade, por parte do heterogêneo grupo reunido em torno do curso de comunicação acabou promovendo “uma certa união dos professores e pesquisadores de diferentes ramos” (SILVA, 2007, p.96).

A própria fundação da Intercom, em 1977, pode ser vista como reflexo dessa união de esforços em torno de fortalecimento de uma área robusta frente a outras já consolidadas, como a sociologia, a antropologia, a história. Docentes que tratavam preferencialmente de temas ligados ao jornalismo, como José Marques de Melo, Gaudêncio Torquato, José Salvador (J.S.) Faro exerceram papéis centrais na criação e na direção dessa entidade. Mas a estruturação da mesma também contou, em grande medida, com o comprometimento e a colaboração de pessoas mais voltadas ao estudo de outras áreas, como relações públicas (Cicília Peruzzo, Margarida Kunsch) e estudos de linguagem (Lúcia Santaella e outros da PUC-SP).

Em relação à periodização que se pretendeu abordar neste capítulo, os parágrafos acima resumem as principais marcas e movimentos mais relevantes no âmbito acadêmico relativamente ao campo em que o jornalismo foi institucional e academicamente inserido. Para finalizar esta reflexão, apresento uma tabela das entidades relacionadas com o meio acadêmico de comunicação. A lista vai desde a considerada primeira experiência, a Associação de Amigos do Inciform (Instituto de Ciência da Informação, em Recife/PE), fundada em 1966 por iniciativa de Luiz Beltrão, mas extinta com o fim do instituto, em 1967, (MELO, 2010) até uma associação aglutinadora, isto é, a Socicom (Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação), criada em 2010, reunindo 14 entidades da área.

Pela relação abaixo é possível perceber, nos períodos iniciais, uma força centrípeta dos pesquisadores e instituições, convergindo para poucas entidades. Mais tarde, quando alguma estabilidade já podia ser contemplada em relação ao capital simbólico do campo da comunicação, observa-se a especialização das entidades, a fragmentação da atuação, expressa pelo surgimento de outras associações, desta vez mais específicas. Fenômenos relativos aos anos posteriores aos anos 1990 serão comentados nos capítulos seguintes.

Tabela 5
Lista de entidades relacionadas ao meio acadêmico de comunicação

Década	Ano de fundação	Entidade	Caráter
1960	1966	Assoc. dos Amigos do Inciform (extinta)	Reunião de pesquisadores
	1969	UCBC	Reunião de pesquisadores
1970	1972	ABEPEC (extinta)	Misturava docentes e donos de escola (MELO, 2010).
	1972	ABES	Reunião de pesquisadores de semiótica
	1977	ABJC	De caráter ambíguo, liga-se tanto ao mundo acadêmico quanto jornalístico
	1977	INTERCOM	Reunião de pesquisadores
1980	1984	ABECOM (extinta)	Destinada a escolas e faculdades
	1988	ENEC (extinta)	Entidade do movimento estudantil
1990	1990	Secune (extinta)	Entidade estudantil
	1991	ENECOS	Entidade estudantil
	1991	COMPÓS	Agrupamento de instituições de IES
	1996	SOCINE	Reunião de pesquisadores
	1998	FOLKCOM	Reunião de pesquisadores
2000	2000	FORCINE	Congrega instituições de ensino e pesquisa de cinema
	2001	ALCAR	Reunião de pesquisadores
	2003	SBPJor	Reunião de pesquisadores
	2004	FNPJ	Reunião de professores
	2004	ULEPICC	Reunião de pesquisadores
	2006	ABCiber	Reunião de pesquisadores
	2006	ABRACORP	Reunião de pesquisadores
	2006	COMPOLÍTICA	Associação de pesquisadores de comunicação e política
	2008	POLITICOM	Sociedade de pesquisadores e profissionais de marketing político
	2008	SOCICOM	Agrupamento de 14 dessas instituições

3. Jornalismo no Brasil: ensino superior e cenário profissional na transição do século XX para o XXI

O capítulo anterior assinalou que o desenvolvimento da formação superior em jornalismo no Brasil ficou vinculado, desde 1969, às escolas de comunicação social, passando a partilhar dentro das universidades o espaço do ensino e da pesquisa com outras habilitações. Mostrou também que, não obstante os currículos mínimos destinassem suas orientações de cunho geral para a área, o impulso pela particularização e a busca por delimitação de fronteiras do jornalismo podiam ser percebidos em inúmeros debates dentro e fora da universidade. Esses movimentos foram detectados e observados de modo mais acurado em torno da questão da obrigatoriedade do diploma e nas discussões sobre as versões curriculares a partir da análise de vozes referentes aos proprietários de mídia, às entidades de classe de jornalistas e aos mais variados agentes do meio acadêmico, incluindo docentes e discentes. A presença do jornalismo na pesquisa também foi foco da atenção da reflexão precedente, sempre tendo em vista as conexões entre universo acadêmico e construção da identidade do jornalista.

Ao iniciar um novo capítulo é válido reiterar o objetivo central desta tese: pesquisar a identidade do jornalista brasileiro a partir das discussões sobre o diploma e o curso superior ocorridas na primeira década do século XXI. Espera-se, no caminho, instaurar uma reflexão ampliada sobre este tema, oferecendo alguma contribuição teórica ou metodológica a outras questões e objetos de pesquisa relativos ao jornalismo no mundo contemporâneo. Assim, no percurso até o capítulo onde serão analisados dados empíricos recolhidos para este trabalho, é preciso continuar fazendo sistematizações acerca de aspectos da realidade social aqui em foco. Com isso, pretende-se fundamentar teoricamente o olhar analítico aqui adotado, bem como preencher algumas lacunas nos estudos sobre o tema.

3.1 Panorama histórico-quantitativo do cenário educacional

Os parágrafos a seguir buscam fornecer um panorama quantitativo acerca do ensino de jornalismo no Brasil. Os dados disponíveis são muito amplificados e generalizantes, a exemplo dos censos da educação superior, além de esparsos, exigindo, portanto, tratamento.

Foi preciso recolher, selecionar e hierarquizar exatamente aquelas informações que não só servissem para mostrar a evolução numérica dos cursos de jornalismo desde seu início, como também para situar essa expansão – especialmente exacerbada no fim do século XX e início do XXI - no contexto educacional brasileiro.

Assim, foram organizados gráficos e tabelas a partir de indicadores recolhidos em diferentes fontes disponíveis on-line, principalmente de setores do Ministério da Educação e Cultura (MEC), como o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o EdudataBrasil (Sistema de Estatísticas Educacionais) e o SiedSup (Sistema Integrado de Informações da Educação Superior), além de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Durante a investigação, encontrei formatos variados, por exemplo: documentos oficiais publicando sinopses anuais dos censos, sistema de geração de estatísticas disponível on-line, e base de dados com informações individualizadas sobre o reconhecimento do curso para cada uma das faculdades (em momento posterior, ao retornar àqueles sites, verifiquei que tais informações deixaram de ser expostas a qualquer internauta e parecem ter sido alocadas em espaço virtual de acesso restrito). Para checagem e cruzamento dos dados, foram também consultados os sites das próprias universidades.

Tendo fixado, desde a elaboração do projeto de pesquisa para a tese, que o momento contemporâneo marcaria o ponto de partida da investigação empírica, a primeira preocupação nesta fase de levantamento estatístico foi descobrir quantos cursos de jornalismo havia em funcionamento por volta do final da primeira década do século XXI. Dessa forma, foram contabilizadas 365 escolas superiores de jornalismo⁴⁶ no Brasil no ano de 2008, sendo mais da metade deles no Sudeste, conforme tabela e gráfico abaixo.

⁴⁶ Essa quantidade (365) foi contabilizada a partir da contagem de faculdades constantes na lista de cursos disponível em http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp, consultada em 9 de março de 2009. Na época, o acesso a tal página era livre, porém, meses depois, ficou restrita a usuários com login e senha. Naquele momento, foi possível consultar dados pormenorizados sobre cada uma das instituições de ensino, incluindo a data em que o curso fora reconhecido pelo MEC. Esse dado de 365 cursos, porém, não coincide com o apresentado pelo censo de 2008 – planilha também disponível para consultas no site do MEC - segundo o qual havia 568 cursos sob a alcunha de “jornalismo e reportagem”. Esses se dividiam nestas subclassificações: cinema e vídeo (3 cursos); comunicação social (redação e conteúdo) (549); jornalismo (14); produção editorial (1); rádio e tele-jornalismo (1). Por ser tal classificação mais burocrática e confusa que didática e passível de averiguação individualizada e havendo no próprio site do MEC outra fonte de consulta sobre o assunto de meu interesse, optei por usar a lista de cursos, juntamente com os outros dados mais detalhados. Com a lista impressa (porém o acesso ao banco de dados mais amplo acabou fechado em momento posterior, impedindo novos acessos), foi possível cruzar informações com outros sites (das próprias faculdades) e verificar a real existência cada um deles. Além disso, os dados dessa lista tornaram viável a sistematização de informações complementares em outros níveis de análise, algo que o mero dado numérico do censo não permitiria.

Tabela 6
Total de cursos de jornalismo no Brasil em 2008

Região	Norte	Centro-oeste	Nordeste	Sul	Sudeste	BRASIL
Quant. de cursos	25	31	59	61	189	365
<i>Valor percentual</i>	<i>7%</i>	<i>8%</i>	<i>16%</i>	<i>17%</i>	<i>52%</i>	<i>100%</i>

Gráfico 2
Cursos de jornalismo nas regiões do Brasil em 2008

De acordo com o censo da educação superior desse mesmo ano, o Brasil possuía um total de 2.252 instituições de ensino superior, IES (incluindo universidades, centros universitários, faculdades, faculdades integradas, institutos e centros de educação tecnológica), as quais abrigavam 24.719 cursos de graduação (excluindo-se os do tipo não presencial). Registrava-se, ainda, mais de um milhão e 800 mil pessoas ingressantes nesse nível educacional, um número bastante expressivo (cerca de 1% da população total do país). O mais interessante foi saber que ainda sobraram muitas vagas não preenchidas pelo país afora, já que o censo também revelou que o total de vagas ofertadas passou de três milhões naquele ano.

O olhar sobre tal panorama quantitativo deve vir acompanhado da lembrança de que nem sempre o Brasil contou com um vultoso mercado educacional. No passado, o acesso à educação superior, principalmente, constituía-se como um privilégio para poucos. Todavia, houve esforços governamentais para mudar essa realidade, pelo menos em termos numéricos e com estratégias que resultassem em mudanças estatísticas.

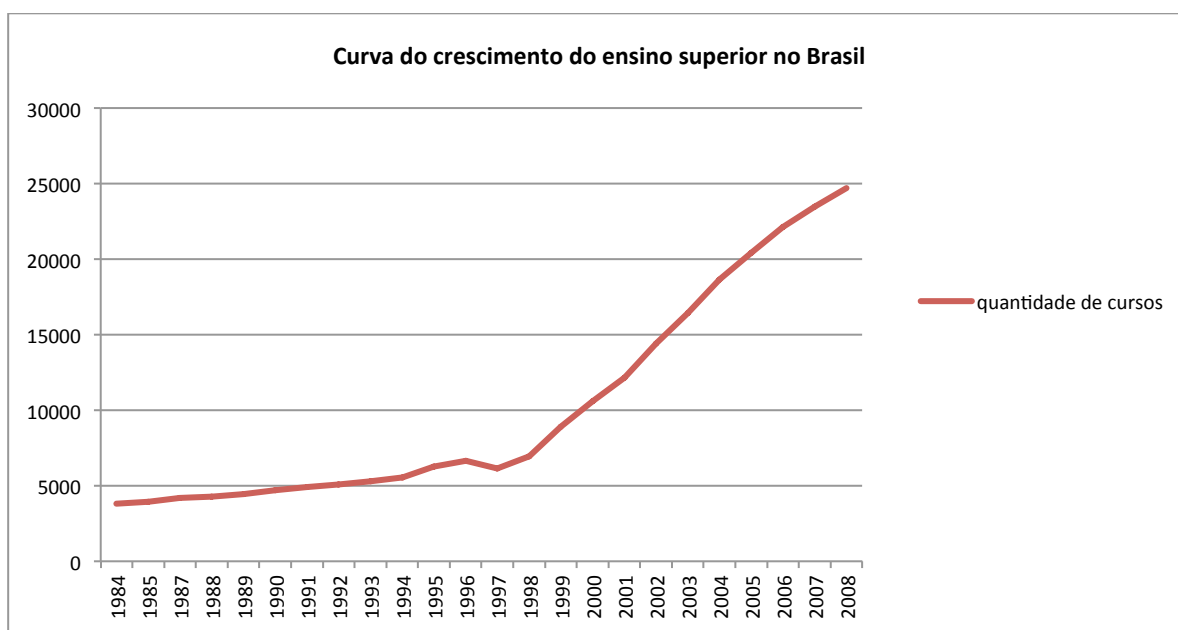
Os censos organizados pelo Ministério da Educação sobre a realidade educacional do ensino superior no Brasil dão conta de que este, de modo geral, apresentou maior crescimento no final da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, conforme ilustram a tabela e

o gráfico a seguir. Isso se deveu ao fato de centenas de novas faculdades terem aberto suas portas, bem como porque instituições já existentes criaram novos cursos e ampliaram seus *campi* e ofereceram mais vagas na graduação.

Tabela 7
Evolução do Número de Cursos Superiores no Brasil entre 1984 e 2008

Ano					1984	1985	1986	1987	1988	1989
nº de cursos					3.806	3.923	-	4.188	4.288	4.453
Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
nº de cursos	4.712	4.908	5.081	5.280	5.562	6.252	6.644	6.132	6.950	8.878
Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
nº de cursos	10.585	12.155	14.399	16.453	18.644	20.407	22.101	23.488	24.719	

Gráfico 3
Evolução do Número de Cursos Superiores no Brasil entre 1984 e 2008



Fonte: Censos da Educação Superior do MEC

As instâncias oficiais encararam o fenômeno com uma boa dose de otimismo, além de atribuírem essa expansão ao crescimento anteriormente registrado no ensino médio. É o que consta no documento de divulgação estatística publicado em 2000 pelo Ministério da Educação:

Os dados do Censo [de 1999] revelam uma nova dinâmica de desenvolvimento do sistema brasileiro de educação superior, caracterizando-se, principalmente, pelo acelerado processo de expansão da matrícula, melhoria dos indicadores de eficiência e produtividade e melhoria da qualificação do corpo docente. [...] Essa nova dinâmica de crescimento do ensino superior está relacionada com a expansão do ensino médio registrada na década de 90. Somente de 1994 a 1999, a matrícula nesse nível de ensino cresceu 57,4%. Nota-se, portanto, que a *gradual melhoria* do desempenho do sistema de educação básica está produzindo uma forte retomada do processo de ampliação de vagas no ensino superior (...) grifos meus (MEC /INEP, 2000, p.5)

Mas há outras razões para explicar a expansão das IES no Brasil do fim do século XX e início do XXI. Fonseca e Magina (2009) analisam as políticas educacionais entre 1956 e 2002 e creditam o aumento quantitativo do ensino superior a variados fatores:

aumento demográfico, crescimento econômico por meio de tecnologias, crescimento no atendimento do Ensino Fundamental e Médio, novas tecnologias e inclusão da população de baixa renda por meio das políticas de financiamento como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni)⁴⁷ (FONSECA e MAGINA, 2009).

Além desses motivos, as autoras mencionam mecanismos legais como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), de 1996, e os decretos nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, e nº 3.860, de 9 de julho de 2001⁴⁸, os quais elas julgam terem sido cruciais na geração de condições para o processo de “privatização desse nível de ensino”. Sob a égide de um governo neoliberal, no poder entre 1995 e 2002, a iniciativa privada aproveitou, em meio a esse conjunto de fatores, as oportunidades de negócios. Ocorreram, então, ampliações em diversos níveis: faculdades e institutos particulares dedicados ao ensino superior se engrandeceram a ponto de se tornarem centros universitários ou universidades; colégios e escolas secundárias da rede privada deram seus passos rumo à graduação – e até pós-graduação posteriormente –; grupos mercantis não ligados à educação passaram a investir nesse ramo. Um evento emblemático que ilustra o caráter extremo dessa mercantilização foi o

⁴⁷ Criados respectivamente em 1999, pela lei nº 10.260/2001 e em 2004, pela Lei nº 11.096/2005.

⁴⁸ O decreto de 1997 elenca uma série de direitos e deveres de pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições superiores de ensino enquanto o de 2001 “dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências (Diário Oficial da União. Brasília, 10 de julho de 2001).

lançamento de ações na bolsa de valores pela universidade Estácio de Sá, em 2007, movimento empresarial ainda inédito para o ramo da educação.

A conformação do ensino superior nesses termos foi capaz de provocar deslocamentos na compreensão do que é a educação, bem como alterou uma série de dinâmicas da própria formação. Ditames ideológicos de nível amplo, mas intangíveis e não quantificáveis, reverberaram em espaços singulares, num movimento similar ao que Foucault (1979) denomina de microfísica do poder. O sentido de prestação de serviço e o cultivo do lugar de cliente em primazia ao de aluno alcançaram os espaços prioritariamente pedagógicos, como as salas de aula. As premissas das relações de consumo influenciaram as relações de poder entre docentes e discentes, alterando disposições pessoais do estar ali, mexendo com expectativas particularizadas e chegando mesmo a influir no processo de ensino-aprendizagem daquela coletividade.

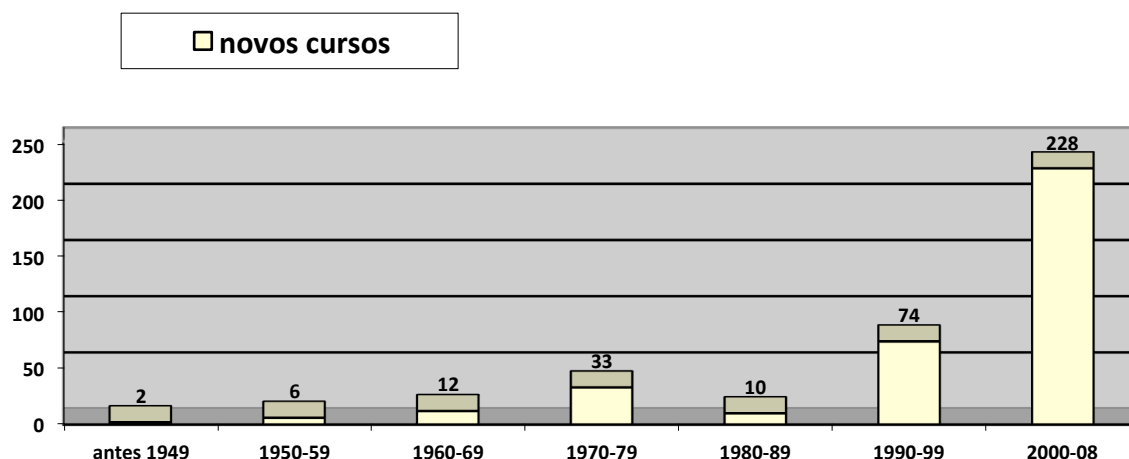
Ainda a respeito do crescimento quantitativo do ensino superior no Brasil, vale destacar uma de suas mais interessantes características, que influenciou movimentos migratórios dos brasileiros em busca de escolaridade. As capitais, antes centros de atração dos jovens que pretendiam ingressar as carreiras universitárias, perderam espaço para as cidades do interior, principalmente as de porte médio. O estudo do MEC sobre o ensino superior em 1999 quantificou essa tendência:

O censo de 1999 indicou que as instituições instaladas nas cidades do interior já possuem mais alunos (1.243.478) que as das capitais (1.126.467). As instituições localizadas nas capitais tinham 776.145 alunos em 1990 e têm agora um total de 1.126.467, uma variação de 45,1%. As do interior, que tinham 763.935 alunos em 1990, agora possuem 1.243.478 alunos, um total 62,8% maior. (MEC/INEP, 2000, p.5)

Todavia, os grandes centros continuaram a concentrar as universidades públicas, visto que foram as instituições particulares que primeira e majoritariamente se instalaram no interior. Tal fato, no entanto, não significou necessariamente a melhoria da qualificação profissional nesses lugares, muito menos a diversificação da mão-de-obra para suprir as demandas de um mercado consonante com o mundo globalizado. Isso porque, nem sempre, os cursos abertos eram compatíveis com as necessidades locais. As principais vagas oferecidas pela educação superior brasileira eram em administração, direito, comunicação, ciências contábeis, pedagogia e letras (FONSECA e MAGINA, 2009 e Censos da Educação Superior). Sobre o curso de jornalismo, em especial, seu crescimento acompanhou as taxas nacionais do

ensino superior e foi igualmente mais acelerado na primeira década do século XXI, como mostra a representação a seguir.

Gráfico 4
Número de cursos de jornalismo criados no Brasil em cada década



A tabela abaixo ilustra a expansão geográfica das escolas de jornalismo no decorrer dos anos, indicando a concentração delas no Sudeste. A região Norte foi a que mais demorou a constituir seus cursos, havendo apenas quatro instituições antes do ano 2000. Em termos nacionais, nota-se que houve um crescimento ligeiramente mais acentuado durante a década de 1970, possivelmente estimulado pela instituição da obrigatoriedade de formação superior para o exercício profissional. Entretanto, os dados apontam que os cursos apresentaram sua maior dilatação no momento em que essa mesma formação estava em xeque (2000 a 2008).

Tabela 8
Crescimento dos cursos de jornalismo por região ao longo das décadas

	Até 1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2008	TOTAL
Norte	-	-	1	1	-	2	21	25
Centro-oeste	-	-	1	2	1	6	21	31
Nordeste	-	1	3	5	2	2	46	59
Sul	-	3	1	4	2	18	33	61
Sudeste	2	2	6	21	5	46	107	189
<i>Quantidade de Cursos criados</i>	2	6	12	33	10	74	228	
TOTAL DE CURSOS	2	8	20	53	63	137	365	

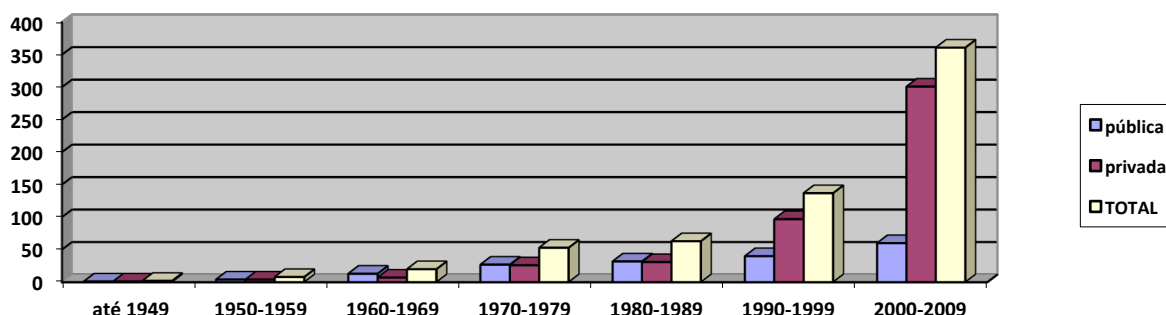
O estranhamento porventura causado pelos dados é apenas momentâneo. Logo se verá que há muitas explicações para o crescimento do número de cursos no momento contemporâneo, a começar pelo fato de que os ditames legais relativos à exigência do diploma que deram o quê de novidade capaz de fomentar a oferta de vagas no ensino superior de jornalismo na década de 1970, no século XXI haviam perdido, há muito, sua eficácia imperativa. Se antes salientavam que era preciso escolas para suprir de diplomados o mercado, depois, passou a ser preciso mercado para dar vazão a tantos graduados. Quer dizer: se num primeiro momento a instituição da obrigatoriedade pôs em xeque a carência de formação universitária para jornalistas pelo país; no século XXI, ao contrário, cada nova escola de jornalismo que abria significava o despejo de futuros desempregados ou nunca-jornalistas em face de um mercado de trabalho hiper-saturado.

Outra observação a ser feita acerca do aumento de escolas para formar jornalistas no final do século XX e início de XXI é que esse fenômeno se deu em virtude do incremento da oferta proveniente de instituições particulares, muitas delas situadas em cidades do interior, assim como ocorreu com o curso superior no país de modo geral. Conforme mostra o esquema abaixo, até a década de 90, a quantidade de centros de formação superior para jornalistas era mais ou menos equilibrada, apresentando uma tendência a haver uma escola privada para cada pública. Já na virada do século, o cenário muda radicalmente, chegando-se, em 2008, a uma proporção de aproximadamente cinco cursos de jornalismo particulares para cada público.

Tabela 9
Crescimento dos cursos de jornalismo públicos e privados ao longo das décadas

PERÍODO	Tipo de Instituição				TOTAL
	PÚBLICA		PRIVADA		TOTAL
	Quantidade	%	Quantidade	%	TOTAL
Até 1949	1	50	1	50	2
1950-1959	4	50	4	50	8
1960-1969	13	65	7	35	20
1970-1979	27	51	26	49	53
1980-1989	32	49	31	51	63
1990-1999	40	29	97	71	137
2000-2008	61	17	304	83	365

Gráfico 5
Crescimento dos cursos de jornalismo públicos e privados ao longo das décadas



Com efeito, é preciso destacar que a tendência geral de crescimento na oferta de escolas e vagas do ensino superior não se manifestou igualmente para todas as áreas, isto é, nem todo curso de graduação cresceu na mesma proporção que as taxas nacionais de educação universitária. Diante da “explosão” de algumas carreiras, umas se mantiveram estáveis e outras quase não apresentaram crescimento. Esse fato pode ser explicado por uma série de fatores conjugados, os quais serão esmiuçados a seguir.

Houve uma pulverização da formação em face do “desmembramento” de competências antes vinculadas a uma única profissão. Assim, por exemplo, se antes bastava ir ao médico para resolver um problema nas articulações, depois passou a ser quase obrigatória uma visita ao fisioterapeuta. De outra parte, houve também uma “academização” de conhecimentos tidos como vulgares ou comuns. Práticas antes independentes de formação especializada ou então sustentadas pela formação de cunho técnico acabaram ganhando o espaço da formação universitária. Para ilustrar esses quadros, é interessante recuperar dados do censo de 2008, que registraram 50 cursos superiores de “Decoração de interiores”, 62 de “Secretariado executivo”; 5 de “Ecologia”; 12 de “Ciência aeronáutica”; 71 de “Gastronomia”; 57 de “Terapias da Beleza”; 116 de “engenharia ambiental”; 501 de “Turismo”; 309 de “Nutrição”; 476 de “Fisioterapia”, quatro de “Tecnologia oftálmica”.

As taxas heterogêneas de crescimento dos cursos superiores também podem ser analisadas sob a ótica da multiplicação de alguns tipos de cursos e não de outros. A ganância empresarial é uma das explicações mais corriqueiras sobre o fato de as faculdades terem priorizado os cursos apelidados de “cuspe e giz”, como letras, direito, administração,

pedagogia, normal superior⁴⁹, já citados como os que apresentaram as maiores taxas de expansão nessa fase⁵⁰. Na busca por lucros fáceis, era mais simples, barato e rápido organizar um desses cursos que aqueles de maior complexidade, como alguns das áreas exatas ou biológicas, exigentes de infraestrutura laboratorial e/ou campo de atuação prática, e que, por conseguinte, demandariam mais investimentos.

Outro cálculo estratégico das faculdades-empresas levou em conta o valor das mensalidades cobradas, bem como o público alvo para tais carreiras. Um curso muito caro – e também muito exigente em termos de carga horária – obviamente não atrairia um contingente muito expressivo no longo prazo. Já os cursos com preços mais acessíveis e mais “fáceis” de se cursar e passar no vestibular podiam contemplar, além dos concluintes de ensino médio, muitos adultos que gostariam de ter tido formação superior, mas que não chegaram a ter oportunidades em tempo de menor oferta. Desse modo, foram abertos muitos cursos noturnos, geralmente preenchidos por pessoas que trabalhavam durante o dia para pagar seus próprios estudos.

No caso de comunicação social e jornalismo, o custo de instalação de uma estrutura laboratorial compatível com a realidade existente no mercado de trabalho implica investimentos significativos por parte das instituições de ensino. Mesmo assim, os dados do MEC mostram que muitas dessas faculdades foram abertas. Isso se explica pelo fato de que as escolas apostavam que os gastos relativamente altos com a infraestrutura desses cursos haveria de ser compensado com a quantidade de alunos matriculados. No final dos anos 90 e início deste século, a relação candidato/vaga para comunicação social nas universidades federais era uma das maiores entre todas as carreiras, dividindo espaço com cursos tradicionais, como medicina. Além disso, a nota de corte⁵¹ era alta, selecionando alunos mais

⁴⁹ O curso de normal superior surgiu a partir da exigência do estado brasileiro de que todo professor de educação infantil e ensino fundamental tivesse formação universitária. Ele foi, então, criado, com a finalidade de ajustar a situação principalmente daqueles que tivessem concluído apenas o chamado “curso normal”, de nível secundário. Um enorme contingente de profissionais da educação matriculou-se para cumprir, no prazo, a formalidade. Por esse motivo, também, o curso Normal Superior revelou-se dentro do sistema educacional superior como uma efeméride, destinada ao cumprimento legal de escolaridade docente.

⁵⁰ Já em 1998, o MEC elenca os 10 cursos com maior número de alunos: do total de 2.125.958 matrículas, 13,8% são de alunos de direito; 12,1% de administração; 7,1% de engenharia(s); 6,6% de pedagogia; 5,8% de ciências contábeis; 5,1% de letras; 3,5% de comunicação social; 3,2% de ciências econômicas; 2,9% de psicologia e 2,4% de medicina. Fonte: “Evolução do ensino superior 1980-1998” Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/evolucao/evolucao.htm>

⁵¹ A expressão nota de corte separa os aprovados e reprovados no vestibular. Ela pode variar de curso para curso e de ano para ano. Os candidatos vão preenchendo as vagas disponíveis sucessivamente segundo seu desempenho na prova. Em geral, para ficar entre os primeiros colocados no vestibular de medicina, é preciso alcançar mais do que 85% da nota. Muitos conseguem se aproximar desse valor, tornando a concorrência acirrada e a nota de corte alta. Já em cursos como pedagogia, por exemplo, os candidatos que conseguem 70% ou 75% da

bem preparados para o vestibular. Nesse cenário, muitos estudantes que não ingressavam no ensino superior público acabavam assumindo uma vaga nas escolas privadas.

Por sua vez, seguindo a lógica financista e também embasados na procura dos vestibulares, as novas faculdades particulares de medicina visavam a um público de pessoas capazes de arcar com mensalidades caras e que ainda pudessem se dedicar a uma formação de tempo integral. Nesse cenário, muitos dos ingressantes nesses novos cursos foram jovens recém saídos do ensino médio, geralmente de escolas particulares, mas que não conseguiam entrar em universidades públicas. A criação de cursos médicos não deixa de ser, sob muitos aspectos, reflexo do impulso comercial que vislumbrou um valioso nicho de mercado, expresso pelo fato de aquele ser um dos vestibulares mais concorridos do país e com as mais altas notas de corte para aprovação no exame. Assim, mesmo diante do pesado custo de montagem da escola de medicina, os rendimentos advindos das altíssimas mensalidades compensavam o ônus inicial.

Mas, não demorou para que o Conselho Federal de Medicina manifestasse sua preocupação quanto à qualidade dos médicos formados nessas escolas e que solicitasse ao Ministério da Educação mais rigor – e até a temporária suspensão – na concessão de autorizações de funcionamento para mais faculdades. Tal fato não deve ser entendido como uma simples manifestação solitária de uma organização daquela classe de trabalhadores, mas evoca uma tensão entre a tradição corporativista no Brasil - acrescida da força do capital simbólico social dos médicos - e o teor liberal mercantil que vinha sendo cada vez mais incorporado ao ensino superior no final da década de 1990 e início do século seguinte. Como visto nos capítulos anteriores, a história do reconhecimento das profissões no país, sobretudo aquelas ligadas ao setor industrial, foi muito mais marcada pela atuação direta do estado na organização social e na construção do espaço público do que pela tendência liberal que abre espaço para dinâmicas associativas por interesses e para forças autônomas de organizações coletivas (BOSCHI, 1991). Em geral, era o aval do estado que sustentava a relação deste com os sindicatos e associações de trabalhadores.

No caso da advocacia e da medicina, profissões liberais detentoras de prestígio no país desde os tempos coloniais, e cujo desenvolvimento não esteve necessariamente vinculado aos processos de profissionalização do período de industrialização, nem por isso deixaram de experimentar algum grau de proximidade com o estado. Dos laços estreitados entre eles,

nota têm grandes chances de estar entre os primeiros, logo, a nota de corte é mais baixa.

surgiram seus mais importantes órgãos de representação coletiva: a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o CFM (Conselho Federal de Medicina), autarquias cuja natureza híbrida as torna, na prática, tanto um organismo de representação da classe frente ao governo, quanto um mecanismo com força de estado para fiscalizar, punir, gerir, ditar normas para a sua competência. Nesse sentido, é interessante destacar a interferência e os pronunciamentos públicos das mesmas no contexto de ampliação extremada do ensino superior no país.

Assim como o CFM para os cursos de medicina, a OAB fez suas manifestações em face do crescimento dos cursos de direito no país⁵². Nesse caso, além de comunicar ao estado e à sociedade sua preocupação em relação à qualidade das escolas, procurou enfatizar que o acesso à profissão de advogado continuava a ser bastante rígido e criterioso, já que dispunha de mecanismo interno de autorregulação do campo: a prova da Ordem. Esse exame, já existente, foi evidenciado como parâmetro de medida sobre a qualidade dos novíssimos bachareis e ganhou mais visibilidade em seu caráter de fronteira para permitir – ou não – o ingresso de neófitos ao universo da atuação profissional. O próprio Conselho Federal de Medicina chegou a discutir a possibilidade de instaurar uma prova do gênero.

3.2 Posições e opiniões sobre a formação do jornalista

Já em relação ao jornalismo, que não possui uma autarquia do tipo Conselho Federal (embora já tenham existido algumas tentativas nesse sentido⁵³), as manifestações mais

⁵² Em 1999, o Brasil contabilizava um total de quase 9 mil, cursos superiores, dentre os quais havia 137 de jornalismo, 97 de medicina e 362 de direito. Em 2008, entre os mais de 24 mil cursos superiores, 365 eram de jornalismo, 177 de medicina e 1.080 de direito.

⁵³ Em 2004, o Congresso Nacional recebeu uma proposta de lei, PL-3.985/2004, para a constituição de um Conselho Federal de Jornalismo, que ficou em tramitação no Congresso entre outubro de dezembro daquele ano, acabando por ser rejeitado. Conforme seu artigo 39, o CFJ e os conselhos regionais seriam “dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Jornalista, e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe”. Embora a criação de autarquias seja um ato de competência exclusiva da presidência da república, e foi dali que ela se encaminhou para as câmaras legislativas, o texto original da proposta fora elaborado nos átrios da Federação Nacional dos Jornalistas, sendo que a Fenaj promoveu uma articulação política eficiente para que ele fosse encaminhado. Mas, por fim, a decisão dos parlamentares foi a de rejeitar o projeto de lei, fato que agradou a chamada “grande mídia”, que realizara uma cobertura jornalística intensiva sobre o assunto, expressando que a maior parte dos grandes meios de comunicação do país – isto é, o empresariado de mídia – se posicionava contrário à criação do Conselho (LOPES, 2007).

O desejo de instituir um Conselho ou Ordem nos moldes do CFM ou da OAB já se manifestara outras vezes na história do jornalismo brasileiro. Marco Roxo da Silva (2007) faz alusões a uma proposta apresentada

proeminentes em defesa da qualidade da formação e contra a abertura indiscriminada de faculdades foram provenientes do meio acadêmico e do meio sindical: os primeiros embasados sobretudo em argumentos pedagógicos e os segundos preocupados, também, com a situação do mercado de trabalho, mediante o excesso de oferta de mão-de-obra.

Entretanto, as preocupações das entidades de representação profissional não se restringiram a questões relativas a concorrência, emprego, salários e condições de trabalho. Como esta tese tem insistido em demonstrar, as aspirações desse grupo de jornalistas no Brasil sempre estiveram muito conectadas com as questões educacionais, desde os esforços para a criação dos primeiros cursos de jornalismo, passando pelas discussões curriculares, pela questão da obrigatoriedade do diploma e, permanecendo no contexto contemporâneo de explosão do ensino superior no país. As interferências dos sindicatos e da Fenaj nos assuntos educacionais de modo algum podem ser consideradas como um corpo estranho e intrusivo ao âmbito do ensino, embora alguns professores e pesquisadores manifestem essa impressão. É que do ponto de vista da realidade cotidiana, não existe uma divisão tão estanque entre essas duas esferas, já que a identidade de muitos atores sociais transita e abriga a dupla condição de engajado sindical e professor universitário. O mesmo sujeito que, em um momento, pode estar na sala de aula ou coordenando um curso, também pode fazer parte de alguma associação de pesquisa, enquanto concorre para um cargo no sindicato de jornalistas do seu estado ou cidade, além de poder integrar o quadro funcional de alguma empresa de comunicação. Não há exclusão necessária entre esses papéis. Um mesmo indivíduo pode manejar todos eles sem se sentir desconfortável com isso, da mesma forma que o grupo dos jornalistas pode abrigar heterogeneidades sem que isso signifique sua fragmentação definitiva. Os processos identitários equivalem a uma amálgama de componentes distintos, que sob certas condições de temperatura e pressão reagem ou deixam de reagir entre si. Nesse sentido, a atuação dos subgrupos dentro do campo jornalístico pode se tornar mais ou menos alinhada em torno de interesses e crenças específicos ou em virtude das conexões ou afastamento entre os agentes acerca de questões e elementos da construção identitária.

As formatações do campo dependem dos modos como se agrupam ou se repelem diferentes atores sociais dentro daqueles limites, além de ter relação com o magnetismo com seus circunvizinhos. Há aproximações e afastamentos que são mais duradouros do que outros, e vale perceber que tais movimentos não ocorrem por mero acaso, mas por razões

ao governo em 1955, outra em 1975 e uma terceira em 1977.

circunstanciais, as quais envolvem, em maior ou menor grau, aspectos que podem estar relacionados tanto com os próprios atores (seus interesses, suas estratégias políticas, seus objetivos em relação a certas imagens, suas crenças, seus valores, seus recursos e poder) quanto com conjunturas internas e externas ao campo. Tropismos desse tipo podem ser verificados em relação às discussões sobre a qualidade da formação para jornalistas no Brasil. Em 1997, diferentes associações do meio universitário assinaram, juntamente com a Fenaj, um documento em que foram sistematizadas orientações para o ensino de jornalismo no país. Algumas dessas sugestões, segundo a própria Fenaj, chegaram a ser aproveitadas na “Proposta de Diretrizes Curriculares da Área de Comunicação e Habilitações Específicas”, documento no qual o MEC se embasou para definir as diretrizes curriculares de 2001 (FENAJ, 2008). Esse documento de teor plural (expresso pela assinatura de várias organizações) foi chamado “Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo”⁵⁴.

Além da Fenaj, as outras instituições signatárias foram a Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (Abecom), a Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), a Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (Enecos), e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom). Entretanto, a Fenaj foi a única que manteve alto grau de atenção ao documento posteriormente, acolhendo-o sob seus cuidados, enquanto por parte dos outros signatários ele foi desleixadamente esquecido, inconscientemente silenciado ou deliberadamente deixado de lado. A entidade não foi só a guardiã do documento como também zelou pela sobrevivência do mesmo, mantendo-o como foco contínuo de seu Departamento de Educação e Assuntos Profissionais. Assim, em eventos da entidade, como o Congresso Nacional Extraordinário dos Jornalistas, em 2002, além de dois Seminários de Atualização do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade do Ensino em Jornalismo, promoveu revisões, reformulações e acrescentou novos conteúdos ao documento. Porém, nesses momentos posteriores, não houve participação nem co-assinatura dos que haviam referendado a primeira versão.

⁵⁴ O episódio é um dos muitos fatos relacionados com o contexto da segunda metade da década de 1990, quando o currículo mínimo de 1984 ainda vigorava, mas o MEC se preparava para a implantação de diretrizes curriculares. Por volta dessa época, organizações de ensino, de pesquisa, o movimento estudantil e os sindicatos de jornalista reuniam-se em torno das discussões sobre a qualidade da formação superior em comunicação. Moura (2002) lembra que em 1995, houve o I Seminário pela Qualidade de Ensino, evento que deu origem ao Movimento Nacional pela Qualidade do Ensino em Comunicação, que reuniu os signatários do documento apresentado pela Fenaj. Cada um desses atores realizava, a seu modo e em sua esfera de atuação, algumas discussões e proposições para a educação universitária nessa área, mas, conforme também nota Moura (2002), os jornalistas foram os que mais se envolveram nas discussões.

Isso aconteceu por diversos motivos, a começar pelo fato de tais revisões terem sido promovidas por jornalistas do meio sindical em lugares e momentos de manejo da Fenaj, como é possível vislumbrar na apresentação da versão de 2008:

Versão 2008 (Atualizada no II Seminário de Atualização do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade do Ensino em Jornalismo e aprovada no XXXIII Congresso Nacional dos Jornalistas brasileiros. Em fase de busca de ampliação dos signatários entre demais segmentos do campo do jornalismo e da área da comunicação, através das suas entidades representativas)

Na virada do século XX para o XXI, a Compós, principalmente na gestão de 2005 a 2007, já não comungava com o modelo de formação dos jornalistas defendido pela Fenaj. Se em 1997 as duas associações chegaram a assinar conjuntamente um documento, posteriormente vieram a se posicionar de modo bem discrepante acerca do status do jornalismo dentro da área de comunicação, o que levou ao desenvolvimento e acirramento de diferenças quanto ao modo de pensar a formação do jornalista. Precisamente em 2009, essa discordância apareceu de modo explícito no documento da Compós produzido em reação à proposta de diretrizes curriculares para o curso de jornalismo que foi entregue ao MEC naquele ano por uma comissão de especialistas designada para tal (cuja composição valorizava mais as visões da Fenaj do que o ponto de vista da Compós). Esse assunto será avaliado com mais cautela no próximo capítulo.

Ao se sublinharem os modos de afastamento entre Compós e Fenaj acerca da questão educacional, vale perceber que a “Versão 2008” do documento para o estímulo à formação do jornalista originalmente escrito em 1997 faz referência nominal àquelas entidades que co-assinaram a primeira versão. Não é uma declaração explícita de adesão dos mesmos àquela versão específica, mas parece querer enfatizar um sentido de evolução coerente e postura de concordância entre as versões subsequentes.

A primeira formulação deste Programa foi realizada em 1997 conjuntamente pela Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (ABECOM), Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOS), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Naquele mesmo ano, foi aprovada no Congresso Nacional Extraordinário dos Jornalistas, em Vila Velha, ES. Em 2002, o Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ) também passou a ser signatário daquela versão do Programa.

(Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação do Jornalista, versão 2008)

A manutenção do formato e do título originais do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação do Jornalista é uma estratégia discursiva que dá a entender que as revisões do primeiro documento são uma continuidade pacífica e consensual acerca do mesmo. A versão de 2008 continua a apresentar as propostas como se pudesse falar em âmbito “nacional” e como a Fenaj se mantivesse como porta-voz de interesses de outros grupos que já não estavam formalmente alinhados com ela naquele assunto. Pelo contrário, a insinuação, ainda que suave, da presença da Compós como se estivesse ao lado da Fenaj causa estranhamento quando se sabe que, naquele momento, Compós e Fenaj posicionavam-se em grupos ideologicamente opostos em relação às discussões em torno da possibilidade de autonomização do jornalismo.

Naquele período, ganhavam impulso e visibilidade as tentativas de um grupo de professores, pesquisadores e jornalistas em alcançar reconhecimento do jornalismo como campo específico de conhecimento - e, segundo alguns defensores, conhecimento científico. O incômodo gerado por esse ponto de vista foi também político e não apenas epistemológico, já que representaria a possibilidade de o jornalismo ganhar um nicho próprio (embora dentro da grande área Ciências Sociais Aplicadas, área Comunicação) na tabela classificatória utilizada pela Capes⁵⁵. Na opinião da Compós, isso representaria fragmentação e enfraquecimento da área.

É plausível considerar que, sob vários aspectos, o esforço de alguns atores do campo jornalístico nos primeiros anos do século XXI, no sentido de conquistar um lugar de autonomia acadêmica, guarda semelhanças com as lutas e reivindicações da Comunicação nas décadas de 1960, 1970 e até 1980, quando esta procurava se firmar como campo de conhecimento na academia. Como visto, as associações de pesquisa e entidades como a UCBC, Abecom, Intercom e outras representaram, ao mesmo tempo, os frutos de esforços colaborativos de atores sociais em busca da solidificação da comunicação, bem como acrescentaram mais força à continuidade de tais lutas. No início deste milênio, o desejo de autonomização do jornalismo – que, por sua vez, nunca deixou de estar presente dentro do campo da comunicação – se tornou mais evidente e concreto em razão de algumas institucionalizações de especial relevo nesse contexto:

⁵⁵ Órgão estatal para controle, avaliação e distribuição de recursos para as pós-graduações no país

- a criação, em 2003, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor;
- em 2004, a instituição formal do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, FNPJ;
- em 2007, o início do funcionamento do primeiro mestrado em Jornalismo, na UFSC;
- em 2009, a proposta de elaboração de diretrizes curriculares para jornalismo separadamente da comunicação.

Dizer que o único propósito de todos esses fatos sociais se limita à criação de um nicho isolado e autônomo para o jornalismo em relação à comunicação é arriscado e redutor, pois ignora as complexidades das trajetórias constitutivas e das contradições internas próprias a cada um deles. Certamente há, por exemplo, pesquisadores da SBPJor ou professores associados ao Fórum que ali estão com o objetivo de divulgar suas pesquisas sobre jornalismo ou discutir com seus pares as práticas de sala de aula, mas que não possuem a necessidade de afirmar o jornalismo como ciência ou como campo de conhecimento; ou seja, concebem o jornalismo como um objeto de estudo da comunicação e não vêem nisto um problema. Entretanto, a despeito da diversidade de pontos de vista, de atuação profissional e de abordagem teórica que possa existir entre os sujeitos de alguma forma vinculados a esses fenômenos, a resultante que sobressai dos mesmos tende a ser lida como uma tentativa de fragmentação.

No entanto, ambas as entidades não querem ser associadas a conotações negativas que uma posição separatista pode denotar. No link “quem somos”, a SBPJor se apresenta da seguinte forma⁵⁶:

A Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo busca agregar estudiosos *de uma área específica do conhecimento* e tem como *propósito atuar em conjunto com todas as demais associações científicas ou acadêmicas ou profissionais* já existentes, como Intercom, Compós, Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, Federação Nacional de Jornalistas, International Communication Association, International Association for Mass Communication Research, Sociedad Ibero-americana de Periodistas en Internet e ALAIC. A entidade pretende estimular a articulação de uma rede nacional de pesquisadores em jornalismo a fim de que se possa constituir um *lugar privilegiado*, tanto para a apresentação de trabalhos, quanto para a formação de redes para pesquisas *específicas* (grifos meus).

Em entrevista à autora desta tese, em 2009, o então presidente da SBPJor, Carlos Franciscato, também reiterou as possíveis conexões dos pesquisadores de jornalismo com a

⁵⁶http://www.sbpjor.org.br/sbpjor/?page_id=336. Consultado em 25 de outubro de 2009.

área e as entidades da comunicação. Mas, é interessante perceber que, enquanto o fazia, ele esclarecia os objetivos da fundação da SBPJor como espaço destinado a fomentar, pelas trocas de experiência entre pesquisadores e pelo desenvolvimento científico, a autonomização do jornalismo enquanto sub-área da comunicação. Para ele, o jornalismo não representa apenas um tema a ser observado pelos pesquisadores, mas reúne um conjunto de conhecimentos teóricos que o fundam enquanto campo específico de conhecimento com caráter científico. No seu entender, existe uma teoria do jornalismo, ou melhor, “teorias, no plural”, cuja sistematização contará com a ajuda da Sociedade. É partindo da defesa e salvaguarda desse posicionamento que ele justifica a relevância epistemológica da associação. Sua fala aponta para um movimento de luta em favor da legitimação acadêmica por meio da defesa de um arcabouço teórico que vai sendo dialeticamente criado e delimitado a partir dessa mesma luta.

A SBPJor é uma entidade jovem, criada em novembro de 2003, a partir da percepção de que somos uma comunidade de pesquisadores em jornalismo densa, ampla e, ao mesmo tempo, dispersa em entidades importantes.

A SBPJor saiu da Intercom, mas não só. Até na própria Compós, em 2000, fundamos um grupo de trabalho de estudo de jornalismo. Isso veio com certas ressalvas em relação à idéia de uma área específica de conhecimento do jornalismo. Hoje há uma visão dominante na Compós que põe em dúvida a existência de um conhecimento denso do jornalismo. (...) Mas a Intercom e Compós são exemplos de que a comunidade de estudo de jornalismo é densa e vem de vários anos. E a gente começou a perceber que o campo da comunicação estava se expandindo a ponto de abrigar várias áreas específicas. E as áreas específicas começaram a olhar para dentro de si e perceber que o campo de comunicação crescia por causa do crescimento dessas áreas. O cinema é um grande exemplo disso, ele deu uma lição de como fazer sua autonomia enquanto sub-área de conhecimento.

(...)

A SBPJor surge com a missão de aglutinar esses pesquisadores que estão dispersos nos vários espaços de pesquisa para que pudessem ter um espaço institucional de convergência. Ela não surge rompendo espaços, criando fronteiras. Não. O objetivo é os pesquisadores terem diálogo constante. E *o papel da entidade é construir esse campo do jornalismo, criar ações para que se mostre para o campo da comunicação a força do campo de jornalismo; que ele não fique disperso, apenas como um objeto*. Queremos que o movimento seja convergente e que, no processo de discussão interna e no espaço institucional possamos *construir um corpo teórico* – muita gente não gosta da expressão teorias do jornalismo – para essa área específica de atuação que é o jornalismo (Carlos Franciscato, em entrevista à autora, grifos meus).

A produção de um corpo teórico que possa ser considerado específico e exclusivo ao jornalismo e não diretamente derivado da comunicação é um dos modos pelos quais os pesquisadores desse tema procuram delimitar um lugar para si mesmos dentro da academia. Tendo em vista o recorte conjuntural sobre a realidade brasileira e tendo percebido as trajetórias de consolidação de instâncias institucionais e epistemológicas relativas a ambos, considera-se que o primeiro constituiu sua identidade, até agora, muito mais enquanto atividade profissional (cuja trajetória inegavelmente passa pelas escolas, incluindo ensino e pesquisa) e a segunda enquanto área de conhecimento acadêmico (as figuras do comunicólogo ou comunicador social profissional não vigoraram como identidades profissionais).

Entretanto, no início do século XXI, os esforços de delinear um reconhecimento acadêmico para o jornalismo têm se tornado mais ostensivos com a criação de instituições como a SBPJor e o Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo. O site do FNPJ, por sua vez, expressa intenções que, a princípio, não o vinculam a qualquer tomada de posição acerca da autonomização do jornalismo em relação à comunicação:

O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo tem como objetivo reunir professores e profissionais da área de jornalismo para debater e encaminhar propostas sobre questões inerentes à formação do jornalista profissional. Qualidade da formação, diretrizes curriculares, laboratórios, teoria e técnica do jornalismo, pesquisa, desenvolvimento de novas habilidades e tecnologias, ética e legislação, mercado de trabalho são as principais questões que envolvem a formação jornalística e para as quais os participantes do Fórum buscam o desenvolvimento e a melhoria⁵⁷.

Como é possível observar, não se menciona ou se insinua qualquer vontade nesse sentido. Pelo contrário, na seção do site intitulada “Histórico” relata-se sobre vínculos com a maior entidade da comunicação no país, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, que, de certo modo, funcionou como uma espécie de incubadora do FNPJ. Os congressos anuais da Intercom entre 1995 e 1999 abrigaram, respectivamente, o I ao V Encontros Nacionais de Professores de Jornalismo, reuniões precursoras da institucionalização do Fórum, que apenas em 2004 ganhou caráter de pessoa jurídica, dotada de estatuto, diretoria e outros elementos institucionais.

Mas não é difícil perceber o alinhamento ideológico dessa organização com a Fenaj e a SBPJor. Para isso, basta olhar para os documentos produzidos pelo FNPJ por ocasião dos

⁵⁷Em “Institucional” >> “Histórico”. <http://www.fnpj.org.br/historico>. Consultado em 16 de fevereiro de 2011

seus eventos, por exemplo, a Carta de Florianópolis, de 2004; a Carta de Maceió, de 2005; a Carta de Campos dos Goytacazes, de 2006; a Carta de Goiânia, de 2007, além das “Contribuições de Campo do Jornalismo ao Debate sobre o Anteprojeto da Lei de Educação Superior”, assinado em abril de 2005 pelas três entidades.

No ano da formalização do Fórum, a Carta de Florianópolis não menciona diretamente as duas entidades, mas fala de “co-irmãs”:

O Fórum Nacional de Professores de Jornalismo manifesta-se preocupado com as possíveis consequências da desregulamentação do ensino superior, da Reforma Universitária em curso e da implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) para a identidade e a qualidade do ensino de jornalismo praticado no Brasil, e se credencia como interlocutor legítimo para opinar e intervir nestes processos, ao lado das entidades co-irmãs que já representam o meio profissional e o meio acadêmico. (FNPJ – carta de Florianópolis, 7º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, 20 de abril de 2004).

Em 2005, esse trecho do texto se repete na Carta de Maceió. Em 2006, os professores de jornalismo:

2. dada a inadequação do atual sistema de avaliação do ensino superior, propõem a imediata suspensão do SINAES e, simultaneamente, reivindicam a instalação de uma mesa permanente de negociação, com a participação de entidades representativas dos campos profissional, do ensino e da pesquisa jornalística para elaborar, em conjunto, o novo processo de avaliação dos cursos de jornalismo; (...) 4. Reafirmam que a formação universitária de graduação específica e de qualidade é essencial para o exercício do jornalismo e para assegurar o acesso da sociedade à informação pública. (FNPJ – carta de Campos dos Goytacazes, 9º Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, 30 de abril de 2006)

Esses documentos, além de remeterem e se alinharem à posição das entidades de classe em favor da obrigatoriedade do diploma para ao exercício do jornalismo (não tocam diretamente no assunto, mas reforçam a ideia), também sinalizam aspectos importantes relativos ao cenário das políticas educacionais brasileiras dos primeiros anos deste século.

Como visto, a expansão quantitativa do ensino superior no Brasil esteve localizada no contexto do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 e 1999 a 2002), tendo, também, continuado durante o governo de Lula (2003 a 2006; 2007 a 2010). Ao longo desses anos, cada ministro da educação apresentou uma forma de conduzir as políticas públicas para o ensino superior. Entre 1995 e 2002, durante os dois mandatos de FHC, o ministério de Paulo Renato de Souza foi marcado por corte nos recursos destinados às

universidades públicas, carência de concursos públicos para docentes, diminuição dos investimentos para pesquisas realizadas nesses espaços. As análises do Ministério da Fazenda daquele governo acerca do montante destinado à educação superior pública tendiam a considerar “que o ensino superior acaba por sufocar os demais níveis de ensino” (MANCEBO, 2004, p.281): “a canalização de grande parte do orçamento da educação para o financiamento das instituições federais de ensino superior reduz o montante de recursos disponíveis para os demais estágios da educação” (BRASIL, Ministério da Fazenda, 2003, p. 35 apud MANCEBO, 2004, p.281).

Além desse tipo de crítica, o ensino superior público era acusado de ser um espaço a que os ricos - e não os pobres - tinham privilégio de acesso. Em resposta a tais discrepâncias, ganhava fôlego a discussão sobre políticas de cotas a serem adotadas pelas universidades. Esses dois pontos de vista, principalmente este último, encontraram eco durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas, apesar de ter incorporado boa parte do discurso acerca do elitismo do ensino superior público e da discussão sobre as cotas, o governo do PT apresentou, de modo geral, rupturas importantes no que diz respeito à condução das políticas públicas para ensino superior, tendo possibilitado a abertura de concursos para a contratação de professores nas universidades públicas, aumento no valor das bolsas de estudo e pesquisa, reajuste salarial para docentes desse nível, concessão de mais bolsas e verbas para os programas de pós-graduação.

Todavia, houve particularidades no enquadramento dessas ações e do enfoque sobre as questões em torno do ensino superior. Enquanto Lula foi presidente, houve três ministros da educação: Cristóvam Buarque (2003 a janeiro de 2004), Tarso Genro (janeiro de 2004 a julho de 2005) e Fernando Haddad (julho de 2005 e permaneceu ainda em 2011, quando assumiu o governo seguinte, de Dilma Rousseff). Segundo Luiz Antônio Cunha (2006), a exemplo do que vinha ocorrendo no modelo neoliberal, o primeiro ministro a assumir o MEC também minimizou a atenção ao nível universitário⁵⁸. De uma maneira bem particular, a qual Cunha (2006) classifica de “obsessiva”, o foco da administração de Cristóvam Buarque ficou direcionado à promoção de campanhas de alfabetização de adultos.

⁵⁸ Luiz Antonio Cunha relata que uma das primeiras sugestões de Buarque ao governo Lula foi o de dividir o MEC em dois: o Ministério da Educação Básica e o da Educação Superior. Este último poderia se fundir com o da Ciência e Tecnologia e absorver o CNPq. “A proposta foi absorvida como um alibi para o Ministério de descartar das universidades federais” (CUNHA, 2006).

As frequentes críticas desse ministro ao “elitismo” das universidades públicas mantiveram viva a discussão sobre cotas e a necessidade de políticas públicas para tornar mais justas as situações de acesso a esse nível educacional. Por outro lado, eram acompanhadas de declarações ou propostas relativas à educação superior que causavam incômodo e controvérsia no meio universitário, como, por exemplo, a sugestão de se cobrar uma contribuição anexa ao imposto de renda aos que se graduassem em universidades públicas e que conseguissem níveis salariais maiores que um determinado valor.

Buarque entrou em controvérsia inclusive com o presidente Lula, a quem ele responsabilizava pelas deficiências financeiras do MEC. As tensões entre eles levaram não apenas à substituição do cargo de ministro da educação por ocasião da reforma ministerial promovida em janeiro de 2004, mas também ao desligamento de Cristóvam Buarque do Partido dos Trabalhadores. Como era senador, reassumiu este posto, mas já vinculado ao Partido Democrático Trabalhista, PDT, de onde saíra antes de se vincular ao PT (CUNHA, 2006).

Quando Tarso Genro assumiu o MEC, a pauta da educação superior voltou ao centro dos debates (CUNHA, 2006; MANCEBO, 2004). A busca por caminhos para lidar com as consequências do crescimento do ensino superior de caráter privado no país, bem como as tentativas de superar algumas crises da universidade pública ficaram conhecidas como reforma universitária, cujos parâmetros foram descritos no anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior, apresentado pelo Ministério da Educação diretamente à Casa Civil e à sociedade brasileira por via da imprensa em dezembro de 2004.

Entre os tópicos abordados pela reforma, esteve uma questão que também perpassou os governos anteriores: os sistemas de avaliação do ensino superior. Primeiramente, em 1995, o chamado “provão” foi estabelecido para três cursos e, no ano seguinte, ampliado para 26 cursos, além de detalhado pelo decreto nº 2.026/96. Essa estratégia avaliativa ainda chegou a ser aplicada durante o governo Lula, mas Cristóvam Buarque deu partida aos movimentos de revisão de tais processos avaliativos. Para isso, constituiu a Comissão Especial de Avaliação, CEA, que sistematizou propostas no documento Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Sinaes, o qual foi transformado no homônimo projeto de lei n.10.861, aprovado em abril de 2004 (já durante o ministério de Tarso Genro). Esse sistema substituiu o provão, porém também foi criticado por diversos setores sociais, incluindo os professores e pesquisadores de jornalismo ligados à SBPJor e ao FNPJ, como já demonstrado nas cartas

acima citadas, produzidas por ocasião dos Fóruns Nacionais de Professores de Jornalismo em 2004, 2005 e 2006.

Esse grupo de atores sociais também exerceu pressões políticas de ordem mais direta junto ao MEC durante a gestão ministerial de Tarso Genro. Juntamente com a Fenaj, SBPJor e FNPJ entregaram ao MEC dois documentos conjuntos, um em outubro de 2004, antes do anúncio formal do projeto da reforma universitária pelo governo, e outro em 2005, após a primeira versão do anteprojeto, reunindo propostas gerais para a educação superior e de cunho específico sobre a formação dos jornalistas. Sobre a Lei Orgânica da Educação Superior, consideraram positivo o fato de haver interesse em reformular o ensino superior, tendo em vista tantas carências na universidade brasileira (FNPJ, Fenaj, SBPJor, 2005). Entretanto, fizeram apelos para que o governo contivesse “a crescente privatização do ensino superior brasileiro”. Também manifestaram preocupação quanto à chamada formação continuada, seja por meio dos chamados cursos sequenciais⁵⁹ e ou de “curso de estudos posteriores ao ensino médio ou equivalentes, que não configurem graduação” (apud FNPJ, Fenaj, SBPJor, 2005):

Em ambos os casos podem dar margem a que instituições atraíam seus clientes garantindo os mesmo direitos profissionais e vantagens legais assegurados aos que frequentam cursos regulares de graduação, só que com menor duração e com evidente prejuízo para a qualidade, para a sociedade e para a organização profissional (documento *Contribuições do campo do jornalismo ao debate sobre o anteprojeto de lei da educação superior*. FNPJ, Fenaj, SBPJor, 2005).

Esse trecho foi extraído de um momento em que o texto se dirige a análise mais global sobre o ensino superior e não apenas ao caso do jornalismo. Porém, mesmo sem menção explícita a outros assuntos, é interessante ter em mente o contexto em que essa fala foi produzida: os debates acerca do fim da obrigatoriedade do diploma para jornalismo no país. Sabendo-se que esses mesmos atores sociais concomitantemente se ocupavam da problemática naquele momento, é possível perceber que o tom da crítica e o teor de tal preocupação encampam os mesmos temores que eles possuíam em relação à problemática do fim da exigência do diploma para o exercício profissional do jornalismo. A preocupação

⁵⁹ A Fenaj já se manifestara sobre o assunto junto ao MEC durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, denunciando um curso sequencial de jornalismo que fora oferecido pela Universidade Estácio de Sá. Na ocasião, criticaram brechas e omissões da legislação vigente (Resolução CES nº 1, de 27 de janeiro de 1999) e argumentaram que, o exercício profissional do jornalismo estava legalmente condicionado à formação superior. Até o momento estava. A obrigatoriedade terminaria em 2009 com a decisão do STF sobre o processo judicial que será estudado no capítulo seguinte.

corporativista está claramente expressa no trecho “evidente prejuízo [...] para a organização profissional”.

O documento enviado ao MEC em 2005 pelas três entidades também dedica alguns parágrafos a tratar das “preocupações específicas do campo do jornalismo”. No texto desse tópico, elas reforçam a retórica do conhecimento específico e promovem uma crítica ao conceito de interdisciplinaridade referenciado no projeto do governo. Ao mesmo tempo, fazem desse documento entregue ao MEC mais uma frente de batalha acerca da autonomização do jornalismo em relação à comunicação:

...interdisciplinaridade – que em si é muito salutar, e no caso do jornalismo dependemos muito da formação humanista e dos conhecimentos acumulados em outras áreas – *tem de ser lida como a comunicação entre disciplinas e não a fusão delas, porque a fusão significa a sua diluição, a transformação delas em algo novo*. Em alguns casos, é o que precisa ocorrer (...), mas em outros é o que precisa ser evitado. [...] *Anular a disciplina jornalismo como um campo de conhecimento e uma prática profissional específicos, por exemplo, em favor de uma hipotética disciplina comunicação, certamente trará prejuízos muito sérios para a qualidade da formação profissional e, conseqüentemente, para a sociedade*. [...] Após imposições de vários propósitos – sempre políticos, mercadológicos ou ditados por ondas do momento, mas quase nunca de sérios propósitos pedagógicos, inclusive com o interesse ideológico de esvaziar a profissão de jornalista de seu conteúdo e caráter crítico – os outrora cursos de jornalismo polivalentes ou de comunicadores sociais, genéricos sempre mantiveram um enorme abismo entre o que se ensinava no terreno da teoria (genérica) e aquilo que era trabalhado no espaço da técnica jornalística. [...] A proposta do MEC retoma isso e impede que os enormes progressos – alcançados à custa de enormes dificuldades, pois se tratava de remar contra a maré – se consolidem e permitam que ao lado da necessária abertura conceitual não se perca de vista também a necessária reflexão sobre o próprio objeto. (Contribuições do campo do jornalismo ao debate sobre o anteprojeto de lei da educação superior: FNPJ, Fenaj, SBPJor, 2005, grifos meus).

A temática da Reforma Universitária ocupou o debate público durante alguns meses entre dezembro de 2004 e meados de 2005, sendo amplamente veiculada pelos meios de comunicação. Foram feitas três versões do anteprojeto de lei, a primeira no fim de 2004, a segunda em maio de 2005 e a última em julho de 2005, cuja apresentação coincidiu com a saída de Tarso Genro do MEC e a entrada de Fernando Haddad como novo ministro. Não houve, porém, até o final do governo Lula, em 2010, qualquer retomada dessa discussão por parte do Congresso Nacional ou da mídia. Depois das reformulações, o destino do anteprojeto

foi a Casa Civil, onde permaneceu inerte.

Apesar do arquivamento, as temáticas abordadas diretamente naquele texto, além dos assuntos correlatos, não deixaram de circular entre os atores sociais ligados com o universo acadêmico, porém, deslocaram-se para outras arenas e se configuraram com outros contornos. No caso da formação superior dos jornalistas, o debate permaneceu avivado em entidades como a Fenaj, SBPJor e FNPJ, mas foi socialmente ampliado durante os momentos chave da disputa judicial sobre o diploma de jornalista, como se verá no próximo capítulo. Mesmo que o governo e a imprensa já não estivessem mais discutindo a questão da reforma universitária, de qualquer forma, essas entidades continuaram a trabalhar em seus pleitos relativos ao assunto, reiterando sempre a importância de se estabelecer formação específica para o jornalismo. Em 2007, a Carta de Goiânia produzida pelo 10º encontro do FNPJ sistematizou uma reivindicação que veio a ser atendida pelo MEC em 2009: a criação de diretrizes curriculares para o curso de jornalismo. Esse tema também será abordado no capítulo seguinte.

Vale pontuar que outro fato no âmbito acadêmico a refletir um “desejo emancipatório”⁶⁰ por parte do jornalismo foi a criação do primeiro mestrado em jornalismo, em 2007, na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Até então, as pesquisas relacionadas a jornalismo eram acolhidas pelos cursos de pós-graduação em comunicação, além de a temática figurar como assunto de trabalhos de história, sociologia, antropologia, ciência política e áreas correlatas no espectro das ciências humanas e sociais aplicadas.

O fato de a UFSC ainda não possuir uma pós-graduação *stricto sensu* em Comunicação naquela época foi um fato favorável para que os docentes ligados ao ensino de jornalismo no curso de comunicação social daquela escola, muitos deles presentes e atuantes em espaços como a SBPJor, a Fenaj e o FNPJ⁶¹, se articulassem para implantar ali um projeto que favorecesse suas lutas pelo reconhecimento acadêmico do jornalismo e uma relativa

⁶⁰O jornalismo é uma forma de comunicação. Não há como desvincular essas duas práticas nesse nível óbvio. A emancipação ou autonomia que refiro aqui é sobretudo luta por poder, reconhecimento, recursos em nível acadêmico, principalmente.

⁶¹Para exemplificar a ligação da UFSC com entidades, cito alguns docentes do mestrado em 2011, com respectivas conexões com entidades do campo do jornalismo: Elias Machado (presidente da SBPJor nas duas primeiras gestões), Eduardo Meditsch (diretor científico da SBPJor) Francisco Karam (membro do conselho administrativo da SBPJor), Tattiana Teixeira (diretora editorial da SBPJor 2007-2009), Rogério Christofoleti (conselho científico da SBPJor 2009-2011). Na graduação, a professora Valci Zuculoto tem engajamento com entidades de classe de jornalistas, tendo assumido papel de coordenadora nacional da campanha em defesa do diploma promovida pela Fenaj. A ligação dessa universidade com a Fenaj é anterior à criação do mestrado em jornalismo e pode ser exemplificada pela criação da Cátedra Fenaj/UFSC, em 2001, que resultou no oferecimento de disciplina optativa aos alunos de graduação.

autonomia em relação à comunicação. E como isso ainda não era possível no nível da graduação, conseguiram autorização para fazê-lo na pós. Inauguraram, portanto, um novo nicho, ou, em outros termos, uma nova área de concentração:

A produção de conhecimento e a formação de pesquisadores no Mestrado em Jornalismo da UFSC direcionam-se a uma única área de concentração, a do Jornalismo. [...] no Brasil a pesquisa em jornalismo conta com uma tradição de cem anos, em um primeiro momento feita por pesquisadores isolados e, desde os anos 1960, em cursos de pós-graduação [...]. A Área de Concentração em Jornalismo, ao mesmo tempo em que delimita o objeto de especialidade da produção de conhecimento e da formação de pesquisadores pelo programa, em coerência com o histórico da instituição, as trajetórias e a produção científica do corpo docente, representa uma diversificação do Sistema Nacional de Pós-Graduação [...] (site do curso, seção “Área de Concentração”

http://www.posjor.ufsc.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=1&Itemid=2 acesso em 16 de fevereiro de 2011)

De fato, a experiência de Santa Catarina inaugurou no país, a partir de 2007, a modalidade de pós-graduação na área de concentração de jornalismo. Todavia, nenhum outro curso com os mesmos moldes foi criado até 2011, apesar de terem surgido, nesse período, muitos outros mestrados *stricto sensu* em comunicação, como mostra a tabela abaixo. Um detalhe importante a se lembrar é que, de acordo com o sistema de classificação adotado no Brasil (regulado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes) aquele curso de jornalismo não significa uma ruptura com a comunicação, já que consiste em um programa de pós-graduação dentro da área da comunicação, a qual, por sua vez, está sob o abrigo da grande área das chamadas ciências sociais aplicadas.

Tabela 10
Cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área de comunicação criados entre 2007 e 2011

ano de início	IES	Área	Nome do programa	programa/ descrição
2007	UFSC	Comunicação	Jornalismo	Mestrado
2007	PUC-MG	Comunicação	Comunicação social: interações midiáticas	Mestrado
2007	UFJF	Comunicação	Comunicação	Mestrado
2007	UFG	Comunicação	Comunicação	Mestrado
2008	UFSCAR	Comunicação	Imagem e som	Mestrado
2008	UFAM	Comunicação	Ciências da comunicação	Mestrado
2008	UEPB/J.P.	Comunicação	Comunicação e culturas midiáticas	Mestrado
2008	UFC	Comunicação	Comunicação	Mestrado

2008	UCB	Comunicação	Comunicação	Mestrado
2009	UEL	Comunicação visual	Comunicação	Mestrado
2009	UFRN	Comunicação	Estudos da mídia	Mestrado
2009	USCS	Comunicação	Comunicação	Mestrado
2010	USP	Comunicação	Meios e processos audiovisuais	Mestrado
2011	UFPA	Comunicação	Comunicação, Cultura e Amazônia	Mestrado
2011	UFMS	Comunicação	Comunicação	Mestrado

Fontes primárias: GeoCAPES, site da Capes.

Ainda no âmbito dos mestrados e doutorados já existentes nessa área, vale destacar que algumas universidades optaram por destinar espaços especiais aos estudos de jornalismo por meio da criação de linhas de pesquisa em que se desenvolvessem exclusivamente trabalhos com essa temática. Foi o caso da Universidade de Brasília, com a linha de pesquisa “Jornalismo e Sociedade”; da UFRGS, com a linha “Jornalismo e processos editoriais”; e da Unisinos, “Linguagens e práticas jornalísticas”. De certa forma, a linha “Produtos Midiáticos: jornalismo e entretenimento”, da Faculdade Cásper Libero, também opera com uma lógica equivalente, embora a presença do “entretenimento” possa abrir espaço para trabalhos que se debrucem sobre formatos que não são necessariamente jornalísticos. Nos outros programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu* em comunicação, os projetos de pesquisa que tenham alguma relação com jornalismo são absorvidos por linhas de pesquisa que segmentam as temáticas e os objetos de investigação segundo classificações mais genéricas, do tipo: processos, produtos, práticas, mediações, meios, políticas, tecnologias, estética, linguagem, mídia, enfim, categorias que podem abarcar manifestações comunicacionais de diferentes ordens.

A procura pela pós-graduação a partir da última década do século XX não pode ser vista como resultado do interesse individual pela carreira de pesquisador e/ou professor universitário. É claro que alguns dos que enfrentam o processo seletivo para adentrar um curso de mestrado ou doutorado, principalmente em uma universidade pública, têm realmente a meta de seguir a vida acadêmica. Mas vários outros – e cada vez mais –, veem a pós-graduação como uma alternativa às poucas oportunidades no mercado de trabalho ou a possibilidade de melhoria salarial. Assim, muitos recém graduados já se planejam para continuar os estudos imediatamente à formatura, de preferência, recebendo uma bolsa de pesquisa. Por outro lado, profissionais já atuantes retornam à sala de aula para se “reciclarem”, “qualificarem”.

Vale, também, destacar, que o aumento do número de cursos de graduação,

principalmente em instituições particulares, gerou uma demanda por professores universitários, muitos dos quais foram recrutados no mercado de trabalho em virtude de seus conhecimentos adquiridos com a experiência prática. Algumas dessas pessoas, ainda sem título acadêmico, dependendo do envolvimento com a atividade de ensino, acabaram também sentindo a “necessidade” de consegui-lo e somaram-se aos outros candidatos em processo de seleção para mestrado e doutorado. Essa necessidade pode ser parcialmente explicada pelos critérios do MEC de avaliação dos cursos de graduação, que exigia uma quantidade mínima de mestres e doutores por faculdade. Tal explicação é parcial, porque algumas instituições, especialmente as particulares sem abundância de recursos, se limitaram a contratar apenas a quantidade mínima exigida pelo governo, já que os salários que teriam que pagar a mestres e doutores obrigatoriamente seria maior do que o pago a graduados. Nesse sentido, para os profissionais, ter o título tornava-se, também, uma faca de dois gumes.

Há diferentes aspectos da conjuntura educacional no Brasil, por exemplo, a diversificação das modalidades de formação, o crescimento da oferta da formação superior, o sentimento de necessidade de aperfeiçoamentos em nível de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, que estão relacionados a questões do universo do trabalho, não só aquelas que afetam a oferta de emprego, mas as que chegam a interferir com a própria identidade das categorias profissionais. O texto que vem a seguir procura observar a profissão de jornalista no Brasil contemporâneo – sua configuração atual, seus desafios, suas mudanças, instabilidades – tendo em vista que muitos parâmetros para o ensino de jornalismo são delineados a partir das “necessidades” ou do “perfil” do mercado, mas não só, pois também no espaço educacional é que se tem a possibilidade de postular visões críticas e elaborar fórmulas criativas e alternativas aos ditames mercadológicos.

3.3 Profissão e mercado de trabalho para o jornalista no Brasil

Um recém formado em jornalismo, residente de uma capital, termina a faculdade com o sonho de trabalhar como repórter de televisão e, se possível, chegar a ser correspondente internacional. Na busca de seu primeiro emprego, só consegue deixar o currículo na portaria da empresa, coincidentemente na mesma hora em que outros dois graduados fazem a mesma coisa. Enquanto espera qualquer (im)provável resposta, continua sua procura. Por sorte, o jornal impresso destinado às classes C e D do mesmo grupo de mídia proprietário do canal de

televisão precisa de alguém para cobrir as férias de um repórter da seção de esportes. Sua aptidão é maior para cultura, mas aceita o desafio. Ao fim da temporada, a possibilidade de ingresso naquela empresa, mesmo em outra vaga, é remotíssima. Vê-se novamente sem trabalho, mas lembra-se daquela assessoria de imprensa onde fez estágio quando era estudante. Se conseguir o emprego, vai trabalhar seis ou sete horas diárias, em vez das nove ou 10 que efetivamente dedicava ao jornal. Isso vai lhe permitir estudar para eventuais concursos públicos na área de comunicação; muito concorridos, mas com opções de salário mais compensadoras que a média geral do mercado. Ali, reencontra sua antiga chefe temerosa pelo seu próprio ganha-pão. Ela lhe avisa que a assessoria vai se extinguir, porque a empresa resolveu terceirizar os serviços de produção de clipping e elaboração de *house organ*. O jovem jornalista, então, encaminha-se para o jornal de seu bairro, onde é efusivamente recebido pelo dono, que julgava que era mesmo hora de conseguir ajuda. É, finalmente, contratado para produzir pautas, apurar, editar, fotografar, diagramar, atualizar a versão on-line do veículo, fazer contatos com a gráfica, enfim, dar conta de múltiplas tarefas na elaboração daquele produto. Porém, insatisfeito com o ordenado e sobrecarregado com o serviço, começa a considerar a possibilidade de pensar em fazer um mestrado, caminho seguido por alguns de seus colegas. Pondera, também, sobre a burocracia e o risco de montar sua própria empresa de prestação de serviço jornalístico e pensa sobre alguma alternativa criativa para fazer seu blog sobre música render-lhe algum dinheiro.

A cena fictícia que soa pessimista retrata um cenário desenhado com fragmentos de realidade: pinceladas de minha própria experiência como recém formada no início dos anos 2000, histórias de colegas que saíram da faculdade na mesma época que eu; relatos de alunos de jornalismo com quem tive contato durante dois períodos bem distintos de prática docente ainda na primeira década do século XXI (primeiro em uma escola particular no interior de Minas Gerais e, depois, em uma universidade pública no Rio de Janeiro⁶²). Ilustra, portanto, algumas situações, dificuldades, pressões, desafios com que os jornalistas brasileiros se depararam no início deste milênio.

Na primeira década do século XXI, o mercado de trabalho no Brasil recebeu quase 180 mil novos bachareis em jornalismo⁶³, um volume radicalmente maior do que se

⁶²Graduei-me na UFMG em Comunicação Social/Jornalismo, em abril de 2003. Dei aulas no interior de Minas Gerais nos anos de 2006, 2007 e início de 2008. Na UFRJ, lecionei em 2010, por ocasião do estágio docência do curso de doutorado.

⁶³ A estimativa toma por base os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep, que contabilizou em 2001 aproximadamente 13 mil concluintes do curso de jornalismo; em 2002,

acompanhava em décadas anteriores. Dentro desse contingente de potencial mão-de-obra, certamente há muitos que, mesmo com diploma, não podem ser contabilizados entre os jornalistas, porque se afastaram deliberadamente da carreira antes mesmo de tentar uma vaga no mercado. Entretanto – e estes são numericamente relevantes no contexto contemporâneo – há os que tampouco foram absorvidos pelos empregos formais, mas que efetivamente aderiram à identidade jornalística, podendo estar entre os freelancers, os desempregados, os empreendedores, os que fazem alguma atividade jornalística não remunerada.

Quando se compara o número de graduados e de efetivos detentores de registro profissional, o que se vislumbra é que, dos que concluíram a faculdade, a maior parte não se encaminhou para a atuação profissional formalizada. A contabilidade oficial identifica um total de quase 80 mil pessoas regularizadas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Esses dados são de abril de 2009, ou seja, poucas semanas antes que a exigência do diploma específico para a obtenção do registro profissional de jornalista fosse derrubada pela Justiça. Divulgados pelo próprio ministério sob a forma de uma lista contendo nomes de todos os detentores de registro de jornalista, os dados também apresentavam o ano e estado em que foram concedidos.

A base de dados do MTE pode ser considerada uma importante fonte de pesquisa de âmbito nacional, já que se apresentou, no contexto de realização desta pesquisa, como a única contabilidade de tamanha abrangência⁶⁴. Porém, se olhada mais de perto, contém uma série de inconsistências, a começar pela ausência do registro de alguns grandes símbolos do jornalismo brasileiro, como William Bonner e Fátima Bernardes⁶⁵, casal apresentador do *Jornal Nacional* da Rede Globo, um dos produtos jornalísticos mais conhecidos em terras brasileiras. A inexistência desses nomes nessa lista leva às seguintes dúvidas: Por que jornalistas tão famosos não estão nominalmente citados na base de dados do MTE? Além deles, quantos outros jornalistas ficaram de fora dessa contabilidade?

Ainda sobre as dificuldades da lista, vale salientar que ela possui algumas outras lacunas impossíveis de serem preenchidas, mesmo com uma análise nome a nome. As variáveis idade e sexo, por exemplo, tão comuns a pesquisas quantitativas, não puderam ser mensuradas, pois esses dados não são informados. Para desvendar a proporção entre homens e

15 mil e em 2003, 18 mil.

⁶⁴ Em 2011, um grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina sinalizou intenção de realizar um trabalho sobre o universo do jornalista brasileiro, porém, até a conclusão desta tese, não foram divulgados resultados dessa pesquisa.

⁶⁵ Ele é formado em publicidade e propaganda pela ECA/USP e ela em jornalismo pela UFRJ.

mulheres, até se tentou fazer a contagem manual pelo nome das pessoas, porém, alguns nomes próprios são unissex ou incomuns (Lucimar, Valdeci, Themis, Dolor etc.), o que tornou impossível fazer a classificação precisa nesses casos. Sem tais informações, como arriscar dizer, por exemplo, que, no Brasil, a profissão de jornalista se tornou mais feminina e mais jovem⁶⁶?

Como se mencionará a seguir, outros detalhes também geram incômodos a respeito da acuidade informativa que esses dados podem derivar. Todavia, os desvios não chegam a invalidar a contabilidade do MTE para o período em questão, embora apontem que existe senão um descaso, pelo menos uma deficiência no mapeamento quantitativo do universo profissional dos jornalistas. Pontuadas tais questões, seguem as análises possíveis a partir de tal fonte primária.

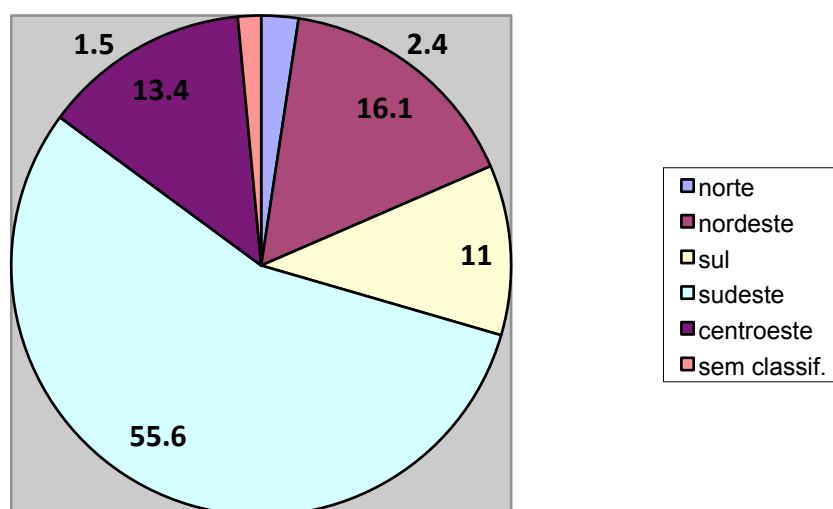
O primeiro cruzamento de dados diz respeito à distribuição geográfica dos jornalistas (tabela 11 e gráfico 6), consonante com a distribuição populacional no país e coerente com a já conhecida concentração de empresas de mídia no Sudeste.

Tabela 11
Distribuição dos jornalistas com registro profissional no MTE por região do país

Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-oeste	Sem classificação	TOTAL
1.908	12.894	8.801	44.484	10.688	1.158	79.933
2,4%	16,1%	11%	55,6%	13,4%	1,5%	100%

⁶⁶Essa afirmação é feita, por exemplo, a respeito do universo dos jornalistas em Portugal, a partir de uma pesquisa de âmbito nacional, “perfil sociológico do jornalista português” (Gradiva, 2011), coordenada pelo pesquisador José Rebelo, do Instituto Universitário de Lisboa. No Brasil, a tese de doutorado em Sociologia de Paula Melani Rocha reflete sobre o crescimento da participação de mulheres no jornalismo, mas o foco da pesquisa está sobre o estado de São Paulo. O trabalho até apresenta informações estatísticas de âmbito nacional sobre os jornalistas, principalmente relativas a 1986 e 2001, as quais a autora relata ter recolhido de várias fontes (Sindicato de Jornalistas de São Paulo, Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo; Federação Nacional dos Jornalistas; Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria de Políticas de Emprego e Salário – SPES). Entretanto, quando a análise volta-se para a feminização, seus dados são referentes à realidade focal e não nacional.

Gráfico 6
Percentual de registros profissionais de jornalistas por região do Brasil

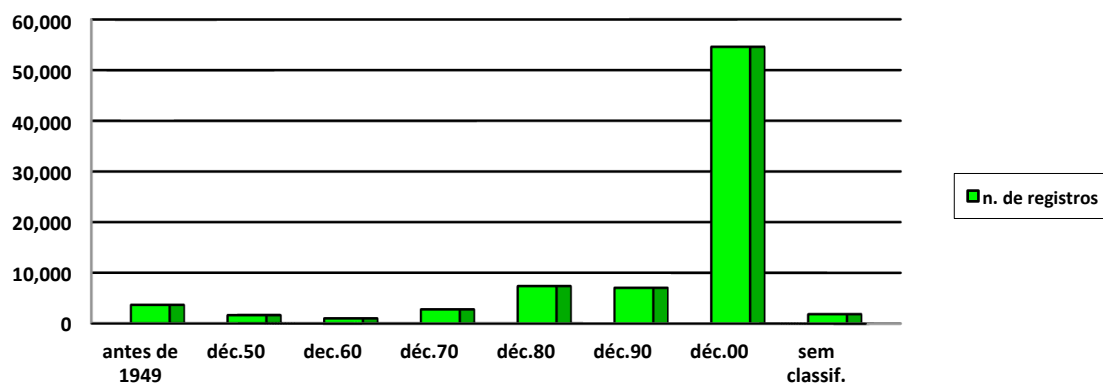


Os dados também puderam ser separados segundo o critério temporal, oferecendo uma visão acerca de quantos registros foram concedidos em cada época:

Tabela 12
Registros profissionais de jornalistas concedidos por décadas

Até 1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	Não clas.	TOTAL
3.650	1.637	996	2.786	7.385	7.045	54.588	1.846	79.933
4,5%	2%	1,2%	3,5%	9,3%	8,8%	68,4%	2,3%	100%

Gráfico 7
Número de registros profissionais de jornalistas concedidos em cada década



Ao serem detectados registros profissionais anteriores à década de 1950, alguns, por exemplo, de 1938, 1939, desconfia-se que a lista do MTE pode conter muitos nomes de pessoas já falecidas. A questão da morte aplica-se também, obviamente, a indivíduos de todos os períodos, de modo que é necessário considerar a existência de um desvio numérico dessa natureza, embora não se possa mensurá-lo. Apesar disso, considero que a contabilidade feita a partir desses dados ainda apresenta uma perspectiva satisfatória sobre a totalidade de jornalistas com registro profissional efetivamente existentes, já que quase 80% dos registros foram concedidos a partir dos últimos 18 anos. Todavia, se esse mesmo modelo de contagem continuar a ser feito pelo Ministério, daqui a alguns anos, esse tipo de levantamento estará radicalmente discrepante da realidade, não servindo como referência estatística para representar o universo profissional dos jornalistas brasileiros.

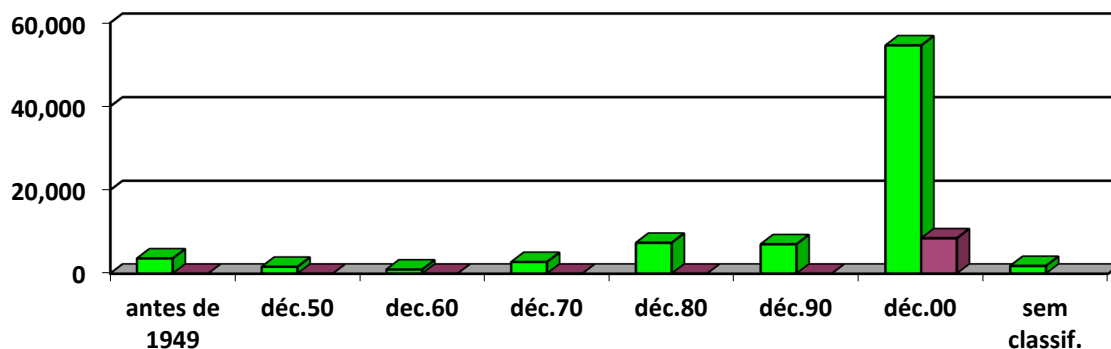
Ponderações sobre a validade, no futuro, dos dados oficiais sobre os jornalistas levam, também, a outra questão. Muitas pessoas levantaram a seguinte dúvida depois que a justiça brasileira declarou o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo: até que ponto o mesmo registro profissional continuará a ser uma necessidade, já que ninguém (nem o legislativo, nem o executivo, nem o judiciário) explicitou os critérios objetivos para a obtenção do registro? Que importância esse elemento oficial vai ter na definição do profissional daqui alguns anos? Como tais perguntas só poderão ser respondidas no futuro e já que este trabalho não pretende enveredar por especulações, é hora de retomar os dados efetivamente disponíveis no contexto da presente pesquisa.

Mais uma categorização e consequentes observações podem ser feitas a partir das informações divulgadas pelo Ministério do Trabalho. Os dados mostram quantos jornalistas conseguiram registro profissional por força de liminar judicial.

Tabela 13
Registros profissionais de jornalista conseguidos com liminar judicial por década

	Antes de 1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009
Valor absoluto	2	3	1	6	6	8	8.466
% em relação ao total de registros	0,05	0,2	0,1	0,2	0,08	0,11	15,5

Gráfico 8
Registros profissionais de jornalista conseguidos com liminar judicial por década



Como é possível notar, a concessão de registro por meio de liminar ao longo das décadas ocorreu de modo muito esporádico, mas, no último período analisado, verifica-se uma situação atípica, um aumento de quase mil por cento em relação aos anteriores (de oito para mais de oito mil pessoas obtendo registro dessa forma). As razões disso estão particularmente ligadas ao processo contemporâneo de disputas sobre a necessidade do diploma em jornalismo para o registro profissional no Ministério do Trabalho. Antes que o Supremo Tribunal Federal decidisse, em 2009, pelo fim da obrigatoriedade, muitas pessoas, impulsionadas e embaladas pelo processo judicial iniciado em 2001 que questionava essa regra⁶⁷, aproveitaram para ajuizar suas ações individualmente e alcançar o que vinha sendo pleiteado de modo mais amplo.

Ao encarar o fato de que milhares de pessoas receberam registro de jornalista sob força judicial, fiquei intrigada com algumas dúvidas: qual a escolaridade dos registrados sob força de liminar? Já possuem algum diploma superior? Possuem pelo menos o ensino médio completo? Infelizmente, os dados disponíveis não permitem o esclarecimento, pois não há qualquer indicação a esse respeito; inexistente qualquer referência à variável “escolaridade”. Tampouco se sabe se o MTE possui esses dados (porque não os divulgou) e, se fosse o caso, se os tornaria acessíveis a pesquisadores acadêmicos.

De qualquer modo, seria interessante passar a mapear esse aspecto em relação aos jornalistas brasileiros, principalmente para se investigar, daqui a alguns anos, o impacto do fim da obrigatoriedade do diploma sobre o universo jornalístico brasileiro. No fim da primeira década deste milênio, os detentores de registros conseguidos via liminar – consequentemente

⁶⁷ Informações detalhadas sobre todo o processo judicial, entre 2001 e 2009, estão no capítulo 4 desta tese.

sem diploma em jornalismo - somavam mais de 15% do total de profissionais. Como será essa proporção dentro de cinco, dez, vinte anos? Qual será o perfil dos detentores de registro profissional de jornalismo? De que forma o mercado de trabalho vai absorver essa mão-de-obra? A configuração profissional dos jornalistas no Brasil vai se assemelhar à de países que nunca tiveram a obrigatoriedade do diploma⁶⁸? São questões para serem investigadas no futuro.

De volta, então, ao olhar sobre a profissão e o mercado de trabalho para jornalistas no Brasil, é interessante avançar para outros lados da questão. Se até aqui foram perscrutados alguns aspectos relativos aos “recursos humanos”, é hora de prestar atenção aos tradicionais espaços de vivência profissional do jornalismo. O que será descrito abaixo são sintomas do mundo contemporâneo e das reorganizações das práticas e instituições jornalísticas na atualidade, quando muitas vozes se levantam para apontar que o jornalismo está em crise.

No início do século XXI, os veículos impressos enquadrados como jornalismo de referência têm apresentado sintomas graves de declínio econômico não apenas no Brasil, mas em diferentes lugares do mundo. Grandes jornais de vários países têm sofrido com a diminuição das vendas em face do advento da internet e se deparado com as dificuldades em manter o interesse de seu público e dos anunciantes mediante a abundante oferta de produtos jornalísticos – ou não – on-line que apresentam o mesmo grau ou maior de novidade, exclusividade e a capacidade interpretativa da informação. Nos Estados Unidos, o *New York Times* anunciou, em 2009, a queda de 50% em seus lucros, mesmo ano em que realizou demissões e cortes salariais⁶⁹. Mesmo no Japão, que tem uma das mais altas taxas de leitura de periódicos do mundo, os donos de jornais já começaram a sentir quedas no número de

⁶⁸Em outros países, como Estados Unidos, Portugal, Inglaterra, França, o acesso ao universo profissional do jornalismo não passou pela cristalização da obrigatoriedade do diploma específico nessa área: há muitos postos em veículos de comunicação ocupados por graduados em economia, história, sociologia, ciência política ou outras áreas, sem que isso tenha constituído um problema para as entidades de classe desses locais. Uma vez enquadradas nas dinâmicas corporativas – recebendo salário de jornalista, cumprindo horário de trabalho, tendo os mesmos padrões, convivendo com as mesmas pressões de tempo, partilhando a necessidade de atendimento e sedução de um público - essas pessoas passam a ser absorvidas como membros do grupo e não como concorrentes externos. O caráter profissional conferido pelo reconhecimento da classe, então, fica garantido. A questão da não obrigatoriedade do diploma nos países desenvolvidos deve ser observada tendo em vista a realidade educacional e os índices de leitura de jornal naqueles locais, além do relevo social do jornalismo enquanto instituição crucial para a cidadania nessas sociedades democráticas. O fato de, historicamente, não exigirem alhures a formação superior específica não representa o relaxamento das modalidades de ingresso a uma esfera de tão grande valor social. O pertencimento ao grupo profissional sempre esteve, de um modo ou de outro, condicionado a rituais e critérios de acesso que, ao fim e ao cabo, se provem como de alto nível profissional e cultural. O jornalismo não é feito por “qualquer um” ou por um qualquer.

⁶⁹<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=513MON009>;

<http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,new-york-times-demite-funcionarios-e-reduz-salarios-por-crise,345327,0.htm>

leitores, inclusive com impacto nos rendimentos de publicidade⁷⁰.

No Brasil, as empresas jornalísticas chegaram a viver um período de ápice econômico nos anos 1990, isto é, ainda antes da inserção dos jornais na internet e após a chamada década perdida (de 1980) (RUBLECKI, 2010). Mais tarde, já no início do século XXI, a Associação Nacional de Jornais constatou que as tiragens dos diários de circulação pretensamente nacional, como *O Globo*, *Jornal do Brasil* (que em 2010 deixou de circular em papel, ficando apenas com plataforma on-line⁷¹), *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, além das empresas jornalísticas de importância regional, como o *Estado de Minas*, *Zero Hora*, *Diário de Pernambuco*, *Correio Brasiliense*, entre outros, vinham caindo paulatinamente.

É preciso ponderar que as fragilidades econômicas que se abateram sobre a imprensa escrita não podem ser generalizadas para todos os ramos impressos de jornalismo. Na contramão das falências financeiras verificadas em relação ao jornalismo dito “sério” (destinado a dar destaque a assuntos de economia e política), o segmento de imprensa direcionado prioritariamente às classes C e D traçava um caminho de relativo sucesso em termos comerciais.

Diante da constatação de tal fato, uma questão que interessa paralelamente à pesquisa sobre a identidade jornalística é saber até que ponto e em que aspectos a imprensa popular e de baixo custo da contemporaneidade contribui - ou não - para garantir material e simbolicamente a sobrevivência de espaços, valores, saberes, fazeres, memórias, entre outros elementos que ajudam a conferir o caráter profissional da atividade jornalística. Conforme notou o pesquisador Mark Deuze (2005), após entrevistas com editores e repórteres de tablóides, os trabalhadores desses espaços não se sentem menos jornalistas pelo fato de estarem empregados na imprensa popular. As imagens que eles procuram sustentar acerca de si e do trabalho que realizam estão, em grande medida, associadas com os valores de um jornalismo que prima pela investigação e pela busca da verdade, enfim, parâmetros prático-deontológicos imbricados na ideologia profissional desenvolvida ao longo da história do jornalismo.

A imprensa de baixo custo ou gratuita mantém algumas ancoragens com a ideologia do profissionalismo e sustenta a vivência do jornalismo como uma profissão no sentido de

⁷⁰A crise dos jornais no Japão. Matéria de 5 de fevereiro de 2010 disponível em

<http://blogs.estadao.com.br/renato-cruz/a-crise-do-jornais-no-japao/>. Acesso em 8 de fevereiro de 2010.

⁷¹As dificuldades dessa empresa não se deveram apenas à internet, mas se arrastavam por uma crise financeira e administrativa que o jornal vinha enfrentando e procurava solucionar com estratégias de reduzir custos, como, por exemplo, demissões e a transformações do formato standard para tablóide.

que mantém vivo – embora transformado – um espaço de trabalho que foi extremamente propício ao desenvolvimento do *habitus* profissional: a redação. Ali, a vivência coletiva, cotidiana e hierárquica de trabalhadores que contribuem para a criação daquele produto jornalístico exerce alguma influência na manutenção da amálgama profissional para os membros do grupo. Nesses veículos, independentemente da qualidade da informação que prestam, os jornalistas encontram nutrientes para continuarem a cultivar valores em torno do papel mediador e do compromisso com a verdade.

O olhar sobre o universo das práticas profissionais do jornalismo brasileiro contemporâneo também deve passar pela consideração do contexto dos meios audiovisuais de comunicação no Brasil nas últimas décadas, marcado pelo crescimento do império midiático alavancado pelo empresário e líder religioso Edir Macedo, que adquiriu o controle não apenas da Rede Record de Televisão, mas de veículos impressos e estações de rádio. A TV, quando vendida, em 1989, do grupo de Silvio Santos para o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, IURD, não tinha grande visibilidade. Na época dessa transação, não se esperava que a Record fosse superar o SBT em audiência, o que ocorreu a partir de 2006, quando ficou com o segundo lugar, atrás da Rede Globo. Erroneamente julgada, num momento inicial, como um canal que se dedicaria ao conteúdo religioso, a Record se projetou para ser um empreendimento comercial de mídia. Investiu, primeiramente, em uma programação de cunho mais popular, e, posteriormente, buscou maneiras mais sistemáticas de se aproximar do estilo da Globo. Nesse caminho, imitou formatos não só no jornalismo, mas também na dramaturgia e em outras áreas do entretenimento. Aliás, a política de contratação da Record visou, a partir da segunda metade da primeira década do século XXI, a atrair cada vez mais jornalistas e atores daquela emissora, além de profissionais de bastidores.

No que diz respeito ao mercado de trabalho e às pressões que tangenciam o universo profissional do jornalista brasileiro na contemporaneidade, a existência de um ator social dessa magnitude e com tais ímpetos mercadológicos reforça alguns contornos concorrenciais típicos do mercado de comunicação de massa, como, por exemplo, a disputa pelos públicos. A Rede Record, quando copia fórmulas do jornalismo da Rede Globo e “alicia” funcionários desta, reitera imagens da identidade jornalística vinculadas ao “padrão global”.

Essa via é de mão dupla, pois, se de um lado contribui para a pasteurização do jornalismo, por outro, incentiva a inovação por parte do canal que está sendo copiado diante do desafio de não perder a fatia do público disputada. Para os jornalistas que trabalham ou pretendem ingressar nesse ramo, as duas emissoras podem figurar como alternativas para a

tentativa de sucesso em sua carreira.

Ainda sobre o mercado de trabalho para jornalistas profissionais, é importante dedicar algumas palavras de reflexão ao fenômeno da criação dos canais a cabo operados pelos conglomerados de mídia brasileiros, uma estratégia comercial que ganhou contornos principalmente nas duas últimas décadas, sintonizada com processos sociais, culturais e econômicos de individualização do consumo e de enfraquecimento do formato massivo de comunicação. As mesmas empresas que mantêm seus canais gratuitos adentram o mercado dos bens simbólicos por demanda, vislumbrando a rentabilidade do atendimento a públicos segmentados. Tendo em conta canais pagos (em destaque os especializados em programas jornalísticos) pertencentes a grupos empresariais proprietários de canais da TV aberta, vale lembrar que a Globo News foi criada em 1996, a Band News, em 2001, e a Record News, em 2007.

Um aspecto a ser salientado acerca do surgimento dos canais de jornalismo a cabo é que eles, por um lado, promoveram uma significativa ampliação do campo de atuação profissional do jornalista - porque, efetivamente, abriram vagas no mercado da cidade em que se instalaram e contrataram pessoas, inclusive recém formadas – mas também se configuraram, sob alguns aspectos, como um espaço de exploração não remunerada da mão-de-obra jornalística. Mesmo enxergando os aspectos para a empregabilidade, não é possível fechar os olhos para o fato de que uma percentagem, ainda que minoritária em relação ao todo, do conteúdo exibido pelo canal a cabo implica na perda da mais-valia do trabalho jornalístico. Isso porque uma parcela do que veiculado é aproveitada do material já produzido pelo canal aberto, o que é uma equação matematicamente favorável ao lucro do grupo empresarial que usa o trabalho do mesmo jornalista em diferentes esferas de circulação sem que o jornalista receba a mais por isso. Esse tipo de situação, mais recente, integra uma lista de outros fenômenos que não vêm de agora, mas que estão igualmente relacionados com o que pode ser, sob alguns aspectos, tem sido percebido, sobretudo pelo meio sindical, como sintomas da degradação profissional do jornalismo. Na transição do século XX para o XXI, a percepção sobre isso tem se manifestado em nuances como a que acabou de ser mencionada acerca dos canais a cabo, mas também é constatada, de maneira mais geral, em relação ao salário, às condições de trabalho, à exacerbação da competitividade entre os membros do grupo e à falta de emprego.

Em relação à dificuldade de arrumar trabalho como jornalista e os temores pelo desemprego derivado da pressão social do excesso de mão-de-obra, ambos já eram sentidos

desde os anos 1980, pelo menos na cidade de São Paulo (cf. SILVA, 2005; SILVA, 2007). Acontece que, nos primeiros anos do século XXI, a situação concorrencial deixou de ser apenas preocupante e passou a exercer uma pressão jamais sentida no interior do grupo dos jornalistas, inclusive em capitais fora do Sudeste e em algumas regiões do interior do país. Como visto, em menos de 20 anos, o número de cursos abertos pelo Brasil aumentou mais que cinco vezes; dezenas de milhares de recém formados passaram a ser despejados anualmente no mercado de trabalho não apenas nas grandes metrópoles, onde estão os veículos de comunicação mais proeminentes, como também nas cidades menores onde foram implantadas faculdades.

A crise do emprego para jornalistas na contemporaneidade não pode ser vista como um fenômeno tipicamente brasileiro, mas precisa ser inserida no contexto mundial de carência de postos de trabalho. Vale lembrar que, no mundo globalizado, as taxas de desemprego elevam-se mesmo em estados economicamente desenvolvidos. Em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, a presença de imigrantes, antes tolerável para suprir aquela classe de serviços a que os nativos não se prestavam a fazer já não era tão bem aceita por muitos nativos do país, que passaram a demonstrar mais claramente o incômodo deles, no início deste milênio. As pressões sociais desse tipo de situação foram motivo para aumentar a preocupação com mobilizações legais e estatais para inibir a imigração e o trabalho ilegal de imigrantes, por exemplo.

Com a tensão engatilhada, em 2008, pela crise do crédito imobiliário americano, o cenário europeu, que tendia à estabilidade, quiçá à estagnação, foi fortemente sacudido, tendo enfrentado o verdadeiro colapso de economias como a da Grécia, a da Irlanda e de Portugal. O desemprego, os baixos salários, a falta de oportunidade para os jovens, mesmo com alto grau de escolaridade, geraram ondas de protesto no início de 2011, como os da “Geração à Rasca”, no mês de março, em Portugal⁷², ou dos jovens espanhóis, que, em maio, articularam acampamentos em praças pelo país; e ainda, de maneira menos politizada e mais abrupta, nos saques, distúrbios, tumultos provocados por jovens, em Londres, em meados de 2011.

⁷²“O movimento de protesto, definido como "apartidário, laico e pacífico", reivindica o direito ao emprego, o fim da precariedade, a melhoria das condições de trabalho e o reconhecimento das qualificações.

Dados recentes do INE ajudam a perceber a elevada adesão que a iniciativa está a ter: no último trimestre de 2010, a taxa de desemprego entre jovens dos 25 aos 34 anos era de 13,4 por cento. Mais de 77 mil portugueses trabalhavam com "recibos verdes".

Às 15h00 do dia 12 de Março [de 2011], esta geração de desempregados, trabalhadores subcontratados e estagiários reúne-se na Avenida da Liberdade, em Lisboa e na Praça da Batalha, no Porto. (...)” (19 de fevereiro de 2011, plataforma on-line do jornal português *O público*, http://www.publico.pt/Sociedade/protesto-geracao-a-rasca-alastra-no-facebook_1481087. Consultado em 01 de julho de 2011, às 17h33).

A instabilidade provocada pela crise de 2008 não ecoou da mesma maneira nos países desenvolvidos e nos chamados BRIC's (Brasil, Rússia, Índia, China), economias emergentes deste início de século. No caso do Brasil, em especial, os discursos governamentais do segundo mandato do então presidente Luís Inácio Lula da Silva (2006 – 2010) estiveram marcados pelo otimismo e, entre outras coisas, celebravam o aumento do emprego no Brasil. De fato, a sociedade brasileira pôde contemplar crescimentos significativos em alguns setores, a exemplo da área da construção civil, do setor de petróleo, além de outras ocupações menos intelectualizadas. Em meio a isso tudo, também é interessante mencionar que as obras do projeto governamental chamado de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as direcionadas para grandes eventos esportivos – a Copa do Mundo, de 2014 e as Olimpíadas, de 2016 - que o Brasil alcançou o direito de sediar também serviram de matéria prima para os discursos do final da primeira década, evocando ideais de crescimento, investimento, emprego.

O grupo dos jornalistas, contudo, esteve um pouco longe de compartilhar tal entusiasmo. Pelo contrário, os discursos sindicais, os temores empresariais e as análises acadêmicas, majoritariamente, apontavam para um forte sentimento de crise sobre a profissão no início do século. Do ponto de vista do emprego, os jornalistas continuavam a enfrentar dificuldades por encontrar/manter vagas, principalmente nos espaços dos tradicionais meios de comunicação de massa.

Após os processos de profissionalização da atividade em meados do século passado, a fixação de uma relação trabalhista de carteira assinada foi o modelo ao qual a maior parte dos pertencentes a esse grupo procurou se integrar. Entretanto, no contexto contemporâneo de flexibilização⁷³ das relações produtivas e do mundo do trabalho (KUMAR, 1997; LASTRES e ALBAGI, 1999; COCCO, 2000), como alternativa à insuficiência de espaços formais, mas também em virtude das reorganizações na dinâmica empresarial de captação de mão-de-obra, cresceu o número dos que deixaram de gozar dos benefícios do regime CLT e passaram a prestar serviços sob a forma de contratos temporários ou na qualidade de “pessoas jurídicas” (neste caso, equivalendo-se a empresas e arcando com os encargos e obrigações fiscais desse

⁷³Flexibilização é um conceito que diz respeito à crise do modelo fordista de produção, ao contexto de internacionalização da economia, com a transnacionalização das organizações e do capital, e incorporação de valores como inovação e customização (Cocco, 2000). observam que alguns trabalhos tendem a ser eliminado frente à automação e Lastres e Albagi(1999) notam que o chamado “trabalho vivo”, marcado pela indissociação do trabalho com a vida privada, passa a ter uma centralidade cada vez mais proeminente na sociedade contemporânea. Krishna Kumar (1997) critica a visão de alguns teóricos pós-fordistas utópicos que vêem nessa rearticulação uma possibilidade de se proporcionar mais satisfação para a maioria dos trabalhadores.

tipo de negócio).

A figura do jornalista que trabalha por conta própria não é exatamente uma novidade na história dessa atividade profissional, mas, de acordo com pesquisas sobre as mudanças do trabalho jornalístico na atualidade (NEVEU, 2006; BURKHARDT, 2006 apud GROHMAN, 2011), o número de pessoas nesse regime de prestação de serviços vem aumentando nos últimos tempos. O pesquisador francês Erik Neveu aponta que, na França, a partir dos anos 1980, houve um crescimento maciço de jornalistas trabalhando como freelancers que representou “um desenvolvimento espetacular da precariedade e a emergência de um verdadeiro exército de reserva, frequentemente composto por jovens, oscilando entre demissões e inserções ligeiras nas redações” (2006, p.47). Segundo o autor, isso tem fomentado que as relações profissionais, para as novas gerações, se torne mais cínica e menos comprometida com os valores grupais dos jornalistas.

Um exemplo da tendência de configuração da mão-de-obra temporária em detrimento dos formatos mais fixos na realidade trabalhista brasileira é ilustrado pelos resultados da pesquisa de Rafael Grohmann (2011), que entrevistou 90 jornalistas freelancers na cidade de São Paulo, identificando que a maior parte destes foi categorizada como “jornalistas do século XXI”, já que apresentava menos de 10 anos de atuação no mercado. Em relação às relações de trabalho com as instituições pagadoras, Grohmann ressaltou que, embora as empresas, para efetuarem o pagamento, exigissem dos freelancers a emissão nota fiscal, isso nem sempre acontecia na prática cotidiana:

33% dos jornalistas freelancers pesquisados – a maior fatia – recebem o pagamento a partir de nota fiscal fornecida por um terceiro. Em seguida, 26,7% fornecem notas como pessoas jurídicas às empresas e 18,9% que recebem o pagamento a partir de nota fiscal de profissional autônomo. Há, ainda, 11,1% que recebem o pagamento diretamente, sem precisar de nota, e 4,4% para quem a forma de recebimento varia. (GOHMANN, 2011, p.6)

André Gorz (2003) destaca que em um mundo econômico onde o valor está no saber, existem duas possibilidades para o trabalhador: a de ser uma “empresa individual”, tratando a si mesmo como capital, ou a de estabelecer uma relação de vassalagem e dependência com as grandes empresas. Diz, ainda, que a primeira assertiva, que confere maior autonomia ao trabalhador, corresponde a uma realidade de 4% dos ativos norte-americanos, uma *elite of knowledge workers* que recebe 51% da renda de todos os assalariados reunidos. Enquanto isso, a segunda proposição abrange a maioria dos trabalhadores, obrigada a vender seu capital,

seu conhecimento e sua disponibilidade para as empresas por um preço muito baixo.

A realidade salarial para os jornalistas brasileiros no início do primeiro milênio não tem uma aparência muito promissora. A título de comparação, é interessante saber que o salário mínimo no Brasil era de R\$ 545,00 em 2011. Nessa mesma época, o piso fixado pelas entidades de classe vinculadas à Fenaj variava entre o mais baixo de R\$ 618,33 (trabalhadores em rádio, Juiz de Fora) e o mais alto de R\$ 2.324,00 (Alagoas). Obviamente há profissionais “estrelas”, com salários comparáveis aos de altos executivos de grandes empresas, mas são a minoria.

Os valores médios dos salários para jornalistas são apontados em estudo feito pela Assessoria Técnica da Fenaj a partir de dados do governo referentes a 2003⁷⁴, mas que focaliza apenas empresas jornalísticas (agências de notícias, TV, rádio, jornais, editoras de revistas), excluindo assessorias de imprensa/comunicação e eventuais outras modalidades de espaço para o trabalho de jornalistas. Segundo esse estudo, a média salarial dos jornalistas com carteira assinada em 31 de dezembro de 2003 era de R\$ 2.286,36 para o Brasil, sendo que Brasília despontava como o estado com maior média: R\$ 4.318,18. São Paulo, com R\$ 3.232,74, era o segundo e Rio de Janeiro, com média de R\$ 2.831,47, era o terceiro estado a pagar melhor. Os piores salários eram os da Paraíba (R\$ 722,28), do Piauí (857,70) e do Ceará (R\$ 910,68).

Em comparação com outras atividades profissionais, a remuneração para jornalistas apareceu no 20º lugar do ranking publicado na revista *Veja*, em 2009, acerca das profissões mais bem pagas do país. O escalonamento, feito com base em uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas⁷⁵, aponta que os salários mais altos são os de juízes/desembargadores (média de R\$13.956), em seguida, diretores gerais (R\$7.371) e, em terceiro lugar, médicos (R\$ 7.029). A média dos jornalistas segundo essa pesquisa é R\$ 2.741 (ano de referência: 2007), sendo que os mais bem sucedidos alcançam R\$ 200 mil, enquanto o salário inicial acerca os R\$ 1.500. Esse, aliás, é um dado bastante curioso, já que apresenta uma distância muito pronunciada entre a base e o topo dos salários, o que reforça o caráter bastante heterogêneo do grupo. Para contrastar com esse panorama, é interessante notar que os juízes/desembargadores

⁷⁴ “As informações contidas no presente trabalho foram extraídas da RAIS – Relação de Informações Sociais, ano 2003, do Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. São, portanto, dados fornecidos pelas próprias empresas”. Disponível em: www.fenaj.org.br/arquivos/salarios_jornalistas.doc. Consultado em 23 de janeiro de 2009.

⁷⁵ <http://veja.abril.com.br/111109/profissoes-mais-bem-pagas-p-190.shtml>. Edição 2138, 11 de novembro de 2009.

– mesmo porque têm o limite fixado por lei – têm salários variando entre 12.700 e 25.700. Já para os médicos, as estimativas são de R\$ 3.264 para iniciantes e R\$130 mil para os “estrelas”.

Em face dos baixos salários, da relativa escassez de empregos nos tradicionais meios de comunicação e da dificuldade em conseguir estabilidade e formalidade no mercado de trabalho para os jornalistas do início do século XXI, os concursos públicos na área de comunicação emergiram como uma espécie de oásis para o grupo, dando ênfase à figura do assessor de comunicação, mas também oferecendo espaços nos meios de comunicação públicos (por exemplo, na Rádio Nacional).

Como resultado parcialmente⁷⁶ derivado do fenômeno alavancado pela política petista, que ampliou radicalmente a contratação de pessoal para o setor público (em oposição ao que ocorria no período neoliberal, anterior), vagas para jornalistas foram criadas por prefeituras; câmaras municipais; assembleias legislativas dos estados; ministérios; órgãos públicos em geral; fundações culturais, de pesquisa, de saúde etc; empresas de caráter público como companhias de água, luz, gás, saneamento, exploração mineral, petrolíferas, entre outras, oferecendo salários, em geral, significativamente acima do piso recomendado pelas associações de classe. Entre os concursos dos anos de 2010 e 2011, alguns vencimentos despontavam como grandes atrativos, por exemplo, o da Petrobras, de R\$ 5.770,00; da Empresa Brasil de Comunicação, R\$ 5.803,00 (cargo de gestão, 40h/semana) e R\$ 2.843,00 (30h/semana); Fundação Estadual de Pesquisa de Agropecuária do Rio Grande do Sul, R\$ 3.109,00.

Apesar do aumento da quantidade de vagas para jornalistas no serviço público, vale ressaltar que tais processos seletivos caracterizaram-se por terem sido altamente concorridos, já que, em comparação com outras áreas - como administração, engenharia, informática -, em termos numéricos, a quantidade de vagas para jornalistas não foi tão abundante. Houve – e continua havendo – inúmeros casos de concursos em que havia apenas uma vaga, ou que se pleiteiava formar o chamado “cadastro reserva”. Nesse cenário, as acirradas disputas para os concursos para jornalista figuraram como mais uma evidência da competitividade excessiva do universo profissional para boa parte dos jornalistas deste início de século.

Ainda pensando sobre os espaços de vivência profissional do jornalismo na

⁷⁶ A abertura de vagas para jornalistas não é mera consequência da realização dos concursos públicos, mas também precisa ser vista em um contexto mais amplo, de crescente valorização da comunicação nas organizações. Ou tro fator de relevância foi o investimento governamental em meios de comunicação públicos.

contemporaneidade, mas também buscando ampliar a abordagem para outras nuances identitárias, é imprescindível refletir sobre a construção da identidade jornalística no mundo das tecnologias digitais. O ambiente digital, em suas mais diversas manifestações e funcionalidades, vem se tornando cada vez mais importante para as comunicações sociais e para as relações humanas de diferentes ordens, por isso precisa ser considerado como aspecto essencial na reflexão sobre o universo jornalístico contemporâneo. Na próxima seção, veremos que muitos saberes, fazeres, valores, modelos, imagens, rotinas, habitus da profissão de jornalista são alterados em virtude não apenas da apropriação tecnológica, como em razão dos novos fluxos informacionais e alterações na ordem do discurso social estimulados pelas dinâmicas das redes e da convergência.

Alguns parágrafos serão dedicados a tratar da recente constatação de tensionamentos observados no interior do grupo dos jornalistas, evidenciados no contexto de proliferação dos usos das novas tecnologias de informação e comunicação. Dados, análises e reflexões com base em referenciais bibliográficos vão ser elencados com o objetivo de demonstrar que a ideologia profissional, a qual historicamente se constituiu como elemento nuclear para a identidade jornalística, pode estar sendo afastada ou forçada a se afastar desse lugar central, em virtude de alguns deslocamentos proporcionados pelas NTICs. Sugere-se que estas têm contribuído para gerar situações e fomentar ondas de forças capazes de turvar, ainda que momentânea, isolada e assistematicamente a centralidade da imagem profissional do jornalista.

3.4 Identidade jornalística no mundo das tecnologias digitais

Na presente pesquisa sobre o jornalista brasileiro contemporâneo, uma de minhas primeiras preocupações – e, naquele momento, até inocente – foi realizar um mapeamento quantitativo dos jornalistas no Brasil. Como visto, os dados do Ministério do Trabalho foram uma das ferramentas que usei para mensurar a dimensão numérica do universo dos jornalistas no país. Além das críticas já elencadas sobre as limitações daquelas estatísticas, vale ressaltar que sempre me senti bastante incomodada com a própria expressão “universo jornalístico”, complicada, pois remete a um sentido de totalidade. Ora, se é do total de que se trata, logo, não se pode negligenciar a existência de jornalistas fora dos critérios oficiais. Pensando, portanto, ser possível e provável contabilizar, em solo brasileiro, jornalistas sem registro profissional, lembrei-me de duas situações em que – não sem enveredar para as sendas

qualitativas - tais pessoas poderiam ser encontradas: nas cidades do interior e na internet, mais especificamente, no espaço dos blogs.

Em cidades do interior⁷⁷, por exemplo, tendo em conta as empresas familiares que publicam os jornais locais ou comandam as estações de rádio, é difícil saber quantos funcionários trabalham como jornalistas na “informalidade” e quais possuem o registro do MTE nessa função. É bem verdade que, mais contemporaneamente, a abertura de faculdades particulares em cidades médias e até de pequeno porte aumentou a oferta de mão-de-obra escolarizada, mas nem todos os antigos jornalistas e donos de jornal chegaram a fazer o curso ou foram substituídos pelos graduados. Existe, pois, fora dos grandes centros, um universo muitas vezes escondido, cujo mapeamento em um país com a dimensão geográfica e diversidade regional que o Brasil tem, demandaria um trabalho hercúleo, dispendioso, cuidadoso, altamente integrado - e, ainda assim, fatalmente incompleto.

A busca de dados quantitativos na internet acerca do universo jornalístico no Brasil iniciou-se de maneira tradicional (sites de busca, palavras-chave...), a qual não frutificou para além dos dados oficiais já encontrados. Assim, sem qualquer pretensão de oferecer estatísticas seguras, busquei métodos menos óbvios para encontrar algum indicador numérico sobre jornalistas brasileiros não necessariamente contabilizados entre 80 mil registros no Ministério do Trabalho. Desse modo, ao pesquisar o campo “profissão”, no perfil pessoal dos usuários da plataforma www.blogger.com⁷⁸, deparei-me com um dos dados mais interessantes da minha pesquisa: mais de um milhão e 200 mil pessoas haviam preenchido o campo “profissão” com a palavra “jornalista”.

Por curiosidade, ampliei a busca, inserindo a mesma palavra em outros idiomas. Foram cerca de 103 mil perfis preenchidos com a palavra “journalist” e aproximadamente 418 mil com “periodista”⁷⁹. Embora não seja possível precisar a nacionalidade dos proprietários de blog a partir desse critério, vale destacar que foi, no mínimo, espantoso encontrar tantos blogs cujos autores tenham referido a si mesmos como jornalistas, em português, em comparação com os que o fizeram em inglês e espanhol.

Deixando de lado a questão estatística, o mais relevante a ser discutido a partir desses

⁷⁷ Vale dizer, apenas a título de curiosidade, que não pude deixar de recordar as cidades do interior, sobretudo porque tive parte de minha experiência como jornalista, já no início deste século, em cidade do Leste mineiro.

⁷⁸ A plataforma é um dos espaços na web destinados à produção e hospedagem de blogs. Internautas que querem ter uma página pessoal não precisam, necessariamente, registrar um domínio e pagar por ele, mas podem fazer uso dessas plataformas, que oferecem ferramentas simples para a construção de uma página – um blog – e que servem de hospedeiro para a página criada.

⁷⁹ Pesquisa feita no dia 25 de agosto de 2010, às 17h40.

dados está relacionado aos possíveis motivos (psicossociológicos, culturais) e razões contextuais que levaram ao fato de milhares de proprietários de blogs – falantes da língua portuguesa, mais especificamente – terem se autodenominado como jornalistas na seção “Perfil”. Não interessa, aqui, discutir se a natureza daquelas páginas era ou não jornalística⁸⁰. O que se quer enfatizar, por enquanto, é que os mais de um milhão e 200 mil blogueiros da plataforma Blogger.com que preencheram o campo “profissão” com a palavra “jornalista” são um ponto de partida para aprofundar a reflexão sobre os critérios de construção identitária do grupo dos jornalistas na contemporaneidade.

Esses sujeitos e sua ação autorreferencial remetem a uma série de instabilidades muito próprias do momento contemporâneo, as quais dizem respeito, entre outras coisas, aos abalos em parâmetros que já foram mais fortes para enquadrarem alguém sob o “rótulo” de jornalista. As atitudes autorreferenciais desses indivíduos também são, em certa medida, reflexo daquilo que foi proporcionado pelas as novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo a internet. Câmeras digitais de foto e vídeo; computador pessoal com programas de diagramação, edição de texto e imagem; espaço (virtual) para disposição de conteúdo; acesso à rede mundial de computadores; custos relativamente baixos para ter acesso a esses recursos; enfim, tudo isso permitiu que mais pessoas – obviamente, as digitalmente incluídas – pudessem se identificar como produtores e veiculadores de informação, atividades que até antes da popularização das NTICs, estavam fortemente associadas ao jornalismo praticado por empresas de comunicação.

Vale lembrar que, no auge da era da chamada comunicação de massa, o meio mais óbvio de um indivíduo estar apto a realizar tarefas de captação (de imagens e informações para se transformarem em texto), produção e distribuição de informação possuía vínculos estreitos com a questão do emprego em veículos de comunicação. A figura da corporação, portanto, tornava-se quase indispensável para o exercício de tais atividades. Mesmo as iniciativas independentes – como jornais alternativos e rádios livres (algumas que funcionam até sem concessão legal) –, para chegarem até o público, exigiam parafernália copadoras

⁸⁰ Presume-se que, entre os milhões de blogs contabilizados, deve haver aqueles cujos proprietários se identificam como jornalistas (pois são devidamente diplomados, registrados, assalariados em empresa de comunicação, enfim, criteriosamente enquadrado como um profissional), mas que não são dedicados ao jornalismo. Podem ser blogs de poesia, culinária ou qualquer outro tópico. Um jornalista não precisa produzir apenas jornalismo na vida.

Tampouco cabe, nesse caminho argumentativo, a extensão da discussão para questões relativas às características discursivas do jornalismo praticado no ambiente digital. Sabe-se que o tema é pertinente, sendo abordado por diversos pesquisadores que investigam o blog como espaço ou gênero jornalístico. Todavia, para o que se pretende elucidar nesse momento, tal discussão não tem valor decisivo.

para o material impresso, montagem de estúdios clandestinos e ligação com antena para emissão de frequência para as rádios, enfim, uma logística relativamente complexa, que de longe se compara com a simplicidade das pequenas câmeras que cabem no bolso ou das minúsculas pen-drives 3G, conectando computadores, telefones celulares e outros gadgets à internet de alta velocidade.

Com efeito, não é preciso muito esforço para saber que nem todas aquelas pessoas que preencheram o campo “profissão” com a palavra “jornalista”, na plataforma Blogger.com (mais de 1 milhão e 200 mil!), exercem o jornalismo profissionalmente. Muitas delas podem ter se identificado dessa maneira apenas por uma questão de *status*, para angariar mais credibilidade ao conteúdo de seu próprio blog. Considera-se, ainda, que algumas pessoas tenham se definido assim, porque vivenciam a atividade jornalística como um *hobby* ou um bico. Nesse sentido, é interessante perceber a emergência de um certo tensionamento do sentido de profissionalismo da atividade jornalística, já que a internet e outras tecnologias digitais facilitam o acesso de *outsiders* a algumas dimensões dos fazeres e saberes jornalísticos.

Isso não quer dizer, contudo, que o interesse de alguns usuários de internet em serem chamados jornalistas seja automaticamente derivado das potencialidades técnicas dos novos meios. Isso se deve muito mais ao capital simbólico acumulado ao longo do tempo e incorporado à identidade jornalística no decorrer de uma série de processos políticos, econômicos, sociais, culturais, e também técnicos, os quais majoritariamente se desenvolveram na chamada era da comunicação de massas. De qualquer forma, não se pode negligenciar que a materialidade dos meios cibernéticos e da tecnologia das redes cria condições para que indivíduos que assim o desejarem se comportem, se sintam e se definam como jornalistas.

Sabendo que o sentimento de pertencimento⁸¹ é um dos pilares da construção identitária de um grupo (POLLAK, 1992), então, é forçoso admitir que o campo jornalístico não está imune às forças, influências, pressões exercidas por nesse contingente confuso e incerto de sujeitos ocupantes do espaço digital que se autorreferenciaram como jornalistas. Por outro lado, Pollak (1992) acrescenta que a construção identitária não se esgota na

⁸¹No texto *Memória e Identidade social*, Pollak resume o conceito de identidade à formação de uma “imagem de si, para si e para os outros”. Nesse sentido, afirma que há três elementos importantes na construção da mesma: primeiro - uma fronteira de ordem física (no caso dos grupos, o sentimento de pertencimento); segundo - uma continuidade no tempo (uma permanência física, moral e psicológica pela qual o grupo se faz sensível, visível e perceptível aos outros) e, por fim, um certo sentimento de unidade ou sensação de coerência. (POLLAK, 1992).

sensação de pertença. A identidade também é composta pela continuidade do grupo no tempo e pela sensação de coerência e unidade grupal, aspectos que, no caso dos jornalistas, ainda estão extremamente arraigados com a dimensão profissional. A história de consolidação do campo jornalístico, na modernidade, está vinculada com os processos de profissionalização da atividade, de modo que o sentimento de unidade que o permeia enquanto grupo continua a remeter, de modo muito eloquente, à ideologia do profissionalismo. Seguindo esse pensamento, é preciso ponderar, portanto, que a vinculação identitária de um grupo que não está profissionalmente comprometido com a atividade que realiza parece ser muito menos segura do que aquela que foi construída historicamente em torno do profissionalismo e a partir das ancoragens institucionais (empresas, escolas, entidades de classe etc).

Outra ponderação a ser feita em relação a esses inumeráveis indivíduos se autorreferenciando como jornalistas na internet (a exemplo dos usuários da plataforma Blogger) é que, embora muitos, eles representam apenas uma pequena parcela dos fenômenos que vêm ganhando espaço no ambiente digital e que também podem impactar a imagem profissional do jornalista. Obviamente, nem todos os que desenvolvem on-line atividades com semelhanças discursivas e pragmáticas com o jornalismo são (e/ou manifestam vontade de ser) reconhecidos como jornalistas. Boa parte dos que se apropriam, em seu cotidiano, das ferramentas, linguagens, recursos da cibernética para produzir, divulgar, trocar informações que antes só chegariam ao público por intermédio dos meios de comunicação de massa e dos comunicadores profissionais, estão, mesmo sem qualquer sensação de pertença ao grupo dos jornalistas, fazendo parte das forças que têm abalado o lugar de fala e o próprio *status* dessas profissionais e instituições.

No momento contemporâneo, diversas situações são ilustrativas da queda do monopólio de jornalistas/organizações jornalísticas sobre competências antes vistas como pertencentes a *experts*; sobre qualificações e sistemas qualificadores dos ingressantes na atividade jornalística; sobre os espaços de divulgação daquilo que pode ser, no senso comum, entendido como notícia; sobre a prerrogativa de dar o “furo”⁸². Ações de consumidores/clientes sobre o grupo profissional, questionando fazeres e se apropriando de saberes podem ser entendidas como razões para o enfraquecimento da autonomia dessa

⁸² Apenas para exemplificar, vale a pena recordar o polêmico site WikiLeaks, criado em 2006, com o objetivo de – como o próprio nome em inglês indica – vazar documentos e informações secretos. Vale chamar a atenção que o site ganhou mais repercussão em 2010, quando foram divulgadas informações confidenciais do governo americano, além de documentação evidenciando tortura e outros crimes dos americanos no Iraque. Nesse mesmo ano, o diretor do site, Julian Assange, passou a ser procurado pela polícia sob acusações de crimes sexuais.

profissão. Além disso, é interessante destacar que os questionamentos acerca dos fazeres jornalísticos, a apropriação dos saberes que antes eram praticamente restritos ao grupo profissional e a ocupação de lugares de fala reservados aos jornalistas são movimentos que se dão tanto por parte dos consumidores dos formatos jornalísticos, desde os seus formatos tradicionais (impresso, rádio, TV) quanto por parte de indivíduos que nem chegaram a ser considerados “clientela” do jornalismo. Entre os atores sociais que não se consolidaram como público efetivo dos produtos jornalísticos da mídia de massa estão os jovens que já nasceram com a internet a pleno vapor e que têm nela [internet] sua principal forma de contato com o mundo. O grupo destes, daqui em diante, só tende a aumentar, obviamente.

Um dos fenômenos de destaque no contexto das novas mídias para o qual John Pavlik (2001) chama atenção é a multiplicação do plágio, que passa a ser extremamente simples de ser feito com as facilidades das tecnologias digitais. Em um PC, com o acionamento das teclas de atalho “Control + c” e “Control + v”, um internauta pode copiar praticamente qualquer texto que selecionar (obviamente, com exceção dos que usam mecanismos de proteção contra cópia). Tamanha praticidade, associada à facilidade de encontrar informações sobre qualquer assunto na web, representa uma “séria ameaça à boa e velha reportagem produzida com gasto de sola de sapato” (PAVLIK, 2001, p. XIV, tradução livre).

A prática do plágio de textos é apenas um fragmento de novas realidades que vêm ganhando espaço na cultura da digital. Movimentos de reprodução, distribuição e consumo dos produtos digitais vêm representando abalos para as tradicionais noções de *copyright* e de propriedade intelectual (PAVLIK, 2001)⁸³. Entre os atores sociais que clamam pela completa fluidez e liberdade do fluxo de informações na internet estão os chamados midialivristas, integrantes de movimentos sociais articulados com base no ambiente digital, os quais também foram representados por vozes que se manifestaram durante a discussão acerca da obrigatoriedade do diploma no Brasil. Mais sobre isso será detalhado no capítulo a seguir.

Ao pensar sobre os inúmeros tensionamentos impulsionado pela proliferação das cópias e pela atuação de ativistas que clamam por novos entedimentos legais acerca da propriedade intelectual, é importante saber que tais jogos de força, ainda que não direta e intencionalmente voltados a impactar a identidade jornalística, significam uma pressão sobre o sentido de jornalista como mediador profissional entre o público e os fatos. O amplo

⁸³ Ao tratar desse assunto, Entre os atores sociais que clamam pela completa fluidez e liberdade do fluxo de informações na internet estão os chamados midialivristas, integrantes de movimentos sociais articulados com base no ambiente digital, os quais também foram representados por vozes que se manifestaram durante a discussão acerca da obrigatoriedade do diploma no Brasil. Mais sobre isso será detalhado no capítulo a seguir.

compartilhamento em rede de certos saberes e formatos comunicativos no ambiente digital podem ser vistos como uma força a “impelir os jornalistas para a sua dissolução no quadro alargado, híbrido e multiforme dos produtores de conteúdos midiáticos característicos do capitalismo informacional e das suas mercadorias imateriais.” (GARCIA, 2009, p.41).

Acontece que a dissolução completa das fronteiras jornalísticas está muito longe de ser uma realidade. Em outras palavras: mesmo que alguns sintomas de enfraquecimento sejam notados, é muito precoce e ingênuo fazer afirmações radicais, como a que prevê a morte do jornalismo, o fim da profissão de jornalista ou coisas do gênero. É vital destacar que, concomitantemente a todos esses fenômenos que podem ser interpretados como forças a tensionar o caráter profissional da atividade jornalística, no sentido de alargar suas fronteiras, existem elementos que indicam exatamente o contrário do que vem sendo argumentado até aqui. O ambiente digital também está num contexto em que o profissionalismo é estimulado a todo o vapor, tendo em vista a exploração comercial na internet, a corrida pela inovação, a maximização do uso de novas tecnologias, a customização, a internacionalização de negócios, a interação no cenário da convergência. Em consonância com tais tendências, muitas experiências refletem instâncias de preservação e cultivo da imagem profissional dos jornalistas.

Após evidenciar que não há como fugir a tais ambiguidades e tendo observado que dentro da lógica de cada uma delas existem elementos muito significativos para construir sentidos e imagens para a identidade jornalística, vou continuar a reflexão sobre as metamorfoses do mundo contemporâneo, focalizando, a partir de agora, a questão da vivência profissional do jornalismo. Vou priorizar a análise de atores sociais (individuais e coletivos) – e também de suas práticas, suas rotinas, seus valores, seus discursos, sua relação com o público – que realizam, por sua experiência cotidiana, o jornalismo como uma atividade profissional, e não como um bico, ou um *hobby*, ou um motivo de meramente angariar *status* ou obter o reconhecimento conexo ao capital simbólico acumulado pelo grupo no decorrer da modernidade.

Como a reflexão anterior teve como ponto de partida um fenômeno observado em relação aos blogs, é interessante apontar, nesse mesmo espaço virtual, a presença de forças que reafirmam, reiteram, reproduzem a imagem profissional do jornalismo. Se previamente o fato que chamava a atenção era o número assustador de proprietários de blogs se autodenominando jornalistas, agora, cabe lembrar aqueles jornalistas consagrados pelo espaço midiático tradicional que se aventuraram a criar seus blogs para fazer jornalismo. Um desses

casos é Ricardo Noblat, que atuara nos jornais impressos *Correio Brasiliense* e *O Dia* e que, em 2004, ainda trabalhando nessa última empresa, criou sua página pessoal. Seu blog já nasceu essencialmente informativo (embora também concedendo espaço à opinião), divulgando, inclusive, assuntos que não eram publicados em sua coluna no veículo impresso. Diante do sucesso de público alcançado pelo blog do Noblat, o jornalista conseguiu ter ganhos financeiros em acordo feito com o portal IG, que hospedava o blog. Em 2005, a página foi para o portal do grupo do jornal *O Estado de S. Paulo* e, em 2008, transferiu-se para oGlobo.com (SOUZA, 2010).

Em tempos de nebulosidade nas fronteiras causada por “fumaça virtual”, a origem profissional do autor de um blog, o capital simbólico dos grupos de comunicação a que o blog esteja ligado, o ineditismo do conteúdo, a fundamentação em critérios consagrados no *métier* jornalístico para selecionar e redigir as informações são fatores cruciais para que uma dessas páginas seja considerada jornalística ou não. Além disso, esses elementos que já têm uma trajetória de reconhecimento social acabam por emprestar aos blogs parte do poder e da credibilidade que lhes são conexos. Parecendo ter consciência disso, o grupo RBS, ligado a meios de comunicação no sul do Brasil fornece aos seus jornalistas um “Guia de Ética, Qualidade e Responsabilidade Social” que, em sua página 18 orienta que os sites de seus profissionais sejam aprovados pelo respectivo gerente de área e que se vinculem ao grupo empresarial.

A lógica comunicativa das redes faz do blog um espaço potencialmente contestador de hierarquias e verticalidades muito próprias dos formatos modernos de prática jornalística, em especial nas redações. Ademais, é interessante remeter à gênese do blog e perceber que ele não nasceu com pretensão de ser espaço profissional ou de abrigar o jornalismo. Seus fundamentos se assemelhavam à escrita do diário pessoal – apesar de sua lógica ser a do compartilhamento – e seus primeiros usos enfatizavam a função opinativa (SCHITTINE, 2004 *apud* SOUZA, 2010). Em meio a rupturas e continuidades, hibridismo é a palavra da moda para dar conta de tantas experiências que são impulsionadas e materializadas pelos recursos tecnológicos contemporâneos, mas que estão eivadas de características vinculadas – de modo explícito ou não – às estruturas de poder, aos símbolos, aos valores, aos imperativos profissionais, enfim, a vários aspectos que se constituíram na modernidade.

Para continuar a reflexão sobre aspectos e fenômenos que apontassem para o reforço do profissionalismo e da imagem profissional do jornalista no mundo contemporâneo, realizei um breve levantamento bibliográfico sobre o tema. A maior parte dos estudiosos de

jornalismo, ao investigar algum tema relacionado com essa atividade no momento contemporâneo, está automaticamente aderida à concepção de jornalismo como uma profissão. Ao fazer tal constatação, não quero sugerir que essa postura seja equivocada, problemática ou qualquer coisa do tipo. Tampouco faço afirmações como as de Kunczik (2002), que crê que o jornalismo não é uma profissão. Pelo contrário: estou entre os que se empenham em pesquisar os variados processos de profissionalização da atividade no Brasil. Entretanto, é sempre válido lembrar que o caráter profissional do jornalismo (e qualquer outra imagem associada à identidade jornalística⁸⁴) não é um atributo automático e sim um constructo histórico, que passou por um processo até se tornar hegemônico, mas que não significa que seja irrevogável. Então, mesmo que outros pesquisadores não estejam conscientes ou não tenham manifestado abertamente sua consciência acerca dessa condição, as referências que serão feitas a outros trabalhos nos parágrafos seguintes terão sempre como horizonte a constatação que acabo de fazer.

Em coletânea organizada, em 2009, pelo professor português José Luís Garcia, vários autores abordam as “metamorfoses e encruzilhadas”⁸⁵ dos jornalistas portugueses no contexto de um capitalismo pós-industrial, modulado segundo fluxos globais de mercado e de comunicação, sustentado por uma “base tecnológica informacional/digital” (GARCIA, 2009, p.28). Um dos autores, Fernando Correia, descreve sintomas do que ele entende como crise da identidade profissional e emergência de um novo paradigma para o jornalismo, dando destaque aos processos de concentração midiática, formação de conglomerados multimídia, supervalorização da publicidade como eixo estruturador da organização. Correia dá inúmeros exemplos de situações de perda da autonomia e do poder desses profissionais dentro da empresa jornalística, em face do fortalecimento do imperativo comercial dentro das corporações. O autor argumenta que, mais do que pressões políticas, o trabalho jornalístico vem sofrendo pressões e constrangimentos cada vez mais intensos, guiados pela dominação da lógica empresarial (“fabricar mais ‘produtos’ com menos jornalistas”) (CORREIA, 2009, p.223) em detrimento de referências que outrora conferiam muito mais poder e prestígio ao jornalismo.

Constatações com esse mesmo teor também foram identificadas no Brasil, a partir da interpretação sobre estratégias organizacionais que não nasceram no contexto das tecnologias

⁸⁴ Como se sabe, identidade é uma trajetória contínua de construções e reconstruções, a qual se dá no plano social e psicológico, em meio a memórias, sistemas políticos, econômicos, axiológicos, culturais.

⁸⁵ Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI é o subtítulo do livro.

digitais, mas remetem ao final da década de 1970, quando proliferava, nas empresas jornalísticas, o uso de técnicas de pesquisa de marketing, buscando mapear os interesses e comportamentos do público/leitor. Já naquela época, em virtude desses movimentos, muitos jornalistas acreditavam estar perdendo espaço e prestígio dentro da empresa para as áreas de publicidade e marketing (ABREU, 2002).

As pesquisas de mercado vieram pôr os leitores, ouvintes e telespectadores no centro da comunicação, o que determinou uma perda de poder dos jornalistas e os transformou em atores coadjuvantes. Os jornalistas, que até pouco tempo atrás podiam ser considerados os porta-vozes da opinião pública, hoje estão cada vez mais distantes desse papel, que é desempenhado pelas pesquisas de mercado (ABREU, 2002, p.33).

Essas duas ou três décadas que antecederam o século XXI são classificadas, segundo Charron e Bonville (2004 apud PEREIRA & ADGHIRNI, 2011), como jornalismo de comunicação, período caracterizado pela “diversificação e pela subordinação da oferta a partir das preferências do público alvo” (idem, p.44). A essas mudanças, Fábio Pereira e Zélia Leal Adghirni (2011) acrescentam fatores da contemporaneidade que têm levado a mudanças estruturais⁸⁶ no jornalismo: a convergência, o fenômeno da globalização e suas consequências, as dificuldades e desafios enfrentados pelos jornalistas no mercado de trabalho e pelas empresas de comunicação diante desse cenário.

Dentro desse espectro de mudanças, movimentos apontam para uma diluição das fronteiras entre jornalistas e outros profissionais da comunicação e do entretenimento, ou ainda, a configuração de um jornalismo de mercado, justamente caracterizado pelo enfraquecimento do poder do grupo dos jornalistas mediante outros técnicos do fazer midiático (NEVEU, 2006). Esse caminho vai sendo percorrido com resistência, sobretudo por parte dos que atuam ou já atuaram no jornalismo em outras épocas. Juntando-se ao coro de Ramonet, Schudson e Motta, José Aídar Prado e Beatriz Becker (2010) advogam por um jornalismo mediador, com papel crucial nas sociedades democráticas:

É preciso, apesar da cada vez maior monopolização da imprensa dentro dos conglomerados comunicativos e de entretenimento, pensá-la como espaço de luta, de recusa da primazia do econômico sobre o social, valorizando-a como um dos principais instrumentos da oposição e da resistência política em qualquer época (PRADO & BECKER, 2010, p.7)

⁸⁶ A autora não usa o termo estrutura com um sentido essencialista. Pelo contrário, faz questão de deixar claro que a cristalização de alguns elementos é fruto de processos sociais. O termo estruturais quer designar mudanças que não sejam apenas circunstanciais ou microinvenções. (Pereira e Adghirni, 2011)

Como se verá no capítulo que analisa as discussões sobre diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil, as entidades de classe de jornalistas preocupam-se com as condições de trabalho desses profissionais. A sabida necessidade de o curso superior de jornalismo fomentar competências para a atuação profissional no ambiente digital é contrabalanceada com o temor de uma formação exclusivamente técnico-mercadológica para o bacharel. O receio é de que a ideia de um jornalista multimídia seja distorcida e confundida com a figura de um trabalhador “multitarefeiro”, que realiza mais tarefas, em menos tempo e por menos custo.

Em trabalho produzido em 2004, Mark Deuze se esforça para discutir os impactos da convergência para a prática jornalística e para a autopercepção dos jornalistas enquanto profissionais multimídia⁸⁷. De fato, os conceitos de convergência e multimidialidade têm sido amplamente mencionados nos círculos profissionais, institucionais, empresariais e acadêmicos (ensino e pesquisa) do campo jornalístico, porém, como salienta o próprio autor, isso não significa a existência de um entendimento consensual acerca do significado da convergência para o jornalismo.

Deuze (2004) explica que a ideia de multimídia em jornalismo se associa, de modo geral, a dois principais sentidos: um relativo à apresentação on-line de conteúdo noticioso congregando variados formatos midiáticos (texto escrito, som, recursos de som e imagem, animações etc); e outro relativo à integração de diferentes meios (por exemplo, jornais impressos, websites, SMS, televisão, rádio) para executar (simultaneamente ou não) a tarefa de difundir conteúdo jornalístico.

Ambas concepções evocam não apenas o desenvolvimento de competências técnicas por parte do profissional que irá atuar em quaisquer dessas duas situações (ou nos seus interstícios) que Deuze (2004, p.140) chama de ideais-típicos, mas também os possíveis redesenhos, no campo dos valores e das crenças, de tudo aquilo que pode ser “genuinamente” considerado – e quiçá respeitado e desejado – como função ou parte indispensável da profissão de jornalista. Nesse sentido, tanto os fazeres quanto os corpos axiológico e simbólico que cercam a profissão de jornalista estão imersos na profusão polissêmica da multimidialidade, sendo transformados por ela e, ao mesmo tempo, atuando como agentes negociadores do advento de novos formatos para os fazeres, valores e símbolos do contexto

⁸⁷ O tema das conformações identitárias para os jornalistas contemporâneos é recorrente para esse autor. Em trabalho de 2001, com Jo Bardoel, investigou as competências dos jornalistas na rede; em 2002, com Steve Paulussen, estudou características básicas, ocupacionais e profissionais dos jornalistas on line na Holanda.

multimídia.

Após explicitar as definições mais comuns sobre convergência, Deuze (2004) chama atenção para o fato de que jornalista multimídia não pode ser tomado como sinônimo de jornalista on-line (também chamado ciberjornalista, e-jornalista, ou jornalista de internet), embora ambos compartilhem muitas similaridades. Na visão do autor, que em certa medida corrobora a de Henry Jenkins (2006), tratar de convergência ou falar de multimídia não se resume a abordar experiências da internet, mas inclui observar transformações culturais em diferentes instâncias no mundo das novas tecnologias de comunicação e informação e dos ambientes virtuais que configuram novas formas de ação social e novos contornos de trocas simbólicas. Jenkins (2006) dá especial atenção à cultura participativa, focalizando exemplos de ampliação e mutação do envolvimento do público com as situações de consumo, de entretenimento, de política, de partilha de conhecimento. No caso de Deuze (2004), há uma clara preocupação com as perspectivas institucional, tecnológica, organizacional e das competências de produtores/usuários inseridos na lógica multimidiática.

No Brasil, alguns pesquisadores que têm o jornalismo como objeto de investigação procuram estudar os processos contemporâneos de convergência midiática, bem como os fenômenos envolvendo as possibilidades da comunicação multimídia. Suzana Barbosa (2009) enfatiza os aspectos organizacionais e institucionais, ao observar como algumas empresas enfrentaram, na primeira década do século XXI, os desafios da migração dos públicos para internet e da mudança de perfil do consumo. Segundo a autora, as empresas de mídia nacionais ainda se encontram (por volta do fim do primeiro decênio) em estágios iniciais ou intermediários ao trilhar esses caminhos da convergência e da configuração multimídia. De modo geral, o que ela nota são esforços de gestão que levem à adequação física, administrativa, comercial e cultural da empresa ao contexto tecno-mercadológico contemporâneo quanto o aproveitamento de possibilidades da convergência e da multimidialidade para reduzir custos, eliminar postos de trabalho e sobreviver diante da crise do jornalismo impresso dos últimos tempos (BARBOSA, 2009, p.39).

O enxugamento de postos de trabalho ocupados por jornalistas em virtude de decisões das empresas midiáticas vinculadas às transformações da contemporaneidade também é relatado pelo pesquisador Marcelo Kischinhevski (2009). Ele aponta que a integração das redações de diferentes veículos de um mesmo conglomerado ou as pressões para a contratação de profissionais *multiskilled* (com múltiplas habilidades: escrever textos para diferentes formatos, tirar e trabalhar fotos, filmar e editar vídeos, inserir conteúdo em variadas

plataformas digitais), tem como consequência episódios de demissão de profissionais antigos que resistem em se enquadrar nos novos formatos (KISCHINHEVSKI, 2009, p.69). Por outro lado, o autor também lembra que a nova lógica produtiva levou a experiências especificamente voltadas para as características da comunicação em rede, que receberam investimentos e cuidados por parte dos grupos midiáticos que as lançaram, por exemplo, o G1, da Globo; o UOL, do mesmo grupo que edita a *Folha de S. Paulo*; e o Terra, da multinacional espanhola Telefônica.

Esses movimentos por parte das grandes corporações, que não deixam de ser importantes espaços de vivência concreta da profissão de jornalista e que têm grande influência na conformação do mercado formal de empregos, impulsionam a corrida pela aquisição de competências, por parte dos profissionais, para atuar nesses espaços ou para se lapidarem conforme os modelos que essas empresas apregoam. Nesse sentido, desde a faculdade, os aspirantes a jornalistas demonstram estar sujeitos a pressões para ser polivalente, para adquirir expertise para usar o máximo possível de recursos tecnológicos, para ser capaz de produzir para várias plataformas e trabalhar com audiência participativa, enfim, estar plena e profissionalmente apto a ser um jornalista bem sucedido no contexto da convergência e da multimidialidade.

Para finalizar o capítulo 3, gostaria de retomar o argumento que começou este sub-item: o de que existem fenômenos no mundo das tecnologias digitais que podem ser considerados como indicativos de um leve, mas significativo abalo para uma das imagens mais fortes que se formou ao longo da trajetória histórica de construção da identidade jornalística – a de jornalista como um profissional. Procurei deixar claro que ao detectar esse tipo de fenômeno, não pretendi, de maneira alguma, fazer afirmações catastróficas ou prever o fim do jornalismo. Tal reflexão procurou mostrar que novas vivências, novos recursos e seus usos, além da incorporação de novos atores sociais e novas práticas às proximidades das fronteiras para as quais o grupo dos jornalistas anteriormente conseguia dar contornos mais visíveis significam surgimento ou reorganização de elementos doadores de sentido (como sentimentos de autopercepção, crenças ou valores) que podem impactar nas tradicionais imagens do jornalista.

Quero retomar, também, a segunda parte da discussão feita neste sub-item. Ela vai na contramão da primeira parte, na medida em que analisa fenômenos exatamente contrários aos sinais e sintomas da desprofissionalização do jornalismo. Resumindo, portanto, as reflexões sobre a permanência do caráter profissional da identidade jornalística no espaço/tempo do

ambiente tecnológico-digital, é possível falar de dois eixos principais em que se apóiam os processos de luta, reprodução, reconstrução da imagem do jornalista enquanto um profissional. Um deles possui vínculos com imagens consolidadas no passado e é composto, basicamente, por ações e discursos que pretendem reafirmar a credibilidade profissional do jornalista, bem como reiterar a importância do papel social de mediador entre o seu público e o mundo. As justificativas, as estratégias, as formatações tecnologicamente baseadas nos fundamentos digitais e reticulares, tudo isso é reflexo de esforços para a manutenção de um elo com o capital simbólico e com o reconhecimento do lugar de fala que a imagem de profissional e a ideologia do profissionalismo lograram agregar à identidade jornalística nas décadas anteriores.

O outro eixo majoritário aponta diretamente para a contemporaneidade, uma vez que incorpora posturas e movimentos, por parte dos jornalistas ou dos que desejam fazer parte do grupo, no sentido de buscar eficácia de atuação em relação aos mecanismos e à lógica do ambiente digital. No espectro desses tropismos, observam-se ações e impulsos, propositais ou não, para adequação aos discursos/práticas/demandas mercadológicas das diferentes plataformas digitais, inserção na vivência das coletividades em rede, aquisição de competências para operar com os recursos técnicos, enfim, movimentos que quase sempre resultam em subordinação à lógica também operante nas redes, de um capitalismo cognitivo que continua tendo como protagonistas as grandes corporações e as elites econômicas.

Por fim, é interessante dizer que várias das reflexões que estão neste capítulo encontrarão eco nas análises feitas sobre o corpus escolhido para esta tese. Ao olhar para atores sociais e seus respectivos discursos envolvidos em debates de elementos que se constituíram como importantes balizas para a identidade [profissional] do jornalista – o diploma, de forma particular, e o curso superior, de modo mais amplo – os próximos capítulos vão procurar enxergar os traços de ruptura e continuidade em relação às imagens, valores, memórias, saberes, fazeres, deontologia, e outros aspectos que integram os processos de construção identitária.

PARTE II

O jornalista contemporâneo em pauta: análise dos debates do início do século XXI sobre diploma e formação universitária no Brasil

Escolher estudar a identidade jornalística a partir dos debates sobre as diretrizes curriculares de jornalismo e das discussões sobre a obrigatoriedade do diploma motivadas pelos dispositivos judiciais no início do século XXI significa reconhecer, concordando com Simmel (1964), que a dimensão do conflito é crucial na percepção de identidades sociais. Situações de competição e até de discórdia mostram o grau de interação entre os membros de um grupo, apontam posições dos participantes, distância entre eles, formas de elasticidade nas relações estabelecidas intra e entre grupos. O conflito, embora possa ter fortes conotações de quebra ou destruição, possui uma função coesiva de suma importância, por estimular agrupamentos por similitudes, vínculos de solidariedade e fortalecimentos de estratégias combativas. Observar situações de tensionamento remete, pois, mais uma vez, às metáforas geográficas (*pace* BARTH, 2000), que prestam atenção às bordas e suas possíveis reorganizações. Tais circunstâncias são, portanto, terreno fértil para que se possam evidenciar as lutas pela delimitação de fronteiras da identidade jornalística.

Antes de iniciar a reflexão mais focal acerca dessas duas dimensões em torno das quais se escolheu coletar dados empíricos, vou apresentar percursos metodológicos adotados, buscando explicar como e porque adotei algumas estratégias e, ao mesmo tempo, relatando aspectos e fatos do trajeto investigativo os quais sinalizam que as opções da pesquisa foram fortemente direcionadas pelo próprio objeto de estudo, em muitos momentos. Um primeiro esclarecimento a ser feito acerca das fontes de pesquisa é que elas foram classificadas em específicas – quando se referiam de modo mais direcionado à discussão contemporânea sobre o diploma ou à temática das diretrizes curriculares para o curso de jornalismo – e gerais – quando abarcavam potenciais exploratórios para ambas as questões. Outra explanação relevante diz respeito à delimitação do período de coleta do material para análise. É o que está nos parágrafos a seguir.

Recorte temporal

As discussões contemporâneas sobre a obrigatoriedade do diploma de jornalismo têm uma ancoragem factual de média duração (aproximadamente uma década), que corresponde à

extensão do processo judicial iniciado em 2001 e terminado em junho de 2009, quando a justiça determinou que a exigência de diploma para o exercício do jornalismo no Brasil deixasse de existir. Inúmeras discussões se fizeram ouvir ao longo desse tempo, em maior ou menor intensidade, mas em virtude das exigências práticas da pesquisa, optou-se por recolher discursos e observar vozes alocadas nos meses que antecederam o julgamento final, tendo em vista o aumento da mobilização discursiva nesse período.

A marcação do ponto inicial para a coleta de dados para compor o *corpus* foi motivada por um ato significativo mobilizado pela Fenaj, uma das vozes que mais se fez ouvir sobre os temas. Em junho de 2008, ou seja, aproximadamente um ano antes do fim da obrigatoriedade do diploma, a Federação Nacional dos Jornalistas iniciou a “Campanha em Defesa do Diploma”⁸⁸, fato que estimulou que muitas outras vozes sociais se manifestassem e que propiciou que muitos discursos em torno do assunto fossem elaborados.

Esse período de junho de 2008 a junho de 2009 também abrange de modo praticamente integral as discussões específicas a respeito das diretrizes curriculares para o curso de jornalismo, segundo tópico escolhido para ser analisado nesta tese. É interessante revelar que, inicialmente, a análise das discussões relativas à elaboração de diretrizes curriculares para o curso de jornalismo não estava nos planos do projeto de pesquisa, mesmo porque, naquele momento (final de 2007, início de 2008), não se ouvia falar disso. A proposta de criação de diretrizes curriculares específicas para o curso de jornalismo só apareceu publicamente de modo relevante no segundo semestre de 2008, quando partiu do então Ministro da Educação.

Dois motivos principais impulsionaram a inserção do debate sobre as diretrizes como segundo foco do presente trabalho. Em primeiro lugar, apesar de as disputas pela exigência do diploma serem, em princípio, o único mote para a recolha de um *corpus* de análise, o objetivo era e sempre foi o de promover uma abordagem analítica ampla, levando em conta não apenas o “canudo”, mas inúmeras nuances relacionadas ao ensino de jornalismo no Brasil. Desse modo, tão logo surgiu a questão das diretrizes, ela invariavelmente expressou sua pertinência como objeto de estudo em face do propósito investigativo. Em segundo lugar – e esse é o que mais demonstra a conexão inequívoca com o caminho já iniciado –, ao realizar o acompanhamento diário das notícias no site da Fenaj, percebeu-se que a proposta, embora

⁸⁸ A entidade realizou outras mobilizações sobre o tema em outras épocas, mas o ponto inicial da campanha é marcado pela notícia “FENAJ e Sindicatos desencadearão ampla campanha em defesa do diploma”, veiculada no site da Fenaj no dia 17 de junho de 2008. O momento indicava a preocupação da entidade com os movimentos do processo no STF.

tenha aparentemente partido do Ministro da Educação, foi diretamente estimulada por ações da Fenaj e de outras entidades do campo jornalístico envolvidas com a campanha em defesa do diploma. Com efeito, em outubro de 2008, estas solicitaram e conseguiram uma audiência com o ministro Fernando Haddad e, desse encontro resultou a promessa – posteriormente cumprida – de serem criadas diretrizes curriculares para jornalismo.

No primeiro semestre de 2009, havendo já o Ministério da Educação nomeado um grupo de especialistas para exercer a tarefa de construir esse texto, foram realizadas três audiências públicas para coletar opiniões sobre o assunto: a primeira em 20 de março de 2009, no Rio de Janeiro; a segunda em 24 de abril, em Recife; a terceira em 18 de maio, em São Paulo. Embora abertas a qualquer pessoa, cada uma delas procurou enfatizar alguns atores sociais em especial, respectivamente: o mundo acadêmico (estudantes, professores, pesquisadores e entidades de ensino e pesquisa); o mundo do trabalho (empresas jornalísticas e entidades de representação de classe dos jornalistas, terceiro setor); a sociedade civil organizada (movimentos sociais, outras categorias trabalhistas/profissionais, igreja).

Para a questão das diretrizes, não foi delimitado uma data específica para o término da coleta de material. Setembro de 2009 foi o mês em que a comissão de especialistas entregou o relatório ao Conselho Nacional de Educação, órgão do MEC que tem a prerrogativa de efetivamente implantar as diretrizes no sistema educacional do país. Nos meses seguintes, foi possível acompanhar alguns discursos apresentando reações e comentários ao texto. Procurou-se, pois, até meados de 2011, estar atenta e mapear manifestações significativas de vozes do campo jornalístico e da comunicação sobre o assunto. Desse modo, o último documento a ser anexado ao corpus foi uma carta pública datada de 5 de outubro de 2010, escrita por uma entidade de pesquisadores em jornalismo.

Comentários sobre as fontes gerais da pesquisa

Três âmbitos gerais foram considerados para se chegar a uma análise abrangente acerca das temáticas do diploma e da formação superior: 1) o meio acadêmico; 2) as associações de classe; 3) o mercado de trabalho. Buscou-se, então, em cada um deles, selecionar discursos que manifestassem diferentes vozes e posições, representando a diversidade e heterogeneidade de envolvidos na construção da identidade jornalística. A sociedade civil organizada também foi perscrutada, uma vez que, em alguns momentos, atores sociais de destaque eram convocados ao debate por algum ator posicionado nos três grupos mencionados acima.

A tabela abaixo lista as fontes gerais em que foi possível encontrar elementos relativos às duas temáticas analisadas empiricamente.

Tabela 14 – Fontes gerais de pesquisa

MUNDO ACADÊMICO	ASSOCIAÇÕES DE CLASSE	MERCADO DE TRABALHO
Discentes	Patronais	Empresa de comunicação
Entrevista feita em maio de 2008 com representante da Executiva Nacional dos Estudantes de Com. Social ENECOS.	Captação de notícias no site do Sindicato de Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo, SERTESP.	Editoriais da Folha de S. Paulo
		Matérias d'O Globo on line, com destaque para textos opinativos (não foram encontrados editoriais)
Aplicação de Roteiro de Perguntas (questionário) junto a alunos do curso de jornalismo	Captação de notícias no site Da Associação Nacional de Jornais, ANJ.	
Docentes / pesquisadores	De trabalhadores	Outro
Captação de notícias do site do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo. Acompanhamento diário da lista de discussão por e-mail do FNPJ.	Captação de notícias no site da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ.	Site do Movimento dos Jornalistas sem Diploma
Entrevista com Carlos Franciscato, presidente da SBPJor.		
Acompanhamento da lista de discussão por e-mail da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (COMPÓS)		

Sobre o conjunto das fontes pesquisadas é interessante saber que a Fenaj foi a voz que mais se fez ouvir sobre a questão do diploma, tendo, também, sido vigorosamente participativa nas discussões sobre as diretrizes curriculares. A “Campanha Nacional em Defesa do Diploma” lançada em junho de 2008 gerou uma enorme quantidade de material passível de análise. Por exemplo, foi relançado o livro *Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa a sociedade*, elaborado em 2002, durante uma campanha anterior, realizada pela entidade logo após a primeira decisão judicial em caráter liminar, que

suspendeu a obrigatoriedade do diploma em 2001. A obra é iniciada com o texto da sentença liminar, seguida de um artigo do jornalista Mino Carta, contrário à exigência. O restante do livro elenca uma série de trabalhos escritos por jornalistas e acadêmicos de jornalismo defendendo a formação.

Outras ações da campanha foram a realização de passeatas, o envio de cartas solicitando apoio de outras entidades e pessoas públicas, a promoção de palestras e debates em universidades pelo país (para isso, contou com a ajuda dos sindicatos em cada estado). Foram criados *jingles*, cartazes, outdoors e todo tipo de material publicitário para as mais diferentes interfaces midiáticas. Até marchinhas de carnaval foram encampadas pelos blocos de jornalistas pelo país, como o *Imprensa que eu Gamo*, do bairro Laranjeiras, no Rio de Janeiro, *Filhos da Pauta* de Alagoas, entre outros. Na página da Fenaj na Internet houve espaço para enquetes eletrônicas, campanhas publicitárias, mural de opinião dos internautas. Em meio a tanta variedade de material e tantos espaços discursivos a respeito da temática do diploma, optou-se por recolher os textos veiculados na seção de notícias do site, que era atualizada no mínimo semanalmente com assuntos relativos a esse conteúdo. Essa seção tanto expressava de modo claro a opinião da Fenaj, por meio dos editoriais, quanto viabilizava a manifestação de diferentes vozes da sociedade civil e do campo jornalístico (apesar de beneficiarem as que fossem favoráveis à obrigatoriedade do diploma), além de representar um espaço útil de acompanhamento do desenrolar dos fatos relativos ao processo judicial pelo fim do diploma e as situações relativas aos trabalhos de elaboração das diretrizes curriculares.

Em relação aos atores sociais do meio acadêmico, o universo dos discentes pôde ser ouvido em duas ocasiões propositadamente arranjadas para debater a questão do diploma. Em 2008, a Fenaj estimulou que os sindicatos de cada estado promovessem palestras nas faculdades de jornalismo. Estando no Rio de Janeiro, tive a oportunidade de presenciar uma em uma faculdade particular e outra em uma pública. Exceto esse tipo de evento, não foram encontrados, de modo institucionalizado e sistemático, espaços e momentos para o debate sobre diploma e formação superior, como foi possível para o caso de professores e pesquisadores, com suas respectivas associações. Assim, sentindo necessidade de avaliar melhor o grupo dos estudantes, elaborei um roteiro de perguntas e procurei selecionar uma amostra, mesmo sabendo da impossibilidade de representar satisfatoriamente o conjunto dos discentes dos cursos de comunicação social/jornalismo no Brasil.

Por proximidade geográfica⁸⁹, mas sem deixar de contemplar o protagonismo carioca na história do jornalismo, ficou decidido que o questionário seria aplicado em escolas de comunicação/jornalismo da cidade do Rio de Janeiro, que totalizavam, no momento de realização da aplicação da pesquisa (segundo semestre de 2011), 17 cursos:

Tabela 15
Cursos de jornalismo na cidade do Rio de Janeiro

	Nome da escola	Sigla	Ano de fundação do curso de jornalismo
1	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	1948
2	Pontifícia Universidade Católica	PUC-Rio	1951
3	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	1971
4	Faculdades Integradas Hélio Alonso	FACHA	1972
5	Universidade Gama Filho	UGF	1972
6	Universidade Estácio de Sá (Rebouças)	UNESA	1972
7	Centro Universitário Augusto Mota	Unisuam	1974
8	Centro Universitário da Cidade	UNIVERCIDADE	1974
9	Faculdade Pinheiro Guimarães	FAPG	1988
10	Universidade Veiga de Almeida	UVA	1994
11	Universidade Castelo Branco	UCB	1995
12	Centro Universitário Carioca	UNICARIOCA	1995
13	Universidade Estácio de Sá (Barra)	UNESA	1995
14	Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos	MSB	1998
15	Universidade Cândido Mendes	UCAM	2001
16	Universidade Estácio de Sá (Madureira)	UNESA	2004
17	Faculdade CCAA	FAC CCAA	2006

OBS.: a instituição Unesa oferece mais de um curso, em diferentes campi.

Foram escolhidas a UFRJ, a PUC e a Pinheiro Guimarães. Inicialmente, pretendia-se coletar amostra com representantes de uma universidade pública e de uma particular. Todavia, a PUC, apesar de figurar entre as escolas privadas, tem uma tradição e um reconhecimento no Rio de Janeiro que não permitem que ela possa ser enquadrada com o mesmo perfil da maior parte dos outros centros de formação. Por isso, ela também foi adicionada ao grupo.

Após esse primeiro recorte, uma nova estratégia precisava ser adotada a fim de se

⁸⁹ Pelo critério de proximidade geográfica, também se manteve em mente a existência de cursos que eventualmente disputam alunos com as escolas do Rio de Janeiro, a saber, as faculdades da cidade de Niterói, que sedia a Universidade Federal Fluminense (curso de 1968), um campus da UNESA (curso de 1999) e da UCAM (2001), além das particulares: Centro Universitário Plínio Salgado (UNIPLI, 1999) e Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO, 1995).

obter a amostragem do total de alunos das três faculdades. O critério que se mostrou mais interessante, pois poderia indicar outras questões inerentes à própria formação institucional, foi a de inquirir estudantes que tivessem acabado de começar o curso, bem como os que estivessem muito próximos à formatura. Levemente inspirada na nomenclatura usada pelo MEC no sistema de avaliação do ensino superior no Brasil, classifiquei as duas categorias como “ingressantes” e “concluintes”, sendo que estes poderiam englobar discentes de 7º e 8º períodos e aqueles se referiam apenas a matriculados no 1º período.

É interessante mencionar algumas características das escolas. A UFRJ e a PUC têm cursos diurnos e abarcam outras habilitações além de jornalismo⁹⁰, sendo que, nos períodos iniciais, as aulas são comuns para os aprovados no vestibular de comunicação social, podendo haver, na mesma turma, pessoas que irão cursar especialidades diferentes. Por essa razão, o roteiro de perguntas para essas duas instituições foi pontualmente alterado para dar conta desse universo, sobretudo em relação aos ingressantes, que tiveram que responder, caso já soubessem, qual era a escolha deles acerca da habilitação. O questionário acabou sendo respondido por pessoas que não eram propriamente estudantes de jornalismo. De qualquer modo, preferi não descartar as respostas desse grupo, sobretudo quando as perguntas não se relacionaram diretamente com a questão do diploma de jornalista e a formação universitária específica nessa área. Já a Faculdade Pinheiro Guimarães possui um curso noturno, voltado unicamente para jornalismo, logo, todos os que responderam o questionário estão matriculados nessa habilitação.

No total, foram entrevistados 176 estudantes, sendo 99 ingressantes e 77 concluintes. Desse total, as mulheres foram maioria: 57,95% versus 42,05% de homens. Quase 80% dos entrevistados tinha até 23 anos, mas os alunos mais jovens estavam na UFRJ, onde a maior parte parece ter entrado imediatamente após terminar do colégio. A PUC seguiu a mesma tendência, embora tenha apresentado maior percentagem de estudantes na faixa dos 24 a 28 anos em comparação com a pública. Na FAPG, apenas 1/3 dos ingressantes eram pessoas que tinham acabado de sair do colégio, enquanto os outros 2/3 estavam acima dos 20 anos. Entre os 33 entrevistados do 1º período da Pinheiro Guimarães, três tinham 29 anos ou mais. Como já comentado, os cursos noturnos são oportunidades para pessoas que trabalham durante o dia financiarem seus próprios estudos.

⁹⁰ PUC oferece, também, Publicidade e Propaganda; Cinema. UFRJ, Publicidade e propaganda, Rádio e TV, Produção editorial.

Corpus específico para a questão do diploma

Como se verá no capítulo 4 de maneira mais detalhada, a disputa sobre a obrigatoriedade do diploma, do ponto de vista jurídico, se deu nestes dois pólos: o Sertesp, junto com Ministério Público *versus* a União e a Fenaj. Porém, as tensões pertinentes àquela questão se estenderam para além das partes antagônicas, mobilizando atores sociais não diretamente conectados com a estrutura dual de um pleito jurídico. A inserção na Justiça da questão do diploma de jornalismo não apenas institucionalizou em uma das mais sólidas bases do poder social as posições já existentes e antagônicas destoantes acerca da questão, como também acirrou e suscitou outras discussões, posicionamentos e movimentações em torno do embate. Logo que o processo começou, em 2001 - e também no decorrer dos trâmites - outros atores sociais e outras vozes acabaram se envolvendo, demonstrando interesse em defender ou atacar a exigência do diploma. A polêmica abrangeu, portanto, muito mais que a tensão entre padrões (Sertesp) *versus* empregados (Fenaj), encabeçadores da dinâmica jurídica, incluindo ainda atores externos e internos ao campo, bem como os que estavam hibridamente nas margens. Mesmo que todos esses não tenham se manifestado de maneira organizada e socialmente audível, não se pode negligenciar que em várias instâncias o assunto provocou, no mínimo, algum incômodo ou preocupação.

O recorte empírico para enxergar os valores, representações, imagens, memórias, estereótipos, jogos de força, negociações de sentido relacionadas à construção da identidade jornalística estipulou, primeiramente, a observação de material relativo ao processo judicial, à Fenaj e ao Sertesp. Mas a fim de contornar o reducionismo de uma análise dualmente ancorada, foram incluídos outros atores – e métodos de obtenção de dados - que oferecessem maior possibilidade de contemplar o contexto multitudinal das discussões sobre o diploma.

Dentro do campo jornalístico ou em instâncias muito próximas à sua fronteira, foi possível identificar que as discussões sobre a obrigatoriedade do diploma contaram com a participação de instituições e organizações jornalísticas, como a Associação Brasileira de Imprensa, Repórteres sem Fronteiras etc. Fora dele, também foram conclamados a participar do debate e/ou apoiá-lo alguns atores sociais de relevância, como por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil, Conselhos Federais de outras profissões, algumas ONGs, os legisladores, o presidente da República e outros setores associados ao poder executivo, como o Ministério da Educação (por se tratar de assunto relativo à formação superior). Tais vozes aparecem no corpus empírico de modo indireto, sobretudo, nas matérias publicadas no site da Fenaj.

No âmbito acadêmico, embora em termos práticos não estivessem diretamente submetidas ao resultado do julgamento, escolas de jornalismo sabiam que podiam ser afetadas de algum modo pelas consequências da decisão legal relativa à temática do diploma. Nessa esfera, alunos se preocuparam ao imaginar que tipo de mercado de trabalho enfrentariam diante de jornalistas não diplomados; administradores e financistas de instituições particulares temeram a queda na procura de vagas para o curso; professores e pesquisadores acabaram chamados a lapidar seu ponto de vista sobre o tema se ainda não o tivessem feito. As posições de discentes e docentes, bem como suas representações acerca da questão maior – a identidade jornalística – serão investigadas a partir do corpus descrito anteriormente (entrevistas, questionários, pesquisa ao site de associações). Outra oportunidade de observar a integração de docentes, discentes e meio sindical na questão foi proporcionada por debates promovidos pela Fenaj em universidades do país, como parte de sua campanha. Propositamente, acompanhei como ouvinte dois desses encontros no segundo semestre de 2008: um na universidade pública UFRJ e outro na faculdade particular Unicarioca.

Ainda tomando como referência a atuação da Fenaj, como visto, os discursos desse ator social, assim como as manifestações polifônicas possibilitadas pelas suas intervenções no debate, foram obtidas a partir das notícias publicadas no site da entidade. Em contrapartida, as páginas na web das associações de cunho patronal, como a ANJ (Associação Nacional de Jornais) e o Sertesp (Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo, que é o mesmo que moveu a ação na Justiça Federal pedindo o fim do diploma) não mencionaram o assunto durante todo o ano de 2008. A única exceção foi uma notícia no site do Sertesp em julho de 2008, informando, em poucas linhas, sobre a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de criação de um grupo de estudos para discutir publicamente questões acerca da regulamentação da profissão de jornalista. O grupo teria representantes das entidades patronais e de jornalistas e se encarregaria de tratar de outras temáticas além da obrigatoriedade do diploma. De fato, depois dessa proposta, seis audiências públicas foram realizadas no decorrer do segundo semestre de 2008, porém nenhum desses eventos foi notícia nos sites patronais. Aliás, os representantes do empresariado chegaram a participar das três primeiras reuniões, mas depois abandonaram o grupo. No ano de 2009, cada um dos sites – ANJ e Sertesp – apresentou quatro textos relativos ao assunto, todos publicados nos dias seguintes à decisão do STF sobre a ação judicial pedindo o fim da obrigatoriedade de formação superior para o exercício do jornalismo.

Se houve silêncio dos empresários de comunicação em espaços públicos de divulgação de suas instâncias de representação corporativa, houve, contudo, manifestação dos mesmos pelos próprios veículos de sua propriedade, sobretudo no espaço do editorial. A estratégia é entendida como um modo de esconder sua posição de classe e de se auto-apresentarem como legítimos representantes do grupo dos jornalistas, dos interesses jornalísticos e, portanto, dos interesses coletivos difusos, a quem o jornalismo dirige sua missão. Dessa maneira, editoriais de jornais brasileiros, em especial da *Folha de S. Paulo*, que, como visto, discute diretamente a questão desde a década de 1980, foram fontes empíricas importantes para a análise das vozes do pólo contrário ao diploma. Em comparação com as notícias veiculadas no site da Fenaj, esse tipo de manifestação foi numericamente bastante inferior. Na *Folha*, por exemplo, a temática apareceu em textos eventuais, como nos editoriais de 11 de novembro de 2006 e 28 de setembro de 2008. Porém, nesse caso, quantidade não denota qualidade das fontes de pesquisa. Ainda mais que a *Folha de S. Paulo*, em comparação com o site da Fenaj, possui uma abrangência de público muito mais extensa, plural e significativa.

Obviamente, um importantíssimo lugar de manifestação dos atores sociais sobre a questão do diploma foram os textos internos ao processo judicial: relatos, recursos, votos e sentenças. Entre eles foram destacados três, em particular, pela relevância e por sistematizar resumidamente o conjunto dos outros: 1) a sentença em primeira instância, proferida, em 2002, pela juíza Carla Rister, da vara Cível do Tribunal Federal de São Paulo, que deu ganho de causa aos pleiteantes; 2) o acórdão do julgamento em segunda instância, em 2005, assinado pela 4ª Turma do TRF-SP; 3) o voto do ministro do STF, Gilmar Mendes, em 2009, durante o julgamento em terceira e última instância, o qual eliminou definitivamente a exigência de diploma para o exercício profissional de jornalismo.

Esses discursos, obedientes à sua inclinação hermenêutica e à racionalidade textual própria do âmbito jurídico, serviram de perfeito ninho para abarcar os pontos de vista em que sub-repticiamente os padrões se apoiaram. A estrutura propositalmente dialógica faz constantes menções a outros textos (petições iniciais feitas pelos advogados dos pleiteantes, defesa dos advogados dos réus, sentenças anteriores, pareceres etc.), os quais funcionam como referências a partir das quais são construídos os argumentos – obviamente que sempre atrelados a bases legais, mas também vinculados a matrizes valorativas – que justificam a decisão final.

Corpus específico sobre as diretrizes curriculares

Entre os materiais sobre as diretrizes curriculares recolhidos para serem analisados, certamente está o relatório da comissão de especialistas que foi entregue ao Ministério de Educação em setembro de 2009, mas também se julgou importante recolher discursos que lhe foram anteriores e posteriores. Entre o material recolhido antes de setembro, estão os discursos proferidos por diferentes atores sociais durante as audiências públicas que a comissão decidiu realizar antes de elaborar o documento final. Assim, no primeiro semestre daquele ano, foram realizadas três reuniões abertas à participação civil, com a presença da comissão de especialistas e de representantes do MEC. Estive presente na primeira e na terceira audiências, respectivamente do Rio de Janeiro e de São Paulo, tendo gravado as falas dos participantes. Em relação à audiência realizada em Recife, que não foi possível acompanhar pessoalmente, as análises serão feitas a partir de outros textos que fazem menção a ela. Também foi considerado como documento anterior ao relatório e, portanto, adicionado ao *corpus* de análise, uma proposta que o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo redigiu sobre as diretrizes e que foi entregue à comissão. Já em relação ao momento posterior à entrega do relatório para o MEC, duas associações de relevo para o âmbito acadêmico de comunicação produziram documentos com suas reações à proposta da comissão para as diretrizes. Uma delas foi a Compós e a outra a SBPJor. Ambos os textos também merecem atenção.

Além deste material específico, vale salientar que o corpus utilizado na análise das discussões sobre obrigatoriedade do diploma não será esquecido, principalmente porque muitos dos atores sociais envolvidos com aquele debate participam também deste. Ademais, em diversos aspectos, a discussão do diploma não se atém ao tema da obrigatoriedade, mas abrange a questão da formação superior. Do mesmo modo, ao olhar para as discussões das diretrizes curriculares, a grande preocupação desta pesquisa não é exatamente com esse fato singular, mas com o que está sendo representado e mobilizado em relação à formação universitária do jornalista no Brasil contemporaneamente.

Vale reiterar que também não são propriamente o ensino, as faculdades, os currículos que são o foco isolado desta tese, mas tê-los como eixo ajuda a estruturar o olhar sobre o jornalista e o jornalismo que encontramos no país neste início de século, porque essa se estabeleceu histórica, política e culturalmente como uma dimensão fundamental da construção da identidade desse profissional. Pela força, mas também pelas instabilidades relativas à esfera da formação é possível conectar com a compreensão da identidade que se constrói

alhures, no espaço profissional e até fora dele.

Opção metodológica

A abordagem teórico-metodológica adotada para dar suporte à análise do *corpus* empírico desta pesquisa está prioritariamente constituída das reflexões e estudos sobre retórica, sobretudo os de viés aristotélico, já que esse caminho abarca úteis ferramentas de observação do desenrolar argumentativo de qualquer relação políticossocial. A retórica, segundo Aristóteles, não é mero sinônimo de persuasão, e sim uma *technè*, que consiste em encontrar, em cada caso, o que é mais persuasivo. Dessa forma, ela voluntariamente se encaminha para alcançar o nível do público, dando ênfase ao verossímil, mais do que ao provável (BARTHES, 2001, P.16). Empreender uma análise retórica com base nessa noção basilar significa procurar, nas dimensões do discurso – que, em Aristóteles, estão descritas em três livros da obra *Arte Retórica: ethos* (do orador), *pathos* (do público) e *logos* (da mensagem) – os elementos e estratégias que podem ser mobilizados, ordenados, concatenados, articulados, de modo a se alcançar verossimilhança, atributo que, na concepção aristotélica, tem muito mais a ver com o que o receptor aceita como possível do que o que efetivamente pode ser provado.

Assim como Barthes (2001), também deixei de lado as partes da *technè rethorikè* que se envolvem com a *actio* e *memoria*, conectadas aos gestos, sons, recursos mnemônicos do orador, mesmo porque, a maior parte do material do *corpus* desta pesquisa tem como base o discurso escrito, fazendo com que, em última instância, toda análise esteja focada sobre a dimensão lógica, isto é, do *logos*, da argumentação propriamente dita, a qual inclui, além do conteúdo dos argumentos, as formas de arranjos dos mesmos.

O olhar para a retoricidade das mensagens, contudo, não vai deixar de lado a dimensão patética (do *pathos*), já que se admite que um discurso é sempre dirigido, ainda que implicitamente, a um auditório, seja ele particular ou universal, presente ou presumido (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005). Sabendo-se que a palavra grega *pathè* remete a paixões, sentimentos, a análise retórica percebe que ao operar com elementos para moldar o verossímil, o orador ou construtor da mensagem mexe com os afetos de quem ouve ou lê a argumentação (BARTHES, 2000). Ao mapear os modos como as vozes se manifestam na discussão, também se observará a adoção de estratégias argumentativas que se voltam ao efeito psicológico e buscam o convencimento por esta via, menos que pelo encadeamento

lógico do conteúdo sobre o qual se debate.

Por fim, é extremamente pertinente, mais do que isso: fundamental aos estudos identitários acrescentar a terceira dimensão retórica, a do *ethos*, que se refere ao orador e a todas as qualidades que este procura trabalhar frente ao público para gerar convencimento sobre si mesmo. Em termos de produção de uma auto-imagem, a relevância discursiva recai menos sobre o que se fala e mais sobre quem fala. Assim como no *ethos* da retórica aristotélica, é uma questão de autoridade.

4. Jornalista por canudo: discussões contemporâneas sobre a obrigatoriedade do diploma

4.1 Etapas da disputa judicial sobre o diploma de jornalismo

Em 17 de junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal determinou o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Ora, um juiz, um desembargador ou um ministro a serviço do Judiciário não emitem uma decisão a partir do nada. Há sempre algo que o chama a esse procedimento. No caso do diploma, que algo foi esse? De onde partiu o estímulo? Esse questionamento é o primeiro passo para se começar a investigar que atores sociais estiveram envolvidos diretamente com a batalha legal que culminou com o fim da exigência, porquanto tais vozes, enquanto travavam as argumentações em torno de suas posições, mobilizaram representações e imagens acerca da identidade jornalística.

Os parágrafos a seguir, primeiramente, descrevem o caudaloso ir e vir de recursos e sentenças que marcaram quase uma década de disputa judicial em torno da obrigatoriedade do diploma, ao mesmo tempo em que apontam alguns atores sociais aí envolvidos. É preciso um pouco de paciência para acompanhar essa trajetória tantas vezes cansativa e burocrática, permeada de idiossincrasias do universo do direito. Contudo, é frutífero ter em mente que o desenrolar desse processo serve basicamente como pano de fundo para uma multiplicidade de outras forças e vozes inseridas no debate e envolvidas no processo de construção da identidade do jornalista, as quais serão devidamente analisadas em momento oportuno.

Em 23 de outubro de 2001, a juíza federal substituta Carla Abrantkoski Rister emitiu uma decisão liminar suspendendo em todo o país a obrigatoriedade da posse do diploma para o exercício profissional de jornalismo. Sua sentença, pronunciada no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, São Paulo⁹¹, significava a concessão de tutela antecipada⁹² a uma ação civil pública que havia sido proposta menos de uma semana antes (17 de outubro de 2001) pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão, André de Carvalho Ramos. Na sua

⁹¹ Embora localizado no estado de São Paulo, o processo foi movido num dos âmbitos da Justiça Federal, valendo, portanto, para todo o país.

⁹² A tutela antecipada é um mecanismo jurídico que não é a sentença de mérito propriamente dita, mas antecipa a decisão antes da completude do processo e da emissão do julgamento. É importante lembrar que o julgamento não significa, necessariamente, o julgamento final, pois depois dessa decisão em primeira instância, podem-se postular recursos. E, como veremos mais à frente, foi justamente isso que aconteceu.

petição, o procurador, acompanhado pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo, Sertesp, também responsável pela ação, dirigiu seu pleito contra a União, solicitando que o governo deixasse de exigir o diploma específico para o registro profissional de jornalista no Ministério do Trabalho, contrariando o que era estabelecido pela lei 972/69. O argumento principal versava sobre a inconstitucionalidade de tal norma.

Obviamente, a liminar concedida favoravelmente – e ainda por cima com tanta eficácia - às partes pleiteantes não agradou aos réus do processo⁹³, os quais articularam reações de caráter judicial para interpor àquela decisão. Uma delas veio da ré União. A outra partiu da Federação Nacional dos Jornalistas, a Fenaj, que embora não fosse ré direta do processo, foi reconhecida pela Justiça como “terceiros interessados”, já que a liminar determinara que ela fosse obrigada, sob pena de multa, a emitir carteiras de jornalistas sem fazer distinção entre diplomados e sem diplomas. Nessa qualidade, portanto, a entidade entrou com um pedido de agravo de instrumento⁹⁴ com efeito suspensivo⁹⁵. Essas reações, no entanto, não conseguiram derrubar a liminar.

Durante quase todo decorrer de 2002 não houve movimentações importantes relativas ao processo no TRF, mas em dezembro (com publicação no Diário Oficial da União em janeiro de 2003), aconteceu a decisão em primeira instância, confirmando a liminar de 2001. Mesmo em face da reiteração da derrota, a Fenaj não se deu por vencida e encaminhou, em julho de 2003, uma apelação ao tribunal. Com mais sucesso dessa vez, conseguiu com que a desembargadora federal Alda Basto encontrasse argumentos legalmente fundamentados para desobrigar a Fenaj da decisão de emitir carteiras a não diplomados.⁹⁶ Porém, em dezembro de 2003, no seio desse mesmo Tribunal Regional Federal, o juiz Manoel Álvares encontrou estratégias e justificativas legais para suspender as considerações de Alda Basto e fazer com

⁹³ A sentença que eliminou os efeitos da lei 972/69 fez condenações relativas à União (fornecedora dos registros profissionais através do Ministério do Trabalho) e à Federação Nacional dos Jornalistas, Fenaj (fornecedora de carteirinhas a jornalistas já registrados e sindicalizados).

⁹⁴ Para mais detalhes sobre o agravo, é possível consultar o site do TRF da 3ª Região sob o número 2001.03.00.034677-0

⁹⁵ “Efeito de recurso que impede a prática de qualquer outro ato no processo até decisão do grau superior, obstando também a execução provisória” FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Coleção Resumos, v. 6 - Resumo de Processo Penal, p. 142. Tirado de www.tj.sc.gov.br/institucional/racionaliza/documentos/parte%206%20%20proc%20caut%20recurs%20disp.%20finais.doc. Consultado dia 26/09/08 às 15h26.

⁹⁶ Para fundamentar sua decisão, Alda Bastos escreve em sua argumentação: “Primeiramente é de se frisar que a ‘sentença’ da ação civil pública não tem força de lei em relação a terceiros que não integraram o pólo passivo, porque o comando judicial não atinge pessoas que não são réus na lide coletiva, mesmo porque sequer lhes foi dado o direito de defesa ou do contraditório. (...) Num futuro é possível que aqueles que não têm diploma universitário possam ser jornalistas, se a presente ação for confirmada nos recursos à segunda instância do Judiciário, mas esta não é a realidade de hoje. Preocupam-nos como ficarão os milhares de jovens que lograrem obter a Carteira de Jornalistas, em virtude da sentença de primeiro grau e conseguirem emprego, pois, amanhã, podem tudo perder.” (Recolhido no site www.trf3.gov.br, sob o número 2003.03.00.042570-8 AG 183911).

que a Fenaj voltasse a ser obrigada a conceder documentação sem exigência do curso superior.

Nada de muito significativo se passou com esse processo no ano de 2004, as partes em desacordo com o fim da exigência não mobilizaram nenhuma resposta aos últimos acontecimentos de 2003. É possível que isso se deva ao fato de a Fenaj ter se ocupado nesse período com outra questão relativa à regulamentação da profissão: a proposta de criação de um Conselho Federal de Jornalismo⁹⁷. A entidade organizou um projeto de lei propondo a criação de uma autarquia federal nos moldes do Conselho Federal de Medicina ou da OAB e o apresentou à Presidência para que ela o encaminhasse para aprovação nas instâncias legislativas. O Congresso Nacional avaliou a proposta e acabou decidindo pela sua não aprovação, o que frustrou os anseios da Fenaj.

No ano de 2005, em 21 de outubro, um novo artifício jurídico foi interposto pela Fenaj a fim de que o Tribunal Regional Federal de São Paulo revisasse a decisão de Carla Rister. Assim, a 4ª turma do TRF, composta pelo juiz Manoel Álvares (relator) e as desembargadoras Salete Nascimento e Alda Basto, concordou com o argumento da Fenaj de que não havia contradição legal entre o princípio da liberdade de expressão e a exigência do diploma. Assim, em 26 de outubro de 2005, proferiu a decisão em segunda instância de que a regulamentação exigindo formação superior para o exercício do jornalismo não feria nenhum preceito da Constituição Brasileira de 1988⁹⁸. Na prática, isso representou o retorno da obrigatoriedade do diploma que estava suspensa desde 2001, além de ter determinado que qualquer reação contrária já não caberia àquele tribunal, mas sim à próxima instância: o Supremo Tribunal Federal.

Não tardou para que o lado perdedor da causa, insatisfeito com a decisão do tribunal, viesse a se manifestar. Em 13 de dezembro de 2005, o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo elaborou um recurso extraordinário (RE), pedindo

⁹⁷ Cf. LOPES, Fernanda Lima. *Autorreferenciação e construção da identidade jornalística*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2007.

⁹⁸ ACÓRDÃO: “Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, à unanimidade, rejeitar as preliminares, e, no mérito, dar provimento aos recursos de apelação da União, da FENAJ, do Sindicato dos Jornalistas e à remessa oficial, julgando prejudicado o recurso de apelação do Ministério Público Federal, nos termos do relatório e voto do Senhor Juiz Federal Convocado Relator e na conformidade da ata de julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

São Paulo, 26 de outubro de 2005.

MANOEL ÁLVARES
Juiz Federal Convocado
Relator”

julgamento em instância superior, o que foi reiterado pelo Ministério Público em março de 2006. Os dois pedidos foram acolhidos pelo TRF no mês de junho e, em 6 de julho de 2006, o denominado RE/511961 foi encaminhado para o STF.

Embora conste nos documentos de acompanhamento processual do TRF que o recurso tenha sido encaminhado no mês de julho, os documentos de acompanhamento processual do STF informam que a data de autuação é 16 de dezembro. Mas nesse meio tempo a disputa sobre o diploma adentrou o Supremo Tribunal Federal por meio de um novo estratagema jurídico: em outubro de 2006, o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza ajuizou uma Ação Cautelar (AC/1406) ⁹⁹, pedindo com urgência a suspensão da última decisão proferida pelo TRF. Esse pedido foi prontamente atendido: em 16 de novembro, o ministro Gilmar Mendes concedeu uma liminar e, em 21 de novembro, veio a decisão confirmatória elaborada pelos ministros da 2ª turma do Supremo. Então, na prática, novamente se tornou possível exercer o jornalismo sem o diploma.

É interessante perceber que o encaminhamento dado à Ação Cautelar pelos ministros do Supremo em 2006 já era o prenúncio da decisão definitiva que só viria três anos depois. O processo principal ao qual essa ação cautelar esteve subordinada era o RE/511691, julgado pelo Supremo Tribunal Federal no dia 17 de junho de 2009. Nessa ocasião, o mesmo ministro do STF, Gilmar Mendes, designado como relator do processo, proferiu exatamente a mesma decisão que sustentara em 2006.

O quadro abaixo sintetiza as movimentações judiciais nesse período de quase uma década:

Tabela 16
Cronologia das ações na justiça pedindo o fim da obrigatoriedade do diploma
(2001-2009)

2001	17 de Outubro	Proposta de ação – SERTESP e MPF pedem o fim da obrigatoriedade do diploma junto à 16ª Vara Cível do TRF 3ª Região. (Processo 2001.61.00.025946-3)
	23 de Outubro	Juíza Carla Rister concede liminar decretando o fim da exigência.

⁹⁹ “A ação cautelar é um processo que possui caráter acessório a um processo principal. Ela serve para que se consiga a decretação de medidas urgentes, que sejam julgadas essenciais ou apenas necessárias ao desenrolar desse outro processo. O processo cautelar é autônomo. Nada impede a prolação de sentença favorável na "ação cautelar", e desfavorável na principal, e vice-versa; esta autonomia é relativa, pois a extinção do processo principal implicará extinção da "ação cautelar", que dele é dependente”. Informações coletadas de <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=91>, dia 29 de agosto de 2008, às 17h56. Editado.

	Novembro	Recorrem da decisão: Fenaj e União (Agravos nº 2001.03.00.035349-0) e União (Agravos nº 2001.03.00.034677-0)
2002	Dezembro	Juíza Carla Rister confirma sua liminar na decisão em 1ª instância.
2003	Julho	Fenaj e União apelam da decisão, querem levar o processo à 2ª instância.
	23 de Julho	Desembargadora Alda Bastos acolhe o pleito da Fenaj e suspende a validade da sentença de primeira instância até o próximo julgamento.
	Dezembro	Juiz federal Manoel Álvares, porém, questiona desembargadora. Emite decisão que reconsidera e faz valer novamente a sentença de Carla Rister.
2005	21 de Outubro	Fenaj entra com recurso contra decisão de Manoel Álvares.
	26 de Outubro	Turma de juízes do TRF delibera e decide, em 2ª instância, pela suspensão da sentença de Carla Rister. Determinam isso em caráter definitivo para aquela instância.
	Dezembro	SERTESP elabora um Recurso Extraordinário pedindo o encaminhamento do processo para o STF (última instância)
2006	Março	MPF também elabora um Recurso Extraordinário pedindo o encaminhamento do processo para o STF (última instância) idem
	Julho	TRF acolhe os pedidos de recursos (em junho) e remete ao STF os autos do Recurso Extraordinário (RE)
	Outubro	Outro processo paralelo é aberto no STF, pedindo a suspensão da exigência do diploma (Ação Cautelar AC1406)
	Novembro	STF dá ganho de causa para a AC1406. É uma decisão paralela que pode deixar de valer caso o processo principal, iniciado em 2001, tenha decisão contrária.
	Dezembro	O STF acolhe o Recurso Extraordinário (RE/511691)
2007		Movimentações processuais no STF, mas sem decisões
2008		Movimentações processuais no STF, mas sem decisões
2009	Junho	STF julga em última instância o RE/511691, determinando o fim da obrigatoriedade do diploma no país.

Fontes consultadas para construir o quadro: BRASIL. Justiça Federal. www.stf.gov.br e www.trf3r.jus.br. Revista Consultor Jurídico <http://www.conjur.com.br>.

4.2 Estratégias retóricas na disputa judicial sobre o diploma

Não é demais repetir que os conflitos do início do século XXI sobre o diploma de jornalista abrigaram, metonimicamente, diversos embates sobre a própria identidade jornalística, na medida em que constituíram mais uma arena para tensões e movimentos característicos do jogo de forças, da luta pelo lugar de fala, que, por sua vez, referem-se a momentos de auto-afirmações e construções de auto-imagem. Mantendo sempre isso em mente, é possível, sem ser reducionista, fazer análises pontuais dos argumentos usados por diferentes atores sociais durante os momentos de discussão, procurando enxergar os pontos nevralgicos sobre os quais e por meio dos quais algumas características do jornalista brasileiro

são formuladas, compartilhadas, rejeitadas, reorganizadas, eventualmente aceitas e, quiçá, incorporadas a um ideal típico sobre o qual se sobressai uma ilusão de permanência, constância, homogeneidade.

As discussões sobre o diploma da primeira década do século XXI foram alavancadas pela disputa jurídica ocorrida de 2001 a 2009, mantendo-se, em alguma medida, ancoradas nesse conflito que materializou um cenário polarizado verificado desde os anos 1980, entre empresários de comunicação (contra a obrigatoriedade) versus entidades sindicais de jornalistas (a favor). Mediante tal configuração, não é de se espantar que muitos argumentos mobilizados tenham sido os mesmos que os do passado. A retórica classista identificada por Silva (2007) em relação aos discursos da década de 1980 continuou aparente em muitos discursos:

A extinção da exigência do diploma é cantada em prosa e verso pelas empresas jornalísticas: assim, estarão abertas aos seus escolhidos, fieis seguidores de suas regras e determinações. Liberdade de opinião ou opinião patronal? (artigo de Adísia Sá, 08/09/2008, no site da Fenaj)

Mas nem sempre o que se buscava era fazer menção ao antagonismo de classe. Muito pelo contrário, a maior parte das falas está eivada de esforços para se superar ou para esconder – não necessariamente de modo consciente - o eventual tom corporativista que pudesse ressoar das discussões, transferindo o foco na ação política classista para a ação (profissional, missionária, vocacional) do jornalista como um defensor de toda a sociedade. A argumentação dos contrários à exigência de diploma exemplificada no extrato a seguir demonstra bem o direcionamento para a questão do interesse coletivo:

Não há que se falar, no presente caso, de interesses meramente individuais, mas sim de interesses que extravasam o próprio interesse ao exercício da profissão de jornalista, adquirindo um cunho social, na medida em que, a par de aparentar ter como titular um grupo determinado de pessoas em condições de exercer tal profissão, vem a atingir o próprio direito constitucional de livre manifestação do pensamento, a ser exercido por um grupo indeterminado de pessoas. (trecho da sentença de Carla Rister da 16ª Vara do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 18/12/2002.)

Nos debates do início do milênio, outros atores sociais também contrários à exigência do diploma alavancaram um discurso muito parecido com esse viés mobilizado pelo patronato e acolhido a sentença de 2002, apresentando, inclusive, um concomitante incômodo direto em relação às entidades sindicais dos jornalistas. Todavia, as novas vozes, longe de

estarem equiparadas social, cultural e economicamente aos empresários de mídia, advém de movimentos sociais e de ativistas que defendem a mídia livre, proposta que, aliás, até desagrada os empresários de mídia em alguns momentos. No entanto, o mesmo teor argumentativo embasou os pleitos desses diferentes grupos da sociedade civil organizada:

Finalmente caiu o diploma de jornalista! Em votação histórica no Supremo Tribunal Federal.

O fim da exigência do diploma para se exercer jornalismo no Brasil (como em tantos países do mundo inteiro) abre uma série de novas questões e debates sobre o campo da Comunicação pós-mídias digitais, *bem mais interessantes que o velho muro das lamentações corporativistas*. Agora, será necessário constituir novos direitos para jornalistas e não-jornalistas, freelancers, blogueiros e midialivristas terão que inventar novas formas de lutas, comuns. (Texto de Ivana Bentes, professora de Comunicação na UFRJ e integrante de movimentos sociais para mídia livre. Texto de junho de 2009, originalmente enviado para a revista *Carta Capital* e reproduzido no site do Movimento dos Jornalistas sem Diploma; grifos meus).

Para a gente é muito importante que o jornalismo se expanda para além da universidade. A gente defende que esses grupos se apropriem do jornalismo, até porque o jornalismo está ligado à possibilidade de expressão, ao direito de informação. *A gente acha importante que o movimento social também consiga produzir sua notícia. A Fenaj parece que desconsidera esse tipo de situação para falar apenas sobre a situação de dentro da redação*, só que quando ela desconsidera, ela abre margem para que aquilo ali não seja levado em consideração e que chegue a se tornar ilegal. (Frederico Carneiro, diretor da ENECOS, em entrevista à autora, em março de 2009).

Como é possível perceber, além da retórica classista, a discussão sobre o diploma na contemporaneidade apresenta outras tendências discursivas muito vibrantes. Dessa forma, também já não se pode mais falar em tendência de polarização do debate, pois o ingresso de novos elementos à velha discussão, unido às mudanças do contexto sociocultural em que a globalização, a comunicação em rede e a convergência midiática se desenvolvem transformam os próprios significados dos argumentos. Ainda que as mesmas palavras e expressões sejam, eventualmente repetidas de momentos anteriores, há, no referido contexto, uma série de novas considerações acerca do valor e da vivência prática de certas configurações no grupo dos jornalistas. Dialeticamente, outros atores sociais se mostram como vozes importantes a serem ouvidas no interesse de perceber que imagens vão sendo formadas para o jornalista do século XXI. É necessário, pois, considerar o surgimento de

novos catalisadores de heterogeneidades e as reorganizações no *habitus* do grupo ao mesmo tempo em que, ao analisar tantas vozes, procurar enxergar quais são os fundamentos para suas estratégias discursivas e suas ações concretas.

Conforme já se mencionou, a disputa judicial funcionou como a fagulha inicial para reacender as discussões sobre diploma e formação superior do jornalista no momento contemporâneo. Tendo isso em grande conta, não é difícil aceitar esse fato como motivo pelo qual a retórica jurídica tenha impregnado os debates de modo tão forte, mesmo fora do âmbito judicial. Os discursos dos pólos encabeçadores do processo na Justiça e também dos outros atores sociais envolvidos nas discussões estiveram, em maior ou menor grau, contaminados por uma série de características típicas da lógica argumentativa do direito, a qual busca sempre o amparo hermenêutico dos dispositivos legais para demonstrar, retoricamente, sua objetividade.

Nesse sentido, entre as provas lógicas (que dizem respeito ao *logos*), é possível observar o primeiro grupo de argumentos, que procurou se estruturar em torno da constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma que obrigava a posse de diploma para o exercício profissional de jornalista. O pólo contrário à exigência procurou provar que a exigência de formação superior prevista pela lei de 1969 acabou se tornando obsoleta e improcedente depois da Constituição de 1988, regra tanto posterior quanto juridicamente mais importante no ordenamento jurídico¹⁰⁰. Tal argumento foi prontamente acolhido e referendado pela juíza Carla Rister em sua sentença de 2002:

o artigo 4º da lei 972/69 não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1.988. Segundo a argumentação exposta, a regra é a liberdade de profissão, nos termos do art. 5º, inciso XIII, da C.F., sendo vedado ao legislador infraconstitucional impor restrições indevidas ou irrazoáveis, como ocorreria no presente caso.”

“(…) a regulamentação, pelo que depreendo, não visa ao interesse público, que consiste na garantia do direito à informação, a ser exercido sem qualquer restrição, através da livre manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, conforme previsto no inciso IX do art. 5º e caput do art. 220, ambos da Constituição Federal.” (trecho da sentença de Carla Rister da 16ª Vara do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 18/12/2002. grifos meus)

De modo reativo, a Fenaj procurou desmerecer o ponto de vista da juíza e dos proponentes da ação, buscando mostrar que houve, por parte deles, má interpretação em

¹⁰⁰ Segundo a teoria do ordenamento jurídico, o critério de importância do universo normativo leva em conta os termos cronológicos e hierárquicos, sendo o poder constituinte um dos mais relevantes (Bobbio, 1999).

relação ao texto da Constituição Federal:

Outra questão importante colocada nos autos: a regulamentação profissional fere a liberdade de expressão. O argumento é estapafúrdio, pois confunde liberdade de expressão com o exercício da profissão de jornalista. É tão absurdo quanto dizer que todas as pessoas que não escrevem nos jornais, ou não aparecem no vídeo apresentando notícias em telejornais, ou não tem voz nos programas jornalísticos do rádio, têm sua liberdade de expressão cassada. (José Carlos Torves, diretor da Fenaj, artigo publicado no site da Fenaj em 04 de agosto de 2008).

Sob o prisma da análise retórica, esse tipo de argumentação tem como base o encadeamento lógico de ideias, estratégia que procura apontar inconsistências de uma tese qualquer, de modo a desqualificá-la. Os elementos intrínsecos à mensagem são a base argumentativa e a fonte de construção desse mecanismo, conhecido como entimema. A estratégia retórica de debater o diploma por essa via mais demonstrativa e baseada na articulação de elementos lógicos, embora tenha sido uma alavanca inicial nos debates do século XXI, não pode ser considerada a força mais significativa das discussões. A mobilização e exaltação do *pathos* e do *ethos*, como se verá a seguir, foram sustentáculos mais importantes para a manifestação das vozes nas discussões. E os motivos pelos quais o debate se deu dessa e não de outra maneira serão investigados à medida que a análise do *corpus* for avançando.

Ainda observando influências do discurso jurídico nas discussões sobre diploma de jornalista no momento contemporâneo, é interessante que uma das tendências verificadas nos discursos reflete a possível influência de outra característica do direito, objeto de comentário dos autores Hart e Honoré (1985), que se refere à necessidade de definir culpados, imputando-lhes a responsabilidade pela ocorrência do dano. Esse direcionamento é percebido principalmente pela postura acusatória que se verifica em muitos discursos, tanto dos favoráveis quanto dos contrários à exigência, sobretudo entre os que ainda procuram, consciente ou inconscientemente, marcar o antagonismo de classe:

Derrubar o diploma como requisito à prática profissional significará retrocesso a um tempo em que o acesso a profissão dependia de relações de apadrinhamentos e interesses outros que não o do real compromisso com a função social da mídia. Os 11 ministros do STF não podem permitir que os donos das empresas de comunicação passem a arbitrar quem pode ou não ser jornalista no Brasil, nem devem aceitar que o Jornalismo brasileiro volte a um período obscuro em que existiam donos absolutos e algozes das consciências dos jornalistas e, por consequência, de todos

os cidadãos. (Deborah Lima, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará - Artigo publicado no site da Fenaj em 30/09/2008).

Como é possível perceber, a via argumentativa, nesse caso, não se pauta pela objetividade encontrada no esforço do encadeamento lógico de premissas. A *technè rethorikè* empregada nesse tipo de estratégia busca a mobilização patética, isto é, àquela que busca a adesão pela empatia, portanto, articulando fatores mais voltados ao emocional e ao afetivo. Nessa direção, juntamente com a estratégia de delimitação de um opositor culpado, os discursos - tanto de um lado quanto do outro - empregaram certo tom ameaçador, vislumbrando cenários possíveis e apontando “perigos” para a sociedade diante deles.

O fim da exigência da formação específica fere frontalmente a sociedade em seu direito de ter informação apurada por profissionais, com qualidade técnica e ética, bases para a visibilidade pública dos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas, atacando, portanto, o próprio futuro do país.

(...)

Não apenas a categoria dos jornalistas, mas toda a Nação perderá se o poder de decidir quem pode ou não exercer a profissão no país ficar nas mãos de interesses privados e motivações particulares. Os brasileiros e, neste momento específico, os Ministros do STF, não podem permitir que se volte a um período obscuro em que existiam donos absolutos e algozes das consciências dos jornalistas e, por consequência, de todos os cidadãos! (artigo de Sérgio Murilo, presidente da Fenaj, publicado no site da Fenaj em 14/07/08)

Essa configuração argumentativa que imagina por antecipação consequências negativas diante das decisões possíveis e que sugere situações de ameaça à sociedade e aos seus valores mais caros será chamada, daqui em diante, de retórica da ameaça ou retórica do risco, por analogia às reflexões do pesquisador Paulo Vaz (1999) a respeito da ideia de risco no mundo contemporâneo. Segundo Vaz, abundam na mídia, por exemplo, as temáticas do fator de risco para doenças, as ameaças da violência urbana. Os textos apresentam um tipo de ênfase no risco que inclui uma orientação para o futuro mediada por cálculos de probabilidade, os quais alimentam uma atmosfera de crença de que as ações humanas são capazes de diminuir as possibilidades de algum mal acontecer. Nessa perspectiva, os fatos, as atitudes, as decisões, até políticas públicas são moldadas de maneira a se evitar um sofrimento futuro, a se contornar o risco.

No caso das discussões sobre o diploma no início do século XXI, a retórica do risco apareceu com frequência, tendo sido largamente adotada pela Campanha em Defesa do

Diploma encabeçada pela Fenaj, apontando para dois perigos diferentes, mas complementares: o primeiro, de o jornalismo ser invadido por pessoas despreparadas, pondo em risco a qualidade dos produtos jornalísticos; e o segundo, de os proprietários de empresas de mídia contratarem pessoas sem diploma e ao mesmo tempo sem qualificação, aproveitando da falta de preparo destas para conformar o uso da indústria jornalística em favor próprio. O temor desses tipos de situação transparece em falas como as de Suzana Blass, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro:

A regulamentação da profissão de jornalista e a exigência do diploma específico de curso superior foi [sic] uma conquista não só dos profissionais da área, mas de toda a sociedade. O Jornalismo sério e bem feito é uma atividade fundamental para garantir o direito de informação da sociedade. Por isso, precisa ser exercido por profissionais com boa formação técnica, com conhecimento de ética e de valores humanísticos essenciais. (...) *Abrir mão da regulamentação e da profissionalização do jornalista será abrir mão da informação de interesse público e abrir espaço para a manipulação de informações com base em interesses políticos, econômicos e outros.* Será garantir, principalmente no interior do país, a publicação de apenas o que for de interesse do dono do veículo, ou do chefe político local. É o compromisso de divulgar a informação de interesse público que deve orientar a agenda de um veículo e garantir sua responsabilidade social. (Artigo publicado no jornal *O Globo* em 03/08/2008 e reproduzido no site da Fenaj em 13/08/2008 grifos meus).

Ou na de Terezinha Nunes, jornalista e deputada estadual em Pernambuco:

Desregulamentar a profissão de jornalista implica em abrir espaço para apadrinhamentos e interesses particulares. Uma agressão à liberdade de expressão e ao direito da sociedade de receber informações por meio de profissionais qualificados. Um desrespeito aos inúmeros jornalistas que passaram quatro anos estudando para exercer a profissão. Um *risco*, sobretudo em um país onde o poder público tem muita força, as oposições políticas são numericamente fragilizadas e o jornalista é a principal fonte de fiscalização do povo. (artigo publicado em 04/08/2008, site da Fenaj, grifos meus)

Ou, ainda, nas vozes representativas da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, convicta apoiadora da Campanha da Fenaj:

Consideramos que a extinção da obrigatoriedade do diploma em Jornalismo para o exercício profissional abrirá a possibilidade de que pessoas sem requisitos de competência e conhecimento assumam a função jornalística, tornando esta atividade muito mais exposta às pressões e controles por aqueles que tentam desvirtuar o caráter de interesse público da informação jornalística. (Carta aberta da SBPJor

em defesa da formação superior em Jornalismo, datada de 21/07/08 e publicada no site da entidade).

Um outro tipo de argumento também foi bastante mobilizado, associando a formação superior com o condicionamento ético dos jornalistas:

O fim da necessidade da formação profissional representaria, também, o fim do compromisso dos “jornalistas” com o Código de Ética da profissão. Isso abriria as portas do jornalismo para os picaretas. Que passariam a usar a informação em interesse próprio, sem qualquer compromisso com a sociedade e com a ética, um filme que já assistimos muito no passado, antes da regulamentação. (trecho do artigo de Aloísio Martins, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais, publicado no site da Fenaj em 14/08/08)

Ainda antes do julgamento final do processo, o temor provocado pelo risco de ineptos completos conseguirem o registro de jornalista diante do fim da exigência do diploma ganhou reforço com o episódio do analfabeto que efetivamente pleiteou na justiça o direito de ter o registro profissional de jornalista. O fato serviu de fermento para as estratégias argumentativas em defesa da obrigatoriedade do diploma, principalmente porque soou como o indício de uma catástrofe (“abriu-se a porteira”), o anúncio de um desastre para a profissão e para a sociedade.

A Fenaj também entregou a Gilmar Mendes¹⁰¹ uma cópia de um processo de registro precário, com fotocópia de carteira de identidade, onde no lugar da assinatura há a seguinte informação: não assina. (Notícia do dia 03/07/2008, no site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro)

Dessa forma, abriu-se a porteira. Houve casos de o registro ser fornecido para analfabetos simplesmente porque, com a liminar, bastava apresentar carteira de identidade à DRT mais próxima. (artigo de Romário Schettino, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, publicado no site da Fenaj, dia 15/09/2008)

Enquanto os favoráveis à exigência do diploma acreditavam estar agindo para garantir que o país não fosse assolado pela ditadura dos patrões no controle da informação, os contrários à obrigatoriedade argumentavam, também pela via da retórica da ameaça, que o autoritarismo seria uma característica daquelas agremiações jornalísticas defensoras da obrigatoriedade, as quais representavam perigos não só aos “profissionais talentosos e especialistas”, mas também a todos os brasileiros:

¹⁰¹Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Agremiações de jornalistas recorreram da decisão [judicial emitida em 2002 pelo TRF], demonstrando mais uma vez a *disposição policialesca de interditar redações a profissionais talentosos e especialistas* que não tenham passado antes no cartório consagrado por sindicatos e escolas de comunicação. Voltaram as costas, como é seu hábito, aos interesses do público, impedindo-o de julgar e escolher por meios próprios os profissionais competentes para lhe trazer informação. (Editorial da *Folha de S. Paulo*, 24/11/06)

Na tradição mais democrática, o jornalismo é uma profissão aberta, sem barreira de acesso. É diante do público, e não de um comitê cartorial do Estado ou da academia, que o jornalista tem de legitimar-se. (...) O Supremo haverá de pôr fim à exigência inconstitucional, por violação dos artigos 5º (liberdade de expressão) e 220 (liberdade de informação jornalística) da lei fundamental. (Editorial da *Folha de S. Paulo* – 28/09/08)

Diferentemente da retórica do risco tal como descrita pelos moldes dos discursos estudados por Vaz (1999), que têm uma orientação para o futuro, foram também observados alguns discursos com um movimento de evocação do passado, pela via da memória acerca do momento histórico da ditadura militar no Brasil.

Qualquer tipo de controle desse tipo, que interfira na liberdade profissional no momento do próprio acesso à atividade jornalística, configura, ao fim e ao cabo, *controle prévio* que, em verdade, caracteriza *censura prévia* das liberdades de expressão e de informação (Voto de Gilmar Mendes, Ministro do STF, em 17/06/09, grifo no original)

O termo censura prévia é sinal da retomada memorialista desse período, sendo, portanto, força mobilizadora do *pathos* não apenas pelas referências à negatividade implicada na ideia de falta de democracia e de liberdades, mas pela reconstrução e pelo reforço de certas representações do próprio jornalista, sobretudo as que remetem à imagem do jornalista como personagem crucial na luta contra o autoritarismo. Esse tipo de representação - vale lembrar - é, em grande medida construído pela autorreferenciação, estratégia que, como se sabe, é reiteradamente usada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que frequentemente se autorreferencia, exibindo a importância de sua própria presença na cobertura de eventos da redemocratização. Tais estratégias, mais próximas ao trabalho com o *ethos*, serão analisadas mais à frente.

Ainda sobre o encaminhamento retórico dos editoriais da *Folha* reproduzidos acima, considerou-se que eles lançam mão da ameaça também pelo fato de que eles personificam o ataque às associações de classe (como já se comentou desde o início ser uma estratégia comum desse grupo) e - incrivelmente - ao mundo acadêmico, como se ambos consistissem,

eles mesmos, em algozes contra a democracia e à liberdade. Embora o texto do editorial da *Folha* não faça um ataque direto à Fenaj e às universidades, mas apenas uma sugestão implícita da ideia de exigência do diploma como ameaça à democracia e às liberdades sob esse ponto, a palavra “violadora” traz uma carga acusatória muito forte. A argumentação é ainda mais mobilizadora do público quando, paralelamente à personificação dos algozes, é feita a personificação da vítima, sob a figura do “público”, que estaria impedido “de julgar e escolher por meios próprios os profissionais competentes para lhe trazer informação” (como se realmente fosse prerrogativa do público escolher os jornalistas a lhe prestarem o serviço de informação). Outro tipo de potenciais vítimas personificadas no discurso da *Folha*, ou melhor, pessoas que poderiam se sentir prejudicadas e/ou excluídas seriam aquelas que se julgassem detentoras de quesitos fundamentais – talento, profissionalismo, saber especializado – para serem jornalistas, mas que não calhassem de ter diploma específico em jornalismo.

Obviamente, os sindicalistas defensores da obrigatoriedade não deixaram sem reação os argumentos com esse teor, oferecendo respostas múltiplas, que articulavam - como visto - retórica jurídica, construída logicamente (ênfase no *logos*) com base nos conteúdos do direito; retórica do risco, de mobilização patética (do *pathos*) e orientada para o risco (de perda da qualidade, de perigo à democracia...), além de outros caminhos argumentativos a serem discutidos a partir do teor argumentativo que o extrato abaixo sinaliza:

A Constituição, ao garantir a liberdade de informação jornalística e do exercício das profissões, reserva à lei dispor sobre a qualificação profissional. A regulamentação das profissões é bastante salutar em qualquer área do conhecimento humano. Impor aos profissionais do Jornalismo a satisfação de requisitos mínimos, indispensáveis ao bom desempenho do ofício, *longe de ameaçar a liberdade de Imprensa, é um dos meios pelos quais, no estado democrático de direito, se garante à população qualidade na informação prestada* (Sergio Murillo de Andrade, presidente da Fenaj, artigo publicado no site da Fenaj em 14 de julho de 2008).

Conforme alerta Lattman-Weltman (1992), há um conflito ideológico entre atores sociais ilustrados pelos sindicalistas e pelos proprietários de mídia que não se resume à questão dos interesses de classe, referindo-se à existência de diferentes concepções sobre a cidadania. De maneira bastante simplificada e generalizada, pode-se dizer que a visão patronal de cidadania tem caráter mais liberal, amparada na crença de que, individualmente, cada pessoa tem autonomia para definir seu agir social e sua posição na sociedade. (Esse tipo de pensamento se expressa perfeitamente na sentença judicial parcialmente reproduzida nos

primeiros parágrafos desta seção, bem como em alguns outros trechos que servirão de exemplo durante a discussão sobre o *ethos* retórico). Já na tradição corporativista e no viés do sindicalismo, o funcionamento pleno e justo da cidadania tem, sob determinadas circunstâncias, um caráter vicário, de modo que são esperadas intervenções e regulamentações em favor do indivíduo por parte do estado, principalmente, mas também de outras organizações, concebidos como canais, promotores ou asseguradores da cidadania.

A diferença entre essas duas concepções aponta, conseqüentemente, para uma disputa entre valores amplos, que uma vez particularizados no grupo dos jornalistas, sutilmente nutrem certos fazeres e saberes, os quais, ganhando terreno para expandir suas raízes, vão agigantando-se e tornando-se mais hegemônicos no processo contínuo de construção identitária. Obviamente, há sempre que se considerar os movimentos de resistência, mas os traços mais fortes vão sendo associados à imagem do jornalista na proporção que forças ideológicas são bem sucedidas em dissolver seus interesses a ponto de eles serem incorporados pela maioria.

Quando a justiça declara a queda da obrigatoriedade, é possível perceber que o modelo de cidadania e, conseqüentemente, de papel jornalístico num mundo regido por esse modelo, não possui o apoio de uma das forças sociais mais importantes na organização social, que é o poder judiciário. Não obstante todo discurso de objetividade e de obediência ao cânone jurídico, a sentença proclamada pelo STF em 2009 não tem como base apenas a lei, mas, principalmente, todo um sistema cultural que está sobremaneira influenciado por uma visão mais individualista do funcionamento das profissões, da mídia, do estado, da ocupação dos espaços de visibilidade social.

Ainda sobre a retórica das emoções e a articulação argumentativa voltada para o *pathos*, vale reiterar que a dimensão patética só se vislumbra, rigorosamente, a partir da consideração sobre o público/auditório/receptor envolvido (ou presumido) nos debates. Isso não significa necessariamente encaminhar esta reflexão sobre a identidade jornalística para um estudo de recepção, mas remete ao imperativo de que a construção identitária, como a retórica, é político-social, por isso, nunca pode prescindir do contato com o outro. Nesse sentido, é bom retomar, seja com o estudioso de retórica Chaïm Perelman (2005), seja com outros pensadores, como Goffman (1975) e Pêcheux (2008), que o auditório é uma construção do orador: uma imagem deste precisa ser feita para que aquele elabore suas estratégias de persuasão e convencimento.

Diante de tais considerações, dois principais tipos de auditórios são levados em conta

na análise das discussões sobre a obrigatoriedade da formação superior para o exercício do jornalismo contextualizadas na primeira década do século XXI. O primeiro deles, mais particular, é o grupo de juízes/desembargadores/ministros responsáveis pelas decisões ligadas à ação na justiça que pedia o fim da exigência. Mediante tal auditório específico, portanto, as estruturas argumentativas das partes em disputa procuravam persuadi-lo, induzindo-o a uma ação. Pensar sobre o âmbito do *pathos* nesse sentido também ajuda a explicar a adoção dos encaminhamentos lógicos que já foram comentados anteriormente, no caso, os discursos impregnados pela retórica jurídica e apoiados na construção argumentativa com base no conteúdo da lei, da constituição. Eles são explicados pelo encadeamento lógico, pelo uso de entimemas, pela organização da persuasão pelo efeito retórico provocado pelo *logos*, mas eles acabam também ganhando mais clareza quando aproximados à perspectiva do *pathos*, uma vez que para esse auditório específico – os juízes – a habilidade com o *logos* é também um elemento persuasivo, pois, em grande medida, funciona como elemento sedutor para esse público em particular.

O segundo tipo de auditório a ser considerado quando se pensa em *pathos* é mais geral, remete ao que Perelman (2005) chama de auditório universal, demasiadamente heterogêneo. Segundo o autor, a argumentação dirigida a esse grupo não pode se arriscar em apoiar-se em teses que sejam admitidas por apenas uma parcela dos que o compõe, já que o que se busca, nesse caso, é a unanimidade, a adesão máxima, o consenso que não varia pelas razões particulares de cada ouvinte ou leitor. Nesse caso, o orador teria que convencer o auditório “do caráter coercitivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais e históricas” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.35), mesmo sabendo que tanto a universalidade do auditório quanto a aceitação consensual dos argumentos não passam de ficções.

Em alguns movimentos em busca de persuasão por parte da Fenaj, não se chega a apresentar elucubrações argumentativas de ordem complexa tocando ao cerne da questão, mas procura-se provocar uma sensação de consenso. Notícias publicadas no site da entidade como, por exemplo, “Jornalistas ampliam luta pelo diploma e recebem mais apoio popular”, do dia 19/11/08; “Mais de 70% da população brasileira quer jornalista com diploma” (26/09/08), buscam mobilizar paixões por meio da construção de uma aclamação generalizada. Com isso, quer-se provocar o seguinte efeito na audiência: “Ora, se tanta gente está de acordo, é porque deve ser plausível”.

A plausibilidade, ou melhor, a verossimilhança, é um conceito caro à retórica desde

os estudos de Aristóteles e também nas considerações de Perelman (2005), Amossy (2008) e outros autores, segundo os quais buscar a persuasão nesse universo significa trabalhar com a doxa, a opinião corrente, o senso comum. Para retomar as discussões sobre diploma, como um moinho que gira, gira, para bater sempre na mesma pedra, volta-se à maçaroca do pilão que concentra mais do que qualquer outro elemento, a questão das liberdades e da democracia. Isso porque esse tipo de argumentação é altamente conectado com os valores correntes do espaço-tempo em que o debate se desenrola. Tal linha argumentativa é exatamente aquela que se espera de um orador que pretende persuadir, convencer um auditório universal.

Nos exemplos anteriores, nota-se que esse viés argumentativo quase sempre é acompanhado dos discursos que ajudam a construir a identidade do jornalista em torno da ideia de que ele não age movido por seu interesse privado e, sim, pela sua responsabilidade de garantir o direito de informação aos outros cidadãos. Esse traço identitário evidenciado nas discussões já não está voltado ao pathos, mas refere-se ao *ethos*, isto é, ao lugar do orador na situação retórica, configuração que será discutida nos parágrafos a seguir.

4.2.1 Construção identitária pela exploração retórica do *ethos*

As estratégias retóricas que procuram lançar mãos das provas éticas - que em termos da retórica de Aristóteles devem ser entendidas como referentes ao *ethos* retórico, isto é, à posição e ao lugar de fala do orador/emissor do discurso - não se articulam em virtude da relevância do conteúdo, mas em função da legitimidade e do reconhecimento daquele que emite a mensagem. Ou, nas palavras de Ivo José Dittrich “[...] o *ethos*, como prova retórica, configura-se apoiado em argumentos credenciadores e legitimadores” (2009, p.65), de modo que se alcança “confiança na tese como extensão da confiança no orador” (p.69)

Ao atacar ou defender a obrigatoriedade, representantes patronais e organizações sindicais procuraram fazer referência a si mesmos como porta-vozes dos interesses dos jornalistas, buscando aparentar como genuínos representantes do grupo. Entretanto, há mais complexidade do que isso, pois a autorreferenciação não buscou transparecer a ênfase sobre a questão da posição de classe, da força institucional do sindicato ou da(s) empresa(s) jornalística(s). Pelo contrário, procurou, paradoxalmente, ser um modo de dispersão centrífuga, ressoando como transcendente a subgrupos e mesmo ao grupo dos jornalistas. Em outras palavras, ao se autorreferenciar, cada um desses agentes sociais procurou construir e sedimentar sua credibilidade e sua legitimidade, apoiando-se na imagem bastante difundida de

que os jornalistas são os agentes sociais autorizados e desejados para falar para, por e pela sociedade. Não é à toa que, em discursos de ambos os grupos (ou de seus prepostos), as temáticas tenham versado, insistentemente, sobre a defesa da democracia e das liberdades. Nesses moldes, tanto um lado quanto o outro procurou se posicionar retoricamente como se fosse um defensor contra adversários dos direitos garantidos por lei, dos valores democráticos, do bem comum.

Como se sabe, a Fenaj se declarou de maneira bem explícita na defesa da obrigatoriedade do diploma. Seu objetivo foi abrir vários espaços de visibilidade para si mesma e para seus argumentos por meio de sua campanha, fomentando oportunidades para compartilhar com o mundo social sua concepção de jornalista anexada à importância do diploma. Isso foi amplamente realizado com base na autorreferenciação igualmente explícita. Todavia, a entidade também buscou apoio e sustento em outras vozes, o que, em termos retóricos, significa agregar à construção do seu *ethos* o capital simbólico de outros grupos, aproveitando a autoridade conexa a eles.

Antes de listar exemplos da Fenaj nesse sentido, é mister ressaltar que essa mesma estratégia foi articulada pelo patronato já no nascedouro das discussões do século XXI. Foi astuto e angariador de credibilidade o fato de os empresários de comunicação (representados pelo Sertesp) terem usado o Ministério Público como personagem principal ou soldado da linha de frente da disputa judicial, recolhendo-se aos bastidores e preferindo a discrição. A ação civil pública de 2001 pedindo a extinção da obrigatoriedade da lei 972/69, bem como o recurso final entregue em 2009 ao Supremo Tribunal Federal, foram formalmente propostos pelo Ministério Público, órgão cuja prerrogativa é a “proteção de interesses difusos e coletivos”. Ao lado dele, o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo figurou, para a Justiça, como “assistente simples”. Essa manobra teve acolhimento junto às instâncias judiciais, mantendo-se firme até a conclusão do processo, tal como mostra o trecho retirado do voto do ministro do STF Gilmar Mendes:

No caso, como retratado, a ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público com o objetivo de proteger não apenas os interesses individuais homogêneos dos profissionais do jornalismo que atuam sem diploma, mas dos direitos fundamentais de toda a sociedade (interesses difusos) à plena liberdade de expressão e de informação. É patente, portanto, a legitimidade ativa do Ministério Público. (voto do ministro do STF Gilmar Mendes em julgamento do RE 511691, em 17/06/2009)

A Fenaj, no entanto, sabia que o patronato de mídia interessado em acabar com a

exigência do diploma, usava a capa do Ministério Público para se esconder. Então, num primeiro e brevíssimo momento, os advogados da associação até tentaram impugnar o acolhimento do processo por parte da justiça, argumentando que o MP não poderia ser o impetrante da ação. Mas, depois, esse tipo de polêmica não se prolongou – mesmo porque o judiciário refutou o pleito e acolheu a ação – já que nunca foi desejo da Fenaj golpear o MP, reconhecido órgão de proteção de direitos e do bem comum. Como se sabe, o foco acusatório sempre esteve direcionado para os empresários:

“Valci Zuculoto, que também participa da Coordenação da Campanha em Defesa do Diploma, considera que empresários brasileiros e demais contrários à formação universitária dos jornalistas estão 'remando contra a maré'. (...) (...) 'A maioria dos jornalistas, a maioria da sociedade, as entidades e pessoas realmente representativas no Jornalismo defendem o diploma, porque sabem o quanto é importante para o Jornalismo, para a sociedade e para a democracia. Os contrários ou estão equivocados ou mal intencionados', dispara (...)” (reprodução da fala da coordenadora da Campanha de Defesa do Diploma, Valci Zuculoto, na notícia de 14 de outubro do site da Fenaj)

O trecho ilustra as estratégias voltadas à mobilização patética (do *pathos*), já exploradas nos parágrafos anteriores, mas também serve de exemplo para indicar um esforço de desqualificação do *ethos* do oponente retórico, ao mesmo tempo em que a autorreferenciação constrói um *ethos* para a Fenaj e para os defensores da obrigatoriedade do diploma em geral, buscando delinear a imagem de oradores moralmente empenhados, além de bem intencionados, no zelo dos valores sociais e democráticos.

Sobre a construção do *ethos* retórico a partir da mobilização de outras vozes, vale chamar a atenção para as inúmeras tentativas da Fenaj de angariar credibilidades conexas. Como típicos jornalistas (que são), as entidades de classe do jornalismo elencaram especialistas para falarem ao seu lado e em seu favor. Parte desses discursos foi fruto de uma escolha também amparada na argumentação que se desenrolava em termos jurídicos. É nesse sentido que se torna possível compreender, em nível retórico, que a Fenaj tenha publicado em seu site tantos textos de advogados, professores de Direito e pessoas vinculadas à OAB para reforçar e conferir credibilidade a seu posicionamento.

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 5º - Inciso XIII determina que "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Não é possível negar que ética, informação de qualidade e com

responsabilidade e preparação técnica são algumas dessas qualificações que devem ser consideradas essenciais para o exercício do jornalismo. Para tanto, a formação acadêmica é fundamental nesse processo. (Jayme Asfora, presidente da OAB de Pernambuco, artigo publicado no site da Fenaj em 07 de agosto de 2008)

A Fenaj também angariou apoio dentro do próprio campo jornalístico, tendo veiculado no suporte on-line várias notícias com esse teor: “APIJOR [Associação Brasileira da Propriedade Intelectual dos Jornalistas Profissionais] lança manifesto em defesa do diploma (31/03/09)”;

“A Associação Brasileira de Imprensa ratificou nesta segunda-feira [...] seu apoio ao movimento, bem como aos esforços pela atualização da regulamentação da profissão” (22/07/08).

Além disso, procurou demonstrar que a defesa da obrigatoriedade do diploma ainda recebia o apoio de muitas outras frentes, como expressam, por exemplo, as notícias “Relator da Constituição Cidadã defende formação em Jornalismo, de 09/09/08, ou o trecho:

Em Pernambuco, novos e importantes apoios foram conquistados. Além do Conselho Regional de Medicina (Cremepe) e da CUT/PE, que já haviam se manifestado anteriormente, na semana passada o presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, deputado estadual e juiz aposentado Guilherme Uchôa, declarou apoio à manutenção da regulamentação dos jornalistas e à luta em defesa do diploma para o exercício da profissão. (notícia do site da Fenaj, no dia 22/07/08).

A estratégia de buscar apoio foi particularmente trabalhada com ênfase para o meio acadêmico, com o qual, em grande medida, ela [Fenaj] sempre esteve conectada. Entre as associações que a apoiaram abertamente estão a SBPJor e o FNPJ, cujo presidente concedeu entrevista ao site da entidade:

O FNPJ considera a formação superior específica em jornalismo uma condição absolutamente necessária para a qualidade do jornalismo e, por tabela, para a democracia. Portanto, continuará lutando, dentro das suas possibilidades, para que assim permaneça. O formato que essa luta terá daqui por diante dentro do FNPJ [...] certamente, passará pelo aprofundamento da parceria com a FENAJ, que é quem historicamente tem conduzido essa luta e tem uma estrutura organizacional espalhada pelo País que o FNPJ não tem. Certamente, também, o FNPJ procurará incentivar os professores a participarem dessa luta, e também de outras, como a do Conselho Federal de Jornalistas e a da democratização da comunicação, pelo bem da atividade jornalística que ensinam e pelo bem da sociedade democrática. (Entrevista de Edson Spenthof, presidente do FNPJ, ao site da Fenaj, em junho de 2008)

Além de mostrar o apoio recebido dessas instituições, a Fenaj também buscou demonstrar que se alinhava com o discurso de pessoas de grande reconhecimento no mundo acadêmico, como o professor Muniz Sodré. O seu texto “Viva o diploma” foi publicado no site da entidade reiteradamente: duas vezes em julho de 2008, uma em agosto, uma em outubro.

Ao observar com mais amplitude o universo acadêmico, incluindo alunos e professores/pesquisadores da comunicação e do jornalismo, nota-se que nunca houve adesão unânime aos objetivos da Fenaj nesse ambiente. Pelo contrário, a academia revelou ser um significativo espaço de lutas pelo *ethos* jornalístico, tal como evidenciado no debate promovido pelo Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, por ocasião da campanha da Fenaj, em 2008, na Escola de Comunicação da UFRJ. Naquele momento, uma platéia composta majoritariamente por alunos acompanhou a argumentação da presidente do sindicato, Suzana Blass, favorável à exigência, e da diretora daquela escola, Ivana Bentes, contrária à obrigatoriedade.

No discurso da representante sindical, o papel mediador do jornalista é enfatizado, ao mesmo tempo em que se busca para esse profissional um lugar de destaque na sociedade:

A gente vive em um momento em que, para você tomar qualquer decisão da sua vida, você precisa de esclarecimento, você precisa ter essa intermediação e é exatamente isso que a gente faz no exercício da profissão [de jornalista]. (...) pra você comprar uma casa... desde saber em quem você vai votar... saber o preço do arroz e feijão... a mídia está em toda a sociedade, fazendo essa mediação em todos os campos. (Suzana Blass, 11/09/08)

Já na fala da diretora da Escola estão sinalizadas algumas nuances do conflito em torno do *ethos* jornalístico, sobretudo no que diz respeito à relação do jornalismo com atividades que lhes são próximas na academia e no mercado de trabalho:

A primeira questão que a gente tem que se fazer é: por que jornalista tem que ter exigência de diploma, *por que essa figura teria uma missão mais nobre, excepcional, diferente dos outros profissionais de comunicação que estão livres da exigência do diploma?* O que torna a exigência de diploma de jornalista diferente? Editores, roteiristas, cinegrafistas, fotógrafos, uma quantidade enorme de funções dentro do campo da comunicação que não exigem diploma e nem por isso são menos qualificadas, menos nobres ou menos éticas que a função do jornalista. Essa questão ninguém responde. Por que tem que se exigir diploma do jornalista e não do editor de vídeo, que pode mudar o sentido da notícia de trás pra frente...

(...)

Quando o aluno da escola de comunicação recebe o diploma, é de comunicação social, e vem carimbado timidamente atrás a habilitação (jornalismo, publicidade,...) e esse carimbo é que vai dizer que função ele vai poder exercer ou não, o que me parece *injusto* com todas as outras habilitações que o jornalista tenha esse *privilégio*. (Ivana Bentes, diretora da Escola de comunicação da UFRJ, em debate no dia 11/09/08, com o sindicato dos jornalistas durante a campanha pela obrigatoriedade do diploma. Grifos meus)

Observa-se que o questionado consiste no fato de existir desigualdade de tratamento para atividades que têm fronteiras muito próximas, tanto no que diz respeito ao tipo de atuação profissional quanto ao modelo de formação universitária. Na qualidade de diretora da Escola de Comunicação, parece natural que ela requeira para todas as habilitações o mesmo status, sem conceder a nenhuma delas qualquer tipo de “privilégio”. Mas é interessante perceber que essa mesma linha de raciocínio poderia direcionada a um ponto de vista exatamente oposto, ou seja, poder-se-ia defender a obrigatoriedade do diploma não só para jornalistas, mas também para outras habilitações, atividades igualmente bem qualificadas pela graduação nas escolas de comunicação social. Todavia, sabendo-se que a oradora é uma declarada defensora dos movimentos de mídia livre, esse direcionamento não seria coerente com ela. De todo modo, o que efetivamente se pretende ressaltar está relacionado com o fato de existirem disputas dos jornalistas com grupos próximos à sua fronteira, não só pelo fato de compartilharem saberes, fazeres, responsabilidades, valores no âmbito da prática profissional, como pelo fato de estarem muito perto um do outro no ambiente acadêmico e, apesar disso tudo, aparentarem ter diferente capital simbólico dentro e fora da universidade.

Nesses trechos do discurso de Ivana Bentes, também é possível reconhecer alguns elementos de continuidade com discussões localizadas no final da década de 1960 e dos anos 1970 (comentadas no capítulo 2) acerca dos modelos curriculares e das próprias fronteiras entre atores/funções abarcados pela área da comunicação. Como visto, houve no passado conflitos sobre a definição de padrões estatais/institucionais para a formação superior dos profissionais relacionados com a comunicação: jornalistas, publicitários, relações públicas, entre outras habilitações. Estiveram em questão a figura do comunicólogo, a formação generalista, mas também a própria construção dos lugares de fala de cada um desses grupos profissionais que a universidade buscava formar.

Na contemporaneidade, as disputas sobre isso têm outros contornos em face do universo acadêmico da comunicação, agora já mais sedimentado diante das políticas

educacionais; além disso, situado no contexto da multiplicação dos cursos superiores no país e posicionado no cenário de lutas pelo reconhecimento do jornalismo como campo de conhecimento específico dentro da área de comunicação. Tudo isso perpassa as experiências dos docentes e discentes no período do avivamento da polêmica sobre a obrigatoriedade do diploma e acaba aparecendo, de forma ou de outra, nas vozes que têm a oportunidade de serem ouvidas.

Vale salientar, contudo, que nem sempre as opiniões estão muito bem delineadas. Esse mesmo debate ocorrido na UFRJ, protagonizado por Suzana Blass e Ivana Bentes, também foi momento de escutar vozes de uma parcela do corpo discente. Embora as interferências dos alunos tenham sido encadeadas ao sabor da discussão, portanto, de maneira pouco coesa e com traços de oralidade que dificultam uma transcrição literal das palavras usadas por cada um deles, foi possível mapear a hesitação de boa parte dos estudantes em relação ao posicionamento sobre a questão da obrigatoriedade do diploma.

Alguns pareciam seduzidos pelo discurso de Ivana – que certamente retumbava palavras ouvidas pelos alunos ao longo do curso, também por parte de outros professores – destacando as diversas dinâmicas do mundo contemporâneo que apontam para uma mudança no caráter do trabalho e das relações trabalhistas:

O modelo fordista, da carteira assinada, do ponto... é essa a realidade da comunicação hoje? Será que essa vantagem da carteira assinada é absoluta? O sindicato dos jornalistas só cuida de quem tem carteira assinada, ou seja, vocês que não terão emprego nas corporações jornalísticas, vocês não existem. Qual é a política do sindicato para o precariado cognitivo, ou seja, vocês (alunos), que vão produzir num regime em que não vai ter emprego para todo mundo. Eu acho que é isso que deve ser pensado, em vez de ficar regulando as velhas relações trabalhistas do capitalismo fordista. É claro que seguridade é bom, mas há que se inventar novas formas de seguridade para esse precariado cognitivo. Essa mídia de massa, sem dúvida ainda existirá por muito tempo, mas já começa a dar sinal de crises. (Ivana Bentes, diretora da faculdade de comunicação da UFRJ, em debate no dia 11/09/08, com o sindicato dos jornalistas durante a campanha pela obrigatoriedade do diploma. Grifos meus)

Por outro lado, oscilavam, ponderavam e apresentavam-se comovidos quando o discurso do sindicato enfatizava a possibilidade de “qualquer um”, graduado ou não, concorrer com os portadores de diploma no mercado de trabalho. Um dos estudantes fez comentários específicos sobre a opinião da diretora da Escola:

Pensando sobre a fala da Ivana, eu acho que fazer uma comparação do

jornalista com o capitalismo fordista, esse tipo de coisa, é um pouco complicado. O que você vê hoje em dia é exatamente essa coisa da convergência de mídia... assim, o cara sai para cobrir uma matéria, no meio da coletiva do presidente, ele já tem que soltar uma notinha para o site, gravar para a matéria de rádio; se bobear está ali com uma câmera fotográfica. Isso está muito longe do jornalista fordista, mas, na verdade, o que eu acho que está acontecendo é a precarização do trabalho do jornalista, porque, a partir do momento que ele tem que fazer um monte de coisa, ele não vai fazer nada mesmo.

Agora, olhando para a obrigatoriedade do diploma, eu entendo o lado do sindicato, quando ele disse que o fim da obrigatoriedade não vai necessariamente desregular a profissão, mas num primeiro momento, se não entrar nenhum tipo de regulamentação no lugar, vai criar um vazio institucional. Nesse vazio institucional, vão proliferar formas diferentes de trabalho. (aluno da UFRJ, debate em 11/09/08).

De qualquer modo, a impressão geral passada pelas intervenções feitas pelos alunos naquele debate realizado em 2008 convergia para uma preocupação com o próprio futuro, com a empregabilidade, com os desafios do exercício da profissão no cenário das novas tecnologias. Em 2011, mais de dois anos após a extinção da norma que exigia o diploma para o exercício do jornalismo no Brasil, o olhar dos alunos acerca das contradições do mundo do trabalho na contemporaneidade e das múltiplas realidades para a vivência da carreira pós decisão do STF foi investigado por um questionário aplicado junto a 176 alunos de comunicação social de três escolas do Rio de Janeiro (conforme descrito no início da Parte II, nas explicações sobre o corpus de análise desta tese). Desse total, 130 estudantes de jornalismo¹⁰² dissertaram, em uma pergunta aberta, sobre suas expectativas para a carreira e sobre como a queda da obrigatoriedade do diploma de jornalismo os havia impactado. Noventa e duas pessoas, isto é, 70,8% dos avaliados, apresentaram uma resposta de caráter otimista, enquanto 38 estudantes, ou seja, 29,2% escreveram respostas revelando uma visão mais pessimista.

Sobretudo entre os chamados otimistas, houve um número considerável de respostas como a destes alunos:

Considero o mercado exigente e seletista, não me preocupo com a obrigatoriedade do diploma. (Concluente da Pinheiro Guimarães).

¹⁰² Como visto, o universo da pesquisa abarcou 176 pessoas, entre ingressantes e concluintes. Todos os concluintes eram de jornalismo. Os ingressantes ainda não estavam enquadrados em habilitação específica, mas o questionário selecionou os que manifestaram a intenção de fazer jornalismo. Assim, 134 alunos eram de jornalismo ou pretendiam fazer jornalismo. Desses 134, 130 responderam à pergunta em questão. Embora alguns alunos de outras habilitações eventualmente tenham respondido àquela pergunta, selecionei propositalmente apenas os questionários dos alunos de jornalismo, levando em consideração a especial pertinência do assunto em relação a eles.

Continuo achando importante ter um diploma e acredito que em uma seleção, o candidato com diploma sempre terá vantagem. (ingressante da UFRJ).

Conversei bastante com profissionais da área e concluí que nenhuma grande empresa jornalística vai contratar alguém sem estar formado no curso. (ingressante da PUC-Rio)

“Na seleção de uma empresa, o profissional mais qualificado seria o que fez jornalismo” (ingressante da PUC-Rio)

Sobre a crença de que os empregos em jornalismo seriam prioritariamente direcionados a portadores de diploma, é salutar fazer algumas ponderações. Em primeiro lugar, reconheço as limitações de minha pesquisa e considero que, talvez, entre os alunos São Paulo, onde o grupo do jornal *Folha*, declaradamente a favor de contratar pessoas sem diploma de jornalismo, as repostas fossem bem diferentes do que foi encontrado junto ao corpo discente no Rio de Janeiro. Em segundo lugar, é possível que a convicção dos alunos tenha sido motivada por fatos anteriores, envolvendo posicionamentos públicos oriundos de representantes da Rede Globo, grupos de comunicação que praticamente monopoliza o mercado de trabalho para jornalistas no Rio de Janeiro. Um desses foi, possivelmente um comentário do jornalista William Bonner durante uma entrevista para o *Observatório da Imprensa*, em setembro de 2009. Apesar de opinar que era contrário à obrigatoriedade, o apresentador e editor chefe do Jornal Nacional disse que procura contratar para sua equipe pessoas com formação em jornalismo¹⁰³.

Já entre os alunos com visão mais pessimista acerca da extinção da exigência de diploma, os principais temores e pontos negativos apontados foram os seguintes:

Obviamente não foi a melhor notícia – soa como um aprofundamento da situação de desvalorização da profissão. (concluente da UFRJ)

Acredito que tenha afetado bastante o mercado interior, porque lá, os donos de jornais, muitas vezes, são políticos e agora poderão contratar qualquer um. (ingressante da PUC-Rio)

A decisão me desencorajou a fazer jornalismo, considerando que permite a qualquer um ter o título. (ingressante da UFRJ)

[Haverá] Mais competitividade. (ingressante da Pinheiro Guimarães).

¹⁰³ Cf. http://www.observatoriadaimprensa.com.br/news/view/jornal_nacional_40_anos (consultado em 26/01/12, às 22h09).

Fiquei muito chateada. Não por acreditar que iremos ficar sem trabalho, mas sim pela falta de consideração com a profissão (Concluente da Pinheiro Guimarães).

Espero que consigam voltar atrás. O jornalismo é uma profissão séria e, como as outras, com grande poder de destruição, se for mal usada. (Concluente da Pinheiro Guimarães).

A análise do inquérito demonstrou um dado muito interessante: a ênfase na grande empresa jornalística ainda parece ser um direcionamento dos desejos e expectativas dos estudantes de comunicação dessas escolas no Rio de Janeiro. Isso também foi verificado em outro momento do questionário, quando os 134 alunos de jornalismo entrevistados foram instigados a responder (marcando um X nas respostas predefinidas ou escrevendo livremente) suas preferências e desejos em relação ao próprio futuro profissional. A metade dos discentes (67 pessoas) indicou que queria conseguir um emprego em empresa jornalística reconhecida. Comunicação organizacional/assessoria de imprensa (14 pessoas) e emprego público na área de comunicação (11 pessoas) também foram opções bastante mencionadas. A tabela abaixo elenca as categorias utilizadas na pesquisa e expõe os resultados apresentando uma divisão entre ingressantes e concluintes.

Tabela 17
Expectativas/desejos dos estudantes de jornalismo em relação à futura carreira

<i>O que querem</i>	<i>Ingressantes</i>	<i>Concluintes</i>	<i>TOTAL</i>
Emprego em empresa jornalística reconhecida	39	28	67
Trabalhar com comunicação organizacional / assessoria de imprensa	1	13	14
Seguir carreira acadêmica	4	3	7
Abrir o próprio negócio	0	4	4
Emprego público na área de comunicação	1	10	11
Qualquer emprego público, desde que pague bem	1	1	2
Outro tipo de trabalho, fora do jornalismo	0	6	6
Outro tipo de trabalho, mas em jornalismo	6	11	17
Não sabe / não respondeu / inespecífico	3	3	6
TOTAL	55	79	
			134

Como é possível observar, o valor do emprego na empresa jornalística reconhecida é bastante expressivo junto aos que acabaram de entrar na faculdade: 70,1% deles vislumbram a

sua trajetória nesse caminho. Para estes, nem sequer se cogita abrir o próprio negócio ou trabalhar com algo fora do jornalismo. Nota-se, ainda, que os recém chegados ao curso superior também não têm muita familiaridade com outras possibilidades da carreira que os concluintes demonstram apreciar, como a comunicação organizacional (1 ingressante interessado para 13 concluintes) ou o concurso público na área de comunicação (1 ingressante para 10 concluintes).

Esses dados são bastante significativos, pois mostram a força que os meios de comunicação social ligados a grandes nomes empresariais exercem na construção da identidade jornalística do país. Ainda que o contexto contemporâneo traga para o debate nas salas de aula dos cursos de jornalismo inúmeras questões relacionadas às mudanças estimuladas pelas novas tecnologias de comunicação e informação, a internet, a convergência midiática, não há como negar, mediante o resultado desse questionário, que muitas imagens que os futuros jornalistas fazem sobre sua profissão estão ancoradas num padrão de reconhecimento vinculado a estruturas empresariais de grande porte.

Os questionários também mostram que, além da empresa jornalística, o ambiente universitário se apresenta como uma grande referência para os alunos em termos de definição do *ethos* profissional.

Não me afetou muito [o fim da exigência do diploma]. Já era uma prática comum nos veículos de comunicação e só foi oficializada. Creio que o diploma em si não é tão importante, mas a formação universitária ainda faz muita diferença. (concluente da UFRJ)

Independentemente da opinião acerca da objetividade do diploma, os universitários entrevistados demonstraram estar, obviamente, imbuídos da crença de que a passagem pelo curso superior é um fator diferencial para o exercício profissional do jornalismo (ora, se não estivessem, qual o propósito de estarem ali?). Entretanto, é bom lembrar que esse tipo de crença muito óbvio para os estudantes universitários não é necessariamente compartilhado consensualmente.

Mesmo bastante difundida e largamente aceita no espaço social, a distinção pela via do curso superior foi um ponto nevrálgico nas discussões sobre a exigência do diploma, tal como demonstra o trecho do editorial do jornal *Folha de S. Paulo* que questionou o peso do mundo acadêmico para a construção do *ethos* do jornalista: “É diante do público, e não de um comitê cartorial do Estado ou da academia, que o jornalista tem de legitimar-se”. (Editorial da *Folha de S. Paulo* – 28/09/08). Em momentos como esses, o debate não discorreu, como se pensava,

sobre o *ethos* do jornalista exatamente, mas sim sobre o *ethos* da própria universidade, sobretudo no que diz respeito à força dessas instituições para conferir autoridade e legitimidade ao jornalista. Uma fala interessante para contrapor à posição expressa no editorial da *Folha de S. Paulo* foi a do jornalista Alberto Dines, publicada no *Jornal da ABI*, em 2009:

“O jornalista é deste quarto poder, ele tem que ser treinado para isso. Ele não vai ser treinado na Redação, no corre-corre; ele tem que parar para pensar, ouvir outras pessoas para que ele possa se conscientizar da importância do seu papel. Isso só pode acontecer numa universidade boa, porque numa universidade ruim, ele vai ganhar o diploma e nunca mais vai parar para discutir a qualidade do que aprendeu. (...) É curioso, mas não fiz nenhuma faculdade na vida. Porém, ao longo de mais de cinquenta anos de carreira, convenci-me de que o único lugar onde o jornalista pode refletir sobre a sua profissão e compreender as especificidades dessa profissão é numa Escola de Jornalismo.” (Depoimento Alberto Dines. *Jornal da ABI* 342. Junho de 2009, p. 20)

O discurso de Dines admite a existência de faculdades que não serão capazes de formar um jornalista com qualidade, mas nem por isso minimiza a importância do curso superior como espaço de formação de um profissional que tem atributos intelectuais para além das competências exigidas pelo trabalho cotidiano. Mesmo tendo se tornado jornalista em virtude da prática laboral, ele desautoriza, isso sim, o suposto valor pedagógico da empresa jornalística, enfatizando que no ambiente de uma redação agitada, o sujeito não tem tempo ou incentivo para pensar sobre si mesmo e seu trabalho.

No texto de autoria dos professores universitários e também jornalistas Antônio Fausto Neto e Gilson Piber (favoráveis à exigência do diploma), os acadêmicos procuram opor interesses empresariais e escolares, defendendo uma perspectiva humanista e um caráter não instrumental para o saber fomentado pelas instâncias de formação universitária:

Não se trata apenas de um reconhecimento cartorial, mas de um treinamento que foi ministrado àqueles que se candidatam ao jornalismo e que, neste caso, receberam da universidade o “passê” para fazerem novos rituais.

(...)

A formação universitária nunca vai repetir o que dela exige o mercado, e se equivocam aqueles que julgam que a universidade deve ser um apêndice dos mercados profissionais. Seu status é o de perseguir outros tempos, produzir reflexões e ensinamentos acerca dos ofícios para os quais preparam ética, intelectual e humanisticamente futuros quadros a serviço da sociedade. (Texto publicado no site da Fenaj em 18/08/08, grifos meus).

A tensão em torno do *ethos* acadêmico expressa nesse conflito é, em suma, uma luta para saber quem tem maior força em definir os modelos de atuação, de pensamento, de conhecimento para os jornalistas que vão atuar no espaço social. Os dois textos apresentam suas coincidências, no entanto. A leitura mais direcionada de ambos dá conta de perceber que eles carregam uma imagem coincidente acerca da identidade do jornalista, justamente relacionada ao papel desse profissional e à sua responsabilidade frente ao público, à sociedade. A figura do prestador de serviços emerge nas duas falas. Esse fazer jornalístico, então, é reforçado, ainda que inconscientemente, por meio dos indícios que o atrelam ao papel de servidor do público. O compartilhamento desse tipo de percepção por grupos antagonicamente posicionados no debate não deixa de resultar no reforço, na perpetuação, na reprodução de características do jornalista que indicam a esse profissional – com ou sem diploma – um lugar de destaque na ordem do discurso, lugar que não é um dado prévio ou automático, mas que é construído em momentos com esses.

Há ainda algumas nuances da identidade jornalística no debate contemporâneo sobre os jornalistas e seus fazeres, seus valores, seus saberes, seu poder, sua presença nos lugares de visibilidade e de circulação de informação, suas crises, suas transformações. O capítulo a seguir, que toma como objeto de análise as discussões sobre novas diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil, vai procurar abordar mais alguns desses aspectos.

5. As primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil

Assim como a disputa jurídica sobre a obrigatoriedade do diploma foi tomada como metonímia dos processos de construção da identidade jornalística, as discussões acerca da criação das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo serão encaradas dessa forma. Vale esclarecer, no entanto, que as duas situações, apesar de conectadas em muitos aspectos, apresentam distinções importantes entre si, cada qual possuindo uma abordagem própria e tratando de questões que lhes tocam de modo mais específico. Por esse motivo, é possível observar, também, o desenrolar de diferentes retóricas no decorrer dos debates.

O conjunto de textos selecionado a partir das discussões sobre a criação das diretrizes curriculares para o curso de jornalismo, conforme descrito na abertura desta parte II, é a fonte sobre a qual foram desenvolvidas análises a respeito dos modos de os atores sociais manusearem seus argumentos e estratégias retóricas (não necessariamente com intencionalidade explícita e conscientemente calculada). Busca-se entender, dialeticamente, que significados, para a identidade jornalística, essas movimentações discursivas adquirem na conjuntura da primeira década do século XXI, e que contribuições fornecem para o processo concreto de tal construção identitária.

A história da elaboração das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo no Brasil precisa ser contada paralelamente à do diploma, pois elas estão politicamente conectadas. Isso porque a “decisão” do então Ministro da Educação, Fernando Haddad, de conclamar uma “comissão de especialistas” para elaborar o texto-base dessas diretrizes não pode ser encarada como um ato espontâneo e diretamente derivado do representante do Estado. Na verdade, ela esteve diretamente relacionada às pressões feitas por alguns atores sociais empenhados na Campanha Nacional em Defesa do Diploma, encabeçada pela Fenaj:

Em audiência com *representantes da FENAJ, do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) e da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)* realizada quinta-feira (23/10), o ministro da Educação, Fernando Haddad, admitiu que regulamentação e exercício profissional não competem ao MEC. A preocupação do ministério é com a formação do jornalista. Por isso, *propôs* a formação de uma Comissão para *revisar* as diretrizes curriculares dos cursos de Jornalismo. A audiência foi solicitada pelas entidades após circularem na imprensa informações atribuídas ao

ministro que interferiam na regulamentação da profissão e sobre o debate que hoje se trava em torno da constitucionalidade da exigência do diploma de curso superior de Jornalismo para o exercício da profissão (notícia do site da Fenaj, 28 de outubro de 2008, grifos meus).

A matéria publicada no site da Fenaj dá a entender que o Ministro fez uma “proposta” de “revisão” das diretrizes, entretanto, conhecendo os antecedentes desse fato, não é correto dizer que Fernando Haddad tenha exatamente “proposto” a formação de comissão para “revisar” as diretrizes dos cursos de jornalismo. Em primeiro lugar, essa ideia não foi uma iniciativa do ministro ou do ministério, mas nasceu fora do âmbito estatal. Ela está relacionada a pleitos de grupos do campo do jornalismo, tanto de viés sindical quanto acadêmico, os quais já vinham, desde anos anteriores, discutindo e articulando meios políticos de efetivar essa possibilidade. Em segundo lugar, o que aconteceu não foi, na verdade, uma “revisão” de diretrizes, mas a produção das primeiras diretrizes para os cursos de jornalismo no país, já que, até então, as diretrizes existentes referiam-se ao curso de comunicação social.

Como já comentado nos capítulos anteriores, as primeiras faculdades de jornalismo obedeciam aos chamados currículos mínimos: o de 1962 e o de 1966 foram direcionados apenas para jornalismo (mesmo porque ainda não havia outros cursos de graduação na área de comunicação), mas a partir de 1969, a universidade brasileira adotou um posicionamento de abrangência, aderindo à denominação de comunicação social para os cursos e transformando o jornalismo em uma das habilitações. Nesse contexto e seguindo esse formato, foram criados os currículos mínimos de 1969, 1978 e 1984. Viu-se, também, que após 1996, quando houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), os cursos superiores deixaram de obedecer ao currículo mínimo, passando a ser guiados pelo mecanismo das diretrizes curriculares, as quais deveriam ser aprovadas pelo Ministério da Educação. Com a mesma tendência generalizante adotada para a comunicação nos anos anteriores, foram validadas, em 2001, as primeiras diretrizes curriculares para o conjunto das habilitações compreendidas nessa área.

Embora seja forçoso notar que os impulsos práticos para a criação das diretrizes específicas para o curso de jornalismo no Brasil só tenham se tornado mais visíveis em 2008, em meio às ações concretas da Fenaj durante a campanha pela manutenção da obrigatoriedade do diploma no Brasil, é interessante lembrar que os clamores nesse sentido já existiam sob a forma de sementes e brotos no interior de alguns grupos. A ideia de criação de diretrizes específicas para o curso de jornalismo possui raízes muito mais profundas que a “proposta”

apresentada pelo Ministro Fernando Haddad na reunião com a Fenaj, o FNPJ e a SBPJor. A “proposição” apenas representou uma espécie de confirmação ou concessão para os desejos latentes e movimentos desse grupo de atores sociais que, embora de diferentes composições e funções, esteve reunido, empenhado em criar um nicho mais autônomo para o jornalismo no ambiente acadêmico, dando-lhe mais destaque dentro da área de comunicação. Como mencionado no capítulo 3, essas intenções foram ventiladas na cena pública durante um debate no final de 2004 e início de 2005 sobre um anteprojeto de lei para a educação superior no Brasil, quando Fenaj, FNPJ e SBPJor assinaram um documento para ser entregue aos parlamentares como contribuição do campo à discussão. Além disso, tais ideias foram alimentadas em ocasiões internas àquelas entidades, como congressos, encontros, outros eventos.

No contexto das discussões contemporâneas sobre o diploma, as entidades aproveitaram a campanha da Fenaj para acirrar suas investidas políticas em favor de seu projeto de formação para o jornalista. E foram bem sucedidas nesse sentido, já que mesmo que o Ministro da Educação tenha se eximido de tomar partido diante da questão do diploma, ele acolheu os pleitos delas, permitindo a elaboração de diretrizes específicas para jornalismo e, além disso, concedendo participação privilegiada de alguns de seus representantes na comissão de especialistas designada para escrever o texto-base das propostas a ser enviado ao MEC¹⁰⁴.

Após esse acontecimento, no dia 23 de outubro de 2008, a questão da formação do jornalista, até então muito conectada com a disputa sobre o diploma, passou a incluir elementos relacionados à proposta de criação das primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo. As minúcias do ensino e do currículo ganharam destaque daí por diante, enquanto o debate sobre o diploma caminhou paralelamente ao desenrolar desse processo. De certo modo, as discussões da primeira década do século XXI sobre as normatizações educacionais para formação superior em jornalismo estiveram submetidas às do diploma, mas a comissão de especialistas convocada pelo MEC para dirigir os trabalhos fez esforço no sentido de dar contornos mais próprios à discussão curricular.

Colateralmente, isso resultou no esquecimento ou apagamento - se proposital ou não,

¹⁰⁴ A comissão de especialistas legitimada pelo MEC foi composta por José Marques de Melo (docente da UESP e presidiu a comissão); Manuel Carlos Chaparro (USP); Alfredo Vizeu (UFPE), indicado pelo FNPJ; Eduardo Meditsch (UFSC), indicado pela FENAJ; Luiz Gonzaga Motta (UnB), indicado pela SBPJor; Sérgio Mattos (UFBA), Sonia Virgínia Moreira (UERJ) e Lucia Maria Araújo (Canal Futura, representante do mercado de trabalho).

não se sabe - da dimensão de articulação política concreta que associou, desde a proposta de criação das diretrizes, os dois debates. As pressões realizadas pela Fenaj, FNPJ e SBPJor junto ao MEC, as tentativas do ministro em sair das “saídas justas” resultantes de suas declarações sobre o diploma publicadas na imprensa, além de outros pormenores que estiveram na gênese da proposta de elaboração das diretrizes são aspectos que acabaram silenciados.

Ao acompanhar o desenrolar das discussões, não foi difícil perceber a intenção clara do Ministério da Educação em desarticular possíveis vinculações feitas entre a questão das diretrizes curriculares com as discussões do diploma. Tal posição se fez bastante clara no dia 20 de março de 2009, quando um funcionário do MEC, Paulo Wollinger, ligado à Secretaria de Educação Superior, proferiu a fala de abertura da primeira de três audiências públicas que foram organizadas para que a comissão consultasse setores da sociedade antes de começar a redigir o relatório. O representante do Ministério iniciou dizendo que, naquele momento de crise mundial¹⁰⁵, o governo brasileiro passava a se dedicar de modo especial a três setores estratégicos: comunicação, saúde e engenharia. E continuou explicando que, nesse contexto, além do jornalismo, o MEC apreciava revisões em diretrizes curriculares para os cursos de medicina e engenharia civil.

De qualquer forma, a questão da obrigatoriedade do diploma não permaneceu silenciada ou esquecida. Ela teimou em aparecer nas falas dos participantes dessa primeira audiência pública, chegando a desviar, inicialmente, o propósito da reunião. Mas para evitar o fracasso do debate programado para se realizar naquela ocasião e naquele espaço, o representante do MEC (que, segundo o protocolo, não deveria intervir depois de sua manifestação inicial) retomou a palavra para, pragmaticamente, reiterar sua fala, enfatizando o distanciamento com os propósitos das discussões do diploma, e redirecionar o rumo da conversa e fazer cumprir a agenda da audiência pública.

Para que a continuação do evento saísse como planejada, Wollinger ainda teve que podar um segundo tipo de questionamento feito pelos acadêmicos, contrários à naturalização da iniciativa de criação de diretrizes. Algumas vozes se levantaram contra a criação de diretrizes específicas para o jornalismo, discordando da separação dele em relação à área de

¹⁰⁵ Haviam passado poucos meses depois da crise de 2008 no setor imobiliário americano que afetou profundamente todo o sistema de crédito nos Estados Unidos e cujo efeito dominó atingiu muitos outros setores econômicos, tendo se alastrado por diversos países, tomando proporções mundiais, alterando, sobretudo as bolsas de valores. Naquele momento, o Brasil, sob o governo de Luis Inácio Lula da Silva, procurava demonstrar um otimismo em relação ao fato, usando o discurso de investimento na economia brasileira e de segurança promovida pela solidez das opções econômicas da política governamental.

comunicação. Em resposta a essa opinião, o representante do MEC argumentou que os outros cursos que também elaboravam novas diretrizes naquele momento – no caso, medicina e engenharia civil – eram pertencentes a grandes áreas, abarcadoras de diferentes profissões, cada qual com suas respectivas diretrizes. De acordo com sua argumentação, não existia um curso chamado “saúde” nem outro puramente de “engenharia”. Sob a mesma ótica, a comunicação social não era uma profissão, mas sim uma área, donde se fazia necessário a criação de diretrizes específicas a cada tipo de formação profissional. Ao fim e ao cabo, a audiência pública teve que continuar, apesar dos protestos, e os trabalhos da comissão de especialistas também seguiram em frente. Ficou patente que não houve, exatamente, a persuasão pela via argumentativa, mas a imposição de uma decisão política pela força do Estado.

O documento final produzido pela dita comissão também denota um silenciamento acerca dos fatores preliminares que serviram de gatilho imediato para o “surgimento” da proposta de criação das diretrizes curriculares para o curso de jornalismo. No preâmbulo do texto, caberiam observações desse tipo, há, na verdade, o teor oficial que procura demonstrar que a proposição nasceu de políticas governamentais. Não se advoga, aqui, que a redação teria que contemplar aqueles aspectos. Entende-se que o tom usado em documentos com direcionamento para a leitura e aplicação por parte do Estado precisa estar conformado à retórica pertinente ao discurso dessa instituição. Entretanto, nunca é demais que os trabalhos críticos apontem o óbvio, jogando luz ao que frequentemente é obscurecido pela naturalização dos agentes imersos na ordem do discurso. Para isso, é interessante seguir um caminho metodológico de investigação das origens, algo que ajuda a demonstrar a movimentação, as posturas e os posicionamentos discursivos dos diferentes atores sociais que se envolveram com a temática. Assim, voltando à análise do texto das propostas para diretrizes curriculares do curso de jornalismo, vale continuar analisando seus modos de dizer, de apresentar a questão, sempre tendo em mente os impulsos, interesses, jogos de força, sistemas de saberes, valores que ajudam a encontrar os porquês de determinadas crenças, atitudes e decisões.

Segundo o documento produzido pelos especialistas, a nomeação da comissão responsável por redigi-lo é atribuída a um sujeito impessoal (uma Portaria do Ministério), de modo que se sugere que ela (comissão) não agiu em benefício próprio ou no interesse de grupos particulares, mas que obedeceu a dinâmicas estatais na promoção de políticas para a educação superior. Como é possível notar, a tarefa é encarada como “missão” que vai atender a necessidades da sociedade democrática:

A Comissão de Especialistas nomeada pela Portaria MEC-SES 203/2009 recebeu do Ministro Fernando Haddad a missão de repensar o ensino de Jornalismo no contexto de uma sociedade em processo de transformação. Trata-se de fenômeno decorrente do fortalecimento da democracia, no qual o Jornalismo, assim como outras áreas do conhecimento, desempenha papel decisivo, informando os cidadãos e formando as correntes de opinião pública. (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, Relatório da Comissão de Especialistas, 18 de setembro de 2009).

Até aqui foram elucidados alguns aspectos importantes sobre a gênese da decisão que “propôs” a criação destas diretrizes no Brasil, destacando-se personagens centrais, suas motivações ideológicas, suas articulações políticas, seus interesses e crenças relacionados não apenas à questão das diretrizes, em particular, mas aos modelos e políticas de formação do jornalista no Brasil, mais amplamente. Também se comentou sobre as estratégias de esfumçar, velar, tirar do debate os jogos de força que foram os propulsores imediatos da constituição da comissão de especialistas responsável pela produção de relatório para tais diretrizes. Com essa reflexão inicial, assentou-se um terreno sólido para a continuação das análises sobre o material empírico relativo a esse capítulo, que inclui o texto do relatório, além de outros discursos que se manifestaram em diferentes situações sobre a questão (audiências públicas, cartas escritas por entidades, sites institucionais etc).

Dando continuidade, portanto, mantive a mesma inspiração teórico-metodológica adotada na investigação do debate sobre o diploma, tomando como base os estudos sobre retórica. Nesse caminho, cheguei a resultados muito semelhantes nas duas análises, sobretudo no que diz respeito à detecção de dois pontos centrais: a presença de uma forte disputa de teor mais acadêmico pelo reconhecimento do jornalismo como campo de conhecimento específico dentro da área de comunicação, bem como a reiterada conexão do papel, da importância do jornalismo e dos jornalistas com os valores da liberdade, democracia e cidadania. Nos próximos parágrafos, fragmentos de discursos que corroboram a percepção desses dois aspectos serão reproduzidos. Não pretendo me alongar pelo detalhamento analítico desses extratos em relação às mobilizações retóricas nos âmbitos do *ethos*, *pathos* e *logos*, como feito para as discussões sobre diploma. Para não deixar o trabalho demasiadamente repetitivo e, também, para avançar para questões que ainda não foram suficientemente discutidas, serão mostrados apenas trechos chaves para ilustrar os motivos que reiteram o que acabo de afirmar.

Sobre a conexão entre as ideias de jornalismo e democracia, a terceira audiência pública, realizada para que a comissão de especialistas pudesse ouvir como convidados

especiais alguns setores da sociedade civil, ofereceu um cardápio de manifestações nesse sentido. Realizada no dia 18 de maio de 2009, em São Paulo, contou com a presença de representantes da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; da Igreja Católica (CNBB); da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB; da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Fiesp; do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação; da Unesco, além de várias entidades do campo jornalístico. A maior parte dos que puderam fazer uso da palavra destacou a relação entre o jornalismo, a democracia, a liberdade e a cidadania, quase sempre mencionando a importância de dois atributos: independência e ética. Sem estender, ainda, a discussão para esse rumo, vale destacar duas falas bastante emblemáticas das representações do jornalista como provedor da democracia e das liberdades. A primeira delas, interna ao campo, é do jornalista Luis Egypto, representante, na ocasião, do site Observatório da Imprensa, e a segunda, do padre Manuel Quintas, representante da CNBB, ambos participantes daquela audiência:

[é preciso] qualificar o jornalismo de forma que ele seja o garantidor da mediação do debate público, que ele seja o garantidor da manifestação da cidadania, que seja o instrumento dessa cidadania, que seja, enfim, o garantidor da democracia, das liberdades. (Luis Egypto, em 18/05/09, audiência pública em São Paulo).

Em primeiro lugar, foi falado que o jornalismo é importante para a democracia. Isso é uma verdade que deve ser levada em conta. [o jornalismo] é importante para transformarmos a sociedade. Eu creio que o jornalista é um formador de opinião e um agente de transformação social com seu trabalho. Eu reforço aqui que o jornalismo é o oxigênio da democracia. (Pe. Manuel Quintas, em 18/05/09, audiência pública em São Paulo).

Sobre os exemplos que demonstram a disputa em torno do lugar específico do jornalismo dentro do universo acadêmico, é interessante começar com um extrato do texto de 20 de março de 2009, denominado “Propostas do FNPJ para a reformulação [sic]¹⁰⁶ das diretrizes curriculares em jornalismo”. Esse documento foi produzido pelo Fórum dos Professores de Jornalismo no período em que a comissão de especialista esteve em atitude de escuta pública, isto é, aberta a receber sugestões de setores da sociedade ao trabalho que iam desempenhar. O conteúdo desse texto baseava-se tanto em propostas já discutidas pela entidade (evento de 1999), quanto no Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo (vale lembrar: encabeçado pela Fenaj).

¹⁰⁶ Como visto, não houve reformulação ou revisão, mas sim a criação das primeiras diretrizes específicas para jornalismo. Antes, as diretrizes eram para o curso de comunicação social.

O FNPJ, para além de entender e defender a especificidade da área de conhecimento que o Jornalismo constitui, partilha da compreensão defendida pela FENAJ, SBPJor e outras entidades representativas do campo, de que a sociedade brasileira só tem a ganhar com o fortalecimento e a legitimidade do Jornalismo, a partir do delineamento de diretrizes do ensino que apontem para a crescente autonomia da formação profissional em Jornalismo; (FNPJ, 20/03/09)

O trecho mostra explicitamente a relação entre Fenaj, SBPJor e FNPJ em torno do objetivo comum de afirmar a especificidade do jornalismo enquanto área de conhecimento. No documento produzido pela comissão de especialistas designada pelo MEC está claro que esse posicionamento foi plenamente recepcionado, a começar pelo subtítulo localizado na página 9, “A especificidade do Curso de Jornalismo”, bem como pelos trechos que orientam a que elaboração do Projeto Pedagógico do curso de graduação deverá observar uma série de indicativos, entre eles:

Estar focado teórica e tecnicamente na **especificidade do jornalismo**, com grande atenção à **prática profissional**, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade de seu exercício e o interesse público (Relatório da comissão de especialistas, 2010, p.16, grifos no original)

O Relatório também reverbera vozes que não partilham do mesmo posicionamento de seus autores, mas ao fazer isso, procura desmerecer os argumentos implícitos que fazem oposição à própria constituição de diretrizes curriculares específicas para o jornalismo. Esse diálogo e o esforço de legitimação da iniciativa estão dispostos na seção “Fundamentação e Justificativas”, na qual é possível encontrar uma retrospectiva até a época dos currículos mínimos. Os redatores descrevem cenários sobre o jornalismo e a formação do jornalista, aproveitando para criticar as opções da política educacional que orientou a área de comunicação a partir de 1969, inspirada no modelo fornecido pela Unesco para os países subdesenvolvidos. O texto busca demonstrar que houve uma série de “equivocos” e influências maléficas incorporadas à educação dos jornalistas no Brasil, com “consequências prejudiciais para a formação universitária da profissão” (Relatório da comissão de especialistas para as diretrizes curriculares de jornalismo, 18/09/09, p.11).

Já para tratar da contemporaneidade, os autores afirmam:

(...) a Unesco revisou seu equívoco histórico (...). Em 2007, um novo modelo de currículo, com tais indicações, foi apresentado no I Congresso Mundial sobre Ensino de Jornalismo apoiado pela entidade (...). No Brasil, (...) este movimento foi acompanhado pelo lançamento

de um Programa de Qualidade do Ensino de Jornalismo (...) (Relatório da comissão de especialistas para as diretrizes curriculares de jornalismo, 18/09/09, p.13)

(...) Estas iniciativas não representam um rompimento com a área acadêmica maior da Comunicação, mas antes sua revitalização, pelo fortalecimento de sua diversidade e dos vínculos com as práticas sociais e culturais que a originaram, justificando sua existência. (...) Assim, (...), encaminhamos a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Jornalismo, desmembradas das Diretrizes Curriculares Nacionais “para a área de Comunicação Social e suas Habilitações”, estabelecidas pela Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002. (ibidem, p.14)

Tudo isso denota um grande esforço para validar retoricamente o fenômeno da produção de diretrizes curriculares exclusivas para jornalismo. Ora, se existiu tanto investimento discursivo nesse sentido, isso é sinal de que houve, no mínimo, incômodos e discordâncias sobre o assunto. De fato, em dezembro de 2009, a Compós divulgou suas “ressalvas” (p.1) ao relatório, combatendo, em primeiro lugar, a “perspectiva separatista” (p.2) da proposta de se criar diretrizes específicas e, em segundo lugar, criticando o posicionamento ideológico dos adeptos à ideia de Jornalismo como forma de conhecimento:

A Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação/COMPÓS vem a público manifestar sua preocupação quanto ao teor e às conseqüências da proposta de Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo formulada pela comissão de especialistas indicada pelo Ministério da Educação. *Preocupa-nos a atomização do campo comunicacional que a adoção das diretrizes poderia vir a causar* (...) (COMPÓS, 2009, p.1, grifos meus)

(...)
A proposta (...) assume uma perspectiva específica sobre jornalismo (jornalismo como mediação entre a realidade e a sociedade) e se constroi retoricamente desconhecendo que isso é uma disputa dentro do próprio campo jornalístico. E, como documento que pretende estabelecer diretrizes de ensino, assume uma perspectiva que, ao invés de acolher a diversidade de olhares e de perspectivas conceituais sobre a atividade, a profissão e a ideologia do jornalismo, fecha-se em uma visão singularizante sobre isso. (COMPÓS, 2009, p.3-4)

Fora do universo acadêmico, isto é, no âmbito mais geral da sociedade civil, no entanto, essas questões de cunho mais teórico não tomaram grandes proporções nem chegaram a ser detalhadas nesse nível, embora os participantes do debate tenham entrado em contato com elas e, eventualmente, emitido algum tipo de opinião. De modo mais específico, o ator social externo ao ambiente universitário que chegou a ter um envolvimento significativo com as disputas desse teor ideológico foi a Fenaj, entidade de classe que, como

se sabe, sempre esteve imersa nas discussões sobre a formação do jornalista.

Houve, porém, um tema muito debatido por um grande número dos atores sociais que participaram das discussões sobre as diretrizes¹⁰⁷ (assunto mais presente nesta discussão do que nas do diploma): o contexto contemporâneo com seus respectivos desafios relativos à globalização, às inovações tecnológicas, à convergência midiática e outros. Como o objetivo declarado da discussão foi debater sobre os critérios para organizar uma formação adequada para o jornalista na atualidade, as questões relacionadas à mídia na contemporaneidade foram abordadas. A análise dos discursos com esse enfoque leva a perceber que existem alguns pontos de tensão e outros de visão compartilhada sobre a identidade do jornalista nos dias de hoje, os quais serão apresentados a seguir, a partir das vozes analisadas:

Em relação às novas tecnologias, a formação do jornalista deve apontar para uma discussão crítica sobre a convergência dos meios. Sabemos que cada vez mais a produção de conteúdo para televisão, rádio e internet se mistura. A Abong considera que as faculdades devem estar prontas para discutirem a necessidade de regulação desses setores e também o que significa a produção de conteúdo para esses novos meios. (Ana Maria Straube, representante da Associação Brasileiras de ONGs, na terceira audiência pública, 18/05/09)

Sabemos que existem muitas formas de nos informarmos (...) no século XXI. A internet muda nossa vida. Não substitui o jornal, uma mídia não mata a outra, mas elas convivem. Ela muda a maneira de nos informarmos e isso deve ser levado em conta para um currículo de jornalismo para a graduação. Ele tem que saber das novas mídias, saber respeitar as linguagens de cada meio. (Padre Manuel Quintas, representante da CNBB, na terceira audiência pública, 18/05/09)

Tais falas, recolhidas de atores sociais externos ao campo jornalístico durante a terceira audiência pública (que foi a oportunidade em que mais se discutiu a contextualização do ensino de jornalismo no período contemporâneo), tendem a repetir os lugares-comuns sobre internet, convergência, velocidade da informação, manifestando preocupações com a educação para o uso das novas mídias, para o ensino dos modos operatórios dos meios com novas características, em suma, um foco na aprendizagem técnica. Com isso, é possível considerar que essas vozes encampam uma percepção de identidade jornalística ainda muito ancorada nas imagens do jornalista trabalhador da grande corporação. Essa conexão com tal modelo identitário, porém, não está visivelmente expressa nos discursos e talvez não seja sequer percebida por aqueles mesmos sujeitos que os proferiram. Pelo contrário, essa

¹⁰⁷ Refiro-me aos que compareceram a uma ou mais audiências públicas para abordar a questão.

contradição fica velada quando se ouvem opiniões que sugerem que o papel da universidade não é atender aos desejos do mercado ou é de cultivar nos alunos uma postura crítica em relação ao *mainstream*.

Outro aspecto que aparece como um dos mais fortes fundamentos para as representações identitárias do jornalista que emergem das vozes inseridas nesse debate é a profissão. O caráter profissional da atividade jornalística é tomado como se fosse um elemento imutável, automático, natural, essencialista e não como um constructo histórico, ou seja, o resultado de diferentes processos que, na modernidade, configuraram o jornalismo com esses contornos que atendiam aos propósitos modernos muito melhor do que se essa fosse uma atividade essencialmente artística, literária, ou praticada como um hobby de pessoas vinculadas a outros campos. Chamo especial atenção a esse modo – que parece muito óbvio – de encarar o jornalismo, mas que tem sofrido alguns tensionamentos no período contemporâneo, tal como argumentado no capítulo anterior. Apesar dos deslocamentos efetivamente em curso no mundo das tecnologias digitais, os discursos dos participantes do debate sobre diretrizes curriculares de jornalismo, mesmo quando encampam reflexões sobre contexto contemporâneo e novas tecnologias, mencionam temáticas e preocupações conectadas com a ideia moderna de jornalismo profissional. Nesse sentido, estudantes e sindicalistas, por exemplo, manifestam temores em relação à possível intensificação da exploração da mão-de-obra do jornalista no cenário das NTICs:

Hoje é importantíssimo os estudantes discutirem a precarização da profissão; a questão das novas mídias, que são aclamadas pelas novas possibilidades, mas acabam também criando complicações, por exemplo, dentro das empresas, o jornalista acaba executando tarefa de webmaster, de cinegrafista, recebendo apenas um salário. (Valério [sem sobrenome], estudante de graduação da PUC/SP e representante da Enecos, na terceira audiência pública, 18/05/09)

(...) e se a gente não explicitar bem essa questão do multimídia, ela dá outra conotação (...) na verdade, não é um jornalista multimídia, mas é um jornalista multitarefeiro. (Valci Zuculoto, representante da Fenaj, na terceira audiência pública, 18/05/09)

O Relatório da comissão de especialistas também deu destaque à questão profissional na atualidade, relacionando-a à temática das novas tecnologias e fornecendo orientações bastante específicas nesse sentido:

A elaboração do Projeto Pedagógico (...) deverá observar os seguintes indicativos:

(...)

e) cuidar da **preparação de profissionais** para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso reconhecer os seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente.

f) Ter como **horizonte profissional** o ambiente regido pela convergência tecnológica, onde o impresso não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho nem dite as referências da profissão, embora conserve a sua importância no conjunto midiático

(...)

h) atentar à necessidade de preparar **profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos** em um espaço cuja oferta de emprego não cresce na mesma proporção que a oferta de mão de obra.

(Relatório da comissão de especialistas, 2010, p.16, grifos no original)

O negrito propositalmente usado pelos redatores do Relatório nos trechos que mencionam profissão é um indicativo gráfico de como a figura do profissional funciona, na visão dos autores do documento, como alicerce da formação universitária do jornalista na contemporaneidade. O trecho sinaliza, também, que a comissão absorveu parte das discussões anteriores, uma vez que buscou apresentar respostas político-pedagógicas às questões conectadas com os fenômenos da “mutação tecnológica”, da convergência e da atual crise do emprego. Observa-se que há uma intencionalidade na redação dessas orientações, no sentido de estabelecer parâmetros para a graduação, de modo que esta seja capaz de criar condições para que o futuro jornalista esteja tecnicamente preparado para lidar com a realidade em que ele irá atuar profissionalmente.

Nota-se, ainda, que os direcionamentos sobre o Projeto Pedagógico se caracterizam pela ênfase nos saberes teóricos diretamente integrados à prática da profissão e na preparação técnica do jornalista para atuar no contexto contemporâneo. As competências a serem desenvolvidas segundo tais orientações estariam, prioritariamente, voltadas a um sentido utilitário, de aplicação de conhecimento para ter sucesso na vivência profissional. Não se vislumbra entre as recomendações do Projeto Pedagógico uma preocupação com o desenvolvimento e o exercício intelectual de conhecimento(s) que não seja(m) necessariamente aplicado(s). Mesmo que atividades didáticas para incentivar a pesquisa e a extensão estejam contempladas nas propostas; além de haver sugestões para se formentar a integração com a pós-graduação, a tendência em reforçar a identidade do jornalista como um profissional prático e técnico é o traço que mais se sobressai no documento.

A força da imagem da profissão em face do processo de construção da identidade do jornalista no início do século XXI não aparece exclusivamente nos discursos dos atores

sociais mencionados anteriormente, mas também é verificável em vozes que se manifestaram contra as propostas das diretrizes curriculares, como a Compós, por exemplo. Ao emitir sua opinião, a entidade declara que as proposições do Relatório para a formação universitária do jornalista são reflexo de uma leitura distorcida por parte da comissão de especialista sobre a contemporaneidade. Para a Compós, “o contexto contemporâneo prevê ou favorece o comunicador polivalente” (p.2):

Num contexto de profundas mudanças, em especial em áreas que experimentam transformações em suas práticas e em suas identidades, como nos parece ser o caso da comunicação em sentido amplo e do jornalismo que está em discussão aqui, a concepção que parece surgir da *proposta de novas diretrizes tenderia a congelar o ensino e a pesquisa na realidade do século passado e inviabilizar toda e qualquer tentativa de preparar o aluno para o mundo contemporâneo, que exige cada vez mais profissionais versáteis e criativos.* (COMPÓS, 2009, p. 2, grifos meus)

As afirmações chegam a soar como acusações, sobretudo pelos termos “congelar”, “século passado”, “inviabilizar”. Esse tom discursivo é reflexo do já comentado conflito acadêmico em torno do reconhecimento do jornalismo como campo científico de conhecimento. Sem retroceder a esse aspecto da investigação, vale retomar a reflexão que vinha sendo feita e destacar que há, nesse trecho em que a Compós também faz considerações sobre a contemporaneidade, representações do jornalista bastante conectadas com a imagem profissional da atividade. Acontece que aí, há um profissionalismo de outra ordem, que não está construído em torno da diferenciação identitária pela via da especialização, mas que se conecta à ideia de generalidade e de polivalência.

Nota-se, portanto, que as imagens de jornalista profissional não são as mesmas nos discursos de estudantes, representantes sindicais, acadêmicos. Mesmo dentro de cada subgrupo, há nuances sobre os entendimentos acerca dos critérios para a conformação profissional. Quando todas essas diferentes vozes e suas respectivas inserções no debate são analisadas mais de perto, percebe-se a existência de antagonismos em relação ao conteúdo central da discussão – seja diploma, sejam diretrizes –, bem como a coexistência de diferentes critérios de profissionalismo e de distintas preocupações relativas à vivência da profissão. Em meio à sutileza e às ambiguidades de tais afastamentos, há um foco de convergência para todas as falas, uma vez que, de modo geral, a ideia de jornalismo como campo profissional ainda permeia fortemente as representações e imagens que emergem nos discursos dos participantes do debate sobre a formação do jornalista na contemporaneidade.

Todavia, é sempre importante reiterar que esse – como qualquer outro - traço identitário (por exemplo, as imagens do jornalista como um trabalhador nas grandes corporações, muito forte e aparentemente estável nos anos 1980, mas tensionada em face do mundo das tecnologias digitais) não é automático ou natural, mas resulta de um percurso histórico recheado de negociações. Tal como já comentado, nem sempre o aspecto profissional foi o mais saliente em relação ao jornalismo, que já foi encarado como uma forma de atuação político-panfletária ou, para outros, um bico ou atividade laboral sem status de profissão. Da mesma maneira, por mais sólido que um traço identitário possa parecer, ele está sempre sujeito a ruir, caso venha perder seu sentido em um contexto de mudanças e conflitos.

A última parte do terceiro capítulo apontou para pontos de tensionamento no caráter profissional da identidade jornalística. De maneira alguma se desejou desenhar um cenário catastrófico sobre o fim da profissão, mas houve um esforço no sentido de enxergar instabilidades, no contexto contemporâneo, em imagens, poderes, crenças, valores, práticas e saberes ligados à ideologia profissional. Como visto, algumas transformações ligadas ao uso da internet e à apropriação dos meios de divulgação de informação por um número alargado de pessoas, agora imersas em meios digitais de trocas de mensagens textuais e imagéticas, habitantes de redes de sociabilidade com altos potenciais de dispersão informacional, são parte do complexo terreno em que se verificam inúmeros sujeitos com a sensação de [auto]pertencimento ao grupo dos jornalistas, descoladamente da vivência profissional da atividade jornalística. Obviamente, os critérios identitários não são baseados apenas na autodenominação e na autoimagem declarada, embora esses sejam elementos importantes na formação de si, para si e para os outros, como também já se esclareceu anteriormente. De qualquer modo, lembrar desse fenômeno ajuda a demonstrar que mesmo os traços mais consensuais da identidade do jornalista estão sujeitos a questionamentos e, quiçá, reorganizações.

Entretanto, não fica sem resposta aquele que ameaça adentrar o grupo sem ser convidado, como um penetra de festa que até pode estar com traje de gala e se misturar com alguns convivas, mas cuja presença é intolerável por boa parte dos presentes. Em oposição aos que dizem “eu sou”, emergem os que contestam: “você não é”, “você não pertence ao grupo”, uma ação que, discursivamente, procura estabelecer limites entre os de dentro e os de fora; reforçar fronteiras pela via da negação; marcar a oposição entre o ser e o não ser. Tal viés argumentativo foi observado, por exemplo, de forma bastante simplificada e

generalizante na contribuição da Associação Brasileira de ONGs às diretrizes curriculares, pronunciada durante a terceira audiência pública:

(...) em relação à internet, nós consideramos que a veiculação de informação por sites, blogs... isso não é profissão jornalística. A Abong pensa que a prática do jornalismo pressupõe uma série de *mecanismos de apuração, checagem, consulta de fontes, contraditório*, que não necessariamente está na informação produzida nos blogs e sites pessoais. E essa questão precisa ser incluída na formação do jornalista. (Ana Maria Straube, representante da Associação Brasileiras de ONGs, na terceira audiência pública, 18/05/09)

Também contra a ideia de que a veiculação de vídeos, fotos e todo tipo de texto pela internet, por seus usuários, em diferentes canais, seja condição suficiente para permitir a identificação desse internauta como um jornalista, o texto do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo trata, mais precisamente, da figura do chamado “cidadão-jornalista”:

As novas plataformas tecnológicas da comunicação, especialmente a internet, abriram enormes possibilidades de comunicação e integração humana, tornando-se excelentes ferramentas de dinamização e democratização das relações sociais. Mas, embora troquem com muito mais facilidade informações e se comuniquem de forma muito mais eficaz, inclusive com veículos próprios e pessoais de comunicação como os blogs e sites, *os cidadãos não se tornaram jornalistas*. O conceito de cidadão-jornalista só revela, no nosso entendimento, a possibilidade bem maior do que antes de o cidadão *colaborar com a mídia jornalística com informações, inclusive visuais, sobre os fatos que presenciou, mas ele não ultrapassará a sua condição de fonte-testemunha*, embora privilegiada, que raramente terá a preocupação ou poderá se dedicar a construir informação e discurso *tipicamente* jornalísticos, metodológica e eticamente orientados pelo interesse público, capazes de *superar* em profundidade e pluralidade de pontos de vista o testemunho ou a impressão pessoal. (FNJP, 2009, p.3, grifos meus)

Independentemente da pressa ou da cautela com que foram concebidas, essas falas trazem em comum o fato de terem se esforçado para evidenciar concepções para o jornalismo que transcendessem os aspectos vinculados às facilidades tecnológicas. Assim, quando o fazer jornalístico, bem como muitos saberes e técnicas relacionados a tal prática já não bastam para sustentar logicamente a diferenciação pragmática entre jornalistas e não-jornalistas, os investimentos na construção de fronteiras também lançam mão de elementos de ordem moral e ética. No caso da fala da Abong, a mera prática se difere da verdadeira prática jornalística pelos “mecanismos de apuração, checagem, consulta de fontes, contraditório”, os quais

remetem ao ideal da objetividade, tão caro à identidade profissional do jornalista no Brasil a partir da década de 1950. Em um caminho similar, embora mais sofisticado, no discurso do FNPJ, a ideia de jornalista em oposição ao “cidadão-jornalista” é construída pela indicação da postura ética e metodológica de afastamento do subjetivismo (testemunho, impressão pessoal) e de aproximação com critérios capazes de posicionar os primeiros em um nível superior aos segundos (orientação para o interesse público, tratamento profundo da informação, abordagem plural, com exposição de diferentes pontos de vista).

De fato, ao longo da história do jornalismo, sobretudo a partir dos processos de profissionalização da atividade, os valores, crenças e práticas profissionais orientadas segundo esse arcabouço simbólico exerceram influência sobre as percepções sociais sobre o grupo. Apesar de todas as críticas e desconfiças em relação ao ideal da objetividade, é possível considerar que ele [o ideal] permeou o acordo tácito entre jornalistas e seu público, tendo contribuído para a sedimentação da credibilidade pública dos jornalistas, uma vez que a objetividade foi, em grande medida, discursiva e pragmaticamente construída como uma moeda de confiança. Nesse sentido, a fala da Abong sinaliza o reconhecimento social dos jornalistas por parte de alguns atores da sociedade civil, além de expressar, mesmo sem mencioná-lo nominalmente, o sucesso da construção histórica da autoridade desses profissionais a partir do valor da objetividade.

Ainda acerca da objetividade, as análises do corpus empírico levaram a uma percepção bastante interessante. Como se sabe, o conceito esteve relacionado aos processos de modernização da imprensa no Brasil no século XX, incorporando-se como elemento crucial dos ritos de iniciação e permanência em empregos no jornalismo e figurando como temática de grande relevância em manuais de redação. Também foi objeto de ensino, reflexão e pesquisa no universo acadêmico. Apesar de todas essas marcas e influências sobre a construção identitária do jornalista brasileiro, sobretudo a partir dos anos 1950, foi curioso notar que o termo “objetividade”, quase não apareceu nas discussões sobre diretrizes curriculares de jornalismo. Apenas o FNPJ lhe faz menção nominal: “o jornalismo tem o compromisso de perseguir um elevado grau de objetividade no registro e interpretação dos fatos sociais tendo, inclusive, a prerrogativa de amparar-se no conhecimento científico existente” (Carta de 20/03/09, escrita à comissão de especialistas para contribuir com o debate das diretrizes curriculares para o curso de jornalismo).

O primeiro impacto causado pela percepção do apagamento contemporâneo de um valor historicamente tão significativo para a identidade jornalística (RIBEIRO, 2000; LOPES,

2007; SILVA, 2002 etc) foi de estranhamento, mas quase imediatamente notei que, mesmo silenciado, ele subsistia em diversos discursos, de forma indireta, pela evocação de algumas de suas técnicas: precisão, clareza, abrangência, citação de fontes, contextualização dos dados (SPONHOLZ, 2009). É possível que a carga negativa derivada de tantas críticas e discussões a que o termo foi submetido ou, ainda, a errônea, porém comum, associação do conceito de objetividade com as ideias de imparcialidade e neutralidade sejam motivos pelos quais se evitou mencioná-lo abertamente. De qualquer forma, a objetividade paira como o não-dito; vários de seus preceitos subsistiram nos discursos, como o do relatório da comissão de especialistas, que diz assim sobre o perfil esperado para o concluinte do curso de jornalismo:

Competências pragmáticas [do egresso do curso de jornalismo] – Contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade; *Perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis*; Propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de jornalismo; Organizar pautas e planejar coberturas jornalísticas; Formular questões e conduzir entrevistas; *Adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade*; Dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, produção, edição e difusão; Conhecer conceitos e dominar técnicas dos gêneros jornalísticos; *Produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção*, e ser capaz de editá-los em espaços e períodos de tempo limitados; (...) (Relatório da comissão de especialistas 2009, p.18)

A terceira audiência pública sobre as diretrizes também apresenta uma fala de teor parecido:

Quero me ater sobre o perfil dos novos egressos, e competências e habilidades. (...) Os egressos devem saber produzir, difundir informação orientados para o interesse público. E saber lidar com distintos públicos. [deve ser] dinâmico, preocupado com a precisão. Ser comprometido socialmente, ter senso crítico e equilíbrio de julgamento. Buscar *independência* em seus relatos e pluralidade de vozes nas versões que elabora. Deve ser *ético*, responsável e versátil. O perfil deve se propagar com as novas realidades de hoje, levando em conta aspectos como convergência, multimídia, informação em tempo real, novos modelos de negócio e a cada vez maior participação do público no processo de produção da informação. *Evidentemente, essas atividades práticas devem ser atreladas a concepções teóricas: aspectos [como] clareza e precisão. Sem descuidar dos preceitos éticos da profissão.* (Rogério Christofolletti,

representante da Rede Nacional de Observatórios de Imprensa, na terceira audiência pública, 18/05/09, grifos meus)

Como é possível observar, muitas vozes, tanto internas quanto externas ao campo jornalístico, fazem menções ao fazer jornalístico procurando associá-lo a aspectos epistemológicos e axiológicos que sejam transcendentais ao mero pragmatismo da produção de informação e sua difusão. As imagens sobre a práxis profissional são discursivamente revestidas de aspectos que exaltam o comprometimento social da profissão, a virtude moral de seus representantes e um caráter de missão pública. Entre os elementos a compor tais representações, sobressaem, durante as discussões sobre diretrizes curriculares, as questões da independência, da ética e da formação humanística, quase sempre atreladas - vale lembrar - à figura do jornalista como defensor da democracia e promotor das liberdades.

Nós entendemos que curso algum nessa área será possível de existir e ser bem sucedido se não estiver calcado numa profunda formação humanística. (...) o desejo que o Observatório da Imprensa tem é de que se possa valorizar a formação humanística em primeiro lugar, porque a técnica é o de menos. Aprende-se sem grandes problemas. Mas conhecer o contexto e o chão em que se está pisando parece uma obviedade, mas os cursos deixam isso a desejar. E é a universidade quem dá essas referências. Qualificar o jornalismo de forma que ele seja (...) o garantidor da democracia, das liberdades. (Luis Egypto, representante do Observatório da Imprensa na terceira audiência pública, 18/05/09, em São Paulo).

O jornalismo não é apenas uma formação tecnicista, é também humanista. (Carlos Franciscato, presidente da SBPJor, representando a entidade na primeira audiência pública, 20/03/09, no Rio de Janeiro)

A formação do novo profissional multimídia, no entanto, não deve se afastar em nenhum minuto da formação humana. Não há como, por exemplo, ter escolas que ministram cursos de ética e legislação. São dois cursos absolutamente distintos e complementares ao mesmo tempo. Uma coisa é a legislação, outra coisa é a formação ética, fundamental neste momento de grandes transformações e que exige grande atenção à questão tecnológica. (Caio Tulio Costa, jornalista que participou com orador convidado durante a terceira audiência pública, 18/05/09, em São Paulo).

Foi dito aqui que não podemos separar o jornalista de seu aspecto humano, do humanismo. Não poderíamos reduzir o jornalismo apenas às técnicas, mas temos que pensar na formação humana do jornalista, diferenciando ética e legislação. (Pe. Manuel Quincas, representante da CNBB na terceira audiência pública, 18/05/09, em São Paulo).

Nem todos os discursos com esse teor significaram que os participantes do debate estivessem creditando ao curso superior de jornalismo o mérito de realizar a formação ética e humanística para os futuros profissionais. Mesmo que durante as audiências públicas, a necessidade de se incluírem no currículo do curso disciplinas ligadas à ética – separadamente do ensino de legislação, segundo a ênfase de alguns – tenha sido repetida por muitas vozes, algumas delas, em outro contexto, não defenderiam a obrigatoriedade da formação universitária em jornalismo e argumentariam que postura ética e humanista não se aprende apenas na faculdade.

Vale esclarecer que nenhum questionamento direto à participação da universidade na conformação dos traços éticos e humanistas para o profissional foi encontrado no conjunto de falas recolhidas nos debates sobre diretrizes curriculares. Entretanto, é interessante lembrar que, nos embates sobre diploma, foram evidenciadas manifestações discursivas do tipo: "Para ser jornalista, é preciso ter uma formação cultural sólida, científica ou humanística. Não é o diploma de Jornalismo, com certeza, que vai garantir está sólida formação". (Site do Movimento dos Jornalistas Sem Diploma, 05/03/05). Outra fala emblemática daquelas discussões e que merece ser lembrada foi a do então presidente do Supremo Tribunal Federal, ressaltando a importância da ética no exercício do bom jornalismo, mas questionando o poder da universidade em ser decisiva nessa formação:

O jornalismo despreparado diferencia-se substancialmente do jornalismo abusivo. Este último, como é sabido, não se restringe aos profissionais despreparados ou que não frequentaram um curso superior. As notícias falaciosas e inverídicas, a calúnia, a injúria e a difamação constituem grave desvio de conduta e devem ser objeto de responsabilidade civil e penal. Representam, portanto, um problema ético, moral, penal e civil, que não encontra solução na formação técnica do jornalista. *Dizem respeito, antes, à formação cultural e ética do profissional, que pode ser reforçada, mas nunca completamente formada nos bancos da faculdade.* (Voto de Gilmar Mendes, em 17/06/09, no processo judicial para pedir o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo no Brasil, grifos meus)

No entanto, para não soar completamente desfavorável ao campo acadêmico, de onde ele mesmo veio, o Ministro se retrata em relação à preparação universitária, mas mantém a argumentação que busca diminuir o capital simbólico dos jornalistas, por meio de figuras de comparação:

É inegável que a frequência a um curso superior com disciplinas sobre técnicas de redação e edição, ética profissional, teorias da

comunicação, relações públicas, sociologia etc., pode dar ao profissional uma formação sólida para o exercício cotidiano do jornalismo. E essa é uma razão importante para afastar qualquer suposição no sentido de que os cursos de graduação em jornalismo serão desnecessários após a declaração de não-recepção do art. 4º, inciso V, do Decreto-Lei nº 972/1969. Tais cursos são extremamente importantes para o preparo técnico e ético de profissionais que atuarão no ramo, assim como o são os cursos superiores de comunicação em geral, de culinária, marketing, desenho industrial, moda e costura, educação física, dentre outros vários, que não são requisitos indispensáveis para o regular exercício das profissões ligadas a essas áreas. Um excelente chefe de cozinha certamente poderá ser formado numa faculdade de culinária, o que não legitima o Estado a exigir que toda e qualquer refeição seja feita por profissional registrado mediante diploma de curso superior nessa área. (Voto de Gilmar Mendes, 17/06/09)

Tais falas, apesar de emprestadas do corpus relativo aos debates sobre diploma, foram reproduzidas neste capítulo por deixarem mais explícita uma dada crença a respeito do jornalismo que também esteve presente nas discussões sobre diretrizes curriculares, mas que não apareceu de modo tão evidente: a de que a atividade supõe saberes e posturas que podem estar de alguma forma acessível aos que não cursaram a graduação específica nessa habilitação. Sintoma disso é que a possibilidade de uma formação complementar em jornalismo para pessoas diplomadas em outros cursos superiores foi um tópico muito presente nas discussões sobre as diretrizes. A proposta de uma espécie de curso de pós-graduação destinado a habilitar um graduado de outra área para realizar trabalho jornalístico foi uma ideia defendida durante a terceira audiência pública por Caio Túlio Costa, jornalista, professor de Ética e Legislação em universidades de São Paulo, além de autor de um livro sobre ética no jornalismo. Seu ponto de vista foi corroborado por outros participantes do evento, como o representante da CNBB, padre Manuel Quincas. Houve, contudo, nessa mesma audiência, opositores de tal ideia, como, por exemplo, Valci Zucoloto, representante da Fenaj, e Carlos Augusto Schroder, representante do FNDC. Meses antes, o FNPJ também se manifestara sobre o assunto, tendo-o feito de forma escrita, ao incluir alguns parágrafos no documento que a entidade entregou como sua contribuição à comissão de especialistas durante o período de ouvidoria pública:

A pouca clareza com o que se vem chamando de dupla diplomação é vista com bastante preocupação pelo FNPJ. Em princípio, reforçamos a noção de que dupla diplomação já existe, e pode existir, pois se caracteriza pela conclusão integral de um segundo curso. A intenção de permitir a portadores de diploma de outras áreas o exercício do

jornalismo, com carga horária reduzida significa, na realidade:

- a) a necessidade de legislação específica, o que é competência do Congresso Nacional;
 - b) não uma dupla diplomação, mas uma formação complementar à primeira e *incompleta* do ponto de vista da segunda, isto é, das necessidades do jornalismo, segundo o que se debate no próprio processo de renovação das diretrizes curriculares;
 - c) *um risco sério de descaracterização da profissão do jornalista;*
- (FNPIJ, 20/03/2009, grifos meus)

A questão da formação complementar se sustentou durante as discussões sobre diretrizes a partir da conexão com duas principais matrizes: uma de cunho transnacional, baseada na experiência de outros países e formalmente delineada com contornos educacionais no documento da Unesco, de 2007, *Model Curricula for Journalism Education*¹⁰⁸, e outra legal, com base na legislação brasileira vigente, que exigia a diplomação específica em jornalismo para o exercício da profissão de jornalista no Brasil. No contexto das falas reproduzidas nos parágrafos anteriores, ainda não havia ocorrido a decisão judicial que pôs fim à obrigatoriedade do diploma, donde se percebe que a ideia de um curso complementar ressoava tão polêmica, uma vez que – obviamente – os defensores da exigência não concordavam com modelos educacionais que não fossem a formação universitária específica.

Já havia se passado três meses da decisão do STF pelo fim da obrigatoriedade quando a comissão de especialistas encaminhou o seu relatório ao MEC (setembro de 2009). Segundo palavras da própria comissão, a queda do diploma obrigatório assim como as modificações em lei anunciadas pela CAPES referentes ao chamado mestrado profissional foram “alguns fatos novos [que] alteraram o cenário nacional, sobrepondo-se ao rumo da proposta” (Diretrizes curriculares..., 2009, p.2).

Embora boa parte dos membros da comissão de especialistas formada pelo MEC fosse composta por pessoas indicadas pelo grupo dos defensores da obrigatoriedade do diploma, o relatório por elas redigido tem um tom que pode até aparentar cordialidade frente ao novo contexto legal:

¹⁰⁸ O documento da Unesco descreve dois principais níveis de formação: um de graduação (para pessoas que terminaram estudos secundários e estão aptas a frequentar curso superior) e outro de mestrado. Cada um desses possui subdivisões, com respectivos formatos. Entre os de graduação, admite-se currículo de 3 ou de 4 anos. Já os cursos de mestrado são de dois tipos: um dirigido para não graduados em jornalismo e outro para graduados em jornalismo (grade curricular com 70% de jornalismo e 30% e arte/ciência) ou pessoas com mais de cinco anos de experiência profissional em jornalismo (grade curricular com 30% de jornalismo e 70% e arte/ciência). Um terceiro e interessante modelo é delineado nos apêndices desse documento: um certificado é concedido após dois anos de curso “que pode ser tomado como uma preparação básica para jornalismo ou uma ponte da escola secundária para um programa universitário em jornalismo.” (UNESCO, 2007, p.11, tradução livre)

Entende a comissão que esses instrumentos legais balizam o atendimento a demandas específicas, no sentido de aperfeiçoar o ensino de jornalismo, valorizar a profissão e qualificar ainda mais os aspirantes ao seu exercício.

(...)

A formação de profissionais especializados, pleito histórico das organizações jornalísticas, tem a possibilidade de se estabelecer através de cursos de mestrado profissional, credenciados pela CAPES. Neles, os formados em outras áreas de conhecimento poderão preparar-se para colaborar nas editorias especializadas, atuando como comentaristas, consultores ou planejadores de conteúdo. (p.2)

Ao olhar de mais perto para o referido trecho, nota-se, no entanto, alguns detalhes que mantêm diálogo com os argumentos outrora usados nas discussões. Aos graduados de outros cursos, não se “concede” o espaço da reportagem ou da produção de notícias. Estranhos ao campo são bem-vindos apenas no exercício de colaboração com o jornalismo e, ainda assim, em “editorias especializadas”, mas não na prática jornalística cotidiana, sobretudo a relacionada com a produção e difusão de conteúdo informativo. Tal posicionamento, não obstante sua sutileza discursiva, tem traços de continuidade com crenças e representações sustentadas pelo grupo Fenaj, FNPIJ, SBPIJor, sobretudo no sentido de reforçar a concepção de jornalista como mediador desejado e competente entre o público e os fatos do mundo.

Como é possível notar, o debate sobre diretrizes curriculares para o curso de jornalismo são muito mais do que discussões acerca dos conteúdos necessários à formação universitária, mas encampa uma série de interseções com outros debates que tocam ao exercício profissional do jornalismo, à autoridade desse agente social e seu lugar de fala no contexto da contemporaneidade, à presença do campo jornalístico com ator social do meio acadêmico. Considera-se, portanto, que todo esse borbulhar de posicionamentos, vozes, silenciamentos, movimentações em torno da produção da primeira proposta oficial para diretrizes de jornalismo funcionou com uma grande arena de construção identitária, espaço em que discursivamente se evidenciaram diferentes noções sobre as fronteiras do jornalismo na atualidade. Observou-se, sobretudo, que ainda há uma forte valorização das instâncias empresariais e corporativas enquanto espaço de formação profissional e, por conseguinte, de construção identitária. A inserção de estágio obrigatório na grade curricular, uma das orientações do Relatório produzido pela comissão de especialistas é signo desse peso.

Por outro lado, ficou evidente uma preocupação generalizada com a formação do jornalista em face das novas tecnologias de informação e comunicação, concebidas como

espaços que possibilitam saberes, fazeres e valores diferentes dos tradicionalmente encontrados nos meios de comunicação de massa. Mas, tampouco há consenso sobre as imagens do jornalista nesse contexto. Muito do que se diz sobre como o jornalista deve agir, como deve discursar, como deve ocupar as novas mídias no cenário da convergência ainda está nebulosamente indefinido, apresentando mais controvérsias acerca do que pode ser entendido como fronteira para o grupo dos jornalistas.

Em certos momentos, vê-se claramente a oposição entre modelos de jornalismo e de jornalista, quando subgrupos defendem de modo mais aberto algumas concepções muito típicas do século passado – como objetividade, por exemplo – em contraposição com movimentos mais contemporâneos, como os dos midialivristas. De qualquer modo, ao fim e ao cabo, na maior parte das vezes, o que fica mais patente é a procura generalizada por um discurso pacificador, em torno de valores tidos como universais, como a democracia, a cidadania, a liberdade.

Considerações finais

Não são poucos nem recentes os conflitos para se definir quem tem mais autoridade para dizer quem pode ou não fazer parte do grupo dos jornalistas. No eixo da formação (ou em seu entorno), tais lutas pelo poder de estabelecer fronteiras são particularmente evidentes, incorporando atores sociais que não se resumem ao campo do ensino, mas também aqueles que, de um modo ou de outro, se dizem legítimos promotores dos saberes do jornalismo. Na disputa judicial da primeira década do século XXI acerca da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão, ficou claro que atores sociais do universo do direito colocaram em xeque o papel da universidade na configuração do jornalista no Brasil. Também se esclareceu que esse posicionamento não surgiu gratuitamente, mas conectou-se com processos muito anteriores de discussão sobre esse mesmo tema, em particular, e sobre a educação do jornalista, de modo geral. Ficou patente, em um cenário resultado de processos de polarização ideológica sobre a questão da exigência do diploma, que o questionamento sobre o poder e a prioridade da universidade na promoção de fronteiras para o grupo foi protagonizado por atores pertencentes ao grupo dos jornalistas, mas que representavam a visão do patronato de mídia (mais precisamente, o Sertesp e o jornal *Folha de S. Paulo*).

O contrapeso aos argumentos que não apenas se dirigiam à questão da obrigatoriedade, mas ao próprio lugar de poder ocupado pelo campo acadêmico foi preenchido por discursos oriundos da academia, como também de outras esferas sociais, sobretudo as entidades de classe não patronais dos jornalistas. Entretanto, o olhar sobre os dados da pesquisa que levaram em conta a multiplicidade de visões no interior do ambiente universitário levou à conclusão de que a postura contrária à obrigatoriedade não se resumiu a um posicionamento classista, como já estivera prioritariamente caracterizada na década de 1980, mas abrigou nuances acerca do próprio sentido da profissão de jornalista para os diferentes professores e pesquisadores da área de comunicação.

A compreensão desses aspectos, entre outros, só foi possível uma vez que toda disposição investigativa se baseou na constatação de que, nos jogos de poder para autoafirmações e capitalização simbólica de lugares de fala, são mobilizados valores, imagens, representações, memórias que, de maneira sempre fluida e, muitas vezes ambígua, vão fazendo parte da construção identitária do jornalista. Neste trabalho, a proposta de investigar a identidade social desse agente esteve sempre convicta de que, ao buscar um entendimento sobre quem são os jornalistas, um concomitante esforço é feito para

compreender o que eles fazem, como eles fazem e que significado esse fazer possui para a sociedade em que vivemos.

Ao longo da reflexão, propositalmente organizada de forma cronológica, foram observados diversos processos e conjunturas que conduziram a uma centralidade da mídia na sociedade moderna e a uma paulatina formatação profissional dos jornalistas. Os processos de profissionalização compreendem inúmeros aspectos que apontam para o desenho de uma autonomia de seu fazer, seu saber, seus ritos iniciáticos, enfim, tudo que contribuisse para o reforço de uma ideologia profissional e para a constituição de critérios fortes para o acesso à profissão. Tratou-se, portanto, de acompanhar a construção de um poder e de um reconhecimento, os quais estiveram significativamente atrelados a processos de diferentes matizes (educacionais, culturais, políticas, econômicas, sociais), tendo em consideração o contexto brasileiro desde o início do século XX.

A história de profissionalização da atividade jornalística foi vista sob a perspectiva das marcas deixadas por uma longa trajetória de intervenção do Estado nas relações sociais de trabalho. Como demonstrado, o corporativismo foi um elemento crucial de produção de sentidos para as relações trabalhistas e para os próprios trabalhadores. Vale lembrar que as primeiras experiências de constituição de escolas de jornalismo no Brasil tiveram origem em iniciativas lideradas por organizações coletivas dos jornalistas (ABI, sindicatos). Além disso, chamou-se atenção para o fato de mecanismos do Estado, sobretudo decretos-leis nas décadas de 1930 e 1940, terem conduzido a uma dada conformação no ensino do jornalismo no país.

Também a própria imprensa (primeiramente a imprensa em papel, e, mais tarde o rádio e a televisão) e o seu crescimento estão intimamente ligados a ações do Estado brasileiro, que desempenhou papel fundamental na constituição de grandes conglomerados de mídia no país. Não obstante essa contínua proximidade, que se manifestou por diferentes formas de interferência e patrocínio, os meios de comunicação, em geral, e o jornalismo, em particular, buscaram construir sua autoridade e sua credibilidade em torno da ideia de independência em relação aos poderes. Assim, desde as experiências do jornalismo panfletário - de cunho abertamente opinativo e claramente atrelado a alguma posição político-ideológica - até o momento contemporâneo, passando pela experiência de incorporação da objetividade como um ideal para a profissão, a questão da liberdade de imprensa/liberdade de expressão sempre foi uma ancoragem crucial para a identidade do jornalista.

Ao examinar o início do século XXI, foram detectados fatores que sustentam a afirmação que a imagem profissional do jornalista já não tem a mesma força que foi alcançada

no auge da modernidade. As reflexões desta tese sobre a contemporaneidade buscaram demonstrar que esse período é marcado por uma série de transformações no jornalismo, no ambiente midiático, nas situações comunicativas, nos formatos de visibilidade da informação, no contexto educacional e profissional. Tais mudanças têm contribuído, cada uma a seu modo, para pôr em questão alguns elementos e crenças que foram consagrados – uns mais ou outros menos – na identidade jornalística em consonância com o projeto moderno. Em relação ao valor da liberdade, entretanto, concluiu-se que ele parece não ter sofrido abalos nesse sentido, uma vez que se manteve, juntamente com a defesa dos valores democráticos, como um dos parâmetros mais fortes para sustentar a credibilidade e o poder dos jornalistas. Isso ficou muito evidente na análise dos discursos proferido no contexto de debates da primeira década deste século, sobre a obrigatoriedade do diploma e sobre as primeiras diretrizes curriculares para o curso de jornalismo, quando se pôde notar a proliferação de uma retórica autorreferencial reforçada pelo atrelamento discursivo àqueles aspectos.

Tal conclusão não equivale a uma redução simplista dos mecanismos de construção do *ethos* discursivo que dialeticamente envolvem a produção de reconhecimento social nos conflitos em que persuasão e convencimento estão em jogo. De modo contínuo, a investigação empírica e a reflexão teórica crítica, amparadas pela preocupação com o entendimento de processos históricos conexos a fenômenos e posições ideológicas atuais, buscaram enxergar pontos de convergência nos esforços de atores sociais específicos com vistas a delimitar fronteiras para o grupo dos jornalistas, mas sem negligenciar as distintas concepções de cada um desses agentes acerca dos conceitos de liberdade, democracia e cidadania. Um dos mais importantes entendimentos que esta pesquisa foi capaz de evidenciar foi que imagens hegemônicas e sentidos compartilhados aparentemente de maneira ampliada não significam, necessariamente, a existência de um consenso acerca da identidade jornalística.

Aliás, o processo de construção identitária está permanente tensionado pelas zonas de combate que nem sempre são visíveis e audíveis, como em ocasiões de debate público (as audiências públicas acerca de diretrizes para o ensino superior de jornalismo, por exemplo). A formação de imagens, a mobilização de representações, a produção de crenças, a recuperação memorialista de características e marcas, a reprodução de mitos, a incorporação de padrões do saber prático, a propagação de saberes profissionais, a origem de um sentimento de pertencimento grupal, enfim tudo isso permeia vivências que, cotidianamente, se estabelecem dentro das empresas jornalísticas, nos cursos superiores, no mercado de trabalho, no âmbito

das organizações sindicais, na mídia tradicional e no novo ambiente digital com suas possibilidades multimidiáticas. Entretanto, é fulcral reforçar que cada uma dessas instâncias contém, em si mesma, suas multiplicidades, ainda que um de seus traços sobressaia ou um de seus subgrupos tome para si o papel de porta-voz. Nesse sentido, as nuances, muitas vezes, só podem ser evidenciadas quando há um intuito consciente para observar atentamente essa heterogeneidade e perscrutar os pontos nevrálgicos que sub-repticiamente a permeiam.

O caminho percorrido por este trabalho pelas searas do eixo pedagógico tornou evidente uma dessas sutilezas que, não raro, permaneceu silenciada por uma retórica que funciona com a seguinte estratégia: não se impõe como discurso persuasivo, mas adquire um formato próximo à lógica científica, amparado na força material da prova, buscando uma adesão quase automática do auditório, a quem não é dado espaço ou crédito para questionar o que é proposto como verdade. Tal enquadramento discursivo, associado a iniciativas concretas para consolidar a postura ideológica, foi identificado junto a um grupo de atores sociais do meio acadêmico, mas com ligações fortes com o meio sindical jornalístico, o qual tem defendido a concepção de jornalismo como um campo de conhecimento específico e especial dentro da área de comunicação.

Tal ponto de vista não é compartilhado por todos os professores e pesquisadores que estão, de alguma forma, envolvidos com a formação do jornalista nas universidades brasileiras. Embora discursos com esse teor se reproduzam em textos acadêmicos, no cotidiano das salas de aula e em momentos de debate público revestidos de amparos e apoios do cânon científico, a comunidade acadêmica não compartilha de igual modo as proposições feitas acerca da atividade jornalística. Ao fim e ao cabo, todos esses esforços na consolidação de um paradigma são apenas mais uma das forças constituintes – e dialeticamente constituídas por estes – dos complexos processos de organização e reorganização da identidade do jornalista no tempo. Advogar pelo entendimento do jornalismo como forma de conhecimento mostrou ser, na maior parte das vezes, estratégia de atores sociais – do campo jornalístico e do campo acadêmico conectado com o jornalismo – de galgar autoridade, de construir um lugar de fala dentro da academia.

A demonstração de tais conformações retóricas conduziu à conclusão de que não convém àqueles que se proponham a analisar tais fenômenos se alinharem, despreocupadamente, com qualquer um dos núcleos de concepção do jornalismo ou subgrupos ideologicamente comprometidos com a delimitação de um dado lugar de fala. Mesmo que o pesquisador tenha sua preferência a respeito do formato normativo para a

atuação jornalística e a conformação do agente social que irá atuar nessa atividade, quando existe uma proposta de entender o que tem ocorrido com a identidade (consequentemente, com os valores, os fazeres, os saberes, as imagens, as memórias), tais preferências não devem obscurecer a tentativa de um olhar mais horizontal acerca das multiplicidades que perpassam as lutas pelos sentidos identitários.

Foi salientado, também, que as pesquisas e estudos acadêmicos sobre o jornalismo e os jornalistas estão, de modo geral, carregados da figura do jornalista-funcionário-de-empresa, ou seja, um profissional necessariamente atrelado a uma corporação que visa ao lucro. Porém, apesar de o local de trabalho e a produção industrializada da mercadoria-notícia serem balizas importantes para a definição da identidade do jornalista, este não se define exclusivamente por tais indicativos. De fato, não é difícil reconhecer que a face mais visível e socialmente projetada desses profissionais tem sido amplamente fornecida, ao longo do tempo, pelos meios de comunicação social, cada um com seus poderes e autoridades também historicamente construídas (por exemplo: num primeiro momento pelos jornais impressos; nos últimos 40 anos, principalmente pela televisão). Todavia, no contexto atual, as novas tecnologias digitais e a internet abriram mais campos e possibilidades para o trabalho do jornalista ser realizado diretamente com o público, sem a mediação de uma empresa.

Vale ponderar, no entanto, que o mesmo espaço que permite a erosão da mediação, em alguns níveis, é também ocupado pelas grandes corporações midiáticas constituídas a partir dos meios de comunicação tradicionais. As empresas jornalísticas que editam os jornais brasileiros de mais peso simbólico adentraram o universo digital, não só incluindo a versão impressa do jornal na internet, mas promovendo outras possibilidades comunicativas no cenário da convergência e da multimídia. Assim, é possível perceber que as formas objetivas do âmbito institucional/empresarial não são estruturas estáticas, mas algo capaz de se reestruturar na interação com outras estruturas funcionais – no caso, as instâncias técnicas e tecnológicas presentes na realidade do mundo contemporâneo.

Esta tese buscou destacar, ainda, que as novas tecnologias e internet significaram mudanças não apenas nos moldes como os jornalistas e as empresas de comunicação operam em seu trabalho, mas nos próprios critérios de pertencimento ao grupo de jornalista. Elas permitiram que um grande número de pessoas fosse capaz de ter acesso a recursos e operar com ferramenta que, em alguma medida, eram de uso exclusivo dos jornalistas. Com isso, deram sua significativa parcela de contribuição para que mais sujeitos pudessem se autodefinir como pertencentes ao grupo, mesmo na ausência de outros parâmetros que foram

tão fortes para a imagem profissional na modernidade e no cenário da comunicação de massa.

O fato de a internet, as NTICs e a lógica da rede permitirem a vivência não-profissional do jornalismo (por exemplo, na forma de *hobby* ou de uma atividade complementar não remunerada) deve ser considerado como indício de um tensionamento nas fronteiras da identidade que, historicamente, se calcou na imagem, nas posturas e nas instituições profissionais. Longe de querer prever o futuro da identidade jornalística diante de tais sintomas, o que esta tese conclui em relação a esse aspecto é que tais fenômenos precisam continuar sob investigação, na medida em que significam a inserção de novos sujeitos, novas concepções, novos parâmetros de pertencimento grupal. É preciso ter sensibilidade para notar que, por vezes, a atitude autorreferencial (vinculada à crença e à sensação de pertença) dos novos atores não passa de tentativa de se apropriar da credibilidade já associada ao jornalismo e aos jornalistas, mas, existem situações em que tais sujeitos logram obter reconhecimento como genuínos membros do grupo.

O olhar sobre movimentações nesse sentido também precisa se revestir do exercício de superar aquilo que Bourdieu chama de *illusio*, que, como visto, remete à adesão inquestionada às regras do jogo que se joga. Nesse sentido, é prudente não esquecer que a internet não suplantou os antigos meios de comunicação, bem como é importante manter a atenção sobre as formas pelas quais os antigos meios foram e continuam sendo afetados e ressignificados pelas tecnologias digitais e pela emergência de cenários comunicacionais menos verticais promovidos pela lógica das redes. Concomitantemente, é necessário enxergar que o capital simbólico de profissionais que se especializaram em funcionar como mediadores sociais, chegando a ser conhecidos como quarto poder, continua a ser protegido pelas estratégias – que podem ou não ter sucesso nessa tarefa – de diferentes atores sociais a quem interessa manter uma imagem de poder e credibilidade para o jornalista.

Assim, apesar dos movimentos que tensionam o caráter profissional e a função mediadora que o jornalista ocupava entre os fatos e o público, há investimentos para que o jornalismo permaneça como um espaço socialmente destacado, de relevância na manutenção do processo democrático e, principalmente, rentável (sobretudo para os que vivenciam o jornalismo profissionalmente). E mais: mesmo com o cinismo, a pressa, a ganância, a exploração espetacularizada da dor do outro, a banalidade, o efêmero, o fútil, o moralmente questionável, o eticamente atacável, a busca do lucro máximo, o descompromisso com o verdadeiro, a vaidade, a preguiça mental, a falta de respeito ao ser humano e outros tantos fatores que sustentem a sensação de que existe uma forte crise se abatendo sobre a atividade

no mundo contemporâneo, é forçoso admitir que continua a existir, no jornalismo e nos processos de construção da identidade jornalística, aquilo que vou chamar de intuito de boa vontade. O exercício do jornalismo enquanto a ocupação de um lugar na sociedade que possa oferecer, com sinceridade, conhecimento e credibilidade uma perspectiva séria sobre o mundo, sobre o sofrimento alheio, enfim, sobre a realidade em que se vive, permanece sendo um ideal perseguido pelos que estão no mundo empresarial da comunicação, pelos que estão no campo acadêmico formando os jornalistas, pelos representantes de classe (patronais ou não) dos jornalistas, pelos que se sentem pertencer ao grupo e, ao fim e ao cabo, por toda sociedade que se fia no jornalismo, a despeito de desconfianças pontuais contra veículos, formatos ou profissionais.

Referências

- ABRANCHES, Dunshee de. **A fundação Gustavo de Lacerda**: reminiscências dos primeiros dias da ABI. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1938
- ABREU, Alzira Alves de (org.) **A imprensa em transição**: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- _____. **A modernização da imprensa** (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. “O Estado de S. Paulo: tradição e modernização. In ABREU et al. **Eles mudaram a imprensa**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003.
- ABREU, Alzira Alves de., LATTMAN-WELLMAN, Fernando, ROCHA, Dora (orgs). **Eles mudaram a imprensa**. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003.
- ADGHIRNI, Zélia. “Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília”. In MOILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell. (orgs.) **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: editora UNB, 2002.
- AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008.
- APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. Lisboa: Teorema, 1996.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1966.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARBOSA, Suzana. Convergência jornalística em curso: as iniciativas para integração de redações no Brasil. In: ____ (org.) **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Sulina/Editora Puc-Rio, 2009.
- BARTH, Frederik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In: _____. **O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Cultrix, 1985.
- _____. “A retórica antiga”. In: _____. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAUMAN, Zygmund. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Brasília: Ed. UNB, 1999
- BOURDIEU, Pierre. “É possível um ato desinteressado?” In: _____. **Razões Práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- _____. “The political field, the social science field and the journalistic field”. In: BENSON, R. e NEVEU, E. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge, UK: Polity Press, 2005, p.29-46.
- BOSCHI, Renato R. (Org). **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, IUPERJ, 1991.
- BRANDÃO, Ulysses. **Boletim da Biblioteca**. Histórico da associação e síntese dos relatórios. Rio de Janeiro: ABI, s.d.

CAMPONEZ, José Carlos da Costa Santos. **Fundamentos da deontologia do jornalismo**: a auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007). Tese de doutorado. Universidade de Coimbra. 2009.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

CASTILHO, Marcio. **"Um patrimônio dos próprios jornalistas"**: o Prêmio Esso, a identidade profissional e as relações entre imprensa e Estado (1964-1978). Tese de doutorado, Escola de Comunicação da UFRJ, 2010.

CASTRO, Daniel.; MELO, José Marques de.; CASTRO, Cosette. Orgs.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010. Vol.1 e vol.2.

CHALABY, Jean K. "Journalism as an anglo-american invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism 1830s-1920s. **European Journal of Communication**, London [etc], v.11, n.3, p.303-326, 1996.

COCCO, Giuseppe. "As dimensões produtivas da comunicação" in: **Rev.Comunicação e Política**. Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 1998.

CORREIA, Fernando. Crise de identidade profissional e emergência de um novo paradigma. In: GARCIA, José Luís.(org.) **Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XX**. Lisboa: ICS, 2009.

COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COTTA, Pery. **Calandra**: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COUTO, Nadia Regia Almeida. **Educação, imprensa e modernização**: um estudo histórico sobre a formação do jornalista no Brasil. Dissertação de mestrado, Criciúma, UEMSC, fev. 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. Zigue-zague no Ministério da educação: uma visão sobre a educação superior. **Rev. Contemporânea**. v.1, n.1, Rio de Janeiro, abr/jun 2006. Disponível em <http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n1/numero1-conjuntura.pdf>. Consultado em 13 de novembro de 2010.

DAHLGREN, Peter. **Media and political engagement**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DEUZE, Mark. What is multimedia journalism? **Journalism Studies**, v.5, n. 2, p. 139-152, 2004.
_____. What is journalism?: Professional identity and ideology of journalists reconsidered. **Journalism**. V.6, n.4., p.442-464, 2005.

DIAS, Osni Tadeu. "Vitorino Prata Castelo Branco e o primeiro Curso Livre de Jornalismo do Brasil". II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, 2004. **Anais...** Florianópolis, 2004.

DITTRICH, Ivo José. **Ampliando a noção de ethos: argumentos credenciadores e legitimadores**. In: LOPES, Fernanda Lima, SACRAMENTO, Igor. **Retórica e mídia**: estudos ibero-brasileiros. Florianópolis: Insular, 2009, p.65-89.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: A tendência da comunicação e do jornalismo no mundo em crise. Rio de Janeiro: Artenova, 1977

_____. A cruzada contra do diploma. **Revista Brasileira de Comunicação**. n. 55, São Paulo, 1986, p.120-122.

EIRE, Antonio López. La naturaleza retórica del language. **Revista Logo**. Ano V. n.8-9. Salamanca: junho-dezembro 2005.

FIDALGO, Joaquim. **O jornalista em construção**. Lisboa: Porto Editora, 2009.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Os debates dos jornalistas brasileiros**. 1970-1982. Brasília: Fenaj, 1983.

FONSECA, Sônia. MAGINA, Sandra. "O ensino superior e as políticas públicas brasileiras que interferiram no modelo de gestão das IES entre 1956 a 2002". IX Congresso Nacional de Educação. Paraná, 2009. **Anais...**, Paraná, 2009

Disponível em http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3469_1906.pdf, Consultado em 13 de novembro de 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

GARCIA, José Luís.(org.) **Estudos sobre os jornalistas portugueses**: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XX. Lisboa: ICS, 2009.

GANS, Herbert. **Deciding what's news**. New York: Vintage Books.1980

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOMES, Angela de Castro. República, trabalho e cidadania. In BOSCHI, Renato R. (Org). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, IUPERJ, 1991.

GOMES, Itania.; PINTO, Julio.; ECOSTEGUY, Ana Carolina. Antecedentes, tendências e perspectivas da pós-graduação em comunicação. In: CASTRO, Daniel.; MELO, José Marques de.; CASTRO, Cosette. Orgs.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010. P.63-79.

GROHMAN, Rafael. O Perfil dos Jornalistas *Freelancers* da Cidade de São Paulo: mudanças no mundo do trabalho do jornalista. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, PE , setembro de 2011, **Anais...**, Recife, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

HART, H.L.A., HONORÉ, T. **Causation in the Law**. Oxford: Oxford Univ. Press, 1985.

HOLFELDT, Antonio. "Luiz Beltrão: do jornalismo à literatura". **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo. v. 26. n.1, janeiro/junho 2003, p. 69-78

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2006

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Convergência nas redações: mapeando os impactos do novo cenário midiático sobre o fazer jornalístico. In: BARBOSA, Suzana.(org.) **Jornalismo on-line: modos de fazer**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Sulina/Editora Puc-Rio, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. Entrevista concedida a Dario Borelli e Gloria Kreinz. In **Revista Brasileira de Comunicação**, ano IX, n. 55, 1986.

_____. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Edusp, 1991.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2002.

KUSHINIR, Beatriz. **Cães de guarda**. Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1998. São Paulo: Boitempo, 2004.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Jornalistas: agenciando a cidadania, publicizando o privado**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1992.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática: 1999

LASTRES, Helena e ALBAGI, Sarita (orgs.). **Informação, Globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LEUENROTH, Edgard. **A organização dos jornalistas brasileiros 1908-1951**. São Paulo: Com-arte, 1987.

LOPES, Fernanda Lima. **Autorreferenciação e construção da identidade jornalística**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, fev. 2007.

_____. Significados da imagem de intelectual para a construção da identidade jornalística. **E-compós**, v.12, n.3, 2009.

_____. Jornalismo: uma profissão em crise ? **Intexto**, Porto Alegre (RS), v.1, 2011. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/intexto/issue/current>. Acesso: 2 nov.2011

_____. Retórica jornalística: discurso do poder e poder do discurso. In LOPES, Fernanda Lima, SACRAMENTO, Igor. **Retórica e mídia: estudos ibero-brasileiros**. Florianópolis: Insular, 2009, p. 245 – 256.

LOPES, Maria Immacolata de Vassalo. Intercom e as ciências da comunicação no Brasil. In BARBOSA, Marialva (org.). **Vanguarda do pensamento comunicacional brasileiro**. São Paulo: Intercom, 2007. P.157-165.

LOWENTHAL, David. **Past is a foreign country**. New York, Cambridge University Press, 1989

MAGALHÃES, Manoel Lourenço de. **Gustavo de Lacerda e a fundação da ABI**. Rio de Janeiro: Editora Jornal do Commercio, 1954.

MANCIBO, Deise. **Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e mercantilização do ensino**. Revista Educação e Sociedade, v.25, n.88, p.845-866, out/2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a10v2588.pdf>. Consultado em 13 de novembro de 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hackers, 2000.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1988.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, da Intercom. Vol. XXI, nº 1, jan/jun 1998, p. 25-38

_____. MEDITSCH, Eduardo. **Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo**. 1999. Disponível em <http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/meditschdilema.html>

MELO José Marques de. (coord.). **Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez; Intercom; / Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

_____. Os primórdios do ensino de jornalismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v.1, n.2. p. 73-83. Segundo semestre de 2004.

_____. Intercom: 33 anos de pluralismo, soberania e liberdade. In: CASTRO, Daniel.; MELO, José Marques de.; CASTRO, Cosette. Orgs.). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010. v.2

_____. O Primeiro Catedrático de Jornalismo do Brasil. Congresso Internacional do ALAIC, Santiago de Chile, 2000, **Anais...**, Santiago do Chile, 2000
Disponível em <http://www.eca.usp.br/alaic/chile2000/14%20GT%202000Historia%20da%20Comunica%C3%A7%C3%A3o/JoseMarquesMelo.doc>. Consultado dia 11 de dezembro de 2009, às 16h50.

MELO, José Marques de. Panorama brasileiro da pesquisa em Comunicação. In BARBOSA, Marialva (org.). **Vanguarda do pensamento comunicacional brasileiro**. São Paulo: Intercom, 2007. P.25-68.

MELO, José Marques de. FADUL, Anamaria; SILVA, C.E. Lins da. (orgs.). **Ideologia e poder no ensino da comunicação**. São Paulo: Intercom, 1979.

MENDEZ. Rosemary Bars. Pompeu de Sousa: jornalista, professor e político. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Brasília. 2006, **Anais...** Brasília, 2006.

MEYER, Philip. **The vanishing newspaper: saving journalism at the information age**. University of Missouri Press, 2009.

MORAIS, Maria Luiza. Formação e Mercado. **Conferência no VI Fórum de Professores de Jornalismo**, 2003, Natal, RN. Disponível em http://www.fnpj.org.br/antigo/forum-natal/maria_luiza.htm consultado em 11 de março de 2009 às 12h.

MOREL, Edmar. **A Trincheira da Liberdade: a história da ABI**. Rio de Janeiro: Record, 1985

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell. (orgs.) **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: editora UNB, 2002.

NASSIF, Luis. **O jornalismo dos anos 90**. São Paulo: Futura, 2003

NEVEU, Erik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

PAVLIK, John. **Journalism and new media**. New York: Columbia press, 2001.

PEREIRA, Fábio.; ADGHIRNI, Zélia. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, janeiro/junho 2011, p. 38-57.

PECHÊUX, Michel. **O discurso**. Campinas: Pontes, 2008.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O jornalismo como profissão**: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2007.

PINTO, Milton José. Retórica e análise de discursos. In LOPES, Fernanda Lima, SACRAMENTO, Igor. **Retórica e mídia**: estudos ibero-brasileiros. Florianópolis: Insular, 2009, p. 37 – 46.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: **Estudos Históricos**, v.2, n.3, Rio de Janeiro, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**, v.5, n.10, Rio de Janeiro, 1992.

PLATÃO. **Diálogos**: Protágoras, Górgias, Banquete e Fedro. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Ed. UFPA, 1980

PERELMAN, Chaïm. OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

QUINTÃO, Aylê-Salassié Filgueiras. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

PRADO, José Aidar., BECKER, Beatriz. Do horizonte conservador à democracia da diáspora virtual: modalizações e rupturas no jornalismo. XIX Encontro da Compós, Rio de Janeiro, junho de 2010, **Anais...**, Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, set. 2000

RIZZINI, Carlos. **O ensino do jornalismo**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007

RUBLECKI, Anelise. A crise de identidade dos jornais impressos. **Rev.Ícone**. V.12, n.1, ago 2010, Pernamubuco, 2010.

RUELLAN, Denis. Grupo profissional e mercado de trabalho do jornalismo. **Revista Comunicação e Sociedade**. São Paulo, v.5 n. 1, p. 9 – 24, 2004.

SÁ, Adísia. **O jornalista brasileiro**. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SAPERAS, Enric. **Os efeitos cognitivos da comunicação de massa**. Porto: Asa, 2000

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: a social history of American newspapers**. New York: Basic Books, 1978

SEGISMUNDO, Fernando. **ABI, 80 anos**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1988
 _____. **Comunicação, do tijolo ao lêiser**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1995.
 _____. **Jornais e Jornalistas**. Rio de Janeiro: Peneluc, 2003

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias: seis mil dias depois**. São Paulo: Publifolha, 2005.
 _____. A política educacional e os currículos de comunicação. In: MELO et al. **Ideologia e poder no ensino da comunicação**. São Paulo: Intercom, 1979. P.19-30

SILVA, Juremir Machado da. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SILVA, Marco Roxo da. **Jornalistas, pra quê?** Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional. Tese de Doutorado, Niteroi, UFF, 2007

SILVEIRA, Dionysio. **A revolução contra a imprensa?** Cataguases: Spindola & Fusco, 1932

SIMMEL, Georg. "Conflict". In: _____. **Conflict and the web of group affiliations**. NY/London: The Free Press. /MacMillan Publishers, 1964. p.11-123.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala**. Petrópolis: Vozes, 1984
 _____. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, Joyce da. "Dos primórdios do 'novo jornalismo' digital aos blogs. In: _____. **Cibercultura e blogosfera: a significação dos blogs no jornalismo contemporâneo**. 2010. Dissertação de mestrado, PUC-SP, São Paulo, 2010. P .81-151.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: para além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

TODOROV, Tzevtan. **Les abus de la memoir**. Paris: Arlea, 1995.

TORQUATO, Gaudêncio. Formação do jornalista. In: MELO et al. **Ideologia e poder no ensino da comunicação**. São Paulo: Intercom, 1979. P.159-167.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1992.

TUCHMAN, Gaye. "A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas" In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Veja, 1993, p. 61-73.

UNESCO. **Model Curricula for Journalism Education**. Unesco, 2007.

VAZ, Paulo. Corpo e risco. **Forum Media**, Viseu, v.1, n.1, p.101-111, 1999. Disponível em <http://www.souzaesilva.com/Website/portfolio/webdesign/siteciberidea/paulovaz/textos/corpoerisc.pdf>

ZELIZER, Barbie. **Taking Journalism Seriously: news and the academy**. Sage Publications, 2004

Fontes primárias para o corpus de análise

- Fontes consultadas para acompanhar debates e manifestações sobre diploma e formação superior/diretrizes curriculares

Questionários/entrevistas

- Conjunto de questionários respondidos por 176 discentes das escolas UFRJ, Fac. Pinheiro Guimarães, PUC-Rio, em agosto e setembro de 2011.
- Entrevista com Alfredo Vizeu, membro da comissão de especialistas convocada pelo MEC, em Recife, 02 de fevereiro de 2009.
- Entrevista com Carlos Franciscato, presidente da SBPJor, em 20 de março de 2009, no Rio de Janeiro.
- Entrevista com o representante da ENECOS que participou da audiência do RJ, Frederico de Souza Carneiro, em 21 de março de 2009.

Web

- Site da Fenaj
- Site do Sertesj
- Site da ANJ
- Site da SBPJor
- Site do FNPJ (também lista de e-mails)
- Site da Compós (também lista de e-mails)

- Fontes consultadas especificamente para abordar a temática do diploma

- Site <http://www.jornalistassemdiploma.blogspot.com/> do Movimento em Defesa dos Jornalistas sem Diploma
- Folha de S. Paulo (on line)
 - 24/11/06 – Editorial “Diploma autoritário”
 - 28/09/08 - Editorial “O diploma e os ministros”
 - 17/09/08 – Matéria “MEC estuda autorizar outros diplomados a exercer o jornalismo”
 - 04/10/08 – matéria “Entidades saem de grupo que discute diploma”
 - 29/07/08 Matéria “Governo tenta retomar debate sobre profissão de jornalista”
 - 24/12/08 – Entrevista com Gilmar Mendes, presidente do STF “Justiça e sociedade devem agir para reintegrar presos
- O Globo (on line)
 - Não foram encontrados editoriais. Houve porém, matérias*
 - 23/09/08 – artigo de Luis Garcia “Os novos jornalistas”
 - 31/03/09 - Artigo de Judith Brito, presidente da ANJ “O STF e a liberdade”
 - 18/06/09 – artigo de leitora “O STF deixou os jornalistas por formação sem teto”
 - 18/06/09 – artigo de leitora “A lógica do STF na questão da não exigência do diploma de jornalista”.
 - 23/06/09 – artigo Luis Garcia “Sem esquecer os sem diploma”

Observação não-participante

- acompanhamento do debate promovido pela Fenaj na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 2008, com a presença de Suzana Blass, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro e de Ivana Bentes, diretora da Escola de Comunicação da UFRJ.
- acompanhamento do debate promovido pela Fenaj na Unicarioca em 20 de agosto de 2008, com a presença de Ilza, do SindJor Rio.

Amostra de documentos jurídicos

- Decisão judicial em primeira instância: Sentença de Carla Rister da 16ª Vara do TRF 3ª Região, em 18 de dezembro de 2002. (Ação Civil Pública Nº 2001.61.00.025946-3).
- Decisão em segunda instância: Acórdão da Quarta Turma do TRF da 3ª região, datado de 26 de outubro de 2005.
- Decisão em última instância: Relatório-voto do relator do processo no STF, ministro Gilmar Mendes, em 17 de junho de 2009. (Recurso Extraordinário RE-5011961).

- Fontes consultadas especificamente para acompanhar as discussões as diretrizes curriculares

Observação não-participante

- Acompanhamento presencial da primeira audiência pública sobre as diretrizes curriculares, no Rio de Janeiro, 20 de março de 2009.
- Acompanhamento presencial da audiência pública em São Paulo, 18 de maio de 2009.

Documentos

- Documento “Proposta do FNPJ para a reformulação das diretrizes curriculares de jornalismo”, datado de 20 de março de 2009, obtido em www.fnpj.org.br.
- Documento “Nota oficial de posicionamento político da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos) sobre as Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo (NDJ)”, obtida em www.enecos.org.br em 29/05/11
- Documento “Carta aberta da Compós sobre o relatório da comissão de especialistas, com data de 18 de dezembro de 2009.
- Documento “Carta pública da SBPJor sobre as novas diretrizes curriculares nacionais para o curso de jornalismo”, datada de 5 de outubro de 2010.

Outras fontes primárias

COORDENAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Lista de registros de jornalistas profissionais. Abril de 2009. Disponível em <http://www.Fenaj.org.br/jornalistasbrasil>. Consultado em 25 de abril de 2009, 19h14.

FENAJ. Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo. Versão 2008. Disponível em http://www.fenaj.org.br/educacao/programa_qualidade_ensino_2008.pdf

FNPJ. Carta de Florianópolis. 2004. <http://www.fnpj.org.br/diretoria-2004-a-2006> consultado em 15 de fevereiro de 2011.

FNPJ. Carta de Campo dos Goytacases. 30 de abril de 2006. <http://www.fnpj.org.br/diretoria-2004-a-2006> consultado em 15 de fevereiro de 2011.

FNPJ, FENAJ, SBPJor. Contribuições do campo do jornalismo ao debate sobre o anteprojeto de lei da educação superior. Documento. 2005. Disponível em http://www.fenaj.org.br/educacao/cont_anteprojeto_mec.pdf consultado em 15 de fevereiro de 2011.

MEC/ INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS). Evolução do ensino superior: 1980-1998 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: O Instituto, 2000.

MEC. EdudataBrasil. Disponível em <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>.

MEC / INEP. Censo da Educação Superior. Disponível em

MEC. Sistema Integrado de Informações do Ensino Superior. Disponível em www.inep.gov.br

Periódicos consultados:

Boletim ABI – edições bimestrais dos anos de 1984, 1985, 1986, 1987.

Boletim do Emdecom, ano 1, n.1, maio de 1981, p.1

Boletim *O Jornalista* do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Pará - edição de dezembro de 1969.

Jornal Escola Comunicação IACS ano VI, n. 11, 1º semestre de 1984

Jornal Laboratório Flor do Campus - edição de abril de 1984

Jornal O Estado de S. Paulo - edição de 23 dezembro de 1969

Revista Imprensa, setembro de 2008, p.22 – 30. Matéria: “Igual, mas diferente”.

Revista Indicador dos Profissionais da Imprensa- edição de dezembro de 1969

Revista Veja. Edição 2138, 11 de novembro de 2009.
<http://veja.abril.com.br/111109/profissoes-mais-bem-pagas-p-190.shtml>

Entrevistas/Depoimentos:

- Ana Arruda Callado

Depoimento ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo – 24 de julho de 2008.

- Bernardo Kucinski

Entrevista concedida a Dario Borelli e Gloria Kreinz. Revista Brasileira de Comunicação, ano IX, n. 55, 1986. P.20

- Cícero Sandroni

Depoimento ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo – 21 de julho de 2008.

- José Hamilton Ribeiro

Depoimento ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo – 23 de setembro de 2008.

- Oliveiros Dias Ferreira

Depoimento ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo – 25 de setembro de 2008.

ANEXOS

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo

**Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação
(Portaria N° 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009)**

Preâmbulo

A Comissão de Especialistas nomeada pela Portaria MEC-SESU 203/2009 recebeu do Ministro Fernando Haddad a missão de repensar o ensino de Jornalismo no contexto de uma sociedade em processo de transformação. Trata-se de fenômeno decorrente do fortalecimento da democracia, no qual o Jornalismo, assim como outras áreas do conhecimento, desempenha papel decisivo, informando os cidadãos e formando as correntes de opinião pública.

Empossada no dia 19 de fevereiro, sob a presidência do professor José Marques de Melo e integrada por Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virginia Moreira, a Comissão decidiu ouvir preliminarmente a sociedade. O argumento para recorrer a essa metodologia foi a circunstância de ali atuarem as forças que configuram a fisionomia do Jornalismo Brasileiro, das fontes aos usuários, ou seja, da emissão à recepção das notícias e comentários.

Assim sendo, foram realizadas 3 audiências públicas, abertas à participação de todos os agentes dos processos jornalísticos: no **Rio de Janeiro**, professores, estudantes, pesquisadores, dirigentes de escolas, cursos, departamentos de ensino e pesquisa expressaram suas aspirações, representando a comunidade acadêmica; no **Recife**, foi a vez da comunidade profissional, representada pelas organizações sindicais ou corporativas: empresas, setor público e terceiro setor; em **São Paulo** manifestaram-se lideranças e representantes da sociedade civil organizada: advogados, psicólogos, educadores, religiosos, ecologistas, bem como outros segmentos comunitários.

Da mesma forma, os cidadãos interessados na questão tiveram oportunidade de encaminhar recomendações. Isso foi possível por meio de uma consulta pública, realizada pelo portal do MEC, na internet, o que permitiu o recebimento de uma centena de sugestões de todos os quadrantes do território nacional.

Além disso, o presidente e alguns membros da comissão ouviram as propostas específicas de empresários, profissionais renomados, líderes estudantis, docentes e pesquisadores, acolhendo todos os subsídios possíveis.

Ao perfil de idéias e demandas captado nas audiências públicas agregou-se a revisão do conhecimento existente sobre o ensino de jornalismo, na literatura nacional e internacional, conteúdos que embasaram substancialmente tanto o diagnóstico do cenário atual quanto os argumentos utilizados para justificar as mudanças aqui propostas.

Enquanto se processava o trabalho da comissão, alguns fatos novos alteraram o cenário nacional, sobrepondo-se ao rumo da proposta: por um lado, a decisão do Supremo Tribunal Federal, revogando a Lei de Imprensa e a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional. Por outro, a nova regulamentação do mestrado profissional, anunciada pela CAPES e publicada no Diário Oficial

da União.

Entende a Comissão que esses instrumentos legais balizam o atendimento a demandas específicas, no sentido de aperfeiçoar o ensino de jornalismo, valorizar a profissão e qualificar ainda mais os aspirantes ao seu exercício.

Contribuirá também para esse aperfeiçoamento a restauração do estágio supervisionado, que corresponde a antiga reivindicação dos estudantes, possibilitando a interação da universidade com o setor produtivo.

A formação de profissionais especializados, pleito histórico das organizações jornalísticas, tem a possibilidade de se estabelecer através de cursos de mestrado profissional, credenciados pela CAPES. Neles, os formados em outras áreas do conhecimento poderão preparar-se para colaborar nas editorias especializadas, atuando como comentaristas, consultores ou planejadores de conteúdo.

A especialização de graduados em jornalismo, reciprocamente proposta pelos sindicatos, pode também ser garantida em mestrados profissionais, tutelados pela CAPES. Nesses novos espaços de capacitação avançada, os profissionais diplomados em jornalismo terão oportunidades para dominar os conteúdos requeridos pela reportagem nas editorias de economia, política, esportes, cultura e outras editorias da segmentação jornalística, entre as quais as de atendimento a áreas emergentes nos cenários da atualidade.

As iniciativas recomendadas para a melhoria dos cursos de graduação, no contexto das novas regras para o exercício profissional, correspondem aos anseios das entidades sindicais e acadêmicas, defensoras do ensino de qualidade, e ganham legitimidade com as declarações explícitas das empresas do ramo, assegurando que, mesmo sem a obrigatoriedade do diploma, continuarão a contratar os graduados em jornalismo que tenham competência profissional.

Trata-se de um desafio para os cursos de graduação plena, cuja autonomia curricular constitui imperativo para a reciclagem dos seus projetos pedagógicos, restaurando a identidade do jornalismo sem abdicar de sua inserção histórica na área de comunicação e de sua natureza acadêmica como ciência social aplicada.

Depois de avaliar a trajetória percorrida pela educação dos jornalistas no Brasil, dos currículos mínimos às diretrizes curriculares, a comissão compatibilizou todas as contribuições recebidas, decidindo de modo predominantemente consensual. Para cumprir sua missão institucional a comissão explicita as idéias e ações pertinentes, distribuídas em três partes; I – a fundamentação e as justificativas; II – as diretrizes propostas, III – as recomendações finais.

I – Fundamentação e justificativas

Cenários do Jornalismo

Ao final de exaustivo estudo sobre os efeitos das descobertas tecnológicas das últimas décadas, Manuel Castells observou que na “era da Informação (...) os meios de comunicação não são os detentores do poder”. Este emana contemporaneamente das “redes de troca de informações e de manipulação de símbolos que estabelecem relações entre atores sociais, instituições e movimentos culturais.”¹

Temos aí o diagnóstico de um mundo caracterizado pela capacidade discursiva das organizações e dos cidadãos. Para compreendê-lo é necessário retornar ao ano em que Marshall McLuhan vislumbrou a sua aldeia global, metáfora de um planeta onde todos podiam se comunicar entre si, em relações motivadas e dinamizadas pela sinergia do meio e pela sedução da oralidade². Nas décadas seguintes, porém, o acelerado potencial difusor das tecnologias de informação produziu novos ordenamentos

sociais, novos comportamentos culturais e novas relações de poder³, fortalecendo os movimentos periféricos⁴. A metáfora “tribo” da “Aldeia Global”, que para McLuhan era de pessoas, passou a ser formada por sujeitos institucionalizados, estrategicamente falantes. E a institucionalização do mundo informacional sepultou a idéia de que o “o meio é a mensagem”.

Com as armas da linguagem, os suportes da tecnologia e os valores da democracia, os novos atores públicos, entes institucionais, apropriaram-se dos meios para agirem no mundo. Como sujeitos competentes da atualidade, no uso pragmático de um poder em expansão, os agentes do embate discursivo se fortaleceram para a negociação, a mediação e a solução dos conflitos reorganizadores das relações sociais⁵. Castells dá conta dessa transformação, ao sugerir que o meio, antes “mensagem”, transitara para a condição de “mensageiro”.

Na verdade, a mutação já aconteceu. Os conteúdos da atualidade, veiculados pelos gêneros jornalísticos são, em esmagadora maioria, ações discursivas de sujeitos que agem no mundo e sobre o mundo por meio de acontecimentos, atos, falas e/ou silêncios. Valorizados pelas técnicas e pela identidade ética, esses conteúdos são socializados no tempo e no espaço do Jornalismo, pelos instrumentos da difusão instantânea universal⁶. E assim, pelas vias confiáveis do Jornalismo, se globalizam idéias, ações, mercados, sistemas, poderes, discussões, interesses, antagonismos, acordos.⁷ No ritmo vigoroso da instantaneidade, acontecem eventos transformadores dos cenários sociais, culturais, políticos, econômicos etc., com efeitos imediatos na vida presente de indivíduos, povos e instituições.

Em tal cenário, urge clarear⁸ conceitos plurais - éticos, técnicos, estéticos - para uma nova compreensão do Jornalismo, que terá de assumir uma linguagem narrativa e uma eficácia argumentativa, no espaço público. Na medida em que esteja à altura das complexidades do mundo em que vivemos, o Jornalismo torna-se confiável para a expressão, a viabilização e a elucidação dos confrontos discursivos das ações humanas, na nova dinâmica da atualidade.

Assim, no plano pragmático da linguagem, o principal problema que se coloca ao Jornalismo atual reside naquele fenômeno denominado “revolução das fontes”.⁹ Uma revolução acelerada pelas tecnologias de difusão, graças às quais a notícia se tornou a mais eficaz ferramenta do agir institucional, nos cenários e conflitos da atualidade¹⁰.

O Jornalismo entrou no século XXI em estado de crise¹¹. E para bem enxergar o que se passa, há que recuperar o que se entendia por Jornalismo antes da crise surgir. O conceito-síntese dos principais autores que, ao longo do século XX, mais profundamente estudaram o assunto, era assim enunciado: “*Jornalismo é (...) um processo social que se articula a partir da relação (periódica / oportuna) entre organizações formais (editoras / emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal / revista / rádio / televisão...) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos)*”.¹²

Temos, aí, o entendimento do Jornalismo como processo inteiramente controlado pelo jornalista, em torno do qual tudo girava. Trabalhava-se com uma noção passiva de atualidade e uma concepção auto-referida (“as coisas que aconteciam”), sobre as quais o jornalista atuava de forma determinante, com a sua capacidade de “captar e recriar fatos”. Só acontecia o que fosse noticiado pelo jornalista, e sob sua decisão¹³. Logo, não havia notícia fora do Jornalismo e sem a intervenção mediadora do jornalista. Reduzidas ao papel de instâncias sem vida própria, as fontes nem citadas eram. Como se não fizessem parte do todo.

O estado de crise resulta da superação de tais conceitos pela realidade nova¹⁴, moldada

no ambiente criado pelas modernas tecnologias de difusão¹⁵. E a mais importante decorrência da vertiginosa evolução tecnológica¹⁶ é, sem dúvida, a irreversível expansão de práticas e estruturas de democracia participativa, com sujeitos sociais dotados de alta capacidade de intervenção na vida real de nações e pessoas¹⁷.

Nesse contexto¹⁸, o *todo* do processo jornalístico foi profundamente alterado por uma nova relação entre o *fato* e a *notícia*. No velho conceito e na velha realidade, havia um intervalo entre “o acontecido” e “o noticiado”¹⁹. Na ocupação desse intervalo, e no controle que exercia sobre a atualidade, se fundamentava o poder da ação jornalística²⁰.

A tecnologia da banda larga aumentou ainda mais o poder da notícia, com a possibilidade de emissões interativas entre todos os mecanismos difusores – rádio, TV, jornal, revista e quantos mais aparecerem, na síntese chamada Internet²¹. Tudo isso com infinitas possibilidades de uso inteligente, pelo saber estratégico das organizações e a criatividade das pessoas.

A nova fisionomia do Jornalismo²² relativiza teorias e crenças²³ que historicamente sustentavam o poder hegemônico das redações tradicionais.

A atualidade fazia parte do Jornalismo, ao qual servia como fonte de matéria-prima. Hoje, ao contrário, é o Jornalismo que faz parte da atualidade, e a serve, como linguagem macro-interlocutória socialmente eficaz.

Trata-se de um cenário marcado, também, pelo crescimento acelerado de experiências e práticas de democracia participativa, cuja natureza é essencialmente discursiva²⁴. E a democracia participativa avança sobre os modelos tradicionais da democracia representativa, questionando-os²⁵.

Do Jornalismo que hoje está nas expectativas da Sociedade, exige-se tanto o domínio das técnicas e artes da narração²⁶ quanto o domínio da lógica e das teorias da argumentação²⁷. Exige-se também o manejo competente das habilidades pedagógicas na prestação de serviço público²⁸, para que os cidadãos possam tomar decisões conscientes e responsáveis. Da mesma forma, persiste o desafio de questionar, refletir e interagir com a multiplicidade de fontes, ou seja, como o jornalista pode entender o mundo que o cerca e como pode compreender as motivações, os interesses, as demandas, os códigos do público que ele pretende atingir.

Não é demais acentuar que a nova fisionomia da atualidade²⁹ coloca ao Jornalismo problemas novos e inesperados. Talvez o mais complexo e desafiador, resida nos novos papéis que o mundo globalizado e informacional atribui ao Jornalismo, em geral, e às redações convencionais, em particular.

Para reforçar a dignidade do Jornalismo e da profissão³⁰, é indispensável uma noção de Ética vinculada às razões da Vida e da Cidadania.

Numa profissão³¹ em que a liberdade de informar constitui requisito essencial e numa atividade³² em que a independência editorial representa fundamento basilar, e em que os valores do interesse público se tornam vetores determinantes das decisões cotidianas, as razões das escolhas têm de resultar evidentemente da consciência cívico-social.

A Ética que interessa à sociedade e ao Jornalismo é aquela definida e sintetizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. É o ideário de um mundo a construir e o compromisso politicamente assumido de construí-lo. É, também, o referencial cultural mais avançado e sábio a que o Jornalismo e os Jornalistas se devem ater, na relação crítica com a realidade próxima a transformar.

A Formação do Jornalista

A educação dos jornalistas desafia a sociedade brasileira há mais de um século. A demanda floresceu no caldo de cultura gerado pela industrialização da imprensa. Os jornais deixavam de ser correias de transmissão dos partidos políticos para se converter em empresas auto-sustentáveis. A sociedade requeria profissionais competentes para produzir notícias de interesse coletivo e comentários sintonizados com as aspirações do público leitor.

Já em 1908, Gustavo de Lacerda, ao fundar a Associação Brasileira de Imprensa - ABI, reivindicava uma escola de jornalismo para formar repórteres. Em 1935, o educador Anísio Teixeira atendeu a essa demanda, criando o primeiro curso de jornalismo do país, experiência que se frustrou com o fechamento da Universidade do Distrito Federal pela truculência do Estado Novo. Em consequência, a academia só abriu suas portas aos jornalistas nos anos 40, quando o ensino de jornalismo foi oficializado e as primeiras escolas foram autorizadas a funcionar em São Paulo (1947) e no Rio de Janeiro (1948).

Estima-se que atualmente sejam mais de 300 cursos superiores de jornalismo em universidades e outras instituições de ensino superior em todo o país. Essa rede educacional beneficiou-se do acervo pedagógico legado pelos idealizadores do nosso modelo de ensino de jornalismo. Tanto Cásper Líbero, em São Paulo, quanto Danton Jobim, no Rio de Janeiro, pensaram estruturas didáticas sintonizadas com as experiências consolidadas em outras partes do mundo, porém destinadas a formar profissionais para atuar nas empresas jornalísticas do país, o que lhes deu consistência metodológica.

Danton Jobim teve oportunidade de debater a via brasileira para educar jornalistas profissionais com os professores de outros países (França, Estados Unidos e América Latina). Tal esforço para construir uma pedagogia brasileira de jornalismo foi continuado por Luiz Beltrão, na cidade do Recife, onde implantou um modelo alternativo para regiões em fase de desenvolvimento. Por isso mesmo, ele foi imediatamente chamado a compartilhar essa inovação com outros países latino-americanos. Na seqüência histórica, outras universidades do país aperfeiçoaram e consolidaram tais métodos e processos de ensino-aprendizagem.

Portanto, o Brasil acumula, há pelo menos seis décadas, experiência na formação universitária de jornalistas, tendo construído uma matriz pedagógica que lhe confere singularidade em nível mundial³³. Tanto assim que a revista *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, publicada simultaneamente em Washington, Londres, Nova Déli e Cingapura, dedica o Vol. 10-1, de 2009, ao caso brasileiro.

Mesclando o padrão europeu (estudo teórico) com o modelo americano (aprendizagem pragmática), logramos consolidar uma via crítico-experimental de ensino-pesquisa. No entanto, a partir da entrada em vigor da Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002, os Cursos de Jornalismo estão referenciados pelas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social e suas habilitações”. Desde o título, e por todo o texto, as diretrizes em vigor conduzem a interpretações equivocadas, ao confundirem a **área** acadêmica da comunicação com **os cursos** de graduação voltados para a formação das profissões que dela fazem parte. É provavelmente um caso único de diretrizes formuladas para uma área, pois a Lei 9131, de 25 de novembro de 1995, estabelece em seu Art. 9º § 2º que as diretrizes devem ser formuladas “para os cursos”.

A especificidade do Curso de Jornalismo

O Jornalismo é uma profissão reconhecida internacionalmente³⁴, regulamentada e descrita como tal no Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho. A Comunicação Social não é uma profissão em nenhum país do mundo, mas sim um campo que reúne várias diferentes profissões.³⁵ É também uma área acadêmica que engloba diversas disciplinas específicas, como ocorre também em outras áreas das ciências aplicadas como, por exemplo, a da Saúde, que reúne em seu âmbito as profissões (e respectivas disciplinas) de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fisioterapia, etc. Desta forma, é inadequado considerar o Jornalismo como habilitação da Comunicação Social, uma vez que esta, como profissão, não existe, assim como não existe uma profissão genérica de Saúde.

O equívoco não se origina nas DCN em vigor. Anteriormente a elas, a mesma organização já estava prevista nos Currículos Mínimos “do Curso de Comunicação Social” emanados do Conselho Federal de Educação a partir de 1969. Desde então, os Currículos Mínimos de Comunicação Social substituíram os Currículos Mínimos “do Curso de Jornalismo” adotados até então.³⁶

Ocorre que, no contexto da ditadura militar, o Brasil adota, como obrigatório, o modelo de ensino da Comunicação Social proposto então pela Unesco para o Terceiro Mundo, com a intenção de substituir todas as profissões do campo da Comunicação historicamente existentes (Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Editoração, etc) por uma “profissão de novo tipo”, a de “Comunicador Polivalente”.³⁷

O aniquilamento das profissões consolidadas no campo era então justificado com o argumento do Terceiro Mundo “não necessitar do jornalismo tal qual o existente nas sociedades desenvolvidas”, mas sim de uma outra forma de Comunicação Social, voltada ao desenvolvimento econômico e educacional. Conforme o mesmo raciocínio, só uma vez alcançado este desenvolvimento, é que então se justificaria a existência do Jornalismo nas sociedades antes subdesenvolvidas.³⁸

Tal formulação teórica foi evidentemente forjada no contexto da Guerra Fria, quando a maior parte das nações ao Sul do Equador se encontrava sob controle ditatorial e não podia admitir a existência de uma prática profissional da Comunicação baseada na liberdade de expressão, no direito à informação e na fiscalização do poder.

Como seria de se esperar, a proposta do “Comunicador Polivalente” para substituir as profissões existentes foi rechaçada fortemente pelos meios profissionais e acadêmicos no Brasil. A conciliação, na época encontrada, foi a de criar o “Curso de Comunicação Social” com diversas habilitações, em que a formação das profissões consolidadas se daria ao lado de mais uma, a do “profissional polivalente”.³⁹

Com o tempo, a proposta do “comunicador polivalente” foi esquecida, por não encontrar respaldo nas demandas sociais, e esta habilitação deixou de aparecer nas versões posteriores do Currículo Mínimo Obrigatório. No entanto, sobreviveu desta proposta a concepção do “Curso de Comunicação Social”, com as formações profissionais específicas estruturadas como suas Habilitações.⁴⁰

A manutenção dessa estrutura se explica em parte pela dinâmica interna da área acadêmica das Ciências da Comunicação. A *Comunicação de Massa* (depois *Comunicação Social*, atualmente *Ciências da Comunicação*), como área científica, tem origem nos anos 40 do Século XX, no contexto da Segunda Guerra Mundial. O Departamento de Estado norte-americano reuniu acadêmicos de diversas áreas para auxiliarem na mobilização do esforço de guerra e no enfrentamento do uso que Hitler então fazia dos meios de comunicação de massa para os seus propósitos. As respostas a estes problemas chamaram a atenção para a

necessidade de um novo campo estruturado de estudos, e a partir desta constatação foi fomentada a criação dos primeiros doutorados em Comunicação de Massas nos Estados Unidos.⁴¹

A área acadêmica de Jornalismo é mais antiga: o primeiro curso de graduação surge nos Estados Unidos em 1908, e o primeiro doutorado na década de 1920.⁴² Quando do aparecimento da Comunicação, décadas mais tarde, várias escolas de Jornalismo já existiam, e as duas áreas e suas respectivas concepções de cursos passaram a funcionar em paralelo, conforme as opções das diversas universidades, situação que em alguns casos perdura até o presente. Mais comum, no entanto, foi a reunião de ambas, e dos demais cursos pré-existentes do mesmo campo profissional, como Publicidade e Relações Públicas, em Faculdades de Comunicação de Massa, que compreendiam vários cursos independentes, voltados para os diversos ramos profissionais, modelo que se propagou e tende a prevalecer internacionalmente até o presente.

Foi com este modelo que a Comunicação chegou inicialmente ao Brasil, por meio do projeto da Faculdade de Comunicação de Massas da Universidade de Brasília - UnB, elaborado por Pompeu de Souza e Darcy Ribeiro em 1963, englobando três escolas com perspectivas distintas, as de Jornalismo (indústria da informação e opinião), Rádio-TV-Cinema (indústria da recreação e arte) e Publicidade e Propaganda (indústria da sugestão e da persuasão). Mas essa distinção só perduraria apenas até 1969, quando o Currículo Mínimo Obrigatório extinguiu as identidades específicas dos cursos da UnB e de todo o Brasil.

A imposição do Curso de Comunicação Social de modelo único, em substituição ao Curso de Jornalismo, teve conseqüências prejudiciais para a formação universitária da profissão. Ocorre o desaparecimento de conteúdos fundamentais, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, ou sua dissolução em conteúdos gerais da Comunicação, que não respondem às questões particulares suscitadas pela prática profissional. Mas o jornalismo não pode ser guiado por objetivos de publicidade, relações públicas ou mero entretenimento. Decorre daí o grave problema da ruptura entre a teoria e a prática nos cursos de comunicação, falha esta que, quarenta anos depois, ainda não foi solucionada de maneira adequada: por se voltarem inicialmente a um outro tipo de profissional, as disciplinas teóricas do currículo mínimo imposto abandonaram as referências fundamentais para a prática do jornalismo, quando não se voltaram contra elas.⁴³

Contudo, com o posterior abandono do projeto de formar o “comunicador polivalente” nos cursos, a teoria não retornou às questões suscitadas pelas habilitações profissionais específicas, como seria o esperado. Ganhou, em vez disso, crescente autonomia em relação às práticas da comunicação, na direção de se tornar uma disciplina estritamente crítica, da área das Ciências Humanas, e não mais da área das Ciências Aplicadas. Em conseqüência, passou a não reconhecer legitimidade no estudo voltado ao exercício profissional, desprestigiando a prática, ridicularizando os seus valores e se isolando do mundo do jornalismo.⁴⁴

A partir desta perspectiva, o conteúdo profissional do curso passou a ser caracterizado como “meramente técnico” e destituído do interesse teórico. Por outro lado, a teoria da comunicação evoluiu desvinculada do exercício da profissão, focada numa crítica geral da mídia, sem compromisso com o diálogo para uma intervenção prática na mesma. Em decorrência, os estudantes de Jornalismo desde então têm sido forçados a uma opção dramática e pouco razoável entre negar a sua profissão, em nome do “espírito crítico”, ou desprezar a teoria estudada nos cursos para se voltarem à prática, reproduzida de maneira acrítica e envergonhada. A ênfase na análise crítica da mídia, quando feita sem compromisso com o aperfeiçoamento da prática profissional, abala a confiança dos estudantes em sua

vocação, destrói seus ideais e os substitui pelo cinismo.⁴⁵

Nos últimos anos, as áreas acadêmica e profissional do Jornalismo apontam o desmembramento das diretrizes comuns e a retomada do curso específico como caminho para a solução desses problemas.

Em abril de 2006, o 9º. Encontro do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo aprovou uma resolução recomendando ao Ministério de Educação que, em razão da maturidade teórica e do reconhecimento social de sua importância, os Cursos de Jornalismo devem constituir graduação específica em Jornalismo e não mais uma habilitação dos cursos de Comunicação Social. Poucos meses depois, o 32º. Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Ouro Preto, em julho de 2006, aprovou uma resolução no mesmo sentido.

No plano internacional, a Unesco revisou o seu equívoco histórico reconhecendo a importância do jornalismo para o desenvolvimento das nações e a consolidação das democracias, ao recomendar curso com foco específico e não mais atrelado a outras áreas da comunicação. Em 2007, um novo modelo de currículo, com tais indicações, foi apresentado no I Congresso Mundial sobre o Ensino de Jornalismo apoiado pela entidade e realizado em Cingapura pelo Centro Asiático de Informação e Comunicação Midiática.⁴⁶

A iniciativa da Unesco se dá no contexto de uma série de outros acontecimentos que sinalizam a retomada do estudo específico do Jornalismo, em nível internacional, nesta virada de século. A partir do ano 2000, foram criadas novas revistas acadêmicas em língua inglesa, com circulação internacional, como *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, *Journalism Studies* e *Journalism Practice*, e as principais associações internacionais de pesquisadores da comunicação, como a International Communication Association - ICA e a International Association for Media and Communication Research - IAMCR, criaram sessões próprias para debater o Jornalismo. Países europeus que por muito tempo relutaram em criar Escolas de Jornalismo em suas universidades, como Itália e Grã-Bretanha, revisaram esta posição a partir dos anos 90.⁴⁷

No Brasil, com uma das mais antigas e sólidas tradições teóricas no campo,⁴⁸ este movimento foi acompanhado pelo lançamento de um Programa de Qualidade do Ensino de Jornalismo no âmbito da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que congrega as entidades sindicais; pela criação da Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo (SBPJor), que congrega os acadêmicos; e também do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), que congrega os docentes.

No âmbito destas entidades e das instituições de educação superior, surgiram novas revistas (como *Brazilian Journalism Research*, *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*, *PJ:BR – Jornalismo Brasileiro*, *Estudos em Jornalismo e Mídia*; *Pauta Geral*, etc) e voltou a ser valorizado o estudo de questões específicas do jornalismo na pós-graduação, com a criação de grupos e linhas de pesquisa especializadas em programas consolidados e o ressurgimento de um programa *stricto sensu* especializado em Jornalismo, que havia desaparecido do panorama brasileiro em anos passados.

Estas iniciativas não representam um rompimento com a área acadêmica maior da Comunicação, mas antes a sua revitalização, pelo fortalecimento de sua diversidade e dos vínculos com as práticas sociais e culturais que a originaram, justificando a sua existência.⁴⁹

Neste mesmo caminho, outro Curso da Área de Comunicação, o de Cinema e Audiovisual, já foi desmembrado das Diretrizes Curriculares comuns pelo Conselho Nacional da Educação, através da Resolução nº.10 de 27 de junho de 2006.

Assim, considerando o estado e a evolução do campo acadêmico e da profissão, encaminhamos a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em

Jornalismo, desmembradas das Diretrizes Curriculares Nacionais “para a área de Comunicação Social e suas Habilitações” estabelecidas pela Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002.

II - Proposta de Diretrizes Curriculares

1. Organização do Curso

A estrutura do Curso de Graduação em Jornalismo deve:

I - ter como eixo do desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;

II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando sua articulação com diferentes segmentos da sociedade;

III - promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular;

IV - inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional;

V - utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais;

VI - propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo desde o início de sua formação, estimulando o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia.

2. Projeto Pedagógico

O Projeto Pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções – institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de efetivação da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação;

VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e cidadã;

IX - regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de conclusão de curso, como componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente;

X - regulamentação das atividades de estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização;

XI - concepção e composição das atividades complementares.

A elaboração do Projeto Pedagógico do curso de graduação em Jornalismo deverá

observar os seguintes indicativos:

a) Ter por objetivo **a formação de profissionais** dotados de competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, contribuindo para o seu aprimoramento.

b) Dar ênfase ao espírito empreendedor e ao domínio científico que gerem pesquisas ao conceber, executar e avaliar projetos inovadores capazes de dar conta das exigências contemporâneas e de ampliar a atuação profissional a novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente.

c) Estar focado teórica e tecnicamente na **especificidade do jornalismo**, com grande atenção à **prática profissional**, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do seu exercício e o interesse público;

d) Aprofundar o **compromisso com a profissão e os seus valores**, por meio da elevação da auto-estima profissional, dando ênfase à formação do jornalista enquanto intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos;

e) Cuidar da **preparação de profissionais** para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso conhecer os seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente;

f) Ter **como horizonte profissional** o ambiente regido pela convergência tecnológica, onde o impresso não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho nem dite as referências da profissão, embora conserve a sua importância no conjunto midiático;

g) Incluir na formação as rotinas de trabalho do **jornalista em assessoria** a instituições de todos os tipos;

h) Atentar à necessidade de preparar **profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos** em um espaço cuja oferta de emprego não cresce na mesma proporção que a oferta de mão de obra;

i) Pensar a graduação como uma etapa de **formação profissional continuada e permanente**.

3. Perfil do Formando/do Egresso

O egresso do Curso de Jornalismo é o jornalista profissional diplomado, com formação universitária ao mesmo tempo generalista, humanista, crítica e reflexiva. Esta o capacita a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania dando conta, por um lado, da complexidade e do pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas e, por outro, dos fundamentos teóricos e técnicos especializados. Dessa forma terá clareza e segurança para o exercício de sua função social específica no contexto de sua identidade profissional singular e diferenciada dentro do campo maior da Comunicação.

4. Competências: Conhecimentos, Habilidades, Atitudes e Valores a serem desenvolvidos

4.1. Competências gerais

- **Compreender e valorizar** como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de idéias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável;

- **Conhecer**, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os

contextos latino-americano e ibero americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística;

- **Identificar e reconhecer** a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade;
- **Distinguir** entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais;
- **Pesquisar, selecionar e analisar** informações em qualquer campo de conhecimento específico;
- **Dominar** a expressão oral e a escrita em língua portuguesa;
- **Ter domínio** instrumental de pelo menos dois outros idiomas – preferencialmente inglês e espanhol, integrantes do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido;
- **Interagir** com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade;
- **Ser capaz** de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas;
- **Saber utilizar** as tecnologias de informação e comunicação;
- **Pautar-se** pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos;
- **Cultivar** a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade em relação ao conhecimento;
- **Possuir** abertura para compreender que o aprendizado é permanente;
- **Saber conviver** com o poder, a fama e a celebridade mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação aos mesmos;
- **Perceber** constrangimentos à atuação profissional e desenvolver senso crítico em relação a eles;
- **Procurar ou criar** alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais;
- **Atuar** sempre com discernimento ético.

4.2 Competências específicas

Competências cognitivas - Conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do jornalismo; Conhecer a construção histórica e os fundamentos da Cidadania; Compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania; Compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em suas complexidades de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade; Discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto neste exercício.

Competências pragmáticas - Contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade; Perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos noticiáveis; Propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de jornalismo; Organizar pautas e planejar coberturas jornalísticas; Formular questões e conduzir entrevistas; Adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e no relacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade; Dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, produção, edição e difusão; Conhecer conceitos e dominar técnicas dos gêneros jornalísticos; Produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção, e ser capaz de editá-los em espaços e períodos de tempo limitados; Traduzir em linguagem jornalística, preservando-os, conteúdos originalmente formulados em linguagens

técnico-científicas, mas cuja relevância social justifique e/ou exija disseminação não especializada; Elaborar, coordenar e executar projetos editoriais de cunho jornalístico para diferentes tipos de instituições e públicos; Elaborar, coordenar e executar projetos de assessoria jornalística a instituições legalmente constituídas de qualquer natureza, assim como projetos de jornalismo em comunicação comunitária, estratégica ou corporativa; Compreender, dominar e gerir processos de produção jornalística, e ser capaz de aperfeiçoá-los pela inovação e pelo exercício do raciocínio crítico; Dominar linguagens midiáticas e formatos discursivos utilizados nos processos de produção jornalística nos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação; Dominar o instrumental tecnológico – hardware e software – utilizado na produção jornalística; Avaliar criticamente produtos e práticas jornalísticas.

Competências comportamentais - Perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área de comunicação social; Identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo; Conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão; Avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas; Atentar para os processos que envolvem a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade; Impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público; Exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das idéias e das mais diversas opiniões.

5. Conteúdos Curriculares

Em função do perfil do egresso e de suas competências, a organização do currículo deve contemplar, no Projeto Pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação:

I - Eixo de fundamentação humanística, que tem por objetivo capacitar o jornalista a exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política, suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições, arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como aqueles fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos, as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades de esportes, lazer e entretenimento; o acesso aos bens culturais da humanidade, sem descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades peculiares ao local, ao comunitário e à vida cotidiana.

II - Eixo de fundamentação específica, que tem por objetivo proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de auto-regulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes.

III – Eixo de fundamentação contextual, que tem por objetivo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e sócio-culturais, inclusive as rotinas de produção e os processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.

IV - Eixo de formação profissional, que tem por objetivo embasar o conhecimento

teórico e prático, familiarizando os estudantes com o universo dos processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, fomentando a investigação dos acontecimentos relatados pelas fontes, bem como a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, como os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas.

V - Eixo de aplicação processual, que tem por objetivo proporcionar ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, garantindo coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso, rádiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.

VI – Eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo desenvolver conhecimento e habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores, integrando os demais eixos, alicerçados em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, rádiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros.

6. Organização Curricular

A organização curricular do Curso de Graduação em Jornalismo deve representar, necessariamente, as condições existentes para a sua efetiva conclusão e integralização, de acordo com o regime acadêmico que as Instituições de Ensino Superior (IES) adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por componente curricular ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos; sistema sequencial, com o aproveitamento de créditos cursados por alunos oriundos de outras áreas do conhecimento.

As IES têm ampla liberdade para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontados anteriormente. É valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação (400 horas para cada eixo, em média, reservadas 300 horas para o Trabalho de Conclusão de Curso).

A integração curricular deves valorizar o equilíbrio e a integração entre teoria e prática durante toda a duração do curso, observando os seguintes requisitos:

- 1) Carga horária suficiente para distribuição estratégica dos eixos curriculares e demais atividades previstos;
- 2) Distribuição das atividades laboratoriais a partir do primeiro semestre, numa sequência progressiva, até a conclusão do curso, de acordo com os níveis de complexidade e de aprendizagem;
- 3) Garantia de oportunidade de conhecimento da realidade, nos contextos local e regional.

A carga horária total do curso deve ser, no mínimo, de 3.200 horas, incluídas neste total 200 horas de estágio supervisionado e 300 horas de atividades complementares.

6.1. Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser entendido como um componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente e avaliado por uma banca examinadora formada por docentes e também por jornalistas profissionais convidados. Deve envolver a concepção, o planejamento e a execução de um Projeto Experimental constituído por um trabalho prático de cunho jornalístico, acompanhado necessariamente por relatório, memorial ou monografia que realize uma reflexão crítica sobre sua execução, de forma a reunir e consolidar a experiência do aluno com os diversos conteúdos estudados durante o curso.

As IES deverão emitir e divulgar regulamentação própria, aprovada por colegiado competente, contendo necessariamente critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação do TCC, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

6.2. Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente do currículo, tendo como objetivo consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao perfil do formando, definido em cada instituição, por seus colegiados acadêmicos, a quem compete aprovar o regulamento correspondente, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º - O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor ou na própria instituição de ensino, em veículos autônomos ou assessorias profissionais.

§ 2º - As atividades deverão ser programadas nos períodos finais do curso, possibilitando aos alunos concluintes testar os conhecimentos assimilados em aulas e laboratórios, cabendo aos responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular – incluindo sempre jornalistas profissionais e docentes do curso – avaliar e aprovar o relatório final, resguardando o padrão de qualidade nos domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º - A instituição deve incluir no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Jornalismo a natureza do Estágio Supervisionado de que trata este artigo, através de regulamentação própria aprovada por colegiado, indicando os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observada a legislação e as recomendações das entidades profissionais do jornalismo.

§ 4º - É vedado convalidar como estágio curricular a prestação de serviços realizada a qualquer título que não seja compatível com as funções profissionais do jornalista, que caracterize a substituição indevida de profissional formado ou, ainda, que seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença e o acompanhamento de jornalistas profissionais, tampouco sem a necessária supervisão docente. Da mesma forma, é vedado convalidar como estágio curricular os trabalhos laboratoriais feitos durante o curso.

6.3. Atividades Complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente de ensino. As atividades complementares constituem componentes curriculares enriquecedores e úteis para o perfil do formando. Não devem ser confundidas com Estágio Curricular Supervisionado ou com Trabalho de Conclusão de Curso.

O conjunto de Atividades Complementares tem o objetivo de dar flexibilidade ao currículo e deve ser selecionado e realizado pelo aluno ao longo de seu curso de graduação, de acordo com seu interesse e com a aprovação da coordenação do curso.

As Atividades Complementares devem ser realizadas sob a supervisão/orientação/avaliação de docentes do próprio curso. Os mecanismos e critérios para avaliação devem ser definidos em regulamento próprio da instituição, respeitadas as particularidades e especificidades próprias do curso de Jornalismo, atribuindo-se um sistema de créditos, pontos ou computação de horas para efeito de integralização do total previsto para o curso.

São consideradas Atividades Complementares:

Atividades Didáticas – frequência e aprovação em disciplinas não previstas no currículo do curso, ampliando o conhecimento dos estudantes de jornalismo sobre conteúdos específicos, como economia, política, cultura, esportes, ciência, tecnologia, etc.

Atividades Acadêmicas – apresentação de relatos de iniciação científica, pesquisa experimental, extensão comunitária ou monitoria didática em congressos acadêmicos e profissionais.

7. Acompanhamento e Avaliação

As Instituições de Ensino Superior deverão adotar regras próprias de avaliação internas e externas, para que sejam sistemáticas e envolvam todos os recursos materiais e humanos participantes do curso, que sejam centradas no atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais definidas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Os planos de Disciplinas devem ser fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo e devem conter – além dos conteúdos e das atividades – a metodologia das aulas, os critérios de avaliação e a bibliografia fundamental, necessariamente acessível na biblioteca da instituição. Desta maneira, eles poderão discernir claramente a relação entre estas diretrizes curriculares, a grade curricular da instituição e o processo de avaliação a que serão submetidos no final do curso.

O sistema de avaliação institucional dos cursos de Jornalismo deve contemplar, dentre outros critérios:

- * o conjunto da produção jornalística e de atividades de pesquisa e de extensão realizadas pelos alunos ao longo do curso;
- * o conjunto da produção acadêmica e técnica reunida pelos professores;
- * a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de cidadania nos contextos em que a IES está inserida;
- * o espaço físico e as instalações adequadas para todas as atividades previstas, assim como o tamanho das turmas de alunos, que deve ser compatível com a supervisão docente nas atividades práticas;
- * o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados;
- * as condições de acesso e facilidade de utilização da infra-estrutura do curso pelos alunos, que devem ser adequadas ao tamanho do corpo discente, garantindo o total de carga horária para todos os alunos matriculados em cada disciplina ou atividade;
- * a inserção profissional alcançada pelos alunos egressos do curso;
- * a experiência profissional, a titulação acadêmica, a produção científica, o vínculo institucional, o regime de trabalho e a aderência às disciplinas e atividades sob responsabilidade do docente.

III - Recomendações finais

Com a finalidade de tornar compatíveis o requisito da titulação do corpo docente e a necessidade de aderência às disciplinas ministradas, a Comissão de Especialistas recomenda a criação de um Programa Nacional de Aperfeiçoamento Docente destinado às novas gerações de professores de Jornalismo. Muitos foram titulados pelos cursos de pós-graduação da área teórica de Comunicação ou

de disciplinas conexas, sem ter exercido plenamente a profissão e não raro sem o domínio cognitivo da sua especificidade. Concomitantemente, deve ser fomentada, nas Escolas de Comunicação, a abertura de cursos de mestrado e doutorado com áreas de concentração em Jornalismo, para atender à demanda crescente de novos professores para os cursos de graduação e de projetos de pesquisa científica na área.⁵⁰

Da mesma forma, recomenda-se que os projetos de pesquisa financiados pelas agências públicas de fomento, sem prejuízo da pesquisa básica na área específica, tenham entre os objetivos precisos de aplicação a melhoria da qualidade do jornalismo brasileiro, nas diversas regiões sócio-culturais, tornando-o uma efetiva forma de produção intelectual e conhecimento. Sua meta deve ser o fortalecimento dos processos jornalísticos democráticos, interativos, inclusivos, valorizando nossa identidade cultural e disseminando valores universais como solidariedade, diversidade, paz, dignidade, justiça, liberdade e prosperidade.

Em relação às modalidades de formação universitária para a profissão, a Comissão de Especialistas recomenda uma ampla consulta à área empresarial e sindical, a partir da experiência internacional existente e do estudo de sua adaptação à realidade brasileira. O Mestrado Profissional deve ser avaliado como caminho para atender simultaneamente a dois tipos de demanda:

a) capacitar diplomados em outras áreas do conhecimento para a realização de trabalhos estratégicos, como os de consultoria, planejamento e avaliação de produtos jornalísticos, além da expressão opinativa e/ou interpretativa sobre temas peculiares a suas formações de origem, como colaboradores especializados;

b) reciclar jornalistas já diplomados na graduação específica, capacitando-os a atuar em segmentos especializados da mídia de atualidades, bem como a realizar pesquisa aplicada em áreas emergentes.

Torna-se indispensável a regulamentação dos processos didáticos necessários à aplicação das diretrizes curriculares, no sentido de evitar ambigüidades que possam conduzir a desvios normativos, sujeitos ao arbítrio dos avaliadores de turno. A manutenção de uma comissão supervisora das novas diretrizes constitui providência essencial para garantir a concretização das estratégias aqui defendidas.

Finalmente, a Comissão de Especialistas abaixo assinada manifesta sua crença na formação superior específica para o exercício da profissão de jornalista. A responsabilidade social do jornalismo, seu papel essencial na democracia e a competência específica exigida para exercê-las, lidando com as novas tecnologias, aspectos enfatizados ao longo deste documento, recomendam uma formação fundamentada na ética, na competência técnica, no discernimento social e na capacidade crítica, habilidades que só podem ser adquiridas em uma sólida formação superior própria.

JOSÉ MARQUES DE MELO - Presidente
ALFREDO EURICO VIZEU PEREIRA JUNIOR
EDUARDO BARRETO VIANNA MEDITSCH
LUCIA MARIA ARAÚJO
LUIZ GONZAGA MOTTA
MANUEL CARLOS DA CONCEIÇÃO CHAPARRO
SERGIO AUGUSTO SOARES MATTOS
SONIA VIRGÍNIA MOREIRA

- 1 CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, Volume 3, p. 424.
- 2 McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**, São Paulo: Cultrix, 1969 3
- ÁLVAREZ, Jesus T. **Gestão do poder diluído**. Lisboa: Colibri, 2006
- 4 PAIVA, Raquel. **O Espírito comum** : comunidade, mídia e globalismo. Petrópolis: Vozes, 1998
- 5 CHRISTOFOLETTI, R.; MOTTA, L. G. **Observatórios de mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008
- 6 FRANCISCATO, C. E. . **A Fabricação do Presente - Como o Jornalismo Reformulou a Experiência do Tempo nas Sociedades Ocidentais**. São Cristóvão (SE): Editora Universidade Federal de Sergipe, 2005. v. 1. 273 p.
- 7 WEAVER, David (ed.). **The global journalist**. New Jersey: Hampton, 1998
- 8 MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 233
- 9 CHAPARRO, Manuel Carlos. **Linguagem dos Conflitos**. Coimbra: Minerva, 2001. p.43-58.
- 10 SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997
- 11 MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** São Paulo: Contexto, 2004; MINDICH, David **Tuned Out: Why Americans Under 40 don't Follow the News**. New York: Oxford University Press, 2005;
- SANTT'ANA, Lourival. **O destino do jornal**. Rio de Janeiro: Record, 2008
- 12 MARQUES DE MELO, José. **A opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985
- 13 McDUGALL, Curtis. **Newsroom Problems and Policies**. New York: Dover, 1963
- 14 LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005
- 15 VIZEU, Alfredo (org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008
- 16 MOREIRA, Sonia Virginia. **Rádio em Transição: tecnologias e leis nos Estados Unidos e no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2002
- 17 TRAQUINA, Nelson & MESQUITA, Mário. **Jornalismo Cívico**. Lisboa: Horizonte, 2003
- 18 MATTOS, Sergio. **O contexto midiático**. Salvador: IHGB, 2009
- 19 SODRÉ, Muniz – **A narração do fato**. Petrópolis, Vozes, 2009
- 20 MINDICH, David. **Just the facts: How “objectivity” come to define american journalism**. New York: New York University Press, 1998
- 21 BOCZKOWSKI, Pablo. **Digitalizing the news**. Cambridge: MIT Press, 2004
- 22 MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: forma e conteúdo**. São Caetano: Difusão, 2009
- 23 KUNCZIK, Michael – **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul**. São Paulo: EDUSP, 1997
- 24 D'ALMEIDA, Nichole. **Société du Jugement**. Paris: Armand Colin, 2007
- 25 BUCCI, Eugenio. **Em Brasília 19 horas**. Rio de Janeiro: Record, 2008
- 26 MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia**. Brasília: Casa das Musas, 2005; GUIRARDO, Maria Cecília. **Reportagem: a arte da investigação**. São Paulo: A&C, 2004; MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem**. Canoas: ULBRA, 1996
- 27 BERBAL, Sebastá; CHILLON, Luis Albert. **Periodismo informativo de creación**. Barcelona: Mitre, 1985; KUNSCH, Dimas. **Maus pensamentos: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística**. São Paulo: Anablume, 2000
- 28 ARAÚJO, Lúcia (org.) **Comunicação e Transformação Social: a trajetória do Canal Futura**. São Leopoldo: Unisinos, 2008
- 29 GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004
- 30 COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009; CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008; KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**. São Paulo Fundação Perseu Abramo, 1996; DI FRANCO, Carlos Alberto: **Jornalismo, ética e qualidade**. Petrópolis: Vozes, 1996; KARAM, Francisco. **A ética jornalística e o interesse público**. São Paulo: Summus, 2004.
- 31 FIDALGO, Joaquim. **O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas**. Lisboa: Gulbenkian, 2009
- 32 NEVEU, Érik. **Sociologie du Journalisme**. Paris: La Découverte, 2001
- 33 ZELLIZER, Barbie. Journalism and the Academy In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (eds.). **The Handbook of Journalism Studies**. New York: Routledge, 2009. p. 29-41
- 34 TRAQUINA, Nelson. **Teoria do Jornalismo**. Volume 2 – A tribo jornalística. Florianópolis: Insular, 2002
- 35 MEDITSCH, Eduardo. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do Jornalismo. Covilhã: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. www.bocc.ubi.pt
- 36 Os currículos mínimos “do Curso de Jornalismo” vigoraram a partir de 1962, com uma segunda versão em 1965. Os currículos mínimos “do Curso de Comunicação Social” foram implantados a partir de 1969, com atualizações em 1977 e 1984. MOURA, Cláudia Peixoto de. **O Curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002

- 37 MELO, José Marques. **Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1974
- 38 NIXON, Raymond. **Education for Journalism in Latin America**: a report of Progress. Minneapolis: Minnesota Journalism Center, 1971
- 39 MELO, José Marques de. Jornalismo e universidade: uma longa história de conflitos. *Jornal da ABI: Especial 90 Anos*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Imprensa, 2000
- 40 ANTONIOLI, Maria Elizaberh. **Ensino de Jornalismo e legislação educacional**. São Paulo: L'Editora, 2006
- 41 ROGERS, Everett. **A History of Communication Study**. New York: The Free Press, 1997
- 42 WEINBERG, Steve. [A Journalism of Humanity: A Candid History of the World's First Journalism School](#). Columbia, University of Missouri Press, 2008. BOYLAN, James. [Pulitzer's School: Columbia University's School of Journalism, 1903-2003](#). New York: Columbia University Press, 2003
- 43 No contexto latino-americano, esta situação é criticada por um Prêmio Nobel da Literatura preocupado com o futuro do jornalismo no continente: MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. *El Mejor Oficio del Mundo*. Cartagena: Fundación Nuevo Periodismo Iberoamericano, 2003.
- 44 MEDSGER, Betty. **Winds of Change**: Challenges Confronting Journalism Education. Arlington: The Freedom Forum, 1996.
- 45 COHEN, Jeremy et al. Symposium: Journalism and Mass Communication Education at the Crossroads. **Journalism and Mass Communication Educator** 56/3, Autumn 2001
- 46 UNESCO. **Model Curricula for Journalism Education for Developing Countries & Emerging Democracies**. Paris: Unesco, 2007
- 47 MOTA, Luis Gonzaga (ed.). Journalism Research in Europe. **Brazilian Journalism Research**, v. 2, n. 1, Brasília: SBPJOR, 2006, p. 11-66
- 48 ROCHA, Paula Melani & SOUSA, Jorge Pedro. **Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital**: Brasil e Portugal. Porto: UFP, 2008.
- 49 MARQUES DE MELO, José (org.). **O campo da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2008
- 50 MEYER, Philip. Why Journalism Needs PHDs. **The American Editor**. September, 1996

Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo *Versão 2008*

(Atualizada no II Seminário de Atualização do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade do Ensino em Jornalismo e aprovada no XXXIII Congresso Nacional dos Jornalistas brasileiros. Em fase de busca de ampliação dos signatários entre demais segmentos do campo do jornalismo e da área da comunicação, através das suas entidades representativas)

FENAJ *Federação Nacional dos Jornalistas*

Departamento de Educação e Assuntos Profissionais da FENAJ
Diretores Valci Zuculoto, Alexandre Campello e Marjorie Moura
fones: (61) 32440650
(61) 91747879 (também PTT)
e-mail: fenaj@fenaj.org.br
este documento se encontra disponível em www.fenaj.org.br

Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo

Esta é a versão 2008. Inclui as propostas do II Seminário de Atualização do Programa Nacional de Estímulo à Qualidade do Ensino em Jornalismo, realizado em Florianópolis, em março de 2008, com a participação de representações da FENAJ, dos Sindicatos de Jornalistas, dos Cursos de Comunicação/Jornalismo, de professores e de estudantes de todo o país, além das entidades do campo.

Em agosto do mesmo ano, esta versão atualizada passou pela aprovação do XXXIII Congresso Nacional dos Jornalistas brasileiros. Agora, a FENAJ deve submetê-la aos demais segmentos do campo do jornalismo e da área da comunicação, através das suas entidades representativas, convidando-as a serem novamente signatárias, a exemplo do que ocorreu com a primeira edição do Programa.

A primeira formulação deste Programa foi realizada em 1997 conjuntamente pela Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (ABECOM), Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOS), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e Sociedade Brasileira de Estudos

Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Naquele mesmo ano, foi aprovada no Congresso Nacional Extraordinário dos Jornalistas, em Vila Velha, ES. Em 2002, o Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ) também passou a ser signatário daquela versão do Programa.

HISTÓRICO*

A qualidade da formação do jornalista – que tem como pilar principal a graduação em curso específico de nível superior – tem sido uma das grandes preocupações e aspirações da categoria. Atentos a isso, a FENAJ e os Sindicatos dos Jornalistas em todo o país não poupam esforços em fomentar o debate sobre o tema, assim como em propor e desenvolver ações visando contribuir ativamente para a construção da qualidade da formação em jornalismo.

Trata-se de uma prática histórica. Tem sido expressamente evidenciada ao longo dos últimos 90 anos. Começou ainda no início século passado, quando os jornalistas brasileiros passaram a reivindicar que a formação em jornalismo ocorresse em curso universitário. Os primeiros cursos foram implantados na década de 1940 e, em 1969, os jornalistas conseguiram que a regulamentação da profissão incluísse a exigência de diploma de nível superior para o registro profissional.

Mesmo com essas conquistas, a categoria não deixou de se preocupar com a qualidade da formação profissional. Cada vez mais, os jornalistas, por meio da FENAJ e dos Sindicatos, têm participado do debate, da formulação e das ações visando a qualificação do ensino do jornalismo. E sempre atuando em parceria com todos os segmentos envolvidos com a formação profissional, principalmente as instituições de ensino superior, estudantes e educadores e suas entidades representativas.

Um momento significativo dessa atuação aconteceu em 1997, com a promoção, pela FENAJ, de um Congresso Nacional dos Jornalistas extraordinário, para tratar justamente da qualidade da formação. O Congresso, realizado no Espírito Santo, em Vila Velha, lançou as bases de um Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional em Jornalismo.

Desde aquela época, a FENAJ e os Sindicatos passaram a divulgar, a aprimorar e propor a aplicação deste Programa, sempre buscando reunir, neste esforço, todos os segmentos envolvidos não apenas com a formação em jornalismo, mas todos que estão no campo da comunicação. Palestras, reuniões e debates sobre o Programa foram realizadas em praticamente todos os Estados brasileiros, atingindo boa parte das escolas de jornalismo. E em várias destas, projetos pedagógicos e montagem de currículos buscaram bases e referenciais no Programa. Igualmente foi este Programa que serviu de base e guia para a elaboração, no histórico Seminário de Campinas, em 1999, da “Proposta de Diretrizes Curriculares da Área de Comunicação e Habilidades Específicas”, que não foi totalmente incorporada pelo MEC, mas até hoje é um dos referenciais mais atualizados defendidos pela FENAJ, Sindicatos e outras entidades do campo do jornalismo.

Em 2006, durante o Encontro Nacional de Professores de Jornalismo, em Campos (RJ), o Pré-Fórum da FENAJ dedicou-se a iniciar o debate sobre a necessidade de atualização do Programa. Como resultado dessas iniciativas, ao longo dos últimos 10 anos, o documento sofreu alguns ajustes ou reformulações/aprofundamento.

A maior das reformulações no sentido de aprofundar as especificações se deu em relação à regulamentação do estágio para os estudantes de jornalismo. Após vários anos de implantação de projetos-piloto, FENAJ e Sindicatos já oferecem, em todo o país, um Programa Nacional de Estágio Acadêmico, com normas de aplicação e orientações aprovadas no último Congresso Nacional dos Jornalistas, em 2006, em Ouro Preto, MG. O estágio, portanto,

deixou de ser apenas um item com especificações/recomendações gerais do Programa de Estímulo à Qualidade de Ensino, passando a constituir um programa completo, mas que segue complementar a este. Tanto que já é submetido a sua terceira atualização juntamente com este Programa de incentivo à qualificação da formação profissional em jornalismo.

E tudo isto – todo este envolvimento da categoria profissional e suas entidades de classe com a área do ensino e da pesquisa – porque nós, jornalistas, entendemos que o cumprimento da função social do jornalismo – disponibilizar para a sociedade informação ética, de qualidade e democrática, que atenda ao interesse público – também depende de uma formação profissional qualificada.

**Ao aprovar esta versão 2008, o XXXIII Congresso Nacional dos Jornalistas brasileiros também ainda deliberou as seguintes recomendações: que ao se buscar outras entidades signatárias no campo do Jornalismo, com elas sejam construídos um texto de Apresentação comum como também um novo Histórico incluindo igualmente suas ações em defesa deste Programa.*

I. PREMISSAS PARA CONCEBER A FORMAÇÃO DOS JORNALISTAS

A área das comunicações adquire complexidade e importância, na contemporaneidade, com a emergência de sistemas de comunicações que exercem crescentes determinações sobre a cultura, a política e a economia. Neste contexto, o jornalismo destaca-se como uma das principais modalidades de comunicação, exercitada através das mais diversas linguagens e dos mais variados suportes técnicos.

O jornalismo, com suas funções de produção e divulgação de informações, corresponde a uma forma de conhecimento que complementa as funções culturais próprias da ciência e da arte que se centram, respectivamente, no particular e no universal.

Como forma específica de conhecimento, o jornalismo antecipa-se à ciência e à arte, registrando os fatos sociais na sua singularidade e atualidade e, não raro, na imediatez dos acontecimentos. Embora diferencie-se da ciência e da arte, o jornalismo, em suas formas mais desenvolvidas, tem a possibilidade de estabelecer estreito relacionamento com estas duas formas de conhecimento.

Sem submeter-se aos rigores metodológicos próprios da ciência, o jornalismo pode e deve perseguir um elevado grau de objetividade no registro e interpretação dos fatos sociais tendo, inclusive, a prerrogativa de amparar-se no conhecimento científico existente. O jornalismo, operando uma ruptura com a linguagem especializada da ciência, pode contribuir para a sua tradução pública, de modo a qualificar o senso comum.

Por outro lado, mesmo sem desfrutar o mesmo grau de liberdade de linguagem própria da arte, o jornalismo, ao adotar um criativo procedimento de seleção, hierarquização e apresentação dos fatos sociais, pode gerar percepções e interpretações aprofundadas e inovadoras da realidade que sejam, igualmente, capazes de qualificar o senso comum, enriquecendo o universo cultural dos indivíduos.

Devido a essa importância específica e relativa do jornalismo, acreditam os signatários que só a formação através de um curso superior específico pode tornar consistente a abordagem da multiplicidade dos aspectos filosóficos, teóricos, culturais e técnicos envolvidos na formação dos jornalistas, bem como propiciar que, através da reflexão acadêmica e da prática política e técnica, sejam equacionadas as demandas da sociedade em relação à atuação dos profissionais jornalistas.

A formação dos jornalistas deve ser concebida a partir da percepção do seu papel singular de produtor de conhecimento e de cultura, através de uma atividade profissional especializada na formulação, seleção, estruturação e disponibilização de informações que são usadas pelos indivíduos para perceberem a realidade e situarem-se diante dela.

Essa formação também deve considerar:

- o interesse público na geração de conhecimento válido sobre os fenômenos que envolvem o exercício do jornalismo e da especificidade que o distingue do conjunto da área das comunicações;
- a necessidade de pesquisa e experimentação de teorias e técnicas relacionadas com as linguagens e práticas aplicáveis ao exercício do jornalismo.

Dessas definições em relação à formação dos jornalistas, decorrem as necessidades de:

- conhecimento /formação teórica;
- formação cultural;
- formação técnica.

A atuação profissional dos jornalistas como produtores de informações que são usadas pelos indivíduos para se situarem diante da realidade, contemporaneamente se dá através de meios e sistemas de comunicação que - exercendo crescentes determinações sobre a cultura, a política e a economia - erigem-se como importantes instrumentos de poder.

Os profissionais do jornalismo, assim, cotidianamente defrontam-se com a necessidade de posicionar-se, em perspectiva social e individual, com o equacionamento de questões ligadas à democracia e à ética.

Diante da constatação da amplitude das decorrências da atuação profissional dos jornalistas e da existência de condicionamentos para o exercício da sua função social, decorre a necessidade de, através da formação destes profissionais, se alcançar compreensão e identificação:

- dos fundamentos éticos prescritos para a conduta dos jornalistas profissionais, com base especialmente no Código de Ética dos Jornalistas;
- da atitude de cidadania adequada ao exercício profissional dos jornalistas, a partir do reconhecimento das expectativas e necessidades da sociedade em relação ao seu papel social e ao produto da sua atividade;
- do inter-relacionamento entre as funções profissionais dos jornalistas com as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área das comunicações.

II. REQUISITOS CONCEITUAIS PARA A REALIZAÇÃO DAS PREMISAS

Entendemos que a realização das premissas apresentadas neste documento exigem os desdobramentos conceituais aqui desenvolvidos.

A formação teórica deverá possibilitar:

- a interpretação da realidade social na qual o profissional se insere, com instrumental da filosofia que dê conta das etapas anteriores da história humana e possibilitem o pensamento especulativo sobre as possibilidades de futuro;
- o conhecimento, em perspectiva, das diversas etapas da história universal e, em particular, da história do país, com o instrumental científico da história e das ciências sociais;
- o entendimento do papel dos sistemas e processos de comunicação na contemporaneidade, bem como da evolução histórica desses sistemas e suas relações com a cultura, a política e a economia.
- a compreensão da especificidade da função de produção de conhecimento inerente ao jornalismo, em relação às demais formas de produção de conhecimento (ciência e arte);
- a compreensão da natureza das linguagens e dos fenômenos lingüísticos utilizados nos sistemas contemporâneos de comunicação e, em particular, no processo de produção jornalística, abrangendo imagem, som, texto, as dimensões gráfica, audiovisual e multimídia, e seus correspondentes recursos lingüísticos e gramaticais (sintáticos, semânticos e pragmáticos).

A formação cultural deverá ser buscada através:

- do conhecimento e da análise crítica dos pressupostos filosóficos e das bases técnicas que orientam a organização dos sistemas de comunicação no Brasil e no mundo;
- da análise crítica de fatos concretos que manifestem o fenômeno da excedência dos meios, inclusive os meios de comunicação, em relação aos fins humanos para os quais foram concebidos, originando a autonomização dos meios (materiais e institucionais) e a desumanização nas práticas sociais;
- do reconhecimento da precedência da formação teórica para o entendimento da realidade humano social - cuja promoção é a grande missão do jornalismo e dos jornalistas - em relação à capacitação para o domínio das técnicas, esclarecendo-se que esta precedência é lógica e epistemológica, embora não necessariamente cronológica, no processo de formação;
- do emprego de metodologias e ações pedagógicas que, nos cursos de jornalismo, devem possibilitar a aplicação da teoria, assim como o desenvolvimento e a experimentação de conceitos e de meios técnicos;
- do conhecimento de linguagens e modalidades de comunicação e de produção artística e científica que contribuam para o alargamento da compreensão sobre os fenômenos contemporâneos da área das comunicações e para o desenvolvimento de atividades profissionais de cunho inovador;
- do estímulo ao pensamento crítico em relação aos modelos estabelecidos de organização e prática dos sistemas de comunicação no Brasil e no mundo.

A formação técnica deverá capacitar os profissionais para as atividades jornalísticas, independentemente do local do exercício profissional (empresas de comunicação, agências de notícias, assessorias de imprensa e/ou comunicação etc), observando:

- o emprego eficiente de linguagens próprias da atividade jornalística nas distintas modalidades correspondentes aos diversos veículos de comunicação existentes;
- o domínio dos processos de gestão de recursos humanos, materiais e financeiros inerentes à produção jornalística, considerando os diversos tipos de veículos e empreendimentos de portes diversos;
- o planejamento de produtos e atividades jornalísticas e empreendimentos de comunicação que viabilizem a produção jornalística.

A identificação e compreensão dos fundamentos éticos que devem pautar a conduta dos jornalistas deverá ser alcançada com:

- estudo dos princípios, fundamentos e sistemas de moral (deontologia) assim como a capacitação para o debate dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação e valoração (ética) nas diversas escolas filosóficas e períodos da história;
- o conhecimento e a avaliação crítica do Código de Ética dos Jornalistas e dos códigos de ética das diversas categorias profissionais e segmentos empresariais da área das comunicações;
- a capacitação para a interpretação e aplicação do Código de Ética dos Jornalistas frente a situações concretas vividas por estes nas suas atividades profissionais.

A atitude de cidadania adequada ao exercício profissional dos jornalistas deverá ser estimulada com o conhecimento e a avaliação crítica:

- da legislação profissional dos jornalistas e dos demais profissionais da área das comunicações;
- da legislação que rege a organização sindical no país;
- das instituições representativas dos jornalistas nos planos regional, nacional e internacional.
- da legislação da área das comunicações do Brasil e de outros países;
- das posições do Governo Federal, dos partidos políticos e dos setores organizados da sociedade civil sobre a organização e o funcionamento dos sistemas de comunicação no país, bem como sobre o papel dos profissionais que atuam na área das comunicações;

- das necessidades sociais atendidas pelas atividades jornalísticas, mediadas pela atuação dos profissionais, assim como uma compreensão acerca das demandas existentes e que estiverem sem atendimento.

A compreensão e a identificação do inter-relacionamento entre as funções profissionais dos jornalistas com as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área das comunicações deverá ser buscada através:

- do reconhecimento da especificidade das funções profissionais dos jornalistas em relação às demais funções profissionais na área das comunicações;
- do reconhecimento dos condicionamentos ao exercício das funções profissionais dos jornalistas estabelecidos pelas formas de organização e empreendimento dos sistemas e processos de comunicação existentes no país.

III. REQUISITOS METODOLÓGICOS E MATERIAIS

Entende-se como Requisitos Metodológicos e Materiais necessários e imprescindíveis para a realização das Premissas e Requisitos Conceituais para a formação dos jornalistas o conjunto de recursos materiais e humanos, bem como o modo de articulá-los e empregá-los na formação destes profissionais, abrangendo:

- a formulação curricular e a organização das atividades didático-pedagógicas;
- os aspectos referentes aos docentes;
- os aspectos referentes aos discentes;
- as instalações físicas, as estruturas de serviço e os equipamentos disponíveis para o cumprimento dos objetivos curriculares;
- os meios de integração com a sociedade e o mercado de trabalho.

Todo o conjunto de recursos materiais e humanos orientados para a formação de jornalistas deverá ser mobilizado considerando a necessidade de conexão orgânica entre as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, como condição para a qualificação dos profissionais e para a realização da função social que deve ser atribuída aos Cursos de Jornalismo, como espaço de reflexão e de produção e disseminação de conhecimento.

Considera-se que a promoção da integração entre os corpos docente e discente é fator crítico para consecução dos objetivos curriculares e extra-curriculares, além de ser estímulo didático-pedagógico e político para o exercício da cidadania. As escolas de jornalismo deverão ser, antes de tudo, escolas de cidadania e, portanto, considera-se imprescindível a existência de uma Comissão de Gestão de Qualidade da Formação em Jornalismo, com existência formalmente assegurada no âmbito de cada escola. Esta Comissão tem como finalidade o controle público da qualidade da formação, observado o critério da representatividade. Para tanto, deve ser integrada por representantes eleitos por professores e por estudantes e estar aberta à participação de representação do Sindicato dos Jornalistas e das entidades representativas do empresariado de comunicação, com jurisdição na região.

No que se refere à formulação curricular e à organização das atividades didático-pedagógicas, considera-se imprescindível para os cursos de Jornalismo a existência de:

- um projeto acadêmico do Curso que expresse claramente seus objetivos, a formulação curricular e a organização das atividades, com a definição do perfil de profissional visado pelo processo de formação;
 - formas de promoção da integração entre as disciplinas teóricas e técnicas;
 - adequação do projeto curricular às condições sócio-econômicas e culturais da região em que estiver localizada, realizando-se um componente de vocação regional dos profissionais formados em cada escola de Jornalismo;
 - projetos de pesquisa previstos como atividades curriculares;
- abertura do currículo para a incorporação, sempre que necessário, de novas disciplinas que

possibilitem o acompanhamento de avanços tecnológicos e a abertura de novas modalidades e linguagens de comunicação; a abertura do currículo à incorporação de disciplinas optativas que suscitem a corresponsabilização do corpo discente na complementação da sua formação. (Obs: QUE OS PROJETOS PEDAGÓGICOS E AS GRADES CURRICULARES SEJAM DEFINIDOS E ESTABELECIDOS COM BASES REFERENCIAIS NA “PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO E HABILITAÇÕES ESPECÍFICAS” resultantes do Seminário de Campinas.

Considera-se fator de valorização dos cursos de Jornalismo a existência de:

- formas de valorização do trabalho final (Projeto Experimental) dos discentes; produção curricular teórica ou técnica cuja circulação ou disponibilidade transcenda o público dos corpos docente e discente;
- integração das atividades de formação com os veículos e estruturas de serviço e produção de comunicação da própria instituição de ensino superior (publicações, emissoras de rádio e TV, inclusive canais de TVs por assinatura, produtoras, webveículos, agências, editoras ou assessorias);
- complementação do projeto acadêmico com o desenvolvimento de uma vocação regional que oriente aspectos determinados e delimitados na formação dos profissionais e que os valorizem frente a demandas sociais da região;
- desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão que estimulem a geração de mercado de trabalho e surgimento de demandas sociais por atividades profissionais relevantes de jornalistas;
- cursos de pós-graduação que mantenham formas de integração com o curso de graduação em Jornalismo.

No que se refere aos docentes, considera-se imprescindível para os cursos de Jornalismo a existência:

- de titulação mínima de graduação do corpo docente;
- de atendimento a requisitos mínimos de regime de trabalho dos docentes;
- de adequação da capacitação e da experiência dos docentes às disciplinas que ministram; de professores-jornalistas ministrando disciplinas específicas, tanto as teóricas quanto as práticas-técnicas;
- de produção acadêmica teórica, cultural e técnica;
- de efetivo envolvimento de docentes em atividades de pesquisa científica na área de comunicação social;
- de programa de atualização e qualificação continuada do corpo docente, considerando as disciplinas teóricas e técnicas;
- de programa de aperfeiçoamento dos coordenadores e demais gestores dos cursos.

Considera-se fator de valorização dos cursos de Jornalismo:

- o grau de dedicação dos professores para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão;
- a existência de um determinado número de docentes que ministram disciplinas técnicas e que desenvolvam o exercício profissional em veículos de comunicação de forma simultânea à atividade docente, sem deixar de buscar condições que possibilitem sua titulação;
- a máxima titulação formal do corpo docente;
- a existência de carreira profissional para os docentes.

No que se refere aos discentes, considera-se imprescindível para os cursos de Jornalismo a existência de:

- efetivo envolvimento de discentes em atividades curriculares de Pesquisa;
- programas de atividades de Extensão, formais ou mesmo informais, em caráter curricular e

extra-curricular.

Também se considera fator de valorização dos cursos de Jornalismo a existência de:

- programas especiais de formação de graduados;
- programas de monitorias em disciplinas, com aproveitamento dos estudantes do curso.

No que se refere às instalações físicas, as estruturas de serviço e os equipamentos disponíveis para o cumprimento dos objetivos curriculares, considera-se imprescindível para os cursos de Jornalismo a existência de:

- um corpo técnico-administrativo qualificado para as atividades de apoio;
- salas de aula e salas para docentes;
- laboratórios com os equipamentos adequados - em quantidade e qualidade, observando-se número máximo de alunos por turma - para as disciplinas técnicas;
- um banco de dados englobando:
- biblioteca e hemeroteca básicas;
- acervo com arquivo de sons e imagens;
- arquivo de fotografias.

Igualmente se considera fator de valorização dos cursos de Jornalismo a existência de:

- salas ou espaços físicos especialmente destinados para atividades de Pesquisa e Extensão;
- outras coleções e acervos vinculados a objetivos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

No que se refere aos meios de integração com a sociedade e o mercado de trabalho, considera-se imprescindível para os cursos de Jornalismo a existência de:

- atividades regulares de Extensão;
- meios de acompanhamento da integração dos profissionais formados pela escola ao mercado de trabalho;
- interação entre a escola de Jornalismo, através de docentes e discentes, com entidades representativas dos diversos segmentos da área das comunicações, orientada para a solução de problemas referentes ao mercado de trabalho e cooperação no que se refere às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- interação entre a escola de Jornalismo, através de docentes e discentes, com entidades representativas dos diversos segmentos da área das comunicações e com setores da sociedade civil em geral, que atuem no sentido da busca de soluções para os problemas de interesse público da área das comunicações.

Considera-se fator de valorização dos cursos de Jornalismo, quando do desenvolvimento de programas de estágio externos à escola que não sejam obrigatórios. Devem constituir-se como um complemento pedagógico da formação, orientados por objetivos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Para tanto, os programas de estágio precisam estar adequados ao Programa Nacional de Estágio Acadêmico aprovado pelo Congresso Nacional dos Jornalistas, que prevê sua aplicação, desenvolvimento, supervisão e fiscalização com a participação dos Sindicatos de Jornalistas para evitar o aviltamento do mercado de trabalho.

IV. A QUESTÃO DA QUALIDADE

Nenhum elemento constitutivo de um curso superior de Jornalismo poderá ser tomado isoladamente como indicador determinante da qualidade da formação. Para aferição da qualidade é necessária uma abordagem abrangente e integradora da multiplicidade de fatores concorrentes.

Registra-se a convicção dos signatários de que um movimento aglutinador de setores acadêmicos não pode mostrar-se alheio a um vasto e apurado arsenal de instrumentos metodológicos que habilitam para a gestão de qualidade, especialmente tratando-se de um esforço que tem como fim primordial, justamente, a qualidade do ensino/formação em jornalismo.

Considera-se necessário que o Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo equacione a necessidade de meios para que a busca de qualidade no ensino de Jornalismo, seja sujeita, em cada curso de Jornalismo, a processos:

- de planejamento;
- de implementação efetiva do que foi planejado;
- de avaliação dos resultados alcançados;
- de correção das ações, visando os objetivos do curso.

V. AS INSTÂNCIAS E PROCESSOS DE GESTÃO DA QUALIDADE

Uma vez aprovado pelas entidades signatárias, este Programa será levado aos professores, aos estudantes, às escolas e ao empresariado de comunicação, procurando estabelecer efetivas bases de acordo para a sua implementação, o que depende da adesão consciente e voluntária de cada um dos seus segmentos interessados na formação em jornalismo.

Este Programa recomenda:

- a constituição das instâncias que exercerão a coordenação da implementação do Programa em cada escola e nos planos regional e nacional, prevendo-se, preferencialmente, três níveis de instâncias ou pelo menos dois:

- em cada escola, será constituída uma Comissão de Gestão da Qualidade da Formação em Jornalismo, com composição paritária entre professores e alunos e com assento reservado para a representação do Sindicato dos Jornalistas e das entidades representativas do empresariado de comunicação com jurisdição na região;
- nos Estados será criada uma Comissão Regional de Gestão da Qualidade da Formação em Jornalismo, com a composição paritária entre professores e estudantes representantes das escolas da referida base, Sindicato dos Jornalistas e entidades representativas do empresariado de comunicação com jurisdição na região.
- no plano nacional, será constituída uma Comissão Nacional de Gestão da Qualidade da Formação em Jornalismo, integrada por representantes das entidades nacionais relacionadas com o ensino de jornalismo (FNPJ e SBPJor, em especial, e também Enecos, Abecom, Publicom, Intercom e Compós) assim como a FENAJ, a ANJ, a ABERT e outras entidades de igual relevância.

A Comissão de Gestão da Qualidade da Formação em Jornalismo de cada escola será incumbida de desenvolver o trabalho de base, com a articulação dos segmentos que realizam a implementação efetiva do Programa Nacional.

A Comissão Regional de Gestão da Qualidade da Formação em Jornalismo terá a incumbência prioritária de apoiar a criação, o desenvolvimento e a articulação da Comissão de cada escola na respectiva região.

A Comissão Nacional de Gestão da Qualidade da Formação em Jornalismo será encarregada de:

- fazer a coordenação das iniciativas do Programa no plano nacional;
- cuidar da atualização do documento com as diretrizes do Programa Nacional;
- promover a sensibilização dos diversos segmentos envolvidos nas ações previstas no Programa Nacional;
- orientar a implementação geral do Programa Nacional, coordenando atividades de avaliação em cada escola;
- estimular a mobilização, em cada estado, dos jornalistas, professores, estudantes, escolas e entidades representativas do empresariado de comunicação, no sentido da viabilização do Programa Nacional;
- criar um grupo de trabalho (GT) para definir critérios e métodos de avaliação dos cursos de Jornalismo, tendo como referencial este programa, e estudar a melhor forma de divulgação

dos resultados das avaliações, podendo instituir um Selo de Qualidade a ser atribuído às escolas com bom desempenho.

VI. ESPECIFICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

O Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo terá como anexo um Documento Complementar que permanecerá aberto à incorporação de incrementos nas Especificações e também nas Recomendações para a viabilização dos requisitos metodológicos e materiais necessários para a qualidade da formação dos jornalista.

No Documento Complementar serão registradas as diversas Especificações e Recomendações assumidas pelo Programa.

O Documento Complementar deverá, necessariamente, permanecer em aberto, porque são suas instrumentalizações que traduzirão, concretamente, as concepções de fundo do Programa e, portanto, deverão ser testadas, ter seus resultados reavaliados e serem reformuladas, no processo de implementação do Programa. As Especificações e Recomendações dizem respeito, sobretudo, à forma de realização das concepções aqui apresentadas sendo, portanto, o elemento mais dinâmico e mutável do Programa.

Anexo - Documento Complementar ao Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo

ESPECIFICAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA VIABILIZAR OS REQUISITOS METODOLÓGICOS E MATERIAIS

Neste Documento Complementar seguem as diversas Especificações e Recomendações até esta versão desenvolvidas. O documento, portanto, comporta inúmeros acréscimos que correspondam à instrumentalização mais ampla e detalhada possível das Premissas e dos Requisitos Conceituais, assim como dos Requisitos Metodológicos e Materiais que embasam o conteúdo e o sentido da formação dos jornalistas aqui proposta.

Especificações e Recomendações referentes à instalação e a funcionamento do Conselho de Gestão da Qualidade da Formação em Jornalismo em cada escola.

Recomendações para a elaboração da formulação curricular, dos planos de organização das atividades didático-pedagógicas e de um projeto acadêmico do Curso de Jornalismo.

Recomendações para a promoção da integração entre as disciplinas teóricas e técnicas.

Recomendações para a adequação do projeto curricular às condições sócio-econômicas e culturais da região.

Especificações e Recomendações para a implementação de projetos de pesquisa em atividades curriculares.

Recomendações para abertura do currículo à incorporação, sempre que necessário, de novas disciplinas que possibilitem o acompanhamento de avanços tecnológicos e de novas modalidades e linguagens de comunicação;

Recomendações para a valorização do trabalho final (Projeto Experimental) dos discentes.

Recomendações para a implementação de produção curricular teórica ou técnica cuja circulação ou disponibilidade transcenda o público dos corpos docente e discente.

Recomendações para a integração das atividades de formação com os veículos e estruturas de serviço e produção de comunicação da própria instituição de ensino superior.

Recomendações para a complementação do projeto acadêmico com o desenvolvimento de uma vocação regional que oriente aspectos determinados e delimitados na formação dos profissionais e que os valorizem frente a demandas sociais da região;

Recomendações para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão que estimulem a geração de mercado de trabalho e surgimento de demandas sociais por atividades profissionais relevantes de jornalistas;

Recomendações para a integração de cursos de pós-graduação com os cursos de graduação em Jornalismo.

Especificações para a titulação mínima do corpo docente.

Especificação de requisitos mínimos de regime de trabalho dos docentes.

Especificações referentes à adequação da capacitação e da experiência dos docentes às disciplinas que ministram.

Especificações para a realização de produção acadêmica teórica, cultural e técnica nos cursos de graduação.

Recomendações para o estímulo de efetivo envolvimento de docentes em atividades de Pesquisa. Recomendações para o desenvolvimento de programas de atualização, reciclagem e qualificação continuada do corpo docente, considerando as disciplinas teóricas e técnicas:

- o aperfeiçoamento profissional de professores deverá ser obrigatório a todos aqueles que ministram disciplinas técnicas e que estejam distantes do mercado de trabalho há mais de 5 anos.

- a duração deste estágio deverá ser equivalente, pelo menos, a um semestre de aulas.

A implementação desta forma de reciclagem profissional deverá ser resultado de um protocolo de intercâmbio firmado entre as escolas, os veículos de comunicação e o Sindicato dos Profissionais da respectiva região.

Especificações para a elaboração de programas de aperfeiçoamento dos coordenadores e demais gestores dos cursos de jornalismo.

Recomendações para a ampliação da dedicação do corpo docente.

Recomendações para a existência de um determinado número de docentes que ministram disciplinas técnicas e que desenvolvam o exercício profissional em veículos de comunicação de forma simultânea à atividade docente, sem deixar de buscar condições que possibilitem sua titulação.

Recomendações para a ampliação da titulação formal do corpo docente.

Recomendações para a estruturação de carreira profissional para os docentes.

Recomendações para a obtenção de um efetivo envolvimento de discentes em atividades curriculares de Pesquisa.

Recomendações para o desenvolvimento de programas e atividades de Extensão, formais ou mesmo informais, em caráter curricular e extra-curricular.

A realização de atividades de extensão pelas escolas de comunicação serão potencializadas com o estabelecimento de cursos regulares destinados:

- à formação complementar dos estudantes de comunicação;

- à requalificação dos profissionais que já atuam no mercado de trabalho.

As escolas de comunicação devem manter formas de suporte aos setores organizados da sociedade que atuem em defesa da democratização da comunicação, aproximando os estudantes de comunicação desta problemática e contribuindo para o avanço do movimento social na construção da democracia e da cidadania.

Recomendações para o desenvolvimento e a utilização de programas especiais de formação de graduados.

Recomendações para a elaboração de programas de monitorias em disciplinas, com aproveitamento dos estudantes do curso.

Especificações para a constituição de um corpo técnico-administrativo qualificado para as atividades de apoio.

Especificações para os Jornais Laboratórios.

Especificações para as salas de aula e salas para docentes.

Especificações para o Laboratório de Telejornalismo.

Especificações para o Laboratório de Fotojornalismo.

Especificações para o Laboratório de Radiojornalismo.

Especificações para o Laboratório de Webjornalismo

Especificações para o Laboratório de Produção Gráfica.

Especificações para a montagem de uma Biblioteca Básica.

Especificações para a montagem de uma Hemeroteca Básica.

Especificações para a montagem de arquivos de sons e imagens, inclusive da web.

Especificações para a montagem de um Arquivo de Fotografias.

Recomendações para a destinação de salas ou espaços físicos especializados em atividades de Pesquisa e Extensão.

Recomendações para a constituição outras coleções e acervos vinculados a objetivos de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Recomendações para a manutenção de atividades regulares de Extensão.

Recomendações para o desenvolvimento de meios de acompanhamento da integração dos profissionais formados pela escola ao mercado de trabalho.

Recomendações para a interação entre a escola de Jornalismo, através de docentes e discentes, com entidades representativas dos diversos segmentos da área das comunicações, orientada para a solução de problemas referentes ao mercado de trabalho e cooperação no que se refere às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Recomendações para a interação entre a escola de Jornalismo, através de docentes e discentes, com entidades representativas dos diversos segmentos da área das comunicações e com setores da sociedade civil em geral que atuem, no sentido da busca de soluções para os problemas de interesse público da área das comunicações.

As especificações para a aplicação do estágio para estudantes de jornalismo são as constantes no Programa Nacional de Estágio Acadêmico em Jornalismo, um dos anexos deste documento. Este programa de estágio foi balizado pelos seguintes objetivos estratégicos gerais:

- efetivo cumprimento de finalidades didático-pedagógicas. Para tanto, deve desenvolver-se como complementação não-obrigatória da formação e ser acadêmico, com acompanhamento no âmbito da escola e da empresa, além de fiscalização dos Sindicatos de Jornalistas;
 - realização do estágio nos três últimos semestres do curso;
 - delimitação do número de estagiários por redação ou empresa;
 - delimitação do tempo de estágio;
 - garantia de não se firmar acordo para a realização de estágio com empresas que mantenham pessoas exercendo irregularmente a profissão em seus quadros;
- existência de meios para assegurar o efetivo cumprimento do estabelecido na regulamentação acordada;
- garantia de que o estágio não substituirá as exigências de manutenção de laboratórios pelas escolas;
 - normatização da utilização do material produzido pelos estagiários.

São Paulo, 18 de Dezembro de 2002.

CARLA ABRANTKOSKI RISTER - JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA
na titularidade plena da 16ª Vara Cível de São Paulo

Processo N° 2001.61.00.025946-3

Ação Civil Pública

Autor: Ministério Público Federal e Sind. das Empresas de Radio e Televisão no Estado de São Paulo
Réu: União Federal, Federação Nacional dos Jornalistas e Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Trata-se de Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada, em que o autor, Ministério Público Federal, requer, em caráter definitivo:

a) que seja determinado à Ré União Federal a não mais registrar ou fornecer qualquer número de inscrição no Ministério do Trabalho para os diplomados em jornalismo, informando aos interessados a desnecessidade do registro e inscrição para o exercício da profissão de jornalista;

b) que seja obrigada a União Federal a não mais executar fiscalização sobre o exercício da profissão de jornalista por profissionais desprovidos de grau de curso universitário de jornalismo, bem como a não mais exarar os autos de infração correspondentes;

c) que sejam declarados nulos todos os autos de infração lavrados por Auditores-Fiscais do Trabalho, em fase de execução ou não, contra indivíduos em razão da prática do jornalismo sem o correspondente diploma;

d) que sejam remetidos ofícios aos Tribunais de Justiça dos Estados da Federação, de forma a que se aprecie a pertinência de trancamento de eventuais inquéritos policiais ou ações penais em trâmite, tendo por objeto a apuração de prática de delito de exercício ilegal da profissão de jornalista;

e) seja fixada multa de R\$ 10.000,00, a ser revertida em favor do Fundo Federal de Direitos Difusos (art. 13 da Lei n. 7347/85), para cada auto de infração lavrado em descumprimento das obrigações impostas através da concessão do pedido;

f) seja a ré condenada a reparar os danos morais coletivos pela conduta impugnada.

Sustenta o autor que O Decreto-Lei n° 972, de 17 de outubro de 1969, que estabelece a obrigatoriedade do registro do profissional perante o Ministério do Trabalho para o exercício da profissão de jornalista, registro este que somente é concedido mediante a apresentação do diploma de curso superior de jornalismo, nos termos do art. 4o, inciso V, do referido Decreto-Lei, não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1.988. Segundo a argumentação exposta, a regra é a liberdade de profissão, nos termos do art. 5o, inciso XIII, da C.F., sendo vedado ao legislador infra-constitucional impor restrições indevidas ou irrazoáveis, como ocorreria no presente caso. Afirma ainda que o próprio E. Supremo Tribunal Federal tem posição formada nesse sentido em caso de regulamentação de profissão que não pressupõe 'condições de capacidade' (v. jurisprudência acostada à inicial). Ademais, estaria a haver ofensa ao art. 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil em 1992, que garante a liberdade de pensamento e de expressão.

Propugna ainda o Ministério Público Federal pela sua legitimidade ativa para propositura da presente ação, pela legitimidade passiva da União (eis que o objeto da presente ação tenciona a suspensão de atos praticados pelo Ministério do Trabalho), pela reparação do dano moral coletivo, bem assim pelo alcance nacional da decisão judicial na presente ação civil pública.

Foi concedida a antecipação parcial dos efeitos da tutela (v. fls. 315/326).

A Federação Nacional dos Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo solicitaram ingresso na lide, na qualidade de assistentes simples da União Federal (v. fls. 340/348), o que foi deferido (v. fls. 747). Em despacho de fls. 744/747, foi indeferido o ingresso na lide, na qualidade de litisconsortes ou de assistentes do autor, dos cidadãos que formularam tal pleito. Foi deferido o ingresso na lide, no pólo ativo, na qualidade de assistente simples do Ministério Público Federal, o Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo (SERTESP).

Foram interpostos recursos de agravo de instrumento da decisão que deferiu parcialmente os efeitos da tutela (v. fls. 397/476 e 478/493). O E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região não concedeu o pretendido efeito suspensivo (v. fls. 695/699 e 701/704).

A União Federal apresentou contestação de fls. 567/590, onde propugna, preliminarmente, pela impossibilidade de concessão de medida antecipatória contra a Fazenda Pública, pela ilegitimidade ativa do Ministério Público Federal, pela inadequação da via eleita, pela impossibilidade de concessão de tutela antecipada em âmbito nacional. No mérito, propugna a União Federal pela improcedência do pedido, fundada na tese de que o Decreto-Lei 972/1969 teria sido recepcionado pela Constituição de 1988.

A Federação Nacional dos Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo apresentaram contestação de fls. 621/678, onde propugnam, preliminarmente, pela legitimidade dos ora assistentes para intervir no presente processo, pela ilegitimidade do Ministério Público Federal, pela inadequação da via eleita (em face do não cabimento da ação civil pública como sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade), pela necessidade de formação do litisconsórcio passivo necessário. No mérito, propugnam pela improcedência do pedido.

Réplicas do Ministério Público Federal às fls. 756/774 e de seu assistente às fls. 785/796.

É o relatório do essencial. Decido.

PRELIMINARMENTE

Acerca da alegação ofertada em preliminar quanto à impossibilidade de concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, não merece acolhimento, eis que importaria em ofensa à isonomia das partes perante o processo. Cabe notar que tal questão foi submetida à apreciação pelo E. Tribunal Regional Federal, ainda que liminarmente, na decisão que indeferiu o efeito suspensivo pretendido pelos agravantes União Federal e seus assistentes FENAJ e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Naquela ocasião, nos autos do Agravo de Instrumento n. 2001.03.00.034677-0 (AG 142898), o Exmo. Juiz Federal Convocado Manoel Álvares, Relator do Agravo, ressaltou, com propriedade: "não há que se falar, ainda, em liminar satisfativa ou irreversibilidade da medida, nos termos em que foi deferida, pois em caso de improcedência da ação todas as situações pessoais dos eventuais beneficiados poderão reverter ao estado anterior, com o cancelamento de registros, cobranças de multas etc."

Quanto à pretensa impossibilidade de concessão de provimento em caráter nacional, é de se ressaltar que a questão da competência não se confunde com aquela atinente aos efeitos da sentença na ação civil pública, objeto de acirradas discussões doutrinárias e jurisprudenciais. E, nesse aspecto, compartilho do entendimento da eminente Desembargadora Federal Anna Maria Pimentel, exarado por conta de Agravo de Instrumento interposto nos autos da Ação Civil Pública nº96.0024327-1:

"Convém destacar que os efeitos que uma decisão ou sentença venham a produzir em todo território nacional, previstos e desejados pela nova ordem constitucional, não se confundem com a fatia de competência (jurisdição) do juízo que a proferiu, também haurida da Lei Fundamental". Nesse aspecto, é de se mencionar ainda o ensinamento de Ada Pellegrini Grinover, estudiosa do tema, acerca da inoperância do acréscimo introduzido ao art. 16 da LACP pela Lei nº 9.494/97, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.570/97:

"Em conclusão: a) o art. 16 da LACP não se aplica à coisa julgada nas ações coletivas em defesa de interesses individuais homogêneos; b) aplica-se à coisa julgada nas ações em defesa de interesses individuais difusos e coletivos, mas o acréscimo introduzido pela Medida Provisória é inoperante, porquanto é a própria lei especial que amplia os limites da competência territorial, nos processos

coletivos, ao âmbito nacional ou regional; c) de qualquer modo, o que determina o âmbito de abrangência da coisa julgada é o pedido, e não a competência. Esta nada mais é do que uma relação de adequação entre o processo e o juiz. Sendo o pedido amplo (*erga omnes*), o juiz competente o será para julgar a respeito de todo o objeto do processo; d) em consequência, a nova redação do dispositivo é totalmente ineficaz." (destaquei)(in "Código Brasileiro de Defesa do Consumidor - Comentado pelos Autores do Anteprojeto", 6ª edição, Forense Universitária, pág. 821)

Não desconheço o teor da decisão proferida pelo E. STF na ADIN nº 1576-1, em que foi deferida, em parte, a medida liminar para suspender, até a decisão final da ação, a vigência do art. 2º da MP nº 1.570-97. Não obstante, em relação ao art. 3º da MP 1570-97, posteriormente convertida na Lei nº 9.494/97, que modificou o art. 16 da LACP, indeferiu o STF a liminar, razão pela qual o Juízo de primeiro grau poderá, dentro do princípio do livre convencimento fundamentado que lhe é conferido pelo regramento constitucional (art. 93, IX da C.F.), adotar o entendimento que reputar mais adequado aos princípios constitucionais e ao escopo das ações coletivas, de molde a conferir maior proteção aos interesses envolvidos. Assim, adoto o entendimento acima exposto em relação à questão atinente aos efeitos da sentença nas ações coletivas.

A respeito ainda da suposta impossibilidade de concessão de provimento judicial em caráter nacional, note-se, de novo, o que mencionou o Exmo. Juiz Federal Convocado Manoel Álvares por ocasião do Agravo de Instrumento mencionado: "quanto à possibilidade, nas ações coletivas, de provimento judicial de âmbito nacional, a despeito do disposto no art. 16 da LACP, considerável parte da doutrina e da jurisprudência tem entendido que é da essência da ação coletiva a eficácia *erga omnes* da decisão, quando a União é parte no processo".

Pelos fundamentos retro expostos, portanto, afastar a alegação de impossibilidade de concessão de provimento judicial em caráter nacional em sede de ação civil pública, especialmente no presente caso concreto, em que a União é parte no processo, pois não faz sentido que, num Estado da Federação, a União adote posição diversa da adotada em outro Estado em relação a uma mesma matéria, melhor dizendo, que o diploma em questão seja exigido em um Estado e não em outro, eis que tal situação atenta contra o bom senso.

Acerca da postulada legitimidade para a intervenção dos sindicatos como assistentes, tanto do autor quanto do réu, foi deferido pelo presente Juízo o ingresso na lide do Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (SERTESP) como assistente do autor Ministério Público Federal, bem assim da FENAJ e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo como assistentes da ré União Federal (v. fls. 744/747). Naquela ocasião, ressaltar: "no que se refere ao ingresso dos sindicatos, na qualidade de assistentes simples das partes, penso que não existe empecilho de ordem legal, posto que há interesse jurídico dos mesmos, considerando que na defesa dos direitos difusos e coletivos os sindicatos têm legitimação autônoma para a condução do processo de ação civil pública, já que possuem natureza jurídica de associação civil, sendo facultado inclusive a sua habilitação como litisconsorte de qualquer das partes (art. 5º, "caput" e parágrafo segundo, da Lei n. 7347/85); sendo que a Carta Magna determina que ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas (art. 8º, inciso III, da Constituição Federal)".

Considerando-se o exposto acima, tenho que tal questão restou definitivamente esclarecida, não merecendo maiores considerações, pelo que afastar a alegação de qualquer vício no pólo passivo da demanda, bem assim da necessidade de litisconsórcio passivo necessário, eis que foi deferido o ingresso na lide do Sindicato dos Jornalistas e da Federação (FENAJ) na qualidade de assistentes da ré União Federal, não havendo qualquer prejuízo ao direito de defesa de tais entes, que puderam trazer suas razões ao processo, sob o crivo do contraditório.

Sobre a alegação de ilegitimidade ativa do Ministério Público Federal, tenho que não merece acolhida, eis que, conforme ressaltado às fls. 744, "observo, preambularmente, que o objeto da demanda é a tutela jurisdicional da liberdade de manifestação do pensamento, garantia assegurada constitucionalmente, sendo caracterizado, portanto, como interesse difuso, legitimando, assim, a propositura da ação pelo representante do "Parquet" Federal (art. 5º, "caput", da Lei n. 7.347/85)". A par da expressa previsão legal no diploma processual civil específico da ação civil pública a conferir legitimidade ao Ministério Público Federal para a propositura da presente ação, registre-se o

entendimento do Exmo. Juiz Federal Convocado Manoel Álvares, por ocasião do Agravo de Instrumento em tela: "com efeito, por primeiro, a questão da ilegitimidade ativa argüida pelos agravantes, além de ainda não ter sido analisada e decidida em primeira instância, o que, certamente, será feito no momento processual oportuno, com possibilidade do recurso próprio, certo é que não se pode concluir, desde logo, que o Ministério Público não esteja exercendo seu direito de ação, nos limites da lei e da Constituição Federal"(destaquei).

Ainda acerca da legitimidade do parquet federal para o ajuizamento da presente ação, cumpre perquirir, em primeiro lugar, acerca da natureza dos interesses que ora se discute, questão intimamente ligada à da legitimidade. Sobre o tema, primeiramente, incumbe trazer as importantes lições do ilustre processualista Rodolfo de Camargo Mancuso:

"Verdade que certa vertente jurisprudencial tem se revelado reticente quanto a reconhecer legitimidade ativa ao Ministério Público quando se trata de interesse "individual homogêneo", seja porque aí o interesse, em sua essência remanesce individual, seja porque a dicção do art. 129, III, da CF se restringe a "outros interesses difusos e coletivos". Assim, o Superior Tribunal de Justiça já negou o uso da ação civil pública para o Ministério Público "porfiar na defesa de direitos individuais afetos a determinado grupo" (REsp 46.130-8-pr, rel. Min. Demócrito Delgado, DJ 20.06.1994); no mesmo sentido: REsp 47.019-6-MG, rel. Min. César Asfor Rocha, DJ 06.06.1994; REsp 35.644-0-MG, rel. Min. Garcia Vieira, DJ 4.10.93). Também se registram trabalhos doutrinários postados nessa linha mais restritiva.

Cremos que o logos de lo razonable nessa controvérsia depende de que seja devidamente valorizado o disposto no caput do art. 127 da CF, onde se diz que ao parquet compete a defesa dos "interesses sociais e individuais indisponíveis". Ou seja, quando for individual o interesse, ele há de vir qualificado pela nota da indisponibilidade, vale dizer, da prevalência do caráter de ordem pública em face do bem de vida direto e imediato perseguido pelo interessado. Até porque, de outro modo, a legitimação remanesceria ordinária, pessoalmente ou em cúmulo subjetivo. É nessa linha que se coloca Hugo Nigro Mazzilli: "A defesa de interesses de meros grupos determinados ou determináveis de pessoas só se pode fazer pelo Ministério Público quando isso convenha à coletividade como um todo, respeitada a destinação institucional do Ministério Público". Conforme observado por Kazuo Watanabe: "Em linha de princípio somente os interesses individuais indisponíveis estão sob a proteção do parquet. Foi a relevância social da tutela a título coletivo dos interesses ou direitos individuais homogêneos que levou o legislador a atribuir ao Ministério Público e a outros entes públicos a legitimação para agir nessa modalidade de demanda molecular, mesmo em se tratando de interesses e direitos disponíveis".(destaquei)(in "Ação Civil Pública", 5a. edição, Ed. RT, 1.998, pp. 88-89)

Não há que se falar, no presente caso, de interesses meramente individuais, mas sim de interesses que extravasam o próprio interesse ao exercício da profissão de jornalista, adquirindo um cunho social, na medida em que, a par de aparentar ter como titular um grupo determinado de pessoas em condições de exercer tal profissão, vem a atingir o próprio direito constitucional de livre manifestação do pensamento, a ser exercido por um grupo indeterminado de pessoas. Dessa forma, além de sua caracterização como interesse difuso, conforme aduzido, noto que a relevância social do interesse é patente, apta a legitimar a atuação do Ministério Público, cuja atribuição constitucional, dentre outras, é de defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da C.F., in fine).

E, assim, por tais fundamentos, revela-se legítimo o Ministério Público Federal para propor a presente ação civil pública, uma vez que a própria Constituição Federal, em seu art. 129, III, consagra como função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção, dentre outros, dos interesses difusos e coletivos.

Assim, nos termos do art. 129, III, da C.F., em face da tutela dos interesses difusos no presente caso, bem como em razão da relevância social do interesse individual homogêneo em questão (art. 127 da C.F.), trata-se o Ministério Público Federal de ente legitimado à propositura da presente ação, estribado em suas funções institucionais, conferidas pelo Constituinte de 1.988, cuja grandeza não se pode amesquinhar, visto que estão em jogo os interesses da sociedade, da qual o parquet é um dos mais importantes mandatários.

Sobre a pretensa inadequação da via eleita, no caso, a presente ação civil pública, tal alegação não merece acolhimento, eis que, a prevalecer a tese exposta de que, por vias transversas, tencionar-se-ia a

obtenção de tutela declaratória da inconstitucionalidade do Decreto-Lei n. 972/69, à semelhança da ação direta de inconstitucionalidade, a ação civil pública restaria totalmente inviabilizada. No caso da presente ação civil pública, tem-se por objeto atacar os efeitos concretos no plano prático do ordenamento acoimado de inconstitucional, ou seja, afastar a inconstitucionalidade na aplicação da lei, e não a obtenção de tutela de cunho eminentemente declaratório, como na ação direta. Novamente, é de se mencionar o entendimento do ilustre Juiz Federal Convocado Manoel Álvares, sobre o tema: "De outra parte, não há que se confundir ação direta de inconstitucionalidade, por meio da qual se faz o controle concentrado, com a ação civil pública, onde o controle de constitucionalidade é apenas incidental e difuso, vale dizer, a competência privativa do C. Supremo Tribunal Federal diz respeito à declaração de inconstitucionalidade de lei, ao passo que nas ações individuais ou coletivas pode-se pretender o reconhecimento de eventual inconstitucionalidade na aplicação da lei"(destaquei).

Afastadas as preliminares, passo a analisar o mérito da presente demanda.

MÉRITO

No Brasil, note-se que a Constituição Federal de 1988 assegurou a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, no inciso XIII do art. 5º, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Tenho que tal dispositivo deve ser interpretado de maneira consentânea com outros dispositivos constitucionais, consagradores de liberdades individuais, dentro de uma interpretação sistemática do texto constitucional. Antes, porém, necessário trazer o entendimento de José Afonso da Silva sobre o tema:

"O princípio é o da liberdade reconhecida. No entanto, a Constituição ressalva, quanto à escolha e exercício de ofício e profissão, que ela fica sujeita à observância das "qualificações profissionais que a lei exigir". Há, de fato, ofícios e profissões que dependem de capacidade especial, de certa formação técnica, científica ou cultural. Compete privativamente à União legislar sobre condições para o exercício de profissões (art. 22, XVI). Só lei federal pode definir as qualificações profissionais requeridas para o exercício das profissões.

...

Como o princípio é o da liberdade, a eficácia e a aplicabilidade da norma é ampla, quando não exista lei que estatua condições ou qualificação especiais para o exercício do ofício ou profissão ou acessibilidade à função pública. Vale dizer, não são as leis mencionadas que dão eficácia e aplicabilidade à norma. Não se trata de direito legal, direito decorrente da lei mencionada, mas de direito constitucional, direito que deriva diretamente do dispositivo constitucional. A lei referida não cria o direito, nem atribui eficácia à norma. Ao contrário, ela importa em conter essa eficácia e aplicabilidade, trazendo normas de restrição destas."(destaquei)(in "Curso de Direito Constitucional Positivo", 16ª edição, Ed. Malheiros, pág. 261)

Diante dos ensinamentos acima, depreendo que a regra, no que tange ao exercício das profissões, consiste na liberdade, não criando a lei o direito em questão, eis que se trata de direito constitucional, mas tão-somente restringindo seu âmbito de eficácia e aplicabilidade, incumbindo-me analisar se o Decreto-Lei nº 972/69 foi recepcionado pela Constituição Federal de 1.988, no que tange à exigência do diploma de nível superior.

Para tanto, é mister trazer à tona outros dispositivos constitucionais, que ora incumbe transcrever:

"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

...

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

...

IX - é livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

...

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1o Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5o, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2o É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística."(destaquei)

Tomando-se o texto constitucional de maneira sistemática, há que se interpretá-lo de molde a que os comandos consubstanciados nos dispositivos retro transcritos se harmonizem, ao invés de se colidirem, eis que o sistema jurídico é uno e incindível e assim deve ser considerado pelo intérprete.

Conforme aduzido acima, a regra, no que tange ao exercício das profissões, é a liberdade, incumbindo-me perquirir em que situações poderia haver restrições a tal exercício. Tal questão, longe de constituir matéria nova no mundo jurídico, já foi amplamente debatida pela jurisprudência e pela doutrina, pelo que é mister citar, de início, o entendimento esboçado pelo eminente Ministro Thompson Flores, em sede de Recurso Extraordinário, ao tratar da regulamentação do exercício das profissões:

"A Constituição de 1946, art. 141, § 14, reza:

"É livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer".

A de 1967, com pequena alteração, dispõe de modo idêntico:

"Art. 150, § 23. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer".

A liberdade do exercício profissional se condiciona às condições de capacidade que a lei estabelecer. Mas, para que a liberdade não seja ilusória, impõe-se que a limitação, as condições de capacidade, não seja de natureza a desnaturar ou suprimir a própria liberdade. A limitação da liberdade pelas condições de capacidade supõe que estas se imponham como defesa social. Observa Sampaio Dória (Comentários à Constituição de 1946, 4o vol., página 637):

"A lei, para fixar as condições de capacidade, terá de inspirar-se em critério de defesa social e não em puro arbítrio. Nem tôdas as profissões exigem condições legais de exercício. Outras, ao contrário, o exigem. A defesa social decide. Profissões há que, mesmo exercidas por ineptos, jamais prejudicam diretamente direito de terceiro, como a de lavrador. Se carece de técnica, só a si mesmo se prejudica. Outras profissões há, porém, cujo exercício por quem não tenha capacidade técnica, como a de condutor de automóveis, pilotos de navios ou aviões prejudica diretamente direito alheio. Se mero carroceiro se arvora em médico operador, enganando o público, sua falta de assepsia matará o paciente. Se um pedreiro se mete a construir arranha-céus (sic), sua ignorância em resistência dos materiais pode preparar desabamento do prédio e morte dos inquilinos. Daí em defesa social, exigir a lei condições de capacidade técnica para profissões cujo exercício possa prejudicar diretamente direitos alheios, sem culpa das vítimas".

Reconhece-se que as condições restritivas da liberdade profissional não sejam apenas de natureza técnica. Superiores interesses da coletividade recomendam que aquela liberdade também tenha limitações respeitantes à capacidade moral, física e outras (Cf. Carlos Maximiliano, Comentários à Constituição Brasileira, p. 798). Por outras palavras, as limitações podem ser de naturezas diversas, desde que solicitadas pelo interesse público, devidamente justificado (Cf. Pinto Falcão, Constituição Anotada, 1957, 2o v., p. 133; Pontes de Miranda, Comentários à Constituição de 1967, 5o v., página 507). Escreve este insigne publicista:

"O que é preciso é que toda política legislativa a respeito do trabalho se legitime com a probabilidade e a verificação do seu acerto. Toda limitação por lei à liberdade tem de ser justificada. Se, com ela, não cresce a felicidade de todos, ou se não houve proveito na limitação, a regra legal há de ser eliminada. Os mesmos elementos que tornam a dimensão das liberdades campo aberto para as suas legítimas explorações do povo estão sempre prontos a explorá-lo, mercê das limitações".(destaquei)(RE Nº 70.563-SP, R.T.J. 58, pp. 279-283)

Diante do exposto acima, incumbe ao Judiciário apurar se a regulamentação trazida pelo Decreto-Lei nº 972/69 atende aos requisitos necessários para perpetrar restrição legítima ao exercício das profissões, que deverá se pautar na estrita observância ao interesse público, ou seja, nas palavras do eminente Ministro, que se verifica pelo incremento do proveito a todos. Tenho que não. Vejamos.

Tal se deve à propalada irrazoabilidade do requisito exigido para o exercício da profissão, tendo em vista que a profissão de jornalista não pode ser regulamentada sob o aspecto da capacidade técnica, eis que não pressupõe a existência de qualificação profissional específica, indispensável à proteção da coletividade, diferentemente das profissões técnicas (a de Engenharia, por exemplo), em que o profissional que não tenha cumprido os requisitos do curso superior pode vir a colocar em risco a vida de pessoas, como também ocorre com os profissionais da área de saúde (por exemplo, de Medicina ou de Farmácia). O jornalista deve possuir formação cultural sólida e diversificada, o que não se adquire apenas com a frequência a uma faculdade (muito embora seja forçoso reconhecer que aquele que o faz poderá vir a enriquecer tal formação cultural), mas sim pelo hábito da leitura e pelo próprio exercício da prática profissional. Em segundo lugar, porque o exercício dessa atividade, mesmo que exercida por inepto, não prejudicará diretamente direito de terceiro. Quem não conseguir escrever um bom artigo ou escrevê-lo de maneira ininteligível não conseguirá leitores, porém, isso a ninguém prejudicará, a não ser ao próprio autor. Assim, a regulamentação, pelo que depreendo, não visa ao interesse público, que consiste na garantia do direito à informação, a ser exercido sem qualquer restrição, através da livre manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, conforme previsto no inciso IX do art. 5º e caput do art. 220, ambos da Constituição Federal.

Note-se ainda o trecho abaixo transcrito do voto do Ministro Thompson Flores, tratando do requisito de capacidade para o exercício de profissão regulamentada:

"Haverá, acaso, ditada pelo bem comum, algum outro requisito de capacidade exigível aos exercentes dessa profissão? Nenhum. A comum honestidade dos indivíduos não é requisito profissional e sequer exige, a natureza da atividade, especial idoneidade moral para que possa ser exercida sem risco. Conseqüentemente, o interesse público de forma alguma impõe seja regulamentada a profissão de "corretor de imóveis", como não o impõe com relação a tantas e tantas atividades profissionais que, por dispensarem maiores conhecimentos técnicos ou aptidões especiais físicas ou morais, também não se regulamentam. 11. Como justificar-se, assim, a regulamentação? Note-se que não há, na verdade, interesse coletivo algum que a imponha. E o que se conseguiu, com a lei, foi criar uma disfarçada corporação de ofício, a favor dos exercentes da atividade, coisa que a regra constitucional e o regime democrático vigentes repelem".(destaquei)

Assim, o argumento de que haveria requisitos de ordem ética ou moral como condições de capacidade que justificariam a regulamentação da profissão não se sustentam, eis que a comum honestidade não é requisito profissional específico para o exercício da profissão de jornalista, mas sim um pressuposto para o exercício de qualquer profissão, pelo que não pode ser considerado como legitimador da exigência do diploma para o caso em tela, até mesmo porque honestidade e ética não são atributos que se adquirem somente durante um curso universitário de quatro ou cinco anos, mas sim compõem o núcleo de personalidade e de caráter do indivíduo, formado durante toda a sua vida, seja pelo exercício de atividade acadêmica (cuja utilidade e benefício ao indivíduo são mais do que reconhecidos pelo presente Juízo), seja pelo exercício profissional propriamente dito, seja pela convivência familiar e até mesmo pelas demais formas de convivência em sociedade. Não é requisito apto a embasar a exigência do diploma para esse caso específico, portanto.

Segundo Geraldo Ataliba, em parecer que trata com acerto a questão (v. fls. 54/65), os pontos fulcrais estão no art. 200 (sic, entenda-se 220, conforme faz referência nas páginas anteriores) e no inciso XIII do art. 5º, a que, entre outros, faz referência o mandamento do parágrafo 1º do art. 220, ao vedar embaraços à informação jornalística - mandando, não obstante, observar a exigência de que o exercício das profissões atenda "às qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Surgiriam assim duas interpretações possíveis dessa conjunção de normas, quais sejam: a) só pode exercer o ofício de jornalista quem tenha diploma atestatório de qualificação profissional; b) ao exercer seus misteres, no transmitir informações específicas e próprias de uma profissão legalmente regulada, o jornalista deverá ouvir quem seja formalmente "qualificado", de acordo com a lei.

A opção por uma ou outra interpretação não consiste em questão aberta, ao livre arbítrio do intérprete, sendo que, salvo melhor juízo, cabe afastar a primeira interpretação, eis que não vem ao encontro do interesse público, consubstanciado em se garantir o direito à informação, que não pode sofrer qualquer restrição, a teor do art. 220 da C.F., transcrito acima, uma vez que o leitor, o ouvinte ou o telespectador tem direito de ser informado de maneira plena, sem qualquer censura de natureza

política, ideológica ou artística (v. § 2o do art. 200), pelos melhores profissionais, quer estes profissionais tenham cursado a Faculdade de Jornalismo, quer não, observadas as qualificações profissionais do informante. Trago à colação o entendimento do saudoso Geraldo Ataliba:

"Na hipótese a, fica parecendo que a Constituição quer que alguém seja "formado" profissionalmente, para profissionalmente colher, interpretar, comentar e transmitir informações variadas. O diploma atestaria tal "qualificação" do seu portador, habilitando-o, com exclusividade a esse mister. Consequentemente, seriam proibidos de colher, interpretar, comentar e transmitir informação, todos os não portadores de diploma, mesmo que tenham inteligência, cultura, habilidade e comunicabilidade para tanto.

- VI -

Esta interpretação - não explicita os valores constitucionais a que serve.

...

Pois, na hipótese a, supra sugerida, vê-se que o valor protegido não é a fidelidade à verdade, nem os dotes de observador, intérprete ou comunicador do profissional, dado que as virtudes e qualidades que levam a bom desempenho, quanto a isso, não se aprendem em bancos acadêmicos. O que transparece protegido por essa interpretação é o "valor" (?) corporativo, ao lado do prestígio compulsório dos estabelecimentos que, bem (o que é raro) ou mal (o que é o mais comum), têm o privilégio de expedir tais diplomas.

- VII -

A segunda interpretação (b) entende que a liberdade ampla da informação jornalística não pode prejudicar o leitor (ouvinte, telespectador) pela falta de informações idôneas, por falta de qualificação profissional das fontes, quando a matéria informada esteja inserida num universo de conhecimentos especializados cujo manejo dependa, legalmente, de qualificação profissional dos seus operadores. Assim, se a saúde é um valor, informação sobre remédios, instrumentos ou processos terapêuticos só pode provir de fonte qualificada formalmente segundo os critérios legais; a fonte, nesse caso, será necessariamente um médico, não um palpiteiro, um charlatão, um feiticeiro etc.

Se a matéria da notícia é a queda de uma ponte, as informações técnicas sobre suas causas, circunstâncias ou conseqüências terão por fonte um engenheiro e não qualquer do povo, ou um mero curioso.

Enfim, o direito à informação - direito do povo a ser informado, com fidelidade, pelos profissionais do jornalismo - há de ser atendido livremente por pessoas argutas, inteligentes, cultas e dotadas de qualidades comunicativas (escrita, fala, boa expressão), com a condição de que (ao transmitirem notícia sobre fatos e fenômenos objeto de conhecimento específico de profissões regulamentadas) sua interpretação e explicação provirão de profissionais formalmente qualificados (diplomados), a que deverão reportar-se os jornalistas. É desse modo que se obedece ao art. 5o, XIII da Constituição.

Assim, qualquer jornalista poderá informar que foi descoberto um remédio contra a AIDS, ou que caiu uma ponte na cidade de Caixa-Prego. Não poderá, porém - seja por opinião pessoal, seja por ouvir leigos - dizer que o remédio tem tais ou quais defeitos, nem que é elaborado com esmero (ou descuido). Nem poderá dizer que a ponte caiu, porque o concreto não tinha o teor de cimento requerido pela ciência. Evidentemente, poderá relatar que uma autoridade pública (delegado, prefeito, deputado etc.) ou profissional (engenheiro, contador etc.) afirmou "isto ou aquilo" (entre aspas). Porque, então, a responsabilidade por eventual má informação já será do declarante e não do jornalista.

- VIII -

Parece claro que tal interpretação respeita, concomitantemente, todos os valores constitucionalmente protegidos: (a) a liberdade de informação (do jornalista e do veículo), (b) o direito de informação correta (do povo), (c) a honra dos envolvidos pela notícia (só um especialista pode dizer das causas da queda da ponte e, implicitamente, da negligência de quem a projetou, executou ou fiscalizou sua execução), (d) a saúde pública (ninguém será levado a tomar ou evitar um medicamento, por indução - intencional ou não, não importa - do jornalista).

Esta interpretação - que deve prevalecer, porque exalta a harmonia do sistema jurídico - concilia comandos aparentemente contraditórios; serve aos valores concomitantemente; não agride (pelo contrário !) nenhum valor constitucional e, sobretudo, ampara e resguarda a liberdade de informar e o

direito à informação, definindo claramente responsabilidades, de modo a também assegurar a realização dos desígnios expressos nos incisos IV, V, X, XIII e XIV do art. 5º da Constituição.

Em consequência, pode-se afirmar que a norma exigente de diploma de curso de jornalismo, para exercício da profissão de jornalista - por agressiva de princípios constitucionais básicos - não foi recebida pela Constituição de 1988 (dando de barato, ad argumentandum, que tenha sido compatível com a Carta de 67/69). Está, assim, perempta, revogada, sem eficácia. Pode (e deve) ser inobservada por todos, inclusive pelo Judiciário.

Nem se argumente com a vontade do legislador, que isso não é argumento jurídico e não merece atenção de jurista que se preza e respeita a cultura jurídica alheia.

A interpretação que propomos mostra que o Brasil é um estado de direito democrático, com responsabilidades definidas e proteção a valores sociais e individuais fundamentais, como se dá em todos os países civilizados, que adotam princípios semelhantes, e que jamais cogitaram de - como o fez, para nossa vergonha, a Junta Militar - exigir diploma para exercício da profissão de jornalista."

Assim, dentro do escopo conferido pela Constituição de 1988, consagrador das liberdades públicas, donde se insere a liberdade de manifestação do pensamento, a liberdade de expressão intelectual, artística e científica, independentemente de censura prévia, tenho que o aludido diploma legal anterior à Constituição, a par do fato de ter sido editado sob a forma de Decreto-Lei e não de lei em sentido formal, que impõe a necessidade de formação superior para o exercício da profissão de jornalista, elaborado em época eminentemente diversa, em termos dos valores sociais vigentes, em que inexistia tal liberdade de expressão, inclusive nos meios de comunicação, à época fortemente controlados pela censura, não foi recepcionado pela Constituição atual, em função da colidência material com tais princípios nela consagrados.

A aludida incompatibilidade material da norma veiculada pelo Decreto-Lei nº 972/1969 com a atual Constituição já seria suficiente para afastá-la do mundo jurídico, em face de sua não recepção. Não obstante, é de se mencionar ainda, a título de argumentação, que, do ponto de vista formal, não pode ser aceita também a norma em tela, eis que, à época de sua edição, não houve fundamento de validade conferido por Constituição alguma, visto que os Ministros Militares que a editaram não poderiam tê-lo feito, pois não eram presidentes da República que, segundo as Constituições de 1967 e 1969, era a única autoridade que tinha a atribuição de legislar através de decreto-lei (v. art. 58 da Constituição, de 24 de janeiro de 1967). Sobre tal questão, é de se mencionar o entendimento do ilustre Dr. Saulo Ramos, ex-ministro da Justiça, publicado na Folha de São Paulo do dia 29/01/92, trazido à colação pela petição acostada aos autos às fls. 82/109, subscrita pelos Advogados Dr. Luís Francisco da S. Carvalho Filho, Dr. José Carlos Dias e Dr. Antônio Carlos Penteado de Moraes, cujo posicionamento é necessário trazer à tona:

"E, do ponto de vista formal, a origem do regulamento dos jornalistas também é espúria. O texto foi outorgado por decreto-lei firmado pela Junta Militar, que se apoderou do governo do Brasil em outubro de 1969, em absoluto desrespeito ao processo legislativo em vigor. Não se trata de argumento ideológico e pueril - o de ser contra só porque o governo era militar. É que até mesmo os regimes de força estão obrigados a respeitar as regras do processo legislativo, a manter as aparências.

Saulo Ramos, ex-Ministro da Justiça, publicou recentemente artigo na Folha a respeito do vício formal:

"...

E o Decreto-Lei 972/69?

Vejam como foi editado o decreto-lei:

"Os ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decretam..."

"Como se vê, nenhuma referência à Constituição, sequer à Carta empolcada que editaram no mesmo dia, 17 de outubro de 1969, mas invocaram o ato institucional do golpe de Estado de dois dias antes, que lhes "deu poderes" para editar a nova Constituição, chamada Emenda Constitucional nº 1, aquela que durou até 1988.

"Logo, esse decreto-lei não foi editado sob a égide de Constituição alguma, nem mesmo das constituições ditatoriais, a de 1967 e a de 1969...

Não pode ser considerado como lei anterior à atual Constituição, para o exame da recepção pela nova ordem, porque não é lei editada com base em constituição vigente à época de sua publicação...

Recebidas são as leis formalmente elaboradas ou editadas de acordo com o processo legislativo constitucional vigente à época."

E continuam os ilustres subscritores da petição retro mencionada (fls. 105 dos autos):

"A mácula formal do regulamento dos jornalistas reside num fato: os ministros militares, apesar da usurpação do poder, não eram Presidentes da República. Não foram eleitos de forma direta ou indireta; não possuíam um mandato. E só o Presidente da República tinha, segundo as Constituições de 1967 e 1969 a atribuição de legislar através de decreto-lei. Tanto que não invocaram uma das duas Cartas para a sua edição, nem a anterior nem a que foi outorgada naquele mesmo dia. Se isto não foi questionado antes, é porque as decisões da Junta Militar fundadas no AI-5 estavam "livres" da apreciação do Poder Judiciário - um escândalo jurídico que não merece comentário."(destaquei)

A par dos aspectos de nossa história jurídica recente, que, de resto, tende a repetir-se de forma cíclica no tempo, pelo que não devem ser desconsiderados pelo intérprete, tenho ainda que a estipulação do requisito de exigência de diploma, de cunho elitista, considerada a realidade social do país, vem a perpetrar ofensa aos princípios constitucionais mencionados, na medida em que impõe obstáculos ao acesso de profissionais talentosos à profissão, mas que, por um revés da vida, que todos nós bem conhecemos, não pôde ter acesso a um curso de nível superior, pelo que estaria restringida a liberdade de manifestação do pensamento e da expressão intelectual. E nem se levante a objeção, ademais, de que tal pessoa poderia enviar uma carta ao jornal, expressando-se livremente, pois é certo que há enorme diferença em assinar uma matéria como jornalista, expressando suas idéias e fazendo-o de maneira habitual como exercício de uma profissão, e ter uma carta, sintetizada em duas linhas, publicada na seção de leitores, eis que a livre manifestação do pensamento importa em manifestar-se num veículo em que aquele que se expressa seja ouvido.

Ressalte-se que a consideração da realidade social do país é de rigor, tendo em vista que, ao aplicar a lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, conforme dispõe o art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC). Ademais, a interpretação acima esposada revela-se consentânea com a redução das desigualdades sociais e a busca do pleno emprego, de resto, consagradas como princípios da ordem econômica, previstos nos incisos VII e VIII, respectivamente, do art. 170 da Constituição Federal.

Desta feita, afigura-se-me que o critério meritório é mais consentâneo com tais princípios, uma vez que não provoca o desperdício de talentos, tão comum em nosso país e, simultaneamente, consagra a igualdade de oportunidades. Nesse sentido, John Rawls, segundo Amartya Sen, argumenta contra igualar as capacidades das pessoas como um requisito para políticas públicas, e reafirma a equidade e a justiça de um sistema no qual os cargos e as posições de autoridade e responsabilidade são preenchidos por meio de uma competição aberta. Assim, embora as pessoas tenham a mesma oportunidade para competir por estes cargos e posições abertos a todos (e, portanto, desfrutam da mesma parcela de bens primários em termos de oportunidades), elas terminarão tendo capacidades diferentes, pelo entendimento do ilustre pensador.

Outra irrazoabilidade na exigência do diploma ao jornalista consiste na decorrência lógica que isso cria, levantada por um dos pareceristas a que se refere o autor na inicial: caso tal exigência prevalecesse, o economista não poderia ser o responsável pelo editorial da área econômica, o professor de português não poderia ser o revisor ortográfico, o jurista não poderia ser o responsável pela coluna jurídica e, assim, por diante, gerando distorções em prejuízo do público, que tem o direito de ser informado pelos melhores especialistas da matéria em questão. E nem se levante a objeção de que assim já ocorre na prática, dada a existência dos articulistas e comentaristas, uma vez que, se tais profissionais, por não terem o diploma de jornalista, devem submeter-se ao crivo ou censura de um jornalista, resta comprometida a liberdade de expressão, da mesma forma.

Outrossim, verifica-se também o problema de locais de escassa população, em que inexistem os profissionais com diploma, com o que a atividade jornalística restaria comprometida, em detrimento do público, que tem o direito à informação (art. 5º, inciso XIV, da C.F.).

Sobre o tema da liberdade de imprensa, trago as oportunas palavras de Jean Rivero, trazidas em sua obra "Les libertés publiques" (Tome 2, PUF, 6ª edição, 1997, pág. 233), cuja universalidade de suas premissas pode ser aplicada ao presente caso, em que pondera: "É necessário sublinhar que a profissão de jornalista é uma das raras profissões a cujo acesso não se exige diploma algum, nenhuma formação anterior, nenhuma qualificação particular. Há escolas de jornalismo, mas a passagem por uma delas não é requerida para se adentrar na profissão. Essa total liberdade de recrutamento tem os seus aspectos positivos, sendo que o aprendizado pela prática atende bem às peculiaridades da profissão. A despeito disso, é mesmo paradoxal que uma atividade que confere um poder excepcional sobre o conjunto da opinião pública seja subtraída da verificação de qualidade daqueles que a exercem".

Adoto posicionamento favorável ao caráter vinculante da Convenção Americana de Direitos Humanos, em face da sua ratificação pelo Brasil aos 25.09.92, conforme, aliás, já defendi na monografia: "A relação entre o ordenamento internacional e o ordenamento interno em matéria de direitos humanos" (in Boletim dos Procuradores da República, Ano II, nº 16, Agosto/99). Assim, verifico que o art. 13 da referida Convenção consagra a liberdade de expressão e a proibição de qualquer forma de obstáculos ou meios indiretos ao direito de informação, como se verifica com a exigência do diploma de nível superior específico para o exercício da profissão de jornalista.

Cumpra ainda trazer à colação parte do texto da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", de 1789, extraído da obra "A afirmação histórica dos Direitos Humanos", de autoria de Fábio Konder Comparato, Ed. Saraiva, 1999, págs. 138/140:

"Os representantes do povo francês, constituídos em Assembléia nacional, considerando que a ignorância, o descuido ou o desprezo dos direitos humanos são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governos, resolveram expor, numa declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que essa declaração, constantemente presente a todos os membros do corpo social, possa lembrar-lhes sem cessar seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do poder legislativo e os do poder executivo, podendo ser a todo instante comparados com a finalidade de toda instituição política, sejam por isso mais respeitados, a fim de que as reclamações dos cidadãos, fundadas doravante em princípios simples e incontestáveis, redundem sempre na manutenção da Constituição e na felicidade de todos.

Em consequência, a Assembléia Nacional reconhece e declara, na presença e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos do Homem e do Cidadão.

(...)

Art.10. Ninguém deve ser inquietado por suas opiniões, mesmo religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art.11.A livre comunicação dos pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem; todo cidadão pode pois falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelo abuso dessa liberdade nos casos determinados pela lei.(...). "

Concluo, assim, que não houve a recepção do art. 4o, inciso V, do Decreto-lei nº 972/69, pela CF/88, no que tange à exigência do diploma de nível superior para o exercício da profissão de jornalista. Porém, não acredito que a existência do registro junto ao Ministério do Trabalho seja de todo despropositada, desde que não se faça a exigência do referido diploma, tendo em vista que, em todas as profissões, é salutar que exista uma entidade de controle e fiscalização daquelas pessoas que as exercem de modo profissional. Nesse sentido, trago novamente as palavras de Jean Rivero, na obra citada, pág. 232: "A qualidade de jornalista profissional supõe duas condições de fundo: - a profissão deve ser exercida a título principal, de forma regular e remunerada, em uma publicação periódica, uma agência de imprensa, ou em rádio e televisão; - o interessado deve ter esta como a principal de suas fontes de renda (Código do Trabalho, artigo L. 761-2). A reunião dessas condições é constatada pela Comissão da Carteira de Identidade Profissional. A carteira permite ao titular prevalecer-se de medidas tomadas pelas autoridades administrativas em favor dos representantes da imprensa". Assim, tenho que a idéia subjacente ao trecho mencionado pode ser aproveitada no presente, ou seja, o registro em si mesmo não importa em qualquer cerceamento de direitos, diferentemente do que ocorre com a exigência do diploma de nível superior.

Portanto, a atual regulamentação da matéria revela-se falha, na medida em que condiciona o exercício da profissão tão-somente com base na exigência do diploma de jornalista, sem prever qualquer outra exigência que aferisse o mérito ou a posse dos atributos de qualificação profissional.

Algumas palavras se fazem necessárias a respeito do papel do Poder Judiciário, por vezes incompreendido por uma parcela das pessoas, que é o de aferir a compatibilidade da legislação vigente atinente à matéria com os princípios constitucionais, e não o de regulamentá-la, que é papel do Poder Legislativo, se assim o entender cabível, a teor do artigo 22, XVI, da C.F., considerada ainda a participação do Executivo, no que tange à fiscalização do exercício das profissões, em conformidade com o disposto no artigo 21, XXIV, que prevê que compete à União "organizar, manter e executar a inspeção do trabalho". Desta feita, não cabe ser atribuído responsabilidade ao Judiciário por eventuais desacertos no que tange à tal regulamentação, eis que não lhe deu causa e isso não lhe incumbe, pois suas atribuições consistem em solucionar o caso concreto que lhe é proposto, dentro das regras processuais conferidas pelo sistema e respeitadas as garantias constitucionais das partes dentro do processo. Portanto, ao juiz incumbe solucionar a lide que lhe foi proposta no âmbito do processo, eis que a ele não foi conferida a possibilidade do "non liquet", razão pela qual é de rigor a solução do litígio, por mais tormentosa que seja a questão, e por maiores que sejam os ânimos e interesses envolvidos.

No que tange ao pedido de reparação dos danos morais coletivos causados pela conduta impugnada, tenho que, a despeito da conduta lesiva por parte da União à liberdade de expressão, não é de se acatar tal pedido. Isso decorre do fato de que, a despeito da eventual dor íntima e sofrimento verificado no âmbito individual por parte das pessoas que foram impedidas de exercer a profissão em virtude da não detenção do diploma de jornalista, ao longo dos anos, não considero ter sido caracterizado um dano moral coletivo indenizável, a ponto de a ré União Federal ser responsabilizada, uma vez o grau de desenvolvimento de um país e o aperfeiçoamento das instituições democráticas é atingido através de longo processo histórico em que se verificam os avanços e os recuos, não sendo cabível imputar-lhe a responsabilidade por todos os equívocos do passado. Tal posicionamento importaria o mesmo que sancionar a conduta de uma criança ou de uma pessoa que não detém o entendimento pleno das consequências de seus atos, eis que a tal pessoa não é dado vislumbrar todos os aspectos de uma questão naquele momento, ainda que no futuro possa vir a ter tal entendimento, pois se trata de uma questão de amadurecimento, no caso, da sociedade e do processo histórico por ela vivenciado.

Não obstante, a partir de então, é de rigor que a União dê cumprimento à presente decisão, pois não lhe cumpre invocar desconhecimento sobre o teor do "decisum", razão pela qual é de rigor acatar o pedido de condenação ao pagamento de multa para cada auto de infração lavrado em descumprimento das obrigações impostas através da concessão do pedido.

Assim, o pedido não merece atendimento em sua integralidade, em virtude do exposto acima e também em razão do fato de que a declaração de nulidade de todos os autos de infração já lavrados, inclusive os já findos, importaria em conferir efeitos retroativos ao provimento jurisdicional, o que me parece desaconselhável. Desta feita, é de rigor anular tão-somente os autos de infração atualmente em fase de execução em razão do exercício da profissão de jornalista por pessoas sem o diploma específico de jornalista, eis que o processamento dos mesmos colide com o presente "decisum".

Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO formulado na inicial para:

a) determinar que a ré União Federal, em todo o país, não mais exija o diploma de curso superior em Jornalismo para o registro no Ministério do Trabalho para o exercício da profissão de jornalista, informando aos interessados a desnecessidade de apresentação de tal diploma para tanto, bem assim que não mais execute fiscalização sobre o exercício da profissão de jornalista por profissionais desprovidos de grau universitário de Jornalismo, assim como deixe de exarar os autos de infração correspondentes;

b) declarar a nulidade de todos os autos de infração pendentes de execução lavrados por Auditores-Fiscais do Trabalho contra indivíduos em razão da prática do jornalismo sem o correspondente diploma;

c) que sejam remetidos ofícios aos Tribunais de Justiça dos Estados da Federação, de forma a que se aprecie a pertinência de trancamento de eventuais inquéritos policiais ou ações penais em trâmite, tendo por objeto a apuração de prática de delito de exercício ilegal da profissão de jornalista;

d) fixar multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser revertida em favor do Fundo Federal de Direitos Difusos, nos termos dos arts. 11 e 13 da Lei nº 7347/85, para cada auto de infração lavrado em descumprimento das obrigações impostas neste decisum.

Custas e demais despesas "ex lege".

Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista que, no presente caso, não está o Ministério Público Federal a exercer a advocacia, mas sim o "munus" público decorrente de seu papel institucional, bem assim, à vista da sucumbência recíproca.

Oficie-se nos autos dos Agravos de Instrumento noticiados no presente, comunicando-se a prolação da presente sentença.

Oficie-se ao Ministério do Trabalho, a fim de que seja dada ciência a todas as Delegacias do Trabalho sob a sua jurisdição, para cumprimento imediato dos itens a), b) e d) do presente dispositivo.

Oficie-se aos Tribunais de Justiça dos Estados, nos termos do item c) do dispositivo.

Decisão sujeita ao reexame necessário. Oportunamente, remetam-se os autos ao E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

São Paulo, 18 de Dezembro de 2002.

CARLA ABRANTKOSKI RISTER - JUÍZA FEDERAL SUBSTITUTA